

Manuella Felicíssimo

**RE(A)PRESENTAÇÕES DA HOMOFOBIA E DA
HOMOSSEXUALIDADE: UM ESTUDO DISCURSIVO A PARTIR DE
VÍDEOS DO KIT “ESCOLA SEM HOMOFOBIA”**

Belo Horizonte

Faculdade de Letras/UFMG

2014

Manuella Felicíssimo

**RE(A)PRESENTAÇÕES DA HOMOFOBIA E DA
HOMOSSEXUALIDADE: UM ESTUDO DISCURSIVO A PARTIR DE
VÍDEOS DO KIT “ESCOLA SEM HOMOFOBIA”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística do Texto e do Discurso.

Área de concentração: Linguística do texto e do Discurso

Linha: Análise do Discurso (2B)

Orientador(a): Prof^ª Dr^ª Glaucia Muniz Proença Lara.

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2014

F314r	<p>Felicíssimo, Manuella.</p> <p>(Re)Apresentações da homofobia e da homossexualidade [manuscrito] : um estudo discursivo a partir de vídeos do kit "Projeto Escola Sem Homofobia" / Manuella Felicíssimo. – 2014.</p> <p>301 f., enc. : il., tabs., p&b, color.</p> <p>Orientadora: Gláucia Muniz Proença Lara.</p> <p>Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.</p> <p>Linha de pesquisa: Análise do Discurso.</p>
-------	--

1. Análise do discurso – Teses. 2.
Homossexualismo – Teses. 3. Homofobia – Teses.
4. Programa Brasil Sem Homofobia – Teses. 5.

**RE(A)PRESENTAÇÕES DA HOMOFOBIA E DA
HOMOSSEXUALIDADE: UM ESTUDO DISCURSIVO A PARTIR DE
VÍDEOS DO KIT “ESCOLA SEM HOMOFOBIA”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos, sob a orientação da Profª Drª Glaucia Muniz Proença Lara.

Área de concentração: Linguística do texto e do Discurso

Linha: Análise do Discurso (2B)

BANCA

Profª Drª. Glaucia Muniz Proença Lara (orientadora)

Profª Drª. Eliana Amarante de Mendonça Mendes

Profª Drª. Rita de Cássia Pacheco Limberti

Prof. Dr. Sírio Possenti

Prof. Dr. Wander Emediato de Souza

“(…) Pois de amor andamos todos precisados, em dose tal que nos alegre, nos reumanize, nos corrija, nos dê paciência e esperança, força, capacidade de entender, perdoar, ir para a frente. Amor que seja navio, casa, coisa cintilante, que nos vacine contra o feio, o errado, o triste, o mau, o absurdo e o mais que estamos vivendo ou presenciando.” (Carlos Drummond de Andrade, *Correio da Manhã*, 14/10/1966).

AGRADECIMENTOS

A Deus, Força inabalável. Obrigada por me entusiasmar todos os dias e por me conduzir, por meio deste trabalho, ao encontro do que temos de mais humano: os afetos.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Glaucia Muniz Proença Lara. Obrigada por me instigar a ir além, desafiando-me a sair do “lugar-comum”. Agradeço a confiança em mim depositada e a oportunidade de contar com a sua parceria e com o seu trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos, absolutamente imprescindível para que este trabalho pudesse ser realizado a termo.

Ao Poslin, ao seu quadro de funcionários e professores, especialmente, ao Prof. Dr. Wander Emediato pela leitura do projeto, pelas sugestões na qualificação e pela costumeira cordialidade.

À minha mãe, por sonhar e torcer por mim; por se interessar pelo que faço e por me fazer ver nela mesma a possibilidade de uma sociedade mais tolerante, receptiva às diferenças e mais fraterna.

À minha irmã, Janaína, por me ajudar na transcrição dos vídeos, por me ceder seu tempo e sua sempre paciente escuta.

À Socorro e ao João Carlos, por torcerem por mim e por se disporem sempre a me ajudar.

À minha amiga Viviane, por, mesmo de longe, ter sido tão fundamental. Obrigada pelos telefonemas em horas tão necessárias; obrigada por se importar.

Ao Sander, à Leka e à Kátia, por compreenderem os meus “nãos” e por respeitarem o tempo sempre escasso.

À minha madrinha Sueli, pelas orações e por me manter otimista, sempre anunciando “boas novas”.

Ao Dr. Itamar, pelas risadas e pelas leves e boas conversas.

Ao Túlio. Obrigada pelo apoio e, especialmente, por ser parte do melhor acontecimento da minha vida, o nosso filho, Théo.

Por fim, a você, Théo. Por me fazer feliz todos os dias e, sobretudo, por me tornar mais comprometida com a construção de uma sociedade melhor.

RESUMO

Neste estudo, buscamos apreender as representações da homossexualidade e da homofobia que circulam no imaginário brasileiro. Para isso, tomamos como objeto de análise um conjunto de cinco vídeos que fariam parte do chamado Kit “Escola Sem Homofobia”. Procurando atender ao Programa “Brasil Sem Homofobia”, criado em 2004, o “Escola Sem Homofobia” foi um projeto que recebeu o apoio do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD) e que teve como principal objetivo promover o enfrentamento da homofobia no ambiente escolar e a educação para a diversidade sexual. Os vídeos e outros materiais que os acompanham seriam destinados a seis mil escolas do ensino médio. Em 2011, porém, a presidente Dilma Rousseff, cedendo a fortes pressões advindas da Câmara dos Deputados e da sociedade em geral, vetou a distribuição de todo o Kit. Os vídeos são tomados neste trabalho como textos/discursos que significam a homofobia e a homossexualidade, produzindo sobre elas sentidos e representações. A partir da análise do discurso de linha francesa, no seu diálogo com a semiótica greimasiana, procedemos ao exame dos textos fílmicos, no intuito de conhecer o discurso que por meio deles se projeta, situando-o no quadro social e na memória que permitem sua emergência. Nessa perspectiva, verificamos que o termo homofobia vem apresentando, ao longo do tempo, um espectro cada vez maior de sentidos. Essas “novas” significações implicam, a nosso ver, novos saberes que, além de representar a homofobia, atuam também na re-apresentação da homossexualidade. Por meio da análise dos vídeos e do contexto em que foram produzidos, observamos que, no que tange à homofobia, houve uma espécie de deslocamento de sentidos, que afastou a palavra da sua origem primeira, referente a uma patologia psicológica, para inseri-la num domínio concernente à ética e à política. Ou seja, a homofobia deixou de ser um problema de saúde para se configurar como um problema social. Não perdeu, porém, seu viés – ou sua representação – negativo(a), sendo tomada como algo não desejável, interdito socialmente, o que acaba por configurar um mecanismo de controle social e discursivo. Paralelamente, nesse quadro de transformações sociais e históricas, assistimos a um processo de construção da visibilidade e da legitimidade homossexuais – bastante marcado, aliás, no discurso dos vídeos – que contribui para re-apresentar ou re-significar essa noção (a de homossexualidade), atrelando-a a valores (mais) positivos. Essas re(a)presentações da homofobia – e da homossexualidade – apontam para um novo “dispositivo discursivo”, que se constrói por meio dos/nos contradiscursos (como é o caso, daquele presente no conjunto dos cinco vídeos do Kit anti-homofobia), que se posicionam frente à ideologia hegemônica: a da heteronormatividade.

Palavras-chave: homofobia; homossexualidade; kit “Escola Sem Homofobia”; discurso; representações.

RÉSUMÉ

Dans ce travail nous avons essayé d'apprendre et d'analyser les représentations de l'homophobie dans l'imaginaire brésilien. Pour ce faire, nous avons pris comme objet d'analyse l'ensemble des cinq vidéos qui feraient partie du kit appelé "École Sans Homophobie". Dans l'intention d'assistance au "Programme Brésil Sans Homophobie", créé en 2004, "l'École Sans Homophobie" est un projet qui a reçu le support du Ministère de l'Éducation / bureau des conseillers d'Éducation continue, d'Alphabétisation et de Diversité (MEC / SECAD) en vue de contrer l'homophobie dans l'ambiance scolaire et de promouvoir l'éducation pour la diversité sexuelle. Les vidéos accompagneraient également d'autres matériels qui seraient destinés à 6 mille écoles de l'enseignement moyen. Cependant, en 2011 la présidente, Mme Dilma Rousseff, cédant aux pressions venant de la Chambre des députés et aussi de la société, a opposé son veto à la distribution de tous les Kits. Les vidéos sont prises dans ce travail comme des textes / discours qui signifient l'homophobie, lui apportant ainsi des sens et des représentations. En partant de l'analyse du discours français et de la sémiotique de Greimas nous avons effectué l'examen des textes filmiques afin de mieux faire connaître le discours diffusé à travers eux. Confrontant le discours saisi au cadre social qui le communique et aussi à sa mémoire, nous avons constaté que le mot homophobie montre au fil du temps un spectre de sens qui augment de plus en plus. Ces nouvelles significations sont prises par nous comme de nouvelles connaissances, de nouveaux discours qui, en plus de représenter l'homophobie, contribuent aussi à une nouvelle présentation de l'homosexualité. Puisque l'homophobie porte des marques discursives négatives, elle devient donc une chose importune, interdite socialement, ce qui finit par mettre en place un mécanisme de contrôle social et discursif. Grâce à notre analyse, nous avons remarqué que le déplacement de sens a éloigné le mot de sa première origine, concernant à une pathologie psychologique, pour l'insérer dans le domaine qui touche l'éthique et la politique. Ce qui revient à dire que l'homophobie n'est plus une question de "santé", mais un problème social. Ce phénomène, qui est idéologique, nous décrit un cadre de transformations sociales et historiques dans lequel nous assistons au processus de construction de la visibilité et de la légitimité homosexuelle. Les nouveaux discours, qui sont établies au moyen de nouvelles représentations de l'homophobie, nous révèlent la configuration d'un "dispositif discursif". Ce "dispositif", à notre avis, annonce la construction d'un nouveau contrôle idéologique qui émerge dans les contre-discours qui font face à l'hétéronormativité, en tant qu'idéologie hégémonique.

Mots-clés: analyse du discours, l'homophobie, kit "école sans homophobie", des représentations discursives.

SUMÁRIO

Introdução	09
1. Sobre a intolerância e a homofobia: considerações gerais	20
1.1. Da intolerância	20
1.2. Da homofobia	30
1.2.1. A temática da homofobia na academia brasileira	31
1.2.2. O quadro da homofobia no cenário brasileiro.....	35
1.2.3. Sobre a homofobia: considerações em torno da história.....	46
2. De fora para dentro da norma	55
2.1 A construção das identidades homossexuais e uma definição inicial dos termos.....	55
2.2. Os movimentos homossexuais e o exercício político para a construção da cidadania homossexual.....	58
2.3. Homofobia: uma palavra-discurso (ou a face da resistência).....	69
3. A construção do quadro teórico e metodológico	90
3.1. Definindo conceitos e adotando posições teóricas.....	90
3.2. Sobre identidade, memória e discurso.....	91
3.3. Sobre as representações sociais.....	98
3.4. As paixões no discurso: na trilha de um discurso apaixonado.....	100
3.4.1. Discutindo outras noções no âmbito da AD: contribuições da semiótica do discurso.....	105
3.5. Sobre a metodologia.....	107
3.5.1. Os percursos de uma escolha.....	108
3.5.2 Examinando os vídeos: alguns princípios metodológicos.....	112
4. Análise dos textos fílmicos	115
Medo de quê?	117
1. Sinopse.....	117
2. Descrição e análise da narrativa.....	117
3. Retrato discursivo.....	135
3.1. O enunciador, o enunciatário e o contrato discursivo.....	135

3.2. O percurso passional e as imagens da homofobia.....	138
3.3. O percurso narrativo de um herói e a representação da homossexualidade.....	141
Boneca na mochila.....	147
1. Sinopse.....	147
2. Descrição e análise da narrativa.....	148
3. Retrato discursivo.....	167
3.1. A heteronormatividade: esse destinador-manipulador.....	167
3.2. Sobre as condições de produção do discurso.....	172
Encontrando Bianca.....	183
1. Sinopse.....	183
2. Descrição e análise da narrativa.....	183
3. Retrato discursivo.....	191
3.1. A vivência “trans” e a transcrição da “ordem natural”.....	191
3.2. Travestis e transexuais.....	194
3.3. Travesti: a construção da identidade através do corpo.....	197
3.3.1. Um corpo que significa.....	200
3.4. Travesti, prostituição e exclusão social.....	202
Probabilidade.....	205
1. Sinopse.....	205
2. Descrição e análise da narrativa.....	206
3. Retrato discursivo.....	211
3.1. A bissexualidade e as fissuras da identidade sexual.....	211
Torpedo.....	218
1. Sinopse.....	218
2. Descrição e análise da narrativa.....	218
3. Retrato discursivo.....	223
3.1. A homossexualidade feminina e a transgressão da norma sexual.....	223
5. Discussão dos resultados.....	229
5.1. Emoções e homofobia.....	229
5.2. A representação da homofobia e a re-apresentação da homossexualidade.....	240
5.3. Homofobia: da categoria de doença à categoria política.....	251
5.3.1 “O que não é regulado (...) não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também”.....	257
Considerações finais.....	261
Referências bibliográficas.....	274
Anexo A.....	281
Anexo B.....	288

Anexo C	292
Anexo D	294
Anexo E	296
Anexo F	298

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal brasileira, no seu artigo 3º, inciso IV, define como objetivo fundamental da República “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação”¹. A existência de um princípio que protege a diversidade e repudia as formas de discriminação não significa, porém, que exista um rigoroso controle do Estado sobre a questão da intolerância. Isso se observa, inclusive, na carência de estatísticas oficiais que evidenciem os números com relação à intolerância ou aos crimes de ódio e, principalmente, no silêncio da lei – no nível constitucional – no que tange à punição para os crimes motivados pela homofobia.

Crimes de ódio dizem respeito a toda forma de violência contra uma pessoa ou grupo, devido às suas especificidades. Agressões, torturas, ofensas, intimidações, depredações, ameaças etc. são formas de violência que se caracterizam como crimes de ódio, quando o vetor dessa violência é o preconceito, a resistência ou a intolerância para com o diferente.

No cenário brasileiro, a intolerância tem aparecido sobretudo através das mídias eletrônicas, sendo possível acompanhar quase que cotidianamente suas manifestações. Embora os acontecimentos sejam constantes, ainda não temos ações efetivas que combatam a intolerância nas suas mais diversas formas de existência, o que certamente faz acentuar esse sério problema social. Tal realidade mostra que ainda estamos num processo de (re)conhecimento da intolerância e de construção de meios para reprimi-la. Um exemplo que podemos citar é a criação de delegacias especializadas em crimes de ódio, como a DECRADI (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância), existente em São Paulo, desde 2006, e no Rio de Janeiro, desde 2010.

Apesar dessas iniciativas, o que se observa é ainda uma ação muito tímida no que diz respeito às intervenções do Estado, fazendo com que o acompanhamento dos casos de intolerância seja geralmente empreendido por organizações específicas. Na Bahia, por exemplo, existe o GGB² (Grupo Gay da Bahia), sob coordenação de Luiz Mott, reconhecido

¹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03/04/2011.

² Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/>>. Acesso em: 02/05/2011.

antropólogo, historiador, professor/pesquisador e militante homossexual. O GGB foi criado em 1980 e, desde então, sua atuação em defesa dos direitos do segmento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis) tem sido nacionalmente reconhecida. Nas palavras do próprio Mott, publicadas no site do Grupo:

Desde sua fundação, o GGB foi protagonista das mais importantes conquistas do movimento LGBT nacional: liderou em 1985 a campanha nacional que retirou o “homossexualismo” da condição de desvio e transtorno sexual; foi a primeira ONG/LGBT a se registrar como entidade civil e obter o status de utilidade pública municipal; foi pioneira na prevenção da Aids e fundou diversas outras ONGs, como a Associação de Travestis de Salvador, o Grupo Lésbico da Bahia, o Quimbanda Dudu de Negros Gays, entre outras.

Um dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo tem sido o registro dos casos de homofobia noticiados na mídia brasileira. O objetivo é apresentar estatísticas que comprovem a violência (muitas vezes seguida de morte) sofrida por homossexuais, em razão do preconceito e da intolerância, ou seja, a violência motivada pela homofobia. Os dados apresentados pelo GGB evidenciaram que os crimes decorrentes da homofobia tenderam a crescer nos últimos anos. Em 2010 foram verificados 260 assassinatos de homossexuais, 31% a mais do que o índice registrado em 2009. Ainda de acordo com as informações fornecidas pelo Grupo, o estado que mais registrou homicídios foi a Bahia, seguida de Alagoas, São Paulo e Rio de Janeiro. Os dados levantados permitiram também verificar que o Brasil se revela um dos países mais homofóbicos do mundo: o risco de um homossexual ser assassinado aqui é 785% maior do que nos Estados Unidos³.

No âmbito virtual, o site <safernet.org.br> identificou, em 2010, mais de 20 mil sites dedicados à discriminação. As estatísticas de 2009 registraram 52.388 denúncias de crimes cibernéticos ao portal, sendo que 12.969 foram denúncias de neonazismo; 12.477, de xenofobia; 12.130, de intolerância religiosa; 8.510, de racismo; e 6.307, de homofobia⁴.

De acordo com a DECRADI de São Paulo, as ocorrências mais frequentes na delegacia são as de intolerância racial/étnica (29,91%) e de intolerância à orientação sexual (19,65%), sendo que, 29,91% das ocorrências registradas dizem respeito a casos que não são

³ Informações disponíveis em: <<http://www.brasil247.com.br/pt/247/brasil/927/Intoler%C3%A2ncia-crimes-contra-gays-crescem-31.htm>>. Acesso em: 10/05/2011.

⁴ Disponível em: <<http://www.safernet.org.br/site/noticias/mais-20-mil-sites-dedicados-%C3%A0-discrimina%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 02/05/2011.

de intolerância⁵ (como roubos e assaltos). Essa constatação não significa que outras práticas de intolerância inexistam; apenas mostra que aquelas que acabamos de citar têm sido mais denunciadas.

Vislumbrando esse quadro social durante as nossas investigações, verificamos que a homofobia – entendida, grosso modo, como uma violação aos direitos humanos, que consiste na intolerância, na discriminação, na ofensa ou em qualquer outra manifestação de repúdio, rejeição ou aversão com relação à homossexualidade ou à homoafetividade – tem ocupado um lugar na nossa sociedade, cuja relevância não pode ser desprezada.

O crescente número de denúncias, a maior organização dos movimentos homossexuais e as conquistas que estes vêm conseguindo, mostram-nos o quanto as identidades e os discursos ligados à homossexualidade têm circulado na sociedade e, conseqüentemente, ocasionado incômodos que, muitas vezes, se revelam através de alguma manifestação de intolerância. Tal realidade é propícia à homofobia, que, de acordo com Natividade & Oliveira (2009), emerge num cenário de transformações sociais, culturais e políticas.

É diante desse quadro que o presente trabalho se desenvolve, procurando dedicar-se ao estudo do(s) discurso(s) sobre a homofobia e sobre a homossexualidade, apreendido(s) por meio da análise de vídeos pertencentes ao Kit “Escola sem homofobia”, que, como se explicará mais adiante, foi desenvolvido com o objetivo de promover a educação contra a homofobia e o respeito à diversidade sexual nas escolas brasileiras do ensino médio. É, pois, nosso objetivo investigar, nos textos fílmicos selecionados, as imagens/representações da homossexualidade e da homofobia (e outras imagens correlatas, como a do homossexual, a do sujeito homofóbico etc) que circulam no imaginário brasileiro. Além da relevância social – afinal, estamos aqui refletindo sobre questões que desafiam a sociedade, tais como a violência e a intolerância –, este trabalho visa contribuir também para os estudos discursivos, procurando compreender o processo de deslocamento e de (re)construção de sentidos pelo qual vêm passando as noções de homofobia e de homossexualidade ao longo do tempo⁶.

⁵ Disponível em: <<http://www.midiams.com.br/site/policia/ataques-racistas-lideram-casos-em-delegacia-especializada-de-sp-17862.html>>. Acesso em: 22/05/2011.

⁶ Por exemplo, no que tange à homofobia, o fato de tal palavra ter sido cunhada apenas em 1971, por T. K. Smith, – como nos revelam as reflexões de Borrillo (2010, p. 21) – mostra que os saberes e discursos construídos em torno dessa questão não são conhecidos ainda em toda a sua complexidade.

Dito isso, importa-nos esclarecer que o nosso trabalho não se dedica à análise do discurso homofóbico, aquele que é enunciado por um sujeito preconceituoso e/ou intolerante que revela, no seu dizer, alguma forma de negação do homossexual e da homossexualidade. No entanto, é preciso reconhecer que esse discurso pode emergir em nossa análise, uma vez que as narrativas dos vídeos que tomamos como objeto, procurando significar, representar discursivamente a homofobia (no intuito de combatê-la), acabam por desvelar também o discurso homofóbico.

Nosso objetivo maior, com este estudo, é conhecer o discurso sobre a homofobia e a homossexualidade, principalmente, no momento atual em que vários países do mundo passaram a reconhecer o casamento e a adoção de crianças por casais do mesmo sexo, gerando uma espécie de “efervescência social” em torno dessa questão⁷. Interessa-nos verificar quais sentidos se constroem, do ponto de vista discursivo, quando designamos determinadas práticas como sendo homofóbicas, e em que medida esses sentidos alteram também as noções de homossexual e de homossexualidade (ou, em sentido contrário, como estas afetam aquelas, já que se trata de um processo de mão dupla). O pleno conhecimento dessas questões ainda é relativamente pequeno, como mostra a literatura que pesquisamos para este trabalho. Parece-nos, pois, de extrema importância investigar o tema homofobia/homossexualidade, uma vez que se trata de algo que está na pauta de discussões nas esferas política, judiciária, midiática e até mesmo cultural, na atualidade brasileira e mundial.

Quanto aos discursos homofóbicos propriamente ditos, eles encontram suas razões de ser no processo histórico que relegou os homossexuais à anormalidade, fazendo com que a homossexualidade fosse vista como uma ameaça à ordem social. Daí a homossexualidade ser concebida como erro, pecado, imoralidade, doença, anormalidade, perversão, etc., a depender da perspectiva (lugar discursivo) a partir da qual se procura compreender os homossexuais e a homossexualidade. A construção da homofobia pode ser vista, inclusive, como uma resposta a esse processo. Enfatizamos que, nesse sentido, não estamos falando propriamente de atos homofóbicos, mas do construto social chamado homofobia e dos dizeres que sobre ele se

⁷ No Brasil, o Supremo Tribunal Federal, em 5 de maio de 2011, reconheceu a família homoafetiva, conferindo aos casais homossexuais o direito à união estável. Essa decisão foi proferida no julgamento da ADI 4277-DF e ADPF 132-RJ. Já na França, a lei autorizando o casamento gay e a adoção por casais do mesmo sexo foi assinada pelo Presidente François Hollande, em 18 de maio de 2013, fazendo da França o 14º país no mundo a legalizar o casamento gay, o que vem gerando inúmeros protestos e manifestações contrárias. Informações disponíveis em: <<http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/100519433/aprovado-o-casamento-gay-no-brasil-raquel-castro>> e <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,presidente-frances-assina-lei-que-permite-casamento-gay,1033200,0.htm>>. Acesso em: 08/02/2014.

pronunciam. Nesse sentido (e para essa finalidade), é importante distinguir os atos homofóbicos da construção de um dispositivo discursivo – para usarmos o termo de Foucault (1999) – chamado homofobia. Em outras palavras: nossa reflexão incide, prioritariamente, sobre um fenômeno social e ideológico que se manifesta discursivamente quando a sociedade (re)significa a homofobia (e, por extensão, a homossexualidade).

A homofobia, juntamente com a xenofobia, o racismo, o sexismo, o machismo, etc., é uma das diversas formas de exclusão existentes na sociedade. Esses fenômenos – discursivos, culturais, históricos e sociais – não são apenas um indicativo da existência das diferenças e dos conflitos entre elas na sociedade; são também (e acima de tudo) instrumentos de “apoderamento”, de submissão, de controle do outro, tendo em vista um dado sistema de valores que se deseja manter e impor a todos.

Falar em homofobia significa não apenas abordar a homossexualidade, mas tratar também do que se tem considerado como (a)normalidade. Os discursos de exclusão são, evidentemente, discursos que combatem aquilo que destoa da dita normalidade, de um determinado padrão estabelecido como “certo” pela e para a sociedade. O papel desse padrão é garantir, entre outras coisas, a coesão social, uma aparente homogeneidade e o sentimento de pertença. Esse padrão não é, porém, um *já-construído imutável*; trata-se de algo que vai sendo transformado no decorrer do tempo, no seio das mudanças que vão se impondo às relações sociais. O que é normal hoje pode deixar de sê-lo amanhã (e vice-versa).

Fato é que a norma existe e se impregna na sociedade através de diversas formas de controle, institucionais e não institucionais. Ora, por que falar de norma para falar de homofobia? Porque a homofobia resulta justamente de uma vasta construção histórica responsável por colocar os homossexuais fora da norma, concebendo-os não somente como uma diferença, mas como uma diferença perigosa, que deve ser ou condenada, para que não exista na sociedade, ou convertida, para que se submeta à norma e à forma de existência que essa norma permite. No rastro desse processo, no qual os homossexuais foram cunhados de pedófilos, pederastas, invertidos, anômalos, endemoninhados, doentes, desviados, imorais, promíscuos, perversos etc., um conjunto de valores negativos foi se impregnando no imaginário acerca dos homossexuais e da homossexualidade, fazendo com que eles se tornassem não somente uma diferença, mas também uma ameaça que deve ser combatida.

Fruto de algo extremamente ruim, poderosos o suficiente para serem temidos e combatidos, os homossexuais se tornam, fatalmente, alvo do repúdio da sociedade. Essa

repulsa se manifesta não apenas nos atos violentos, verbais ou físicos, mas também na mais profunda manifestação da subjetividade, conforme a análise dos vídeos nos permitiu verificar.

Assim, a homofobia não se restringe aos atos de violência mais atrozes que são estampados nos jornais e que nos deixam indignados. As reflexões sobre essa questão permitem visualizar, com clareza, que a homofobia está em toda forma de diferenciação/restrrição dos homossexuais e da homossexualidade. Desse modo, não é apenas no “grito” do discurso que a homofobia aparece, mas também nas formas do silêncio, como propõe Orlandi (1987). Nesse sentido, o estabelecimento e a constante reiteração de padrões tidos como normais (o comportamento heterossexual, por exemplo), também são frutos de uma cultura homofóbica. E é essa complexa forma de existência que faz com que a homofobia encontre lugar mesmo dentro da chamada comunidade LGBT, evidenciando o poder da normatividade na constituição dos indivíduos.

Esse quadro complexo de existência da homofobia e de sua relação necessária com a questão da homossexualidade justifica nosso interesse pela temática. Além disso, convém assinalar que os crimes motivados pela homofobia constituem um problema político e social, o que nos torna, também por esse viés, comprometidos com as questões que evocamos em nosso trabalho. Soma-se a essa razão os ainda escassos estudos e reflexões de cunho acadêmico em torno da homofobia e da homossexualidade existentes na área de Letras. Há, certamente, pesquisas concluídas⁸ e em andamento⁹, mas grande parte delas se insere em outros domínios, como a psicologia, as ciências sociais e a educação, permitindo-nos constatar que o número de trabalhos desenvolvidos no âmbito das Letras e, mais especificamente, no da Linguística, é pouco expressivo.

Desse modo, acreditamos que examinar esses “fenômenos” a partir do viés teórico-metodológico que assumimos – o da análise do discurso (tomada aqui em sentido amplo) – torna-se uma contribuição não somente para as pesquisas já desenvolvidas e em andamento, como também para o domínio dos estudos do texto/do discurso, uma vez que nos possibilitará

⁸ A título de ilustração, podemos citar a tese de doutorado de Edith Modesto (2010). O trabalho, intitulado *Homossexualidade: preconceito e intolerância – análise semiótica de depoimentos*, foi desenvolvido a partir das contribuições da semiótica greimasiana, mais especificamente, da semiótica das paixões. A autora analisa os discursos de filhos homossexuais e de suas mães, descrevendo sua organização discursivo-passional, a fim de compreender o processo de aceitação das mães pelos filhos e dos filhos com relação a si mesmos, no que tange à questão da homossexualidade.

⁹ Citamos, em especial, a pesquisa a respeito do preconceito contra as homossexualidades, realizada no Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania – LGBT - da FAFICH/UFMG, coordenado pelo professor Marco Aurélio Prado, do Departamento de Psicologia.

conhecer e definir melhor, a partir do nosso aporte teórico-metodológico, o que nos diz(em) o(s) discurso(s) sobre a homofobia e sobre a homossexualidade na atual conjuntura.

Quanto ao “lugar” que elegemos para investigar tais discursos, decidimos trabalhar com um conjunto de cinco vídeos produzidos para atender ao programa “Escola Sem Homofobia”, que pertence a um projeto maior, o “Brasil Sem Homofobia”, criado pelo governo federal no ano de 2004. Os vídeos comporiam o chamado kit “Escola Sem Homofobia”, rapidamente batizado de “Kit gay” pela mídia. O material foi produzido com apoio do MEC, planejado e criado pelas ONGs Pathfinder do Brasil (coordenadora do projeto), ECOS – Comunicação em Sexualidade, Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e pela ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

De acordo com as informações disponibilizadas pela ECOS, o kit seria

um conjunto de ferramentas educacionais, destinadas ao ensino médio, que visam à desconstrução de imagens estereotipadas sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e para a promoção do convívio democrático com a diferença no ambiente escolar. Orienta-se pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, da equidade, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas públicas, da justiça social¹⁰.

O material foi avaliado pelo Conselho Federal de Psicologia Brasileiro, um dos órgãos apoiadores do projeto, e também recebeu moção de apoio da UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS); do CEDUS (Centro de Educação Sexual); do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT); da UNESCO (União das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e também da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e da União Nacional dos Estudantes (UNE).

No parecer emitido pelo o Conselho Federal de Psicologia, a instituição atesta a qualidade e a importância do material para o enfrentamento do preconceito e discriminação sexual. O texto também procura afastar a possibilidade de o kit vir a “induzir” comportamentos homossexuais, numa clara resposta a um conhecido “receio” (homofobia!) social:

¹⁰ Informações disponíveis em: < <http://www.ecos.org.br/index2.asp>>. Acesso em: 02/04/ 2012.

Acerca da polêmica criada sobre o material, em especial os vídeos, e a possibilidade de influenciar a orientação sexual dos demais alunos, a partir dos conceitos centrais e cientificamente históricos da Psicologia, entendemos que o material não induz o corpo discente e mesmo docente à prática da homossexualidade. Pelo contrário, possibilita que professores e alunos trabalhem o tema diferenciando o que é da ordem da heterossexualidade e da homossexualidade¹¹

O kit “Escola Sem Homofobia”, de acordo com informações fornecidas pela ECOS na “Nota Oficial sobre o Projeto Escola Sem Homofobia” (ANEXO A), seria composto de um caderno, uma série de seis boletins, três audiovisuais, dois DVDs e um cartaz. Na época em que se falou publicamente a respeito do Kit, em 2011, os vídeos foram largamente comentados, reproduzidos em diversas mídias eletrônicas e em vários canais do “Youtube”. O resultado foi uma avalanche de manifestações públicas – que incluiu tanto personalidades políticas quanto artísticas – demonstrando-se contrárias ao kit e à sua distribuição para as escolas. O argumento mais recorrentemente utilizado para justificar o repúdio aos vídeos era o de que ele promoveria, induziria à homossexualidade. Fato é que o kit não chegou a ser distribuído para as seis mil escolas do ensino médio, como havia sido inicialmente previsto, e muito menos se tornou conhecido em sua totalidade pela sociedade em geral. Informações a respeito do material podem ser acessadas no site da referida ONG, porém não é possível ter acesso a todo o conteúdo do kit, conforme esclarecem os próprios produtores.

Em maio de 2011, a presidente Dilma Roussef vetou a distribuição dos materiais, cedendo a fortes pressões que vieram especialmente do Congresso Nacional, sobretudo da chamada “bancada evangélica”, que se somou a um conjunto de outros deputados de linha mais conservadora. Desde então, os debates em torno da questão encontram-se praticamente estagnados. A posição adotada pelo governo federal foi publicamente criticada pela própria ECOS, por meio de uma carta aberta, disponível em sua página eletrônica.

Diante das informações que expusemos, torna-se imprescindível destacar que não temos nenhuma pretensão de avaliar o Kit; primeiramente porque tal empreitada não faz parte dos objetivos deste trabalho; em segundo lugar, porque isso extrapolaria totalmente a nossa competência; por último, porque sequer nos foi possível conhecer todo o kit, que seria composto por um conjunto de materiais que não se restringe apenas aos vídeos que tomamos como objeto de análise. Nesse sentido, as informações que aqui disponibilizamos servem para descrever o contexto de produção dos vídeos, que são por nós tomados como textos/discursos

¹¹ Fragmento do parecer “Projeto Escola Sem Homofobia”, emitido pelo Conselho Federal de Psicologia (AnexoB).

que procuram ressignificar a homofobia e a homossexualidade, representando-as dentro de um contexto de grandes transformações sociais no que diz respeito à promoção da visibilidade e da legitimidade homossexual.

Os vídeos¹² analisados são os seguintes: “Medo de quê?”; “Boneca na mochila”; “Encontrando Bianca”; “Probabilidade” e “Torpedo”, cujas narrativas, todas ficcionais, abordam a homossexualidade e a diversidade de gênero. Embora a ECOS não disponibilize em seu catálogo todos os vídeos, apenas “Medo de quê” e “Boneca na mochila”, é possível assistir às narrativas em vários canais do youtube. Para nos certificarmos de que estaríamos de fato lidando com vídeos produzidos pela ECOS, cotejamos as narrativas publicadas na internet com a descrição do material disponibilizada pela própria ONG. Além disso, tivemos acesso a imagens que seriam dos vídeos, bem como a reportagens, a exemplo das que são apresentadas nos anexos (C, D e E), que não apenas descrevem o conteúdo do kit, mas apresentam também os filmes. Finalmente, consultamos uma entrevista da coordenadora do projeto “Escola Sem Homofobia”, Maria Helena Franco, na qual ela descreve o material do kit e o conteúdo dos vídeos. Essas medidas nos permitiram certificar-nos de que os vídeos acessados na internet eram, de fato, aqueles que fariam parte do projeto.

Expostas as principais questões que norteiam nossa proposta, passamos a apresentar a forma como o presente trabalho se estrutura. No **primeiro capítulo**, delineamos o “pano de fundo” que nos permite situar e compreender melhor o que é a homofobia. Nele, abordamos a intolerância e discutimos o atual quadro da homofobia na sociedade brasileira, detectado especialmente por meio dos dados de uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2009.

No **segundo capítulo**, abordamos o processo de construção da visibilidade e da legitimidade homossexual. Apresentando um breve recorte histórico, procuramos mostrar como os próprios termos *homossexual*, *gay* e *identidade homossexual* revelam um processo de transformação social e cultural em torno da questão da homossexualidade. Os termos, ao longo do tempo, vão deixando as conotações negativas e passam a ter verdadeiros contornos políticos, revelando-nos os processos de resistência e objeção que os homossexuais empreendem frente à ideologia dominante: a heteronormatividade. Nesse mesmo capítulo, abordamos também o lexema *homofobia*, com o intuito de observar e discutir como os

¹² Os vídeos foram reproduzidos em um DVD, mas podem ser acessados na Internet. Os endereços para o acesso encontram-se na página 280 deste trabalho.

sentidos – mais amplos – que a palavra vem assumindo ao longo do tempo remetem à construção de um verdadeiro “dispositivo discursivo”, que aponta para uma nova rede de saberes em torno da homossexualidade e também da homofobia (questão que fica definida, de forma mais clara, no capítulo 5).

No **terceiro capítulo**, descrevemos os referenciais teóricos e metodológicos que subjazem às nossas reflexões e por meio dos quais examinamos o *corpus* desta pesquisa. Falamos dos critérios que nos levaram à opção pelo trabalho com os vídeos e também da forma como pretendemos proceder ao exame desse “objeto”. Importa-nos destacar que, neste estudo, a teoria se torna também nossa metodologia. Trata-se de uma perspectiva de investigação que privilegia a interface da análise do discurso com outras áreas do conhecimento (como, por exemplo, a história e a sociologia), buscando nelas apoio para investigar e compreender melhor os fenômenos sociais e multifacetados que são a homossexualidade e a homofobia.

O **quarto capítulo** é dedicado especialmente às análises e ao desenvolvimento das temáticas que se mostram mais relevantes no(s) discurso(s) projetado(s) nos/pelos textos fílmicos. Nele, procedemos à investigação e à descrição dos vídeos, adotando dois procedimentos principais: 1) apresentação da síntese da narrativa (sinopse); 2) análise dos mecanismos linguístico-discursivos de cada vídeo e reflexão em torno de suas condições de produção. Por fim, no **quinto capítulo**, discutimos os resultados obtidos nas análises. Nessa parte, tratamos mais detidamente da noção de representações sociais, estabelecendo um diálogo com as reflexões em torno da linguagem e do discurso. Delineamos e descrevemos as principais representações discursivas que os textos fílmicos nos revelaram, procurando mostrar que as representações da homofobia – que promovem e que são promovidas por uma rede de contradiscursos – acabam por viabilizar o processo de re-apresentação da homossexualidade.

Por fim, estabelecendo relações entre o discurso apreendido nos textos fílmicos e as demais questões relacionadas à literatura acerca da homossexualidade e da homofobia que trouxemos para o nosso trabalho, propomo-nos a, primeiramente, desconstruir a ideia de que a homofobia se restringe a uma manifestação explicitamente violenta (geralmente física) de ódio, tal como é compreendida, em larga escala, pela sociedade; segundo, evidenciar que a palavra “homofobia” vem sofrendo redefinições ao longo do tempo que ampliam o seu escopo de sentido e apontam para as profundas mudanças que vêm ocorrendo em nossa estrutura

social (lembramos que a língua – mais especificamente, o signo linguístico – reflete e refrata essa estrutura, como propõe(m) BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1990). No caso, essas mudanças dizem respeito à ascensão da homossexualidade e das identidades homossexuais por meio da entrada desses sujeitos nas estruturas e aparelhos normativos da sociedade. Tal empreendimento impulsiona o processo de construção de novos sentidos para a homossexualidade/homossexual, propiciando, desse modo, a sua entrada na esfera da normalidade, ou seja, ajustando as identidades homossexuais à/na sociedade. Dessa forma, de modo paradoxal, a homofobia, concebida como algo não desejável nas nossas relações (porque contraria a diversidade e a igualdade, tão conclamadas no mundo pós-moderno), pode ser concebida como uma das engrenagens desse processo de legitimação da cidadania homossexual.

Diante do que foi exposto até aqui, reiteramos os principais objetivos que norteiam este trabalho: 1) conhecer melhor, a partir da perspectiva da análise do discurso (tomada em sentido amplo), os discursos sobre a homofobia e a homossexualidade que circulam no imaginário brasileiro, sobretudo na atualidade; 2) verificar o funcionamento desses discursos em razão de um quadro de transformações sociais, políticas e culturais que tem garantido às identidades homossexuais uma mudança de *status*. A esses dois objetivos, somam-se outros, mais específicos, que são: a) proceder a uma análise linguístico-discursiva dos cinco vídeos selecionados, tendo em vista o reconhecimento das regularidades ou “coerções” características das formações discursivas que os atravessam; b) levantar os valores e a(s) formação(ões) ideológica(s) que fundamenta(m) os textos fílmicos em questão, bem como a memória que subjaz a eles; c) apreender as imagens/representações da homofobia e da homossexualidade e outras imagens correlatas (como a do homossexual, a do sujeito homofóbico etc) que se controem no discurso dos vídeos; d) arrolar as significações que o termo “homofobia” pode ter e relacioná-las à movimentação do discurso homossexual, bem como ao seu impacto na sociedade. Nesse sentido, tomamos os vídeos como representativos das ideias/dos discursos que circulam no contexto social mais amplo (conforme consta nos objetivos 1 e 2).

CAPÍTULO 1

SOBRE A INTOLERÂNCIA E A HOMOFOBIA: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Neste capítulo, abordaremos a questão da intolerância. Nosso objetivo é discutir as acepções que tal noção assume, buscando, ao mesmo tempo, mostrar que a intolerância se apresenta ao longo da história da humanidade não apenas como uma disposição naturalmente humana, mas também (e, principalmente) como um mecanismo de controle e coerção social. Em seguida, trataremos especificamente da homofobia, apoiando-nos em dados da pesquisa realizada, em 2009, pela Fundação Perseu Abramo (em parceria com o Instituto Rosa Luxemburg Stiftung), dados esses que apontam as diferentes formas de intolerância contra os homossexuais, bem como os sujeitos que são mais vulneráveis a esse tipo de violência (física e simbólica). Por último, na trilha de Borrillo (2010), procuraremos conhecer e descrever os principais acontecimentos históricos por meio dos quais se construiu a imagem negativa da homossexualidade, responsável por sua inserção na esfera da anormalidade.

1. Da intolerância

Segundo Ricoeur (1997), a intolerância seria decorrente do desejo dos homens de impor suas crenças e convicções e de, paralelamente, desaprovar as crenças e convicções que lhes parecem diferentes das suas. A tolerância, por outro lado, seria uma construção social que nos leva a aceitar a diferença e até mesmo o estranho, tendo em vista a impossibilidade (ética) de eliminá-los.

A propensão a lutar contra aquilo que é diferente marca a sociedade já há muito tempo. O século XVIII, por exemplo, segundo Le Goff (1997), teria sido marcado pela rejeição aos leprosos, homossexuais, hereges e judeus, enfim, por toda uma ordem de coisas – entre as quais, o discurso – que ameaçaria a integridade, a aparente transparência e a homogeneidade dos princípios da igreja.

Assim, esse período foi marcado, na Europa, pela forte intervenção e controle do clero, tendo em vista a defesa da Cristandade. Tal empreendimento foi tão assertivo que o século XVIII ficou conhecido como o momento em que a elite clerical empreendeu um

grande projeto de exclusão. Dentre as diversas medidas impostas pela igreja, estaria a superação da carne, possível através do afastamento do homem de tudo aquilo que pudesse levar o corpo a ser corrompido. Segundo Veloso (2009), o clero, com base em textos bíblicos e nos escritos de Santo Agostinho, instituiu uma forma de controle da vida social por meio do controle do sexo:

(...) o sexo foi elemento de grande importância neste processo de (re)organização da sociedade. Para o alcance de tal objetivo as elites episcopais criaram um discurso intolerante que mais do que estabelecer a repressão sexual tinha a intenção de promover um regramento deste. (VELOSO, 2009, p. 11).

Observando esse excerto, percebemos como o regramento da sexualidade, empreendido através do controle do corpo, se instituiu como uma prática incorporada à sociedade. Esse controle passava por atitudes como evitar a embriaguez (que poderia conduzir à luxúria), a desonestidade, a fornicação e a gula (VELOSO, 2009). Uma vez imposta como legítima, essa rotina – ou melhor, esse hábito – relegava ao pecado aquilo que estivesse fora de sua esfera.

No rastro da história, podemos observar que os movimentos de inclusão/exclusão relacionados à norma são sempre sociais e atendem aos interesses necessários à organização da sociedade em determinados períodos. Isso permitiria explicar atitudes como o estabelecimento da tolerância, o controle da intolerância e até mesmo a tentativa de legitimar e estimular a intolerância em determinados momentos. Lembremos, por exemplo, da “legítima” perseguição dos judeus e homossexuais no Holocausto.

No âmbito político, ainda refletindo sobre a questão da tolerância, podemos pensar na criação da nação democrática. O conceito de democracia remete à Antiguidade Clássica, e expressa a forma como o homem grego organizava sua vida política, de modo a permitir que todos participassem da vida pública, tendo em vista um governo do/para o povo. No entanto, como é sabido, nem todos eram considerados “habilitados” para essa vida pública, sendo excluídos mulheres, escravos e estrangeiros, por exemplo.

A noção de democracia de hoje baseia-se no ideal democrático, entendido como uma forma de governo na qual o poder é exercido por todos os cidadãos que, por meio do voto, delegam a alguns indivíduos o direito de representá-los. A democracia tem como princípio a defesa dos direitos humanos, tais como a liberdade de expressão e de crença religiosa, o direito à proteção legal igualitária para todos e a oportunidade de participação e organização

na/da vida econômica, política, social e cultural do Estado. As sociedades democráticas almejam a tolerância e a convivência pacífica entre as diferenças e os diferentes (SCHNAPPER, 1997).

Sabemos, porém, que esse ideal criado pela democracia não exclui as contradições vividas pelos estados democráticos. Não é nosso intuito, porém, abordá-las. O que desejamos enfatizar é o fato de a democracia representar, entre outras coisas, a necessidade de convivência com a diversidade, com o multiculturalismo: Sobre essa questão, Schnapper (1997, p. 143) afirma que “a nação democrática tem por princípio e por ambição fazer com que vivam juntos cidadãos iguais enquanto cidadãos, mas também indivíduos portadores de histórias e de culturas específicas”. Fundada na distinção entre o público e o privado, a nação democrática, segundo o autor, transcende, por meio da cidadania, o fato de o indivíduo pertencer a grupos particulares.

Logo, temos, no seio da democracia, a consciência da diferença, o conhecimento de que é necessário abarcar essa diferença e a instituição de modos de fazê-lo. Uma dessas formas é a manutenção daquilo que é múltiplo na ordem do privado. Na esfera pública, na qual cidadão é cidadão indistintamente, o desejo é que as diferenças sejam suprimidas – pelo menos em tese.

Observamos, assim, a partir de um recorte social do nosso tempo, que a sociedade se organiza, instaurando espaços próprios e determinações que regulam as práticas sociais. No âmbito político, mais especificamente no da democracia, o conceito de cidadania é a forma instituída de se administrar a diversidade:

A cidadania está baseada, de fato, na ideia de que, para além de suas diferenças e desigualdades, para além da legítima variedade de suas referências culturais ou morais e de suas fidelidades religiosas ou históricas, todos os homens são iguais em dignidade e de devem ser tratados de igual maneira, jurídica e politicamente. (SCHNAPPER, 1997, p. 147).

O conceito de cidadania, tão caro às sociedades democráticas, é uma forma de se organizar, tanto no âmbito político quanto no jurídico, o espaço ou a legitimidade da diferença. Essa organização constrói, por força do Estado, a tolerância, que, por sua vez, regula a manifestação da intolerância.

Certamente, entendemos que a organização social não se dá de modo natural: as imposições dos acontecimentos e das consequências que estes causam na vida pública justificam os rumos que a sociedade vai tomando. Se, em determinados períodos, certas práticas eram possíveis, em outros elas foram consideradas insuportáveis, fazendo com que mudanças se tornassem imprescindíveis. Tais mudanças acontecem nas relações sociais e são “tratadas” pelas esferas institucionais, que as regulam. Em meio a esse processo, as representações e os valores vão se amalgamando no seio da sociedade e tornam-se, na medida em que são incorporados e vividos pelos sujeitos, quase “naturais”.

O mundo globalizado, cuja característica é a superação das fronteiras entre as nações, trouxe consigo o desafio da queda dos limites que separava os semelhantes e os diferentes. Não é em vão que pluralidade e diversidade são temáticas constitutivas de diversos discursos que emergiram na sociedade pós-moderna¹³. Porém, a necessidade de uma convivência pacífica entre sujeitos diferentes do ponto de vista étnico, racial, sexual, religioso, econômico etc. embora desejável, não ocorre sem atritos e conflitos e nem abandona a memória de práticas sociais e discursivas anteriores, cujos ecos se fazem ouvir cotidianamente sob a forma de diversas manifestações preconceituosas e/ou intolerantes. Por essa razão, ainda que tenhamos atingido um patamar de organização social, política e legal, por meio do estado democrático, da afirmação dos direitos humanos e da defesa da vida, não nos vemos livres de manifestações intolerantes que culminam em ofensas, violência física e/ou verbal, assédios, etc.

Um fato que devemos observar é que o intolerante, geralmente, não se vê como tal e acredita para si o direito de negar, de alguma forma, o outro. O intolerante, ao subjugar o diferente, tende a se ver respaldado em algum fundamento: econômico, político, religioso etc. Como exemplo, podemos relembrar o massacre promovido pelos alemães em relação aos judeus, com base na crença de que a eliminação desses indivíduos culminaria na homogeneidade e na supremacia do povo alemão. Essa homogeneidade se justificava por razões étnicas, políticas e até estéticas, quando se fundamentava no princípio da harmonia buscada pela nação alemã no período nazista. Como nos fala Bauman (1998, p.13), citando

¹³ Por “era pós-moderna”, ou pós-modernidade, termo utilizado por Bauman (1998), não devemos entender um marco temporal específico, mas sim uma espécie de conjuntura social, cultural e até tecnológica. Não há, na concepção do autor, uma ruptura da modernidade para a pós-modernidade, por exemplo. A designação pós-modernidade é utilizada para se referir a um processo histórico que tem como algumas características: o consumismo, o individualismo, o desenvolvimento de novas tecnologias e formas de comunicação, o maior contato entre nações etc. Tais desenvolvimentos repercutiriam nos indivíduos, dando-lhes, por exemplo, o sentimento de fluidez, desestabilidade e até desordem. Em suma: trata-se de um conceito que se refere a um estado de coisas, e não a um marco cronológico, propriamente dito.

Cynthia Ozyck, “era uma solução estética; era uma tarefa de preparar o texto, era o dedo do artista eliminando uma mancha, ela simplesmente aniquilava o que era considerado não harmonioso”.

É plausível afirmarmos que a intolerância, ou a atitude intolerante, sempre parece surgir para combater uma aparente desordem, do ponto de vista do intolerante. Essa desordem seria um indicativo de que algo está fora do controle, fora do lugar, enfim, em “falta de sintonia” com a normalidade. A esse respeito cabe falarmos um pouco do “sonho da pureza”, assim descrito por Bauman (1998):

(...) é uma visão das coisas colocadas em lugares *diferentes* dos que elas ocupariam, se não fossem levadas a se mudar para outro, impulsionadas, arrastadas ou incitadas; e é uma visão da *ordem* – isto é, de uma situação em que cada coisa se acha em seu justo lugar e em nenhum outro. Não há nenhum meio de se pensar sobre a pureza sem ter uma imagem da “ordem”, sem atribuir às coisas seus lugares justos e convenientes ... (BAUMAN, 1998 p. 14; grifos do original).

Para que a pureza exista, é preciso que também o seu contrário seja identificado e bem situado. Ainda na perspectiva do referido autor, a sujeira é o oposto da pureza, aquilo que polui, que desajusta as coisas, que representa a desordem. Porém, as coisas não são naturalmente puras ou sujas; a sujeira existe a partir do lugar em que elas são colocadas, tendo em vista o que é idealizado pelos que determinam o que é a pureza. Por essa razão, aquilo que, em princípio, não seria puro pode tornar-se puro se for recolocado (BAUMAN, 1998, p. 14).

A sujeira, então, é algo que se situa fora do lugar, fora da norma. Assim também ocorre com os homens ou, como diz Bauman (1998), com uma categoria de homens que podem ser vistos como deslocados, fora da ordem e, por isso, identificados como algo que deve ser eliminado. Relacionado a isso, temos o estranho, que durante toda a história foi visto como uma ameaça, como aquilo que desconcerta, tal como a sujeira: “(...) o estranho despedaça a rocha sobre a qual repousa a segurança da vida diária” (BAUMAN, 1998, p. 19). O estranho, por não partilhar daquilo que é local, tem a capacidade de tornar instável, ou melhor, questionável aquilo que parecia até então estável, natural, controlado e normal. Assim como a sujeira, o estranho desafia a organização e surpreende as “pessoas do lugar”, tomando-as de assalto e levando-as a empreender esforços para restabelecer a ordem das coisas, o que, geralmente, implica eliminação e combate ao estranho.

A história do homem foi e é marcada pela tentativa de manutenção da ordem e de eliminação daquilo que a burla. Esse movimento garantiria o conforto e a segurança de prever melhor os acontecimentos, de estabelecer a rotina, de não ficar ao acaso. No entanto, para Bauman (1998), a era pós-moderna (vide nota 13) é marcada justamente pela necessidade do estabelecimento de uma nova ordem, a partir da desconstrução da ordem anterior. Tal fato torna esse período muito mais inquietante, pois, segundo o autor, há muito mais desafio na desmobilização do tradicional e na edificação de uma nova ordem do que na manutenção da ordem anterior. Logo, o movimento do mundo atual desestabiliza a rotina, a previsibilidade, dismantela as fronteiras, confronta e debate ideias, enfim, comporta-se de modo tal que a efemeridade das coisas e a expectativa das novas experiências se tornaram objetos de desejo do homem pós-moderno.

Nesse novo tempo que assume a instabilidade e, inclusive, a requisita, as diferenças passam a existir de maneira mais próxima, as distinções se tornam pouco fundadas e os lugares difíceis de ser demarcados. O desafio do homem foi justamente o de se ajustar a esse movimento frenético da era pós-moderna. Esta, de acordo com o pensamento de Bauman, exige do homem que ele saiba conviver com os estilos e padrões que são “livremente concorrentes”, que saiba se adaptar aos movimentos do mercado, às trocas de identidade, enfim, que ele busque sempre novas sensações. O homem que não passa nesse teste “da pureza”, para usar a expressão do autor, é a “sujeira da pureza pós-moderna” (BAUMAN, 1998, p. 23).

A leitura de Bauman parece priorizar a questão mercadológica: o homem desajustado é aquele que não se encaixa nos padrões da sociedade consumista, cuja noção de liberdade está fundamentada no poder de escolha do consumidor. Acreditamos, porém, que esse pensamento pode ser estendido a outros domínios, não se restringindo à esfera da economia. Tratar-se-ia, assim, de modo geral, do homem que não se situa, que não encontra seu lugar nesse amálgama que é o mundo pós-moderno. Ele seria o deslocado, a sujeira, o estranho.

A partir das colocações do autor, podemos entender que, no nosso tempo, o homem que não se inseriu na perspectiva tolerante pregada após a pós-modernidade – tempo que legitima e valoriza a diferença –, é o homem deslocado. Porém, devemos considerar que, do ponto de vista do intolerante, o diferente, o estranho, o fora da norma é sempre o outro. Por essa razão, o que estabelece o que é o diferente é a perspectiva adotada pelo sujeito, a partir

de um conjunto de valores nos quais ele se situa. Esse conjunto de valores pode estar ou não em consonância com os valores requisitados pela sociedade num dado momento.

Bauman (1998, p. 44) afirma que “(...) os tempos pós-modernos estão marcados por uma concordância quase universal de que a diferença não é meramente inevitável, porém boa, preciosa, digna de proteção e de cultivo”. Segundo ele, esta é, inclusive, uma forma de se conviver com o estranho, de mantê-lo sobre controle. Assim, o reconhecimento, o desejo da diferença não é algo natural, mas uma construção social que percebe a imperiosa proximidade do diferente – advinda das fronteiras ultrapassadas pelo mundo pós-moderno – e a necessidade de uma forma de controle dessa diferença, desse estranho.

A eliminação da sujeira, daquilo que parece fora da ordem, como vimos, acompanha o homem ao longo da história. No entanto, as formas de estabelecimento do que é diferente e os modos de se controlar a diferença não são estanques; mudam no decorrer do tempo à medida que “novas” sociedades e “novos” homens vão se constituindo.

Como podemos observar até aqui, a intolerância, algo que desliza da subjetividade para a coletividade e vice-versa, é um instrumento de organização da sociedade. Se, num dado período, a diferença era indesejável e intolerável, atualmente, num mundo cujas relações nos tornam conectados uns aos outros, ela se torna necessária. A partir daí, o que não se tolera mais é a aversão à diferença. Podemos dizer que assistimos a um movimento de inclusão dos diferentes ao longo do tempo. No contexto do Brasil, podemos mencionar a inclusão dos negros, das mulheres e, mais recentemente, dos deficientes no mercado de trabalho, todos eles protegidos e amparados pela legislação para que se promova a inserção desses sujeitos nas relações sociais.

Temos consciência, no entanto, de que esse processo não ocorre de maneira tão simples como aparentemente descrevemos aqui. Além disso, sabemos das contradições existentes e da permanência da “diferença” em relação a esses sujeitos. Porém, a história nos permite verificar que há uma clara tentativa de colocá-los dentro da norma. Ainda que, dentro dessa norma, eles continuem sendo submetidos a um regime de diferenciação.

O que queremos ressaltar é que as mudanças impostas à sociedade, de tempos em tempos, trazem, com elas, diversas consequências, entre as quais os deslocamentos de sujeitos e valores para dentro e para fora da norma. Nesse processo, no qual localizamos os hereges, as mulheres, os negros, os pobres, os deficientes, os judeus, entre outros, encontramos também

os homossexuais. As mudanças nas relações sociais nos mostram a necessidade de incluí-los na sociedade, de fazê-los existir de forma legítima, autorizada. A homofobia, um discurso intolerante, evidencia justamente o confronto que surge desse processo, a transição da anormalidade para a normalidade, o choque que isso causa nos indivíduos (e nas instituições) ainda impregnados pela normatividade anterior. A homofobia nos permite ver o impacto da presença deste “estranho”, para usarmos a palavra de Bauman, rompendo a fronteira e se fazendo existir num espaço que antes o rejeitava.

É claro que essa rejeição ocorre ainda (e de diversas formas), mas não se pode negar o esforço da sociedade em se reorganizar para receber a diferença. Como ocorre em outros processos, os conflitos e as contradições não deixam de existir. Não temos, porém, condições de apresentá-los e discuti-los aqui. Queremos apenas destacar a configuração (ou a tentativa de configuração) de uma nova realidade, embora nunca completamente desvinculada da memória das mentalidades anteriores. É o clássico movimento que oscila entre tradição e ruptura.

Nesse novo cenário, onde as diferenças sempre existiram – mas agora com formas de convívio diferentes –, os conflitos e atritos tendem a aparecer muito mais, tendo em vista as novas formas de difusão e consumo da informação. Podemos cogitar, com base nas leituras que fizemos a respeito da nova configuração da sociedade – a pós-modernidade –, que a intolerância tem acontecido mais em razão de um mundo cujas fronteiras e ideias são cada vez mais maleáveis, um mundo onde indivíduos, culturas, políticas e religiões se esbarram o tempo todo, fato que antes não era possível (pelo menos, não com tanta intensidade, ainda que as diferenças já existissem). O estranho hoje é muito mais vizinho; a necessidade da linha fronteira, que antes demarcava bem o lugar do diferente, nos coloca diante de novos desafios, entre os quais o da convivência tolerante, embora, paradoxalmente, nos faça deparar com manifestações cada vez mais frequentes da intolerância.

As razões para ela (a intolerância) são diversas; podem ser de cunho religioso, sexual, étnico, político, econômico etc., conforme já afirmamos. Assim, mesmo no mundo marcado pela diversidade, a busca pela pureza ainda existe e se manifesta. De acordo com Bauman (1998, p. 26), ela está na punição dos moradores de rua, dos vagabundos e indolentes, por exemplo. A eliminação da sujeira, que se caracteriza como um esforço positivo na perspectiva do intolerante, seria, na nossa concepção, a base legitimadora de sua ação. Nesse sentido, o intolerante não se vê como tal. É dessa forma que o aniquilamento do outro se torna

concebível na perspectiva do agressor, que tende a se ver, além de ofendido pela diferença do outro, como um restabelecedor e guardião da ordem.

Como essa ordem é, antes de mais nada, um produto social, ela vai ser também assumida, em maior ou menor grau, pelos próprios homossexuais, que incorporam seus valores e os reproduzem em seus discursos. Podemos identificar esses valores, por exemplo, na dificuldade de o sujeito admitir a homossexualidade para si e para os outros e também no estabelecimento de uma forma legítima de vivência homossexual, a que nega, por exemplo, os traços efeminados, conforme veremos mais adiante.

Em suma: na trilha das reflexões empreendidas até agora, vemos que a intolerância existe pelas mais diversas razões. No que tange especificamente à homossexualidade, a intolerância é justificada com argumentos que se ancoram especialmente em questões religiosas, morais, científicas e médicas. Trata-se de um conjunto de valores que encontram respaldo na sociedade e que são utilizados para legitimar a diferença, ou melhor, a rejeição da diferença, uma vez que a intolerância não pressupõe apenas a diferença, mas a negação dela.

Junto à intolerância está o preconceito. Embora sejam, em princípio, noções distintas, elas se encontram de tal forma imbricadas no que diz respeito à prática das relações sociais que nos parece indispensável considerar que uma se encontra no rastro da outra. Mas falemos delas separadamente com o intuito de conhecê-las melhor.

Leite (2008), em seu estudo sobre o preconceito e a intolerância na linguagem, entende, a partir de leituras de Voltaire e, principalmente, de Bobbio, que o preconceito é “a opinião ou o sentimento que pode conduzir o indivíduo à intolerância, à atitude de não admitir a opinião divergente, e, por isso, à atitude de reagir com violência ou agressividade a certas situações” (LEITE, 2008, p. 20). Por outro lado, ainda segundo a autora, o traço semântico mais forte da palavra intolerância é o que a associa a uma reação, a um comportamento explícito (não sendo, portanto, apenas uma discordância tácita).

A intolerância, afirma Leite a partir de Bobbio (1992), seria, assim, “(...) a incapacidade de o indivíduo conviver com a diversidade de conceitos, crenças e opiniões” (LEITE, 2008, 21). No seu entender, o significado de preconceito está associado ao significado de intolerância: o de não aceitação da diferença; ela prefere, porém, considerar que o preconceito se constrói “sobre o que nem foi pensado, mas apenas assimilado culturalmente” (LEITE, 2008, p. 21). Recorrendo ao dicionário filosófico, a autora fala da

forma como Voltaire define preconceito: “como uma opinião sem julgamento”. O preconceito pode, assim, ser identificado como um “não querer” ou um “não gostar”, seria algo sem o “conhecimento” da razão; a intolerância, por seu turno, é o resultado de críticas e de julgamentos que se manifestam, por exemplo, no discurso.

Modesto (2010, p. 19), no escopo da semiótica das paixões, postula que o preconceito é uma paixão de malquerença, “(...) relacionada ao crer e ao saber, que pode se desenvolver em outras paixões, de menos tensas a mais tensas, e em atos intolerantes (...)”. A posição de Modesto também nos permite ver a intolerância como uma possível consequência do preconceito. Do seu ponto de vista, as paixões de “não benquerer” podem deflagrar paixões de “malquerer”, tais como “desrespeito”, “aversão” e “ódio”, para citarmos algumas. Essas paixões, por sua vez, podem culminar em atos intolerantes, de “exclusão”. Assim, ao que parece, Modesto também entende a intolerância como uma ação mais pragmática, se assim se pode dizer.

As reflexões da autora permitem apreender que do preconceito à intolerância existe um processo de gradação, um “crescendo” que pode acontecer ou não, ou melhor, pode intensificar-se ou não. O espaço entre um e outro constitui-se, a nosso ver, como uma área de difícil definição: como qualificar, mensurar o que ocorre nesse espaço? Até onde se evidencia o preconceito e onde começa a existir a intolerância?

Não são perguntas a que pretendemos responder. São apenas questões que nos confrontam com a dificuldade de distinguir claramente esses dois conceitos, quando eles parecem ser uma mesma coisa em “etapas”, digamos, diferentes. Fiquemos por aqui, então, com o posicionamento das duas autoras citadas. A partir delas, entendemos que o preconceito pode ser algo que evidencia o “não querer”, mas não necessariamente a rejeição em termos pragmáticos. A intolerância, por sua vez, estaria relacionada ao uso da razão, a uma reflexão respaldada num julgamento a partir de determinados valores que são usados para justificar um ato de intolerância, geralmente visto como uma ação prática: o intolerante faz algo que evidencia a sua intolerância.

A homofobia, como procuraremos deixar mais claro adiante, se relaciona tanto com o preconceito quanto com a intolerância. Ela existe desde essa incorporação “involuntária” de valores que são assimilados culturalmente (o preconceito) até os atos mais atroz de violência (física e/ou verbal) empreendida contra os homossexuais. Em outras palavras: a homofobia não se restringe à violência, mas vai além, podendo ser identificada no mais

íntimo do sujeito, com os seus medos não declarados a respeito dos homossexuais e da homossexualidade, e até mesmo nos receios não (re)conhecidos pelo sujeito. Por essa razão, há autores que preferem falar em “homofobias”, entendendo que elas vão da manifestação mais subjetiva da homofobia até a sua incorporação pelas instituições e outras construções sociais.

Nessa perspectiva, o preconceito e a intolerância em relação à homossexualidade e ao homossexual encontram suas razões de ser na cultura homofóbica, na construção de todo um processo histórico, social e cultural que relegou os homossexuais e a homossexualidade à diferença, ou mais do que isso, à ameaça. Os rastros dessa historicidade ainda se mantêm em diversas estruturas sociais. Daí a urgência de se conhecer esse processo, para que se possa pensar em formas mais efetivas de tornar a sociedade mais “aberta” para as novas experiências sociais e culturais que o comportamento homossexual se lhe apresenta.

1.2. Da homofobia

Para trabalhar com os discursos sobre a homofobia, convém assinalarmos o que seria a homofobia (ou as homofobias, como as literaturas a respeito da temática apontam). Num primeiro momento, no entanto, mostraremos o lugar que o estudo da homofobia ocupa no cenário acadêmico brasileiro, a partir dos estudos de Machado *et al.* (2010). Nosso objetivo é evidenciar a carência de reflexões acerca da homofobia, em especial nas áreas que não se encontram no campo das ciências sociais e da saúde (como a já citada área de Letras/Linguística), reiterando, também desse modo, nosso interesse no estudo dessa temática.

Feito isso, abordaremos o quadro da homofobia no Brasil. Apoiando-nos, especialmente, nos resultados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (em parceria com o Instituto Rosa Luxemburg Stiftung), pretendemos apresentar um panorama da homofobia: seus números, as identidades que mais sofrem violência, as formas dessa violência etc. Como próximo passo percorreremos, brevemente, a história da homofobia, tal como é apresentada por Borrillo (2010). Nela verificamos que a homofobia foi sendo construída e remodelada historicamente, de forma que, atualmente, convém falarmos em homofobias, como já foi assinalado.

1.2.1. A temática da homofobia na academia brasileira

O estudo de Machado *et al.* (2010) a respeito da temática da diversidade sexual no debate científico nacional nos permite acompanhar o crescimento das pesquisas no âmbito acadêmico, no período de 1987 a 2006. Os autores consultaram o portal da CAPES a partir dos descritores *homofobia*, *diversidade sexual*, *homossexual*, *homossexualidade* e *lésbica*, inseridos no campo “título” e “assunto” do portal. Segundo eles, “em função da quantidade de palavras-chave encontradas, estas foram classificadas em categorias (...) considerando a discussão sobre a diversidade sexual” (MACHADO ET AL., 2010, p.194).

Dessa forma, procurando estabelecer uma relação dos descritores citados com os temas que dizem respeito à homofobia, “preconceito, intolerância, violência, estigma de comportamentos homoafetivos” (MACHADO ET AL., 2010, p. 194), o estudo chegou ao seguinte quadro, constituído por dezessete categorias.

Quadro 1 – A temática da diversidade no debate científico nacional.

Categorias	Palavras-chave
Bissexualidade	–
Direitos humanos	justiça, Constituição Federal brasileira, reconhecimento jurídico, reconhecimento social, convenções internacionais, entre outras
Diversidade sexual	teoria <i>queer</i> , movimento gay, ativismo local, movimento homossexual, festival GLBT de cinema, entre outras
Gênero	masculino, feminino, identidade de gênero, violência por parceiro íntimo, dominação, mulher, entre outras
HIV/Aids	transmissão do HIV, testagem anti-HIV, marcadores sorológicos, fator de risco, banco de sangue, entre outras
Heterossexualidade	heteronormatividade, heterossexismo
Homofobia	discriminação, estigma, preconceito, normalização da homofobia, segregação social, intolerância, exclusão branda, entre outras
Homoparentalidade	adoção, parentesco, família, união estável, dinâmica familiar
Homossexualidade	homossexual, gays, lésbicas, práticas sexuais entre homens, homoerotismo, entre outras
Identidade sexual	identidades sexuais, identidade GLBTS, identidade social, estilo de vida gay, entre outras
Outras doenças	DST, hepatite, febre, infecções oportunistas, herpes, vírus, entre outras
Parceria civil	casamento gay, casais homoafetivos, união homossexual, parentalidade homossexual, famílias homossexuais, união civil, união de pessoas do mesmo sexo, entre outras

Continua

Categorias	Palavras-chave
Política sexual	política sexual, saúde sexual e reprodutiva, anticoncepção, direitos sexuais, cidadania, políticas públicas, entre outras
Prostituição, sexualidade	corpo, prazer sexual, relações afetivo-sexuais, sexo, erótico, intimidade, subjetividade sexual, prática sexual, entre outras
Transexual	transgênero, intersex
Travesti/drag queen	—
Religião	conversão, pentecostalismo, candomblé, ética sexual católica, igreja, entre outras

A partir desse recorte, os autores conseguiram acompanhar a produção acadêmica a respeito da diversidade sexual, com ênfase na questão da homofobia, em três momentos distintos: de 1988 a 1996, de 1997 a 2001 e de 2002 em diante, sendo essas datas referentes aos anos de conclusão dos trabalhos.

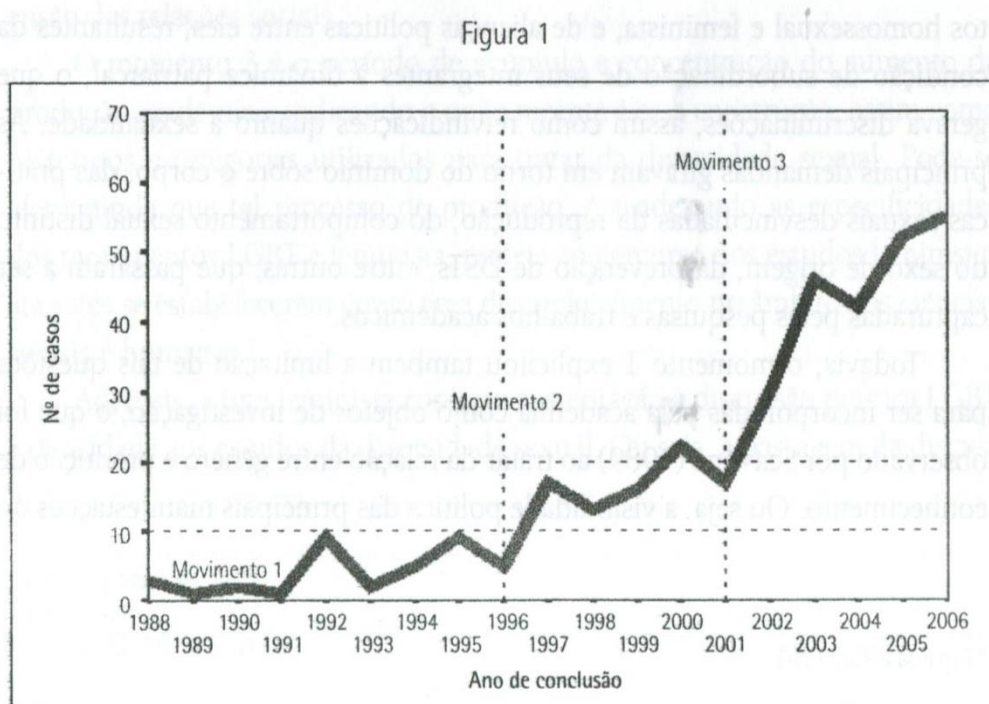


Figura 1 – A produção acadêmica sobre a diversidade sexual

O que se observa, por meio desses dados, é um aumento na produção de trabalhos ao longo dos anos. Segundo os autores, cada momento “retrata acúmulos de discussões, de posições teóricas e de conquistas políticas do movimento LGBT...”. Ainda de acordo com

eles, a interlocução entre o movimento homossexual e o movimento feminista, ocorrido entre os anos de 1970 e 1980, seria a principal responsável “pelos encontros e produções com ressonância na academia, que passou a se debruçar sobre as realidades e demandas dos homossexuais” (MACHADO *ET AL*, 2010, p. 198).

Assim, o primeiro momento (1988-1996) foi marcado pelos debates em torno dos movimentos homossexual e feminista, ambos se impondo ao patriarcalismo e reivindicando espaço para a manifestação da sua sexualidade: “As principais demandas giraram em torno do domínio sobre o corpo, das práticas sexuais desvinculadas da reprodução, do comportamento sexual distinto do sexo de origem, da prevenção de DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis), entre outras (...)” (MACHADO *ET AL*, 2010, p. 198).

O segundo momento, por sua vez, se deu no contexto de alguns avanços com relação ao público LGBT, como o *I Programa Nacional de Direitos Humanos*, em 1996, cuja finalidade foi a prevenção de grupos em situação de vulnerabilidade, como as mulheres e os homossexuais. Os avanços ocorridos nesse período repercutiram na academia que procurou refletir a respeito da diversidade sexual nas relações sociais. No terceiro momento, enfim, identifica-se não apenas o registro de um maior número de trabalhos, como também uma expansão com relação às áreas de conhecimento que se dedicam ao assunto. Ao que parece, a luta feminista teria conferido uma maior visibilidade também às questões que envolvem a diversidade sexual e a homossexualidade.

Nesse último período, a grande área de conhecimento “Linguística, Letras e Artes” se constitui como a quarta área no ranking das que se dedicam à questão da homofobia/diversidade sexual, somando 13% das publicações; a primeira é a das Ciências Humanas (45%), a segunda a das Ciências Sociais Aplicadas (18,7%), e a terceira a das Ciências da Saúde (16%), como mostra a figura 2, retirada de Machado *et al.* (2010, p. 203):

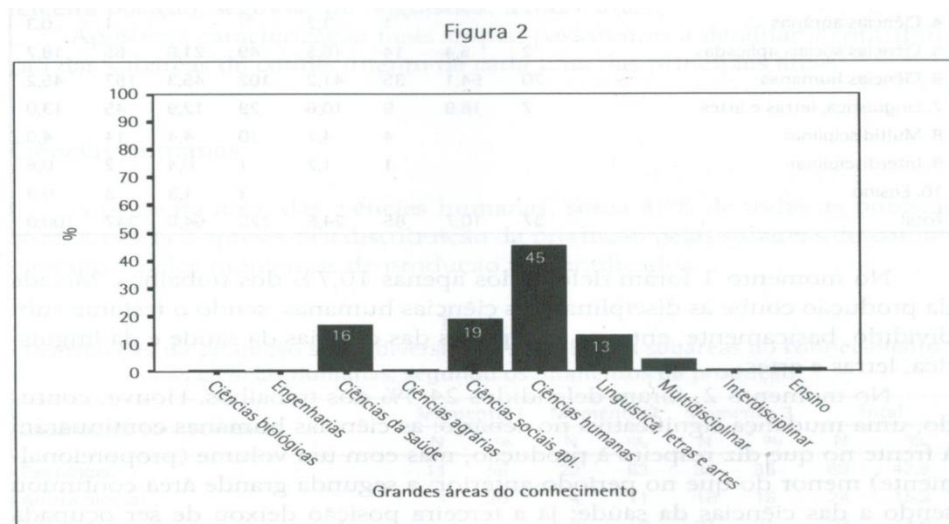


Figura 2- A produção de pesquisas acerca da homofobia e da diversidade sexual nas grandes áreas do conhecimento

Os dados da pesquisa de Machado *et al.* nos permitem verificar como a homofobia vem, gradativamente, requisitando espaço para reflexão na academia; o movimento foi crescente ao longo do tempo, não somente em termos de números de trabalhos, mas também de áreas – e conseqüentemente de perspectivas teóricas – preocupadas com a questão da homofobia.

Isso já assinala a relevância dessa temática no cenário brasileiro, pois, como nos indica o estudo citado, a academia respondeu e responde aos movimentos e inquietações sociais. Assim, se verificamos na academia uma preocupação com o estudo da homofobia, certamente é porque estamos nos defrontando com uma questão cujo alcance vem-se impondo, cada vez mais, à sociedade, tornando-se, portanto, um objeto merecedor de reflexão. Apesar desse aumento de trabalhos e áreas, muito ainda há que ser investigado, sobretudo, como já apontamos, na área de Letras/Linguística, espaço em que o presente trabalho busca inserir-se.

1.2.2. O quadro da homofobia no cenário brasileiro

Ainda abordando a homofobia no cenário nacional, cumpre destacar a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (doravante FPA) em parceria com o Instituto Rosa

Luxemburg Stiftung¹⁴, cujos dados são discutidos em uma série de artigos escritos por autores de diversos segmentos (acadêmico, político, artístico, etc) reunidos no livro *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*, publicado em 2010.

A FPA, através do seu Núcleo de Opinião Pública (NOP), realizou uma ampla pesquisa em 2009, procurando sondar a homofobia no cenário brasileiro, o objetivo foi

investigar o preconceito e a discriminação (familiar, social e institucional) contra homossexuais de ambos os sexos (lésbicas e gays), bissexuais e transgêneros (travestis e transexuais), com vistas a subsidiar a discussão em torno de políticas públicas (ou de sua ausência) e a implementação de ações que contribuam para a diminuição das violações de direitos dessa parcela da população. (VENTURI & BOKANY, 2010, p. 11).

A análise dos dados da pesquisa realizada pela FPA mostra um quadro de humilhação, silenciamento, opressão e exclusão dos sujeitos pertencentes ao segmento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis). Um número mais genérico da pesquisa aponta que 92% dos entrevistados admitem a existência de preconceito contra LGBT no Brasil, o que evidencia uma sociedade fortemente marcada pela heteronormatividade.

Apresentamos, a seguir, o gráfico com a amostra dos resultados da pesquisa para a sondagem do preconceito contra LGBT:

¹⁴ Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/dados-comparativos>>. Acesso em: 20/06/2012.

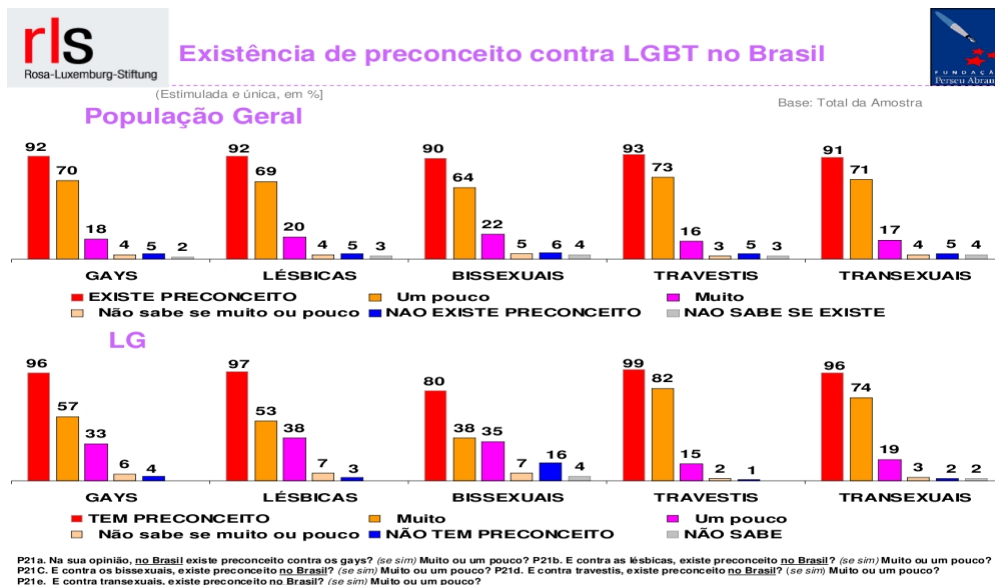


Figura 3 -Gráfico da FPA com os dados comparativos da sondagem a respeito do preconceito contra LGBT no Brasil.

O estudo aponta ainda os perfis dos entrevistados mais preconceituosos e dos mais tolerantes. Em linhas gerais, os mais velhos (sujeitos acima de 60 anos) são mais propensos à intolerância, enquanto as mulheres e os sujeitos mais escolarizados aparecem como mais tolerantes. Foi também observado, segundo Carrara & Lacerda (2010, p. 75-76), um maior contato entre os heterossexuais e o grupo LGBT: quase 20% dos respondentes declararam já ter ido a lugares destinados a gays e lésbicas; além disso, foi constatado que, com relação ao círculo de amigos, 26% dos entrevistados afirmaram ter amigos gays e 19% disseram ter amigas lésbicas. Contudo, quando se observa o fator da escolaridade, verifica-se que os números caem significativamente: apenas 4% dos informantes que nunca foram à escola informaram ter amigos gays ou amigas lésbicas. Quando se aborda os que têm ensino superior os índices se tornam mais expressivos: foi constatado que 27% dos entrevistados têm amigas lésbicas e 38% têm amigos gays.

Os dados revelaram também que os sujeitos pertencentes às classes menos favorecidas social e economicamente, bem como os negros ou pardos são mais vítimas de preconceito. Já em relação às formas de violência, 70% dos respondentes declararam conhecer alguém que foi vítima de ironia ou gozação em função da sua orientação sexual; 62%, pessoas que foram alvo de grosseria ou ofensas; 45%, alguém que foi exposto à situação vexatória ou constrangedora; e 32%, pessoas que foram ameaçadas ou aterrorizadas. (CARRARA & LACERDA, 2010, p. 84). Essas são formas de violência simbólica. No que diz respeito à

violência física, ainda segundos os autores, 41% dos respondentes afirmaram conhecer pessoalmente alguém que já tenha sido agredido fisicamente.

Como podemos verificar, os números são consideráveis e nos deixam perceber o problema social que a homofobia representa. Porém, ao contrário do que uma primeira impressão possa evidenciar, o preconceito e a violência contra homossexuais não ocorrem apenas no universo heterossexual.

Pesquisas realizadas por autores como Nunan (2003) e também Facchini & França (2009) apontam a existência de um quadro de segregação no próprio interior da comunidade homossexual, além de uma espécie de hierarquização. Isso pode ser observado na maior legitimidade conferida à identidade homossexual masculina (em especial, à que não apresenta um comportamento efeminado), na invisibilidade das lésbicas com relação à visibilidade dos gays e na maior estigmatização sofrida pelos travestis e transexuais. Conforme nos descreve Nunan, a partir dos dados de sua pesquisa:

Todos os entrevistados relataram haver preconceito entre homossexuais, sobretudo contra gays efeminados, travestis, lésbicas, bissexuais e indivíduos de classe baixa. Alguns sujeitos reconheceram serem eles mesmos preconceituosos, enquanto outros afirmaram que se davam bem com todas as pessoas (NUNAN, 2003, p. 233-234).

Também em Modesto (2010), assim como em Nunan (2003), apesar de se tratar de trabalhos com diferentes vertentes e objetivos, podemos apreender o preconceito manifestado pelos próprios homossexuais com relação às diversas formas de homossexualidade. Na pesquisa de Modesto, mais focada na investigação do processo de auto-aceitação e de revelação da homossexualidade, foi possível perceber, nos depoimentos colhidos pela autora, a angústia de alguns sujeitos diante deles próprios, de seus comportamentos e sentimentos, numa clara tentativa de negação dos “traços característicos” da homossexualidade concebidos como negativos. As reflexões de Nunan também mostraram que alguns gays têm forte resistência a certas formas de homossexualidade, sendo aquela que se conecta com o universo feminino a mais combatida. Alguns informantes da pesquisa realizada por essa autora entendem que esse tipo de comportamento ajuda a “denegrir” a homossexualidade (NUNAN, 2003, p. 235).

É relevante observar que esses sujeitos apresentam um discurso totalmente atrelado à norma social, um discurso de fundamentação sexista. A pesquisa de Nunan mostrou relatos de informantes que se dizem constrangidos (envergonhados) quando veem gays efeminados ou travestis. Eles tendem a considerar que a orientação sexual é algo da esfera privada e que o homossexual é um homem como os outros, que não precisa se apropriar das características de uma mulher (NUNAN, 2003, p. 235).

Isso é notório inclusive no mercado destinado ao público LGBT e simpatizantes. O trabalho de Facchini & França (2009) mostra que há estabelecimentos que restringem o acesso de travestis e transgêneros e que o próprio público LGBT distingue os lugares de acordo com o perfil dos homossexuais frequentadores. Nessa linha, encontramos também o preconceito socioeconômico, de raça e idade, por exemplo.

Sobre a homossexualidade feminina, verifica-se que o sexismo (um forte pilar da sociedade heteronormativa) está totalmente entrelaçado com as formas de reconhecimento do lesbianismo. Nota-se uma maior resistência às lésbicas que se apresentam mais masculinizadas. Ora, isso deixa evidente a influência do discurso da norma, que prega a cultura feminina atrelada a traços como docilidade, fragilidade e beleza física. Logo, as lésbicas que se apresentam mais femininas tendem a ser menos estigmatizadas.

A pesquisa da FPA demonstrou que as mulheres (lésbicas) percebem menos o preconceito do que os gays; os números indicaram 50% para elas e 60% para eles (LEONEL, 2011, p.83). Isso provavelmente é creditado tanto à menor exposição dos casais femininos quanto ao fato de as manifestações de afetividade passarem, por vezes, despercebidas pela sociedade, sendo entendidas como um comportamento natural entre amigas.

Esse quadro é evidentemente homofóbico e mostra a força da cultura heterossexual com o seu “aparelho normativo”: a ideologia heteronormativa penetra no interior das comunidades gays e certamente na constituição do imaginário dos próprios homossexuais. Isso não é um fato estranho, uma vez que as identidades que se inserem no grupo LGBT não são “seres” construídos fora da sociedade.

A consequência desse fato é a tendência de as identidades homossexuais também buscarem se apoderar dos padrões hegemônicos existentes na sociedade, contribuindo para o reforço das formas de dominação de uns pelos outros. Diante desse panorama, percebemos as diversas formas que a homofobia pode assumir. Por exemplo, se a homossexualidade é vista

como um desvio da normatividade, isso se acentua se se tratar de um homossexual negro, ou ainda pobre, mais ainda se ele tiver traços de feminilidade e muito mais se ele se traveste. Há uma clara relação entre preconceito e estrato econômico, esfera cultural, idade, raça e identidade de gênero.

A análise de Luz (2010), feita a partir dos dados da pesquisa da FPA, focalizando a condição de gays e lésbicas negros, mostrou que, no imaginário brasileiro, a homossexualidade do negro não existe. Isso seria decorrente da associação que, geralmente, se faz entre o homem negro e características como virilidade e potência sexual (LUZ, 2010, p. 122). O que se observa é que, mesmo dentro do segmento LGBT, o padrão que gira em torno da valorização do masculino, do homem branco e burguês, típico da cultura ocidental, tende a ser perseguido, visto como um valor positivo e, por isso, constantemente elevado.

Verificamos, portanto, que as formações ideológicas¹⁵, com os seus sistemas de valores, construídas no interior da sociedade e expressas no conjunto de normatividades existentes, tendem a penetrar nos subconjuntos, como é o caso da comunidade LGBT, ainda que submetidas à apreciação dos sujeitos que as integram e as resignificam.

Por essa razão, a escala de “estranhamento” em relação à própria homossexualidade aumenta quanto mais o indivíduo se afasta dos padrões estabelecidos socialmente. Assim, a homossexualidade da mulher é menos notada do que a do homem e incomoda mais quando a mulher se apropria de traços de masculinidade; a homossexualidade masculina é mais reprimida se estiver atrelada a características tidas como tipicamente femininas; os negros e os sujeitos menos privilegiados socioeconomicamente são mais vítimas de preconceito. Os bissexuais, por sua vez, encontram resistência dentro da comunidade LGBT por ora serem vistos como pertencentes à identidade homossexual, ora não. Ou seja, o fato de a sigla do segmento incluir a bissexualidade como uma das identidades homossexuais não significa que essa de fato tenha sido absorvida.

¹⁵ A noção de ideologia é ampla e se abre para diversas perspectivas possíveis de reflexão. No âmbito da chamada “escola francesa de análise do discurso” (ADF), o conceito é compreendido na trilha de autores como Althusser e Marx e Engels (cf. BRANDÃO, 1998). Assim, Pêcheux & Fuchs (1990, p.163-167) tomam a ideologia como representações que se relacionam às posições assumidas por classes sociais em conflito umas com as outras. Nessa relação, a classe dominante tende a se impor à(s) dominada(s) através do “controle ideológico”. A ideia de visão de mundo também se encontra atrelada à noção de ideologia (vide, por exemplo, FIORIN, 2006), bem como a de ilusão e de inversão da realidade (perspectiva mais marxista). No presente trabalho, utilizamos o termo “formações ideológicas” ou, simplesmente, “ideologias” para nos referirmos às diferentes visões de mundo atreladas aos diferentes grupos sociais, ou seja, às formas como o homem se relaciona com os outros e constrói a sua realidade, de acordo com o grupo/a classe a que pertence.

Por fim, temos também as travestis e transexuais, grupo mais marginalizado, inclusive na perspectiva dos próprios LGBT. O gráfico abaixo, resultado da pesquisa da FPA, ilustra esse fato:

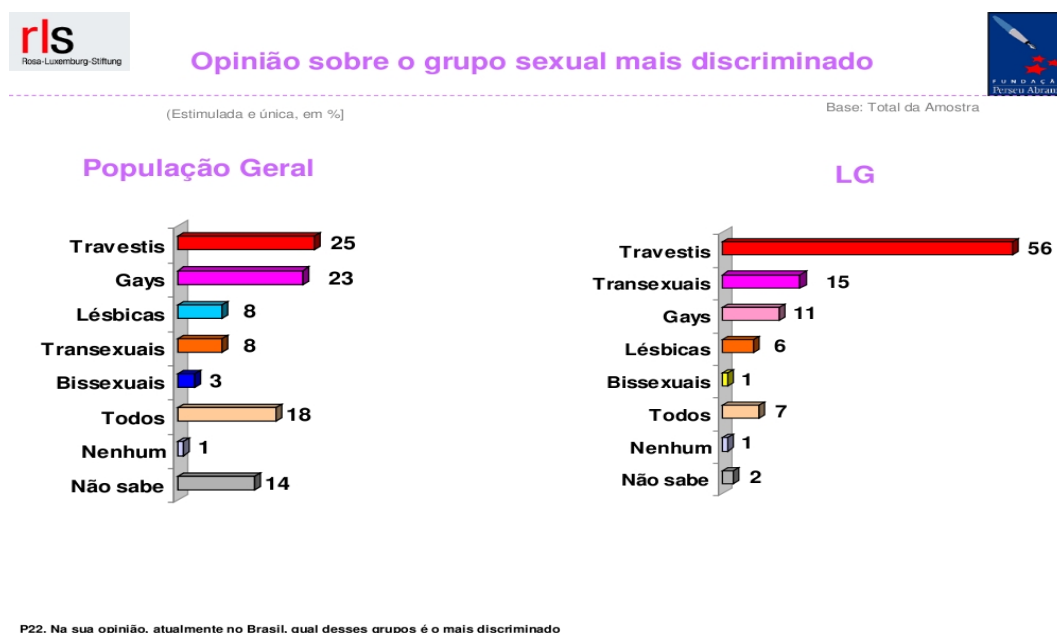


Figura 4- Gráfico da FPA com resultados a respeito da opinião da população sobre o grupo sexual mais estigmatizado do segmento LGBT.

Um aspecto que merece atenção é o fato de que, do ponto de vista da população em geral, o preconceito contra travestis não apresenta números tão expressivos quanto os evidenciados no âmbito da própria comunidade gay. Alguns fatores podem explicar essa discrepância, como, por exemplo, o fato de a comunidade LGBT reconhecer mais a identidade travesti como uma identidade homossexual. Quanto a menor percepção do preconceito no seio da população em geral, isso talvez se justifique pela própria “essência” das travestis: sujeitos que não são nem masculinos nem femininos. A travesti pode ser vista tanto como um homem com seios quanto como uma mulher que possui um pênis, e esse caráter ambíguo é reconhecido e, inclusive, muitas vezes desejado pelas próprias travestis. Essa dualidade, provavelmente, ajuda a inserir as travestis num universo lúdico, fictício, o que talvez explique os números dos que se declaram indiferentes a elas: 66%, de acordo com Simpson (2010, p. 114).

Ainda segundo esse autor, as travestis não querem ser identificadas como homens ou mulheres, mas como travestis. No seu entender, esse fato (a rígida demarcação entre a feminilidade e a masculinidade) colabora muito para a marginalização desses indivíduos, pois a sociedade está orientada para aceitar homem ou mulher. Quando perguntados como se sentiam quando encontravam um desconhecido do tipo travesti, o grau de aversão dos informantes chegou a 22%, “sendo que 9% sentiam ódio e 13% antipatia” (SIMPSON, 2010, p. 114).

Cabe observar que, na hierarquia existente no âmbito do grupo LGBT, a homossexualidade masculina é a mais legítima por ter sido reconhecida primeiro – até mesmo em função de o masculino ser considerado um papel social superior ao feminino na cultura ocidental. Em seguida, vem a homossexualidade feminina e, só depois, aquela relacionada às travestis e transexuais, que agora parecem estar ganhando um pouco mais de visibilidade, em termos de reconhecimento.

Ainda sobre travestis e transexuais, o que se observa é que essa identidade é frequentemente associada à prostituição e à promiscuidade, ou seja, encontra-se muito atrelada ao universo sexual apenas. Isso faz com que essas pessoas sejam fortemente marginalizadas e se tornem vítimas de formas mais hostis de violência. De fato, a prostituição acaba sendo um caminho para muitas delas, diante das barreiras que a sociedade lhes impõe. Uma dessas barreiras é a dificuldade de frequentar a escola, devido à forte resistência encontrada diante dos sujeitos e agentes escolares que reproduzem a heteronormatividade. Alunos travestis ou transexuais se deparam com diversas formas de violência, dentre as quais podemos citar, xingamentos, assédios, indiferença, ameaças, constrangimentos, agressões físicas e até mesmo violência sexual. Esse quadro se torna ainda mais difícil de reverter quando se verifica que uma parte significativa dos professores ainda acredita que a homossexualidade é uma anormalidade, e o preconceito tende a aumentar quando se trata de um aluno travesti ou transexual. Isso explica o enorme número de evasão de alunos que se reconhecem travestis/transexuais; a escola é para eles não apenas um ambiente opressor, mas também violento. Como consequência, esses sujeitos acabam ficando à margem do mercado de trabalho, pois não é raro que abandonem a escola antes mesmo de completar o ensino fundamental. Segundo Peres (2009), o processo de estigmatização dos sujeitos travestis e transexuais começa desde cedo:

Quando da expressão da homossexualidade, e mais especificamente da travestilidade ou transexualidade, ainda na infância e depois na adolescência, o que temos percebido nos relatos ouvidos e nas observações etnográficas realizadas são histórias de discriminação, violência e exclusão, muitas vezes seguidas de morte e que têm início dentro da própria família. Começa aí o processo de estigmatização que se desenvolverá como ondas, propagando-se da família para a comunidade, da comunidade para a escola, para os serviços de saúde e demais espaços e contextos de relações com que essas pessoas venham a interagir (PERES, 2009, p. 238).

Obviamente, essa dificuldade de se inserir nas relações sociais, somada à forte rejeição, traz consequências extremamente negativas para a vida do indivíduo. Peres (2009) fala do processo de auto-rejeição e desvalorização, o que reflete na baixa auto-estima e, conseqüentemente, torna esses sujeitos ainda mais vulneráveis a toda uma sorte de problemas sociais e afetivos.

Nessa perspectiva, a prostituição, encarada como uma forma de garantir recursos financeiros, muitas vezes se torna a única alternativa viável, diante do quadro fortíssimo de violência que indivíduos travestis e transexuais sofrem. Cabe aqui ressaltar a importância de não nos atermos a um conhecimento simplista e superficial acerca desses indivíduos, por meio do qual acreditamos que se trata de sujeitos promíscuos, levianos que mancham as cidades, especialmente os grandes centros urbanos. A prostituição faz com que muitas travestis e transexuais se submetam à exploração do comércio sexual, à violência de cafetinas e cafetões e à sedução do tráfico de transexuais, que migram tanto entre as regiões do país, por exemplo, do nordeste para a região sudeste (especialmente, para São Paulo), quanto para o exterior.

Nesse universo, encontramos também a exploração de adolescentes. O trecho abaixo, extraído de uma reportagem, ilustra bem a existência desse quadro de grave violência humana, no qual prostituição e pedofilia vitimam travestis.

Meninos a partir de 14 anos são aliciados no Ceará, no Rio Grande do Norte e no Piauí e, aos poucos, são transformados em mulheres para se prostituírem nas ruas de São Paulo e em países da Europa. Misturados a travestis maiores de idade, eles são distribuídos em três pontos tradicionais de prostituição transexual em São Paulo: além da Indianópolis, são encaminhados para a região da Avenida Cruzeiro do Sul, na Zona Norte, e Avenida Industrial, em Santo André, no ABC paulista. (Agência *O Globo*, 11 de fev. 2012).

Outro aspecto que se observa é que as travestis e transexuais, devido aos obstáculos que encontram na sociedade, tendem a formar “guetos”, o que ajuda a encerrá-las ainda mais

num sistema de segregação. Essa também é a razão pela qual existem grandes dificuldades em prestar-lhes assistência, desde atendimento específico até informação. Esse padrão de vida colabora com as formas de violência que esse grupo sofre e também com o silêncio e com o pouco (re)conhecimento que a sociedade, de modo geral, tem sobre ele.

Todo esse panorama que acabamos de descrever faz parte da construção das imagens que são formadas acerca dessas identidades homossexuais especificamente. É importante lembrar que o perfil traçado leva em consideração os indivíduos menos prestigiados social e economicamente que, como consequência disso, são mais marcados pela exclusão.

Diante do quadro exposto, acerca da violência e do preconceito contra homossexuais, identificamos claramente que a sociedade brasileira é fortemente heteronormativa e homofóbica, expressando, de diversas formas, uma cultura que legitima apenas o comportamento heterossexual e que ainda se mostra sexista e misógina. Verificamos, nesse percurso, que, apesar de haver um claro processo de crescimento e maior legitimidade da comunidade LGBT, estamos ainda distantes do fim da homofobia. É salutar, no entanto, considerarmos que o crescimento LGBT, em termos de visibilidade e legitimidade, tem promovido uma mudança, ainda que tímida, na nossa mentalidade. Isso se revela nas atitudes de maior tolerância, na maior receptividade e na relação mais amigável que a sociedade, de modo geral, tem estabelecido com a homossexualidade.

Sobre esse aspecto, vale a pena conferir os números do Ibope Inteligência. Tais números indicam que as reações da população no que diz respeito aos LGBT se tornaram mais positivas nos últimos tempos. Contrapondo os resultados da pesquisa de 2008 com a primeira, de 1993, verificou-se um crescimento no número de pessoas (que se dizem) tolerantes e uma diminuição da imagem negativa atribuída aos homossexuais.

Em 1993, segundo aquela pesquisa, 44% não mudariam sua conduta com o colega se soubessem que era homossexual. Pesquisa de 2008, também do Ibope, indicou que 65% aceitariam. Já em 2011, 73% dos entrevistados não se afastariam se descobrisse que um amigo é gay. Em 1993, 55% não trocariam de médico se descobrissem que era gay. Hoje, 67% são totalmente a favor de médicos homossexuais no serviço público. No que diz respeito à revelação de um(a) amigo(a) ser gay ou lésbica, 80% das mulheres, 81% dos jovens de 16 a 24 anos e 85% das pessoas com nível superior de escolaridade não se afastariam. (REIS, 2011).¹⁶

¹⁶ Informação retirada do artigo de Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e integrante do Conselho Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis

Outro dado considerável é o aumento da aceitação da união entre homossexuais, hoje contando com 45% da população, contra 7% daquela época: 52% das mulheres são favoráveis, 50% dos católicos, 60% dos jovens entre 16 e 24 anos e 60% dos sujeitos com nível superior. Diante dessas informações, observamos que a sociedade tem aprendido e criado novas formas de conviver com a homossexualidade. Nessa trilha, a homofobia tende a assumir também novas formas, tornando-se, provavelmente, mais sutil (o que não significa, necessariamente, menos agressiva).

Parece-nos razoável pensar que a homofobia tem a capacidade de ser remodelada, de modo que ela penetra de diversas formas na sociedade. Assim, a homofobia está dentro e fora do círculo LGBT. Tanto num caso quanto no outro, trata-se, em linhas gerais, da mesma ideologia heteronormativa que, assumindo contornos diferenciados, se revela de diferentes maneiras nas nossas relações sociais, seja nas manifestações de desprezo, seja através do preconceito e, é óbvio, da violência física.

Apesar disso, o que se observa é que a imagem da homofobia ainda está, em muitos casos, restrita à ideia de uma violência mais pragmática. O preconceito, por vezes, aparece dissociado da homofobia. Isso fica evidente na leitura que fizemos do trabalho de Pedro (2006). O autor, ao analisar o preconceito no discurso homossexual, classificou os tipos que encontrou como: “preconceito da sociedade”, “preconceito das instituições”, “preconceito do gay contra o próprio gay”, “preconceito ‘defensivo’” e “preconceito homofóbico”. Os tipos de preconceito listados falam por si mesmos. O que nos chamou atenção foi o fato de o preconceito homofóbico, definido como aquele que traz uma voz mais hostil (a do grupo dos homofóbicos), ser considerado pelo autor como relativo a um grupo minoritário. Esse tipo de preconceito foi o menos incidente na pesquisa que ele empreendeu.

Isso nos mostra que Pedro (2006) estrutura suas reflexões em torno da ideia de que a homofobia é uma atitude violenta; ela seria representativa daqueles que batem em homossexuais e que exprimem declaradamente o seu ódio. Sabemos que a homofobia não se restringe a esse fato. Aliás, se considerarmos que a homofobia diz respeito apenas à forte agressão física, por vezes seguida de morte, verificaremos que esse é o caso menos recorrente quando comparado a outras formas de violência, muitas vezes simbólicas. Porém, esse dado é

e Transexuais. Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/port/basecoluna.php?cod=184>>. Acesso em: 02/02/2012.

importante porque nos fala de uma imagem mais geral, mais atrelada ao senso comum; aquela que, acreditamos, encontra mais espaço na sociedade.

A explanação que vimos fazendo até aqui nos permite visualizar a cultura homofóbica tal como ela se constrói na sociedade: espaiada por diversos segmentos, inclusive no próprio grupo LGBT. Verificamos que há uma clara hierarquização que interfere diretamente nas formas como a homofobia é percebida e também praticada, dentro e fora do circuito homossexual. A forma que a homofobia pode assumir se conecta com as imagens que existem em torno de cada tipo de homossexualidade: se masculina ou feminina, se relacionada a travestis ou transexuais, se o indivíduo é pobre ou rico, branco ou negro, escolarizado ou não e por aí vai.

Fica, assim, patente que a homofobia que move os sujeitos, digamos, mais radicais, como grupos de *skinheads*, neonazistas, os chamados religiosos fundamentalistas etc, é a mesma que move tantos outros sujeitos que, muitas vezes, sequer se consideram homofóbicos. Trata-se da mesma raiz de um discurso que se ramifica e que, entrecruzando-se com outros discursos, torna-se menos espesso e mais estratificado e, por isso mesmo, mais fácil de ser (re)modelado e (re)significado. Quanto mais nos aproximamos da “essência” do discurso homofóbico, maior resistência encontramos, mais argumentos para a hostilidade, para a segregação etc; quanto mais nos afastamos dele, mais “esbarramos” em discursos diferentes, o que origina novos sentidos, mas não necessariamente sentidos que rompem completamente com o *já dito*.

Esse movimento – da raiz para os ramos mais esparsos e menos rígidos – é influenciado pelo processo conflituoso que se instaura na sociedade em virtude de um reajuste de fronteiras: as normas que cerceiam os sujeitos hétero e homossexuais, impondo-lhes papéis, lugares e direitos específicos na sociedade, vêm sendo remodeladas. Devido ao crescimento dos movimentos homossexuais e, como foi apontado anteriormente, ao impacto dessa visibilidade na sociedade, os cidadãos homossexuais conseguem se deslocar da margem para tentar se apoderar dos mesmos instrumentos de que os cidadãos heterossexuais dispõem.

Isso nos mostra um claro avanço que pode ser detectado em algumas conquistas legais, nos espaços da mídia e no âmbito político, haja vista o programa “Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual”, criado em 2004, a partir das discussões e da articulação entre a comunidade LGBT, civis e o governo, como já foi dito neste trabalho. Apesar dos poucos – e lentos –

avanços no que diz respeito à sua implementação, o programa já nos mostra algumas conquistas na luta promovida pelo ativismo homossexual, em sua busca da equiparação de direitos e no combate às formas de violência sofridas por homossexuais. Paradoxalmente, as repercussões dessa visibilidade podem ser observadas numa maior emergência (ou aparecimento) da homofobia. Dizemos emergência para assinalar uma maior notoriedade, no âmbito social, o que não corresponde ao nascimento das atitudes homofóbicas que, como veremos mais adiante, já ocorriam em outros momentos da história.

1.2.3. Sobre a homofobia: considerações em torno da história

Para abordar o discurso sobre a homofobia – nosso objeto de análise –, convém, antes, conhecermos melhor a memória que ancora os discursos homofóbicos. Para isso, nos valeremos das reflexões de Borrillo (2010), que percorre a história para mostrar como a homofobia foi sendo instaurada nas relações humanas e as formas que ela assume hoje.

Em sua obra, o autor trata, inicialmente, do termo *homofobia*, que, segundo suas considerações, aparece no dicionário de língua francesa apenas em 1998. Seus estudos apontam que a invenção do termo é atribuída a K. T. Smith, num artigo datado de 1971, cujo objetivo era analisar os traços da personalidade homofóbica. Um ano depois, esse termo foi definido nos estudos de G. Weinberg (1972) como “receio de estar com um homossexual em um espaço fechado e, relativamente aos próprios homossexuais, o ódio por si mesmo”. (BORRILLO, 2010, p. 21).

Ainda a respeito da palavra homofobia, Borrillo afirma que foi J. Boswell (1985) que fez as primeiras críticas relativas aos sentidos possíveis de ser atribuídos à palavra. Boswell compreendeu que homofobia significaria “receio do semelhante”, em vez de “receio do homossexual”. Daí alguns especialistas sugerirem outros termos, como “homoerotofobia”, “homossexofobia” e “heterossexismo”, por exemplo.

Para além das discussões acerca do termo, Borrillo observa que “fobia” diz respeito a uma apreensão de ordem psicológica, o que não abarcaria outras formas de hostilidade contra os homossexuais. O autor aborda também, a partir de Hudson & Ricketts (1980), a distinção entre homofobia e homonegatividade. O primeiro termo refere-se a “aversão e ansiedade” com relação aos homossexuais, enquanto o segundo significaria um “conjunto de atitudes

cognitivas de cunho negativo para com a homossexualidade nos planos social, moral, jurídico e/ou antropológico” (BORRILLO, 2010, p. 22). Dessa forma, a homofobia apresenta pelo menos duas facetas: uma de natureza afetiva e a outra de natureza sociocultural.

Em suas reflexões, Borrillo afirma que tal distinção é fundamental para se compreender como é possível existir uma aceitação e/ou tolerância com relação ao homossexual na atual conjuntura e, mesmo assim, persistirem obstáculos no que diz respeito à conquista de direitos no âmbito político. Isso se observa na resistência que diversos atores e segmentos da sociedade ainda manifestam em relação à total equiparação de direitos entre héteros e homossexuais, como o autor identifica ao estudar a sociedade francesa (BORRILLO, 2010, p. 23). No caso da realidade brasileira, não é difícil constatar um quadro semelhante ao francês. Basta considerarmos as polêmicas em torno do debate sobre o casamento homossexual, a difícil tramitação do projeto de lei que propõe a criminalização da homofobia, a burocracia enfrentada pelos casais homossexuais em processos de adoção etc.

Borrillo fala em “homofobia irracional” e “homofobia cognitiva”. A primeira seria fruto de uma manifestação de medo, repulsa ou aversão contra gays e lésbicas. Trata-se, nesse caso, de uma manifestação emotiva, tal como foi descrita quando o termo foi cunhado: uma atitude irracional do indivíduo que teria suas origens em conflitos individuais (BORRILLO, 2010, p. 24). Já a “homofobia cognitiva”, de natureza social, teria o objetivo de “perpetuar a diferença homo/hétero”. Nesse caso, haveria tolerância em relação aos homossexuais: sua existência seria reconhecida na sociedade, porém não lhes seria permitido usufruir dos mesmos direitos conferidos aos heterossexuais.

Essa segunda forma de homofobia é a que se manifesta nas caricaturas, nos estereótipos, enfim, na linguagem que descreve gays e lésbicas “como objetos de escárnio” (BORRILLO, 2010, p. 25). Na perspectiva do autor, a violência advinda da homofobia psicológica seria resultado de toda uma produção cultural do ocidente, a partir da doutrina judaico-cristã, que promoveria a heterossexualidade. Isso, no seu entender, poderia ser visto no cinema, na literatura, na produção científica, política etc. Como se pode observar, a homofobia não se restringe a uma manifestação efetiva de hostilidade, medo ou outra forma de aversão às homossexualidades, sendo também considerada como a restrição aos mesmos direitos garantidos aos heterossexuais.

Dando continuidade ao seu estudo, Borrillo (2010, p. 25) afirma que essa distinção, entre homofobia irracional e homofobia cognitiva é ainda insuficiente para visualizar “o

mosaico de situações que, sob o mesmo termo, agrupa diversas formas de antipatia contra gays e lésbicas”. Daí o autor falar também em homofobia geral e homofobia específica.

A primeira está atrelada à própria segregação dos gêneros, mais especificamente ao sexismo, que, numa sociedade machista, preconiza a supremacia do sexo masculino sobre o feminino, estabelecendo práticas e discursos que demonstram o controle e a hostilidade contra os sujeitos que se afastam da norma estabelecida: os papéis designados para homens e mulheres na sociedade em função do sexo. Nesse contexto de dominação masculina, a homofobia também impera, visto que, atrelada à negação e/ou submissão do feminino, está também a negação da homossexualidade. Isso ocorreria porque a virilidade seria constituída a partir do processo que procura filiar cada um ao seu gênero específico. A partir desse princípio, o homossexual seria visto como um traidor, ou desertor – para usar as palavras de Borrillo – da ordem natural, ou seja, ele se desvia do gênero ao qual pertence “naturalmente”. Assim, a homofobia geral, no entendimento do autor, é todo o comportamento que estabelece a heterossexualidade como norma e, conseqüentemente, não admite outro comportamento, considerado como claramente desviante.

A homofobia específica, por sua vez, seria a forma de intolerância especificamente contra gays e lésbicas. Daí alguns autores abordarem a questão utilizando os termos “gayfobia” e “lesbofobia”. Borrillo mostra como a homossexualidade feminina é concebida de maneira diferente da masculina, sendo aparentemente mais tolerável. Isso seria explicado pelo fato de a homossexualidade feminina não ter sido vista como uma prática sexual. O autor cita a obra *Psychopatia sexualis*, de R. von Krafft-Ebing (1886), para ilustrar como as relações sexuais entre mulheres eram consideradas inexistentes. Assim, na referida obra, a homossexualidade feminina não é vista como uma autêntica homossexualidade, mas como uma pseudo-homossexualidade, quase que uma manifestação da feminilidade.

Essa questão nos permite dialogar com o contexto do Império Romano, também citado por Borrillo (2010). O imperador Teodósio II, 438 D.C., condenou à fogueira todos os homossexuais passivos, argumentando que eles tinham prática sexual relacionada à feminilidade. Para isso, apoiou-se nos textos do Antigo Testamento, como no episódio de Sodoma e Gomorra (livro do Gênesis), e também nas prescrições contidas no Levítico: “Não dormirás com um homem como se dorme com mulher. É uma abominação” (Levítico, cap. 18-22); “Se um homem dormir com outro como se fosse com mulher, ambos cometeram uma

abominação e serão punidos com a morte: seu sangue cairá sobre eles” (Levítico, cap. 20-13).

De acordo com o autor:

Sem sombra de dúvida, Sodoma, cidade situada no sul do Mar Morto, e Gomorra permaneceram célebres como arquétipos de comunidades dominadas pelo pecado: menosprezo pelas regras da hospitalidade, orgulho e, sobretudo, homossexualidade são características de seus habitantes que foram aniquilados por enxofre, sal e cinzas, em uma terra completamente queimada. (BORRILLO, 2010, p. 49).

Ao que tudo indica, a passividade seria um papel feminino (impensável para um homem, daí ser uma transgressão para ele, mas perfeitamente compatível com a função da mulher). Como a relação entre as mulheres não tem, em tese, a possibilidade de penetração, ela seria vista, talvez, como um ato assexuado. Porém, esse não reconhecimento da transgressão feminina não aponta para uma tolerância; pelo contrário, evidencia o apagamento da homossexualidade feminina que, ainda hoje, permanece pouco visível na sociedade. O não reconhecimento, para o autor, seria reflexo de uma misoginia que transforma a sexualidade feminina em um objeto de desejo do homem, negando o erotismo e a afetividade entre as mulheres (BORRILLO, 2010, p.29). Seria, em suma, o menosprezo de uma sociedade predominantemente machista pela sexualidade da mulher.

Ainda nessa linha, o autor aborda a homofobia em relação ao sexismo e ao heterossexismo, pois esses mecanismos de controle são fundamentais para compreender as formas como são organizadas as relações entre os sexos. O sexismo estaria fundamentado nos papéis atribuídos a homens e mulheres, a partir da diferença natural entre os sexos. Nessa perspectiva, a mulher é vista como inferior e complementar ao homem, como subordinada a ele. Essa dominação do homem sobre a mulher ocorre de diversas formas, inclusive através da violência simbólica que atua “de maneira sutil e invisível, precisamente porque ela é apresentada pelo dominador e aceita pelo dominado como natural, inevitável e necessária” (BORRILLO, 2010, p. 30).

A ideologia sexista faz entender que a diferença natural entre homem e mulher justifica todo um processo de diferenciação que ocorre em termos sociais. Tem-se claramente uma hierarquização dos gêneros (o masculino é superior ao feminino) que acaba também por fundamentar a homofobia, uma vez que, junto com o sexismo, está a heterossexualidade, o comportamento padrão de exercício da sexualidade na perspectiva machista. Segundo Borrillo

(2010, p. 31), essa normatividade acaba constituindo uma forma de dominação que é o heterossexismo, que instaura a hierarquia das sexualidades: a heterossexualidade é hierarquicamente superior e dominante em relação à homossexualidade.

É em nome da diferença entre hétero e homossexualidade que a sociedade acaba por justificar um tratamento diferenciado para com os homossexuais, privando-os de determinados direitos que são garantidos aos cidadãos que se comportam de acordo com a cultura heterossexual. Sexismo e heterossexismo são, portanto, dois fortes pilares da homofobia, pois distinguem os indivíduos em função dos sexos, forjando discursos e práticas utilizados para a dominação de uns sobre os outros. Nas palavras de Borrillo (2010, p. 33), “o pensamento diferencialista aparece, assim, como o substrato ideológico de certa maneira de produzir sujeitos cuja identidade sexuada e sexual articula-se em torno das categorias homem/mulher, hétero/homo”. Como observa o autor, essas categorias existem uma em função da outra, uma sendo a negação da outra.

Como podemos verificar, as formas de inferiorização de indivíduos em função de suas identidades de gênero e/ou sexo são entendidas como manifestações da homofobia. O resultado desse processo pode ser verificado tanto no âmbito mais individual/subjetivo – manifestação de medo, repulsa, ódio, etc. com relação aos cidadãos homossexuais –, quanto numa esfera mais ampla, a social, na qual, mesmo diante da tolerância, existe um controle político, jurídico e moral com relação a esses sujeitos, o que evidencia que eles são vistos como fora da norma. Assim, o próprio sistema, entendido como toda a construção institucional, discursiva e prática da sociedade, acaba por criar diferenças, tendo em vista a justificativa da exclusão de uns e do privilégio de outros.

A origem desse quadro de hostilidade contra os homossexuais estaria na cultura judaico-cristã, conforme apontam as considerações de Borrillo (2010). Revisitando alguns contextos históricos, o autor faz um percurso desde a Antiguidade Clássica, passando pela influência do cristianismo sobre o Império Romano, até chegar aos princípios que norteiam a igreja católica atual no que tange à questão da homossexualidade.

É sabido que na Grécia antiga a relação entre dois homens era uma prática conhecida e reconhecida legitimamente. Essa relação se dava tanto em termos sociais quanto sexuais. Os estudos de Borrillo identificam que as relações sexuais tinham uma função “iniciática” (BORRILLO, 2010, p.45), cuja finalidade era a preparação para a vida, o que não significa, segundo o autor, que essa prática estivesse desprovida de desejo e de prazer. Assim, era

comum, nessa sociedade, a relação entre o adolescente e o adulto. Daí o termo “pederastia”, “do grego *paîs*, *paidós* (menino) e *Eros*, *érotos* (amor, paixão, desejo ardente)”. A relação entre eles era regulamentada e vista como uma espécie de aprendizado.

A prática sexual não tinha, assim, apenas uma função reprodutora; ela era moralizada pela sociedade. Os estudos do autor mostram, inclusive, uma regulamentação do ano 600 a. C. que proibia, entre outras coisas: as relações sexuais entre escravos e meninos livres; ser passivo numa relação sexual com algum subordinado; manter a relação exclusivamente homossexual, uma vez que a constituição da família também era um princípio da sociedade greco-romana (BORRILLO, 2010, p. 46). A homossexualidade era, portanto, uma prática totalmente inserida na norma social, havendo, inclusive, uma demarcação hierárquica que a regulava. Não é por outra razão que, já nesse período, ocorrem também o sexismo e a misoginia, isto é, a estreita separação entre homens e mulheres sendo eles considerados superiores e dominantes em relação a elas.

O heterossexismo, por outro lado, não era observado de forma tão rigorosa nesse contexto histórico. Tal fenômeno consolidou-se a partir da tradição judaico-cristã que, através da interpretação dos textos bíblicos, condenava as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, por entender que ela constituía uma abominação, devendo, por isso, ser evitada, repudiada e condenada. A rigidez das prescrições judaico-cristãs pode também ser justificada pela necessidade que o povo tinha de se reafirmar e de dar continuidade a sua descendência, após a saída do Egito. Assim, a procriação era extremamente necessária, e as práticas homossexuais, nesse sentido, eram vistas como um impedimento à reprodução.

O Império Romano – especialmente a partir de Teodósio II, que foi influenciado pelo cristianismo – promoveu uma empreitada de perseguição e condenação dos homossexuais. A partir daí, com o crescimento do poder da igreja, difundiram-se as leituras e interpretações dos textos bíblicos que condenavam as relações homossexuais. O alcance dessas interpretações não se restringiu apenas à esfera religiosa, mas adentrou, mais tarde, os circuitos científico, médico, jurídico e até político, a partir, principalmente, da tese da “ordem natural” que, como o nome indica, seria estabelecida pela própria natureza, na qual existem macho e fêmea, seres distintos e dependentes no que diz respeito à procriação. Ao criar o homem e a mulher e permitir através deles a continuidade da vida por meio da reprodução, o próprio Deus teria estabelecido uma ordem: o homem é para a mulher e a mulher é para o homem. Dessa forma, aqueles que transgridem essa ordem, estabelecida pela própria natureza, transgridem também

a vontade de Deus e, por isso, são condenáveis. Os episódios de Sodoma e Gomorra e os trechos do Levítico já citados, além da fala do apóstolo Paulo, na Epístola aos Romanos¹⁷, são passagens a que se recorre, frequentemente, para explicar o “erro” da prática homossexual.

A homofobia se disseminou não apenas através das práticas religiosas. Borrillo, em sua imersão no tema, aponta também a homofobia clínica, identificada no século XIX, quando se configurou uma sociedade constituída em torno da ideia do casal e da família. O discurso médico, pautado na força da teoria de Darwin acerca da evolução, acabou encerrando o comportamento homoerótico na esfera das patologias, situando a homossexualidade “na categoria da doença, neurose, perversão ou excentricidade”. Para o autor, o discurso médico se tornou homofóbico porque, ao abordar a homossexualidade, reforçou as justificativas discriminatórias, apoiando-se inclusive na tese da ordem natural.

Com o triunfo da burguesia, ocorreu “uma qualificação mais racional, mais ‘científica’ dos invertidos, daí em diante, em vez de excluí-los, trata-se de erradicá-los” (BORRILLO, 2010, p. 67). Temos, portanto, um processo de ressignificação da questão homossexual. Observada à luz de outra perspectiva, a científica, ela assume os contornos que essa perspectiva lhe confere, no caso, o de doença. Os desvios causados pela homossexualidade eram, inclusive, procurados no corpo, onde, segundo os preceitos científicos, seria possível encontrar os indícios da “doença”. Cumpre destacar o texto citado por Borrillo (2010, p. 68-69), retirado do *Dictionnaire encyclopédique* (1886, p. 250):

(...) o desenvolvimento excessivo das nádegas, a deformação infundibuliforme do ânus, o relaxamento do esfíncter, a supressão das dobras, as cristas e carúnculas em volta do ânus, a dilatação extrema do orifício anal, a incontinência das matérias, as ulcerações, as rágades, as hemorróidas, as fístulas, a blenorragia, a sífilis, os corpos estranhos introduzidos no ânus (...) dimensão exagerada do pênis, (ou ainda), um pênis encurvado (eis alguns sinais característicos do homossexual).

O que identificamos no trecho reproduzido acima é a descrição científica/médica do homossexual, numa tentativa de conhecê-lo (sua dimensão física e comportamental) para dominá-lo, encerrá-lo num regime de diferenciação. A linguagem, típica do discurso médico,

¹⁷ “Os homens também, abandonando a aliança entre os dois sexos que é segundo a natureza, arderam em um desejo brutal de uns pelos outros, o homem praticando torpezas detestáveis com homem, e recebendo, assim, em si mesmos a merecida punição por sua cegueira”. (Rm. cap. 1-26).

nos mostra que também ali a homossexualidade era vista como um “objeto” estranho, alheio à normalidade.

No século XX, a psicologia caminhará por uma trilha parecida, ou seja, a que reforça a exclusão dos homossexuais. Ao conceber a sexualidade como um dos principais meios para se entender o comportamento humano, um grande esforço será feito na tentativa de se compreenderem as relações homossexuais. Os estudos de Freud são citados por Borrillo (2010, p. 69) para demonstrar como também eles corroboraram o estabelecimento de uma norma para a sexualidade, norma pautada no comportamento heterossexual. Segundo o autor, Freud entende que todo indivíduo tem uma bissexualidade inicial que tende a culminar no comportamento saudável da heterossexualidade. Assim, embasada no comportamento heterossexual, estabelecendo-o como referência para os demais, a psicologia segue a mesma rota dos outros discursos que instauraram a segregação dos homossexuais, a partir do estabelecimento da dicotomia normalidade (heterossexualidade) vs anormalidade (homossexualidade).

Essa concepção da homossexualidade atrelada à ideia de doença e anormalidade, seja física e/ou mental, foi tão fortemente enraizada e legitimada que, somente em 1993, a OMS (Organização Mundial de Saúde) retirou a homossexualidade da *classificação internacional de doenças*. No Brasil, de acordo com Nunan (2003, p.94), foi em março de 1999 que o Conselho Federal de Psicologia seguiu o mesmo caminho, afirmando que a homossexualidade não era doença e nem perversão e que, por isso “os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”. Como podemos notar esse acontecimento é muito recente e, não obstante as mudanças ocorridas na esfera médica e psiquiátrica, o imaginário ainda é nutrido pela memória que nos conta a legitimidade da exclusão dos homossexuais.

Como podemos verificar até aqui, o comportamento homossexual foi condenado e excluído das práticas sociais com o advento da cultura religiosa judaico-cristã. A partir daí, a autoridade religiosa, cujo poder, extrapolando o âmbito da religião, se disseminará para outras esferas da organização social, amalgamando-se a elas. Por essa razão é possível ouvir os ecos do discurso religioso no discurso científico e jurídico, por exemplo.

Diante do que foi exposto, compreendemos o fato de a religião ser considerada, ainda nos dias de hoje, uma das principais (se não a principal) promotora(s) da homofobia, em especial no Brasil, como afirmam Natividade & Oliveira (2009). Certamente o fato de o

Brasil ser um país religioso colabora para que esse tipo de homofobia seja tão proeminente. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas¹⁸, a população brasileira, em 2009, apresentou 68,4% de católicos e 20,2% de evangélicos. Trata-se dos dois segmentos religiosos mais numerosos, seguidos da religião Espírita e da Umbanda/Candomblé, que representaram, nos dados do Censo 2000 do IBGE¹⁹, 1,3 e 0,3% da população, respectivamente. Para além desses números, devemos lembrar que nossa história é marcada por uma forte cultura religiosa (católica) e também pelo patriarcalismo, o que confere ainda mais força à constituição de um discurso homofóbico, embasado, sobretudo, nos argumentos dos dogmas religiosos.

A incursão pela história da homofobia permitiu-nos alargar nossa visão a respeito do tema. Compreende-se que a homofobia está além da rejeição psicológica em relação ao homossexual; trata-se, antes de tudo, de uma questão social, fruto do processo de moralização da sexualidade ao longo da história. Quando as formas de controle da sociedade, como o saber, por exemplo, se “apropriam” do sexo, temos instituída essa moralização. Deixa-se de considerá-lo como algo restrito ao corpo e à fisiologia para, atribuindo-se sentidos às manifestações desse corpo e dessa fisiologia, alçar o sexo à sexualidade, ou seja, a uma categoria construída pelo discurso e estritamente comprometida com a história e com a ideologia, como os estudos de Foucault (1999) evidenciaram.

¹⁸ Os dados foram apresentados na reportagem da *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/964072-numero-de-catolicos-cai-no-brasil-crescem-evangelicos-e-ateus.shtml>>. Acesso em: 15/05/2012.

¹⁹ Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/7a12/conhecer_brasil/default.php?id_tema_menu=2&id_tema_submenu=5>. Acesso em: 15/05/2012.

CAPÍTULO 2

DE FORA PARA DENTRO DA NORMA

No presente capítulo, abordaremos três aspectos que, no nosso entender, encontram-se relacionados ao processo de construção da visibilidade e da legitimidade da comunidade LGBT. Num primeiro momento, apresentaremos alguns conceitos fundamentais para este trabalho, como os de *gay*, *homossexual* e *identidade homossexual*. Em seguida, falaremos do movimento LGBT e da sua importância para a construção da cidadania homossexual, o que tem contribuído, inclusive, para redefinir as noções de homossexual e de homossexualidade diante da sociedade. Por fim, discutiremos a palavra *homofobia* à luz dos estudos discursivos. Tentaremos mostrar que tal palavra é, por excelência, um signo ideológico, cujos sentidos apontam para diferentes interpretações, ou, como diria, Orlandi (1988), para diferentes “efeitos ideológicos”. A partir daí, procuraremos mostrar que a ampliação das construções de sentido em torno da palavra *homofobia* corresponde a um fenômeno relacionado ao processo de transformações sociais e políticas que vem ocorrendo em torno da questão da homossexualidade.

2.1. A construção das identidades homossexuais e uma definição inicial dos termos

Como já assinalamos, falar de homofobia é falar obrigatoriamente de homossexualidade. Desde que começamos a ler a respeito desses temas, pudemos verificar que se trata de um léxico bem amplo e em constante processo de mudança. Assim, *homossexual*, *homossexualidade*, *identidade homossexual* e *gay* são termos que agregaram e “perderam” significações ao longo do tempo. Daí a necessidade de esclarecer o uso que fazemos destes termos em nosso estudo.

O primeiro aspecto que levamos em consideração é que o termo *homossexualidade* tem hoje um leque de acepções que não se restringe ao seu sentido primeiro. Segundo Nunan (2003), a palavra *homossexual*, quando foi criada, tinha um forte teor pejorativo, sendo

utilizada para designar os indivíduos que se relacionavam sexualmente com pessoas do mesmo sexo e que, por terem esse comportamento, eram considerados doentes, portadores de distúrbios, pervertidos, pederastas, entre outros qualificativos negativos. Na realidade, o termo *homossexual* é uma construção histórica que nasceu atrelada à própria construção da sexualidade, conforme nos diz Nunan (2003), apoiada em Foucault (1976). Segundo a autora, o termo *homossexualidade* designa um produto que é fruto do vocabulário moral da modernidade; trata-se de um termo que é construído dentro das relações sociais e que se molda de acordo com determinados contextos históricos.

A palavra foi erigida no seio da moral e da ciência do século XIX e carregou também as concepções que já existiam no âmbito religioso. Em todas essas instâncias, o que se verifica é a noção de homossexual/homossexualidade entendida como algo desviante, diferente, anômalo. Por essa razão, alguns pesquisadores preferiam e preferem substituir o termo *homossexualidade* por *homoafetividade*, com o intuito de se afastarem da raiz preconceituosa na qual a palavra foi cunhada. *Homossexualismo*, por exemplo, devido ao sufixo *ismo*, remeteria à ideia de doença; por isso diversos autores evitam usar a palavra, como é, por exemplo, o caso de Nunan (2003). Atualmente *homossexual* e *homossexualidade* são palavras cujas origens não correspondem à forma como os homossexuais (em termos de identidades) se percebem e querem ser percebidos.

Com a força dos movimentos organizados, com as conquistas políticas, culturais, com a maior visibilidade que os homossexuais vieram ganhando ao longo do tempo, o par de conceitos homossexualidade/homossexual tornou-se um verdadeiro símbolo da bandeira e da militância gay, sendo, dentro das comunidades homossexuais, motivo de orgulho e forma de auto-afirmação.

A palavra *gay*, por sua vez, foi utilizada nos Estados Unidos, na década de 1960, para substituir o termo *homossexual* (originalmente negativo). A partir daí, essa palavra (*gay*) passou também a ser utilizada pelos próprios homossexuais para se referirem a si mesmos (NUNAN, 2003).

Quanto à expressão *identidades homossexuais*, de acordo com o estudo de Nunan (2003), há autores que a veem como uma limitação, como mais uma forma de estigmatização dos homossexuais, na medida em que os encerraria numa esfera específica, ou seja, demarcaria ainda mais a diferença. A autora, por seu turno, adota a posição de autores que não veem a expressão de forma negativa, pois entendem que identidade é algo em constante

construção, sendo também uma forma de afirmação. Ainda segundo Nunan, os estudiosos que não “abraçaram” o termo *identidade homossexual* não apresentaram uma alternativa de uso. Além disso, verifica-se que o próprio movimento gay utiliza a expressão como forma de auto-afirmação, “(...) como uma estratégia política de resistência, concentrando seus esforços na expansão de direitos individuais para esta minoria sexual, isto é, na busca pela cidadania”. (NUNAN, 2003, p. 109). Desse modo, é possível – e até recomendável – falar em *identidades homossexuais*, não entendendo que essa escolha seja desrespeitosa para com os sujeitos homossexuais.

Por considerarmos, juntamente com Nunan, que a homossexualidade não se restringe apenas a uma questão sexual, entendemos que existem homossexualidades, pois, mesmo quando se leva em consideração o aspecto sexual, encontram-se discordâncias com relação a possíveis definições: há tanto quem considere homossexual o sujeito que teve uma única relação de cunho sexual com um parceiro do mesmo sexo biológico, quanto aqueles que consideram homossexual o indivíduo que se relaciona preferencialmente com um parceiro do mesmo sexo. Além disso, no próprio seio da comunidade gay, verificam-se divergências com relação ao que seria o “comportamento homossexual”. Lembremos também da própria “sopa de letrinhas”, como é chamada a sigla LGBT, que já passou por algumas mudanças: em 2008 a sigla GLBT foi alterada para a atual LGBT, com o objetivo de adotar o padrão internacional e dar maior visibilidade às mulheres. Esses fatores nos mostram o quanto a questão da homossexualidade vem sendo discursivizada, o que torna arriscada a tentativa de definir de modo categórico determinadas noções.

A homossexualidade é, portanto, uma questão comportamental, cultural, afetiva, sexual, apresentando várias nuances que não nos deixam encerrá-la num conceito rígido. Assim, quando falamos em identidades homossexuais, referimo-nos a homens, mulheres (gays e lésbicas), transexuais (pessoas que trocam ou pretendem trocar de sexo porque não se identificam com o sexo biológico), travestis (pessoas que se travestem de outro sexo) e bissexuais (aqueles se relacionam sexual e/ou afetivamente com pessoas do mesmo sexo e com pessoas do sexo distinto).

Enfim, há diversas formas de se relacionar e de se identificar com o universo homossexual. Devido a essa abrangência, em nosso estudo, tomamos como equivalentes os termos/expressões *identidade homossexual*, *identidade LGBT*, *identidade gay*, *cidadãos*

homossexuais. Mesmo cientes dos desníveis que essa escolha pode nos trazer, percebemos que restringir essa amplitude de significações não seria menos problemático.

Em outras palavras: para o presente estudo, utilizamos as variações mencionadas para o termo homossexual para evitar repetições desnecessárias ao longo do texto. Isso não significa que desconsideremos que a adoção de uma ou outra nomenclatura possa conduzir a diferentes questões, porém, como nosso trabalho não se volta para essa discussão (apesar de ela se mostrar também relevante), aqui priorizamos os termos com os quais nos deparamos, com maior frequência, ao longo de nossas leituras.

2.2 Os movimentos homossexuais e o exercício político para a construção da cidadania homossexual

É através de um movimento social organizado que as identidades LGBT têm conseguido contestar uma trajetória marcada pela desigualdade, pelo preconceito, pela exclusão e pela violência; é assim que, paulatinamente, elas vêm angariando algumas conquistas no meio social.

Importa aqui destacar as considerações de Nascimento (2012), em seu estudo dedicado aos movimentos sociais. A autora defende a tese de que os movimentos surgem e/ou se fortalecem a partir de um quadro de interesses sociais e políticos que se mostram como oportunidades para a ação. Nesse sentido, explica a autora, a noção de fatores internos (por exemplo, dinheiro e infra-estrutura) e externos (por exemplo, esfera política) ao movimento não seria muito esclarecedora para compreender a dinâmica de atuação da participação coletiva na vida política. Ou melhor: a ideia de que os movimentos são algo à parte do Estado e que atuam contra a sua força repressora seria, no entender da autora, uma concepção estanque. Assim, ela defende a existência de “uma relação causal entre as mudanças na estrutura de oportunidades políticas e a emergência de movimentos sociais” (NASCIMENTO, 2012, p.65). Nesse sentido:

Os movimentos desenvolvem interações complexas e diversificadas com instituições políticas e o Estado e no bojo dessas inter-relações o campo da institucionalidade política tanto tensiona e produz quanto é tensionado e produzido, em processos contínuos, históricos e circunstanciais em que os atores societários e os institucionais são mutuamente influenciados. (NASCIMENTO, 2012 p. 68).

Compreendendo que os movimentos se formam através de processos que são dinâmicos, a autora afirma que as ações coletivas envolvem “transmissão de ideias, o desenvolvimento de identidades e dinâmicas de interação comunicativa” (NASCIMENTO, 2012, p.67-68). A estrutura política e institucional, por sua vez, não seria vista como algo externo ao indivíduo, mas sim constitutivo dele. Ou melhor: tratar-se-ia de uma reciprocidade.

Ainda de acordo com os apontamentos da autora, desde a década de 1980, assiste-se no país a diversas formas de interação sociedade-Estado. A participação societária pode ser vista em diferentes “arranjos participativos”, tais como orçamentos participativos, comitês temáticos, conselhos de políticas públicas, conferências etc. Observa-se também o aumento da participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento de políticas públicas, evidenciando a maior atividade da sociedade civil nas deliberações políticas. Segundo Nascimento (2012), muitos movimentos sociais se engajaram nessas formas de participação coletiva, estabelecendo, por aí, diferentes formas de interação com o Estado. As ideias defendidas pela autora nos ajudam a compreender a amplitude da noção e também da ação dos movimentos sociais, bem como sua força junto à sociedade civil e ao Estado.

No nosso entender, os movimentos homossexuais têm um relevante papel no que diz respeito à representação dos interesses desse grupo identitário diante do Estado. Atuando através da mediação entre sociedade e Estado, os movimentos gays apresentam as demandas do grupo na esfera política, dando voz aos interesses dos homossexuais. Os movimentos homossexuais fazem parte de um tipo específico de movimento social, “nem de direita nem de esquerda”, que surge especialmente a partir da década de 1970 com o objetivo de atender “problemas específicos que afetam determinados grupos”, como propõe Macrae (s/d).

Dotados de um caráter marcadamente expressivo, esses movimentos desenvolviam formas de convivência e de participação vividas como positivas de si mesmas, calcadas num sentimento de igualdade e identificação entre todos os seus membros. Certas carências ou particularidades de estilo de vida foram eleitas como a base de novas identidades sociais, muitas vezes de caráter totalizante. (MACRAE, s/d, p. 237).

É nesse cenário que surge, de acordo com MacRae (s/d), o militante homossexual. Na década de 1970, começa-se a pensar de forma mais política na opressão sofrida pelos homossexuais e também em possíveis formas de contestação do regime repressor então vigente. Assiste-se, nesse período, à aproximação entre gays e outros grupos minoritários,

“basicamente feministas, negros e índio” (MacRae, s/d, p 238). Um ícone emblemático do movimento homossexual foi a revista *Lampião*, que surgiu em 1979. A revista se tornou bastante conhecida e contou com a participação de colaboradores tanto homossexuais quanto heterossexuais. O interesse em comum daqueles que se reuniam em torno da revista era a defesa da liberdade de expressão e da liberdade sexual. *Lampião*, de acordo com MacRae, tinha claros contornos políticos e somava sua voz aos movimentos que já aconteciam nos Estados Unidos e na Europa, em defesa dos direitos humanos e da valorização das identidades homossexuais. Ainda sobre esse período, o autor também destaca a atuação de cantores como Ney Matogrosso, Caetano Veloso e também o grupo Mutantes, liderado por Rita Lee, que se apresentavam vestidos com adereços femininos, no intuito de contestar a rigidez dos papéis de gênero. Enfim, é nesse contexto de efervescência contestatória e também de junção de diferentes interesses de grupos marginalizados e/ou invisíveis que podemos ver começar a se desenhar o movimento homossexual brasileiro. Já aí verificamos o seu caráter heterogêneo, que vai para diversas linhas de atuação: política, acadêmica, artística etc.

Os movimentos LGBT têm-se feito ouvir não somente no Brasil, mas também em diversos outros lugares do mundo. Pautados muitas vezes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, os homossexuais vêm requerer a igualdade que, em tese, é ali garantida a todos os indivíduos. Como afirma Rodrigues (2010, p. 25), a Declaração tem um efeito limitado no que diz respeito à “realidade objetiva de cada país”, porém, ela é importante, pois fornece “parâmetros que, supostamente, seriam aceitos internacionalmente por países e governos – mesmo que de maneira apenas formal”.

Como já foi mencionado, as lutas pelos direitos LGBT estão estritamente vinculadas ao movimento feminista. Este, ao contestar a divisão dos sexos e o patriarcalismo, propiciou a oportunidade de se refletir também a respeito da diversidade sexual. Trata-se da contestação a uma sociedade machista – a mesma sociedade que oprime a mulher oprime também o homossexual –, uma sociedade sexista, que cultiva a supremacia do sexo masculino e prega a heteronormatividade, que implica, entre outras coisas, o estabelecimento do comportamento heterossexual como única forma legítima de vivência da sexualidade.

Apesar de falarmos da organização da militância gay tomando como referência o contexto da revolução feminista, já bem antes, em 1924, se podiam observar, nos Estados Unidos, as organizações homófilas, conforme aponta Nunan (2003), apoiada em Chasin (2000). Tratava-se de grupos de homossexuais que trabalhavam para educar a sociedade com

relação à homossexualidade, oferecendo também apoio aos indivíduos que se reconheciam homossexuais. A atuação desses grupos aconteceu até os anos 1950. Na década seguinte, o movimento se incorporou às discussões promovidas pelas feministas, deixando o nome “homófilas” e adotando o nome “gay”. O objetivo era abandonar o rótulo de patologia que era associado ao nome homossexual, em virtude do discurso médico e psiquiátrico (NUNAN, 2003).

Embora já existisse uma organização dos homossexuais anterior à década de 1970, é nesse período que encontramos o marco histórico dos movimentos homossexuais. No caso dos Estados Unidos, autores como Nunan (2003) e Rodrigues (2010, p. 27), entre outros, citam o acontecimento de Stonewall como um momento deflagrador do movimento de afirmação da homossexualidade; seria o “paradigma inicial”, para utilizarmos as palavras de Rodrigues (2010, p.27).

Esse episódio se tornou um marco e também uma bandeira do ativismo gay, assinalando o início de uma luta, de uma atitude coletiva de contestação em relação à opressão sofrida pelos homossexuais. “Stonewall Inn” era um bar de Nova Iorque frequentado por um público majoritariamente homossexual. Na noite de 28 de junho de 1969, os frequentadores se rebelaram contra as atitudes de maus tratos dos policiais que fiscalizavam o bar (NUNAN, 2003, p. 105). Foram dias de conflitos marcados por agressões, palavras de ordem e prisões. O acontecimento ganhou repercussão ao extrapolar o âmbito local e chegar aos arredores da região, fato que fez com que parte da população se tornasse solidária aos frequentadores do bar, avolumando a atitude de resistência. O enfrentamento se tornou mais tarde uma bandeira do movimento gay, pois foi um momento de negação do autoritarismo policial e também de exigência de respeito aos LGBT. Desde então, o episódio de Stonewall é lembrado e também celebrado como uma atitude de coragem e de vitória da “organização” homossexual.

A partir dessa década (1970), os movimentos ganharam força e começaram a se espalhar pelo mundo. As Paradas do Orgulho Gay, segundo Rodrigues (2010, p. 31), expressam a manifestação pública dessas minorias sexuais que passam a apresentar suas demandas para a sociedade: “A rigor, a questão LGBT trata de uma reivindicação de igualdade formal, que, em tese, estaria incorporada desde as primeiras proclamações da Revolução Francesa: todos são iguais perante a lei”.

No Brasil, em 2009 o movimento organizado por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros completou 30 anos. A origem é atribuída ao Grupo de Afirmação Homossexual (Somos), criado em 1978. Nessa época, o grupo se definia como Movimento Homossexual Brasileiro.

Em 1993 o movimento passa a ser referenciado como MGL, Movimento de Gays e Lésbicas e em 1995 é GLT, em referência a Gays, Lésbicas e Travestis. A partir de 1999, o movimento passa a ser definido pela sigla GLBT, indicando em sua composição os segmentos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. (**Texto-base da Conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais**, 2007, p. 06).

O surgimento do grupo Somos se deu no contexto da luta contra a ditadura militar, razão pela qual o movimento encontrou grandes dificuldades para se fazer ouvir. Foi na virada dos anos de 1970-1980 que ele alcançou uma relativa visibilidade (RODRIGUES, 2010, p.30-31). No entanto, foi também nos anos de 1980 que o movimento homossexual se tornou menos articulado em função da epidemia de Aids (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) que atingiu um número expressivo de gays, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, a ponto de o HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) ter sido chamado de “câncer gay” ou “peste gay” (CALAZANS, 2010, p. 141). Esse acontecimento certamente foi um dos fatores responsáveis pela maior “legitimidade” atribuída à estigmatização dos homossexuais.

Calazans (2010, p. 142), a partir dos estudos de Kalichman (1993), afirma que a primeira medida com relação à epidemia da Aids foi a criação de políticas públicas pautadas na discriminação e na repressão:

Uma das primeiras ações do Centro de Controle de Doenças norte-americano foi demarcar e discriminar quatro grupos sociais, naquele momento chamados de 4Hs – os homossexuais, os hemofílicos, os haitianos e usuários de heroína injetável, nomeados como grupo de risco para a nova doença.

O impacto desse contexto histórico se faz sentir até hoje. A autora, discutindo os dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo (FPA), no que tange à questão da vulnerabilidade ao HIV/Aids, demonstrou que todos os segmentos populacionais investigados pela pesquisa concordaram com a afirmação de que os gays são os principais culpados pelo fato de a Aids estar se espalhando pelo mundo (CALAZANS, 2010, p. 143).

O que podemos apreender, a partir dessas informações, é que se trata de um conhecimento que foi incorporado pelo senso comum e cujas raízes se encontram no surgimento da Aids e nas ações que foram efetivadas para o seu combate, que, por sua vez, resultaram em representações acerca da doença e dos doentes. Diante desse quadro de segregação e culpabilidade dos gays no que diz respeito à epidemia, os grupos se organizaram e se reestruturaram no início dos anos 1990, conforme postula Rodrigues (2010, p. 31).

Também Nunan (2003), estudando esse mesmo contexto, afirma que os movimentos, apesar de terem se enfraquecido, em razão dos acontecimentos associados à Aids, foram igualmente responsáveis pela reconstrução/contestação da imagem gay/Aids. Vários grupos procuraram construir ações de efetivo combate a esse estereótipo e agiram também na linha de frente de uma forte campanha de educação da sociedade, prestando um serviço de esclarecimento e também de apoio aos doentes e a seus familiares.

A partir desse momento, o movimento “ressurgiu”, pois, mais fortalecido e organizado. Em 1995, foi fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a primeira associação representativa do movimento homossexual brasileiro. Também nesse ano, Marta Suplicy, deputada federal pelo PT, apresentou o projeto de lei que instituiu a união civil (um contrato legal) entre pessoas do mesmo sexo. O debate promovido pelo projeto “envolveu todo o país e proporcionou um salto de qualidade, elevando a outro patamar a luta pela cidadania LGBT no Brasil”. (RODRIGUES, 2010, p. 31).

Como se pode notar, esse período foi responsável pela maior visibilidade conferida à população LGBT, que adentrou a esfera política e também judiciária reivindicando a igualdade de direitos. Ainda segundo o autor, também no âmbito midiático verificam-se algumas mudanças com relação ao tratamento da questão da homossexualidade. Rodrigues (2010, p. 31) afirma que a mídia começou a abordar a homossexualidade “com mais naturalidade e com uma atitude mais *friendly* (amigável)”.

Ainda a respeito do crescimento e da maior organização do movimento homossexual, o autor destaca o ano de 2003, quando foi criada, pela primeira vez no Brasil, uma Frente Parlamentar em defesa da cidadania LGBT. No ano seguinte, o governo federal lançou o programa *Brasil Sem Homofobia*, articulado com a ABGLT. Já em 2008, aconteceu a I Conferência Nacional LGBT: “Nesse espaço, com 60% de participação da sociedade civil e 40% de representantes governamentais, são discutidas políticas de promoção dos direitos

humanos de lésbicas, gays, travestis, bissexuais e transexuais” (RODRIGUES, 2010, p. 32). No referido evento, procurou-se criar uma agenda com as demandas da população LGBT, que, apesar de ter sido pouco contemplada, permitiu que o grupo ganhasse maior representatividade social.

O quadro que descrevemos mostra que o movimento homossexual no Brasil tem crescido consideravelmente, numa clara caminhada rumo à construção de políticas públicas voltadas para o atendimento dos indivíduos LGBT. As conquistas dos movimentos podem ser encontradas na esfera política e fora dela. Facchini & França (2009, p. 57), por exemplo, afirmam que “as reivindicações do movimento têm se visibilizado a ponto de suscitar projetos de lei em todos os níveis do Legislativo, assim como a formação de Frentes Parlamentares em âmbito nacional e estadual”. Os movimentos, segundo as autoras, buscam atuar de forma a contemplar a agenda das demandas LGBT, tanto no âmbito do poder legislativo quanto no do judiciário. Além disso, pode-se observar também a sua atuação na produção de conhecimento, na formação de igrejas destinadas aos homossexuais, na organização de festivais, na composição de partidos políticos etc. (FACCHINI & FRANÇA, 2009).

Dessa forma, o ativismo gay não se restringe ao âmbito político. Ao fomentar uma verdadeira cultura gay, as identidades LGBT ajudam a redimensionar o significado da homossexualidade em nossa sociedade, além de criarem espaço para a interação entre homossexuais e entre eles e os não homossexuais; haja vista as famosas Paradas do Orgulho Gay, que acontecem em diversos lugares do mundo, atraindo homossexuais e heterossexuais. Para se ter uma ideia da dimensão desse evento, citamos os números trazidos por Nunan (2003, p. 111). Em São Paulo, em 1997, a mobilização atraiu 2 mil pessoas; em 1998, foram 8 mil; em 1999, 35 mil; em 2000, 120 mil; em 2001, 200 mil. Em 2002, o número chegou a 400 mil participantes e, em 2003, a 800 mil, o que tornou a parada de São Paulo a terceira maior do mundo, segundo a autora. Com relação aos números mais atuais, constatamos, em 2009, a participação de aproximadamente 3,1 milhões de pessoas, o que fez com que a parada da capital paulista ganhasse, finalmente, o posto de a maior do mundo.

Notamos, portanto, que os movimentos homossexuais não atingem apenas os indivíduos que se reconhecem homossexuais. Ao promover uma cultura homossexual, que culmina inclusive num mercado gay, conforme o estudo de Nunan (2003) constatou, a

militância consegue avançar em suas discussões e reivindicações, conquistando um espaço que parece caminhar na direção de uma verdadeira “cidadania homossexual”.

As informações a respeito do crescimento das organizações relativas aos movimentos homossexuais são relevantes por nos permitirem visualizar como o movimento LGBT vem ganhando força no debate político nacional e, paralelamente, suscitando reações de aversão de diversos segmentos sociais. No caso do contexto brasileiro, isso é especialmente creditado às igrejas evangélicas e à igreja católica. Autores como Borrillo (2010) e Natividade & Oliveira (2009), por exemplo, apontam o discurso religioso como um forte instrumento a favor da homofobia.

Borrillo (2010), conforme já apontamos, entende a tradição judaico-cristã como uma das principais explicações para a hostilidade contra os homossexuais. O autor afirma que, já no Império Romano, sob a influência do cristianismo, instaurou-se um processo de repressão daqueles que se relacionavam sexualmente com pessoas do mesmo sexo. A sociedade se organizava em torno da crença “na qualidade natural e na moralidade das relações heterossexuais monogâmicas (...)”. Daí decorre a justificativa para a condenação da prática homossexual, reconhecida como um elemento nocivo à evolução da humanidade.

O argumento do texto bíblico, presente na famosa passagem de Levítico (cap.18,22), já apresentada aqui, é até hoje convocada pelas autoridades religiosas para justificar a condenação da prática homossexual e, paralelamente, estimular a heteronormatividade, que concebe o comportamento heterossexual como a forma legítima de exercício do desejo e confere importância ao sexo biológico e natural (NATIVIDADE & OLIVEIRA 2009, p. 125).

Já autores como Rodrigues (2010, p. 28) veem a presença de lideranças religiosas na esfera política como uma ameaça à laicidade do Estado, uma vez que esses líderes acabam por impedir, senão as discussões, os avanços das conquistas e demandas dos cidadãos homossexuais no contexto político. Além disso, mesmo no âmbito religioso, eles, muitas vezes, propagam e estimulam a homofobia por tratarem as práticas homossexuais como pecado, tomando-as como promiscuidade sexual, como um comportamento desregrado, cuja cura seria possível via religiosa.

Mota *et al.* (2010, p. 149), ao abordarem as relações entre movimentos sociais, homofobia e a epidemia de Aids, identificaram que, no discurso religioso, muitas vezes essa

síndrome é vista como uma punição para o indivíduo que tem um comportamento sexual desordenado ou desviante:

As concepções de sexualidade forjadas na matriz religiosa cristã e sua associação com a desobediência à ordem natural criada por Deus fazem com que a AIDS seja apresentada ora como uma praga ou castigo, ora como uma consequência do tipo de comportamento dos sujeitos sociais.

O processo de culpabilização de toda prática sexual divergente da prescrita pela heteronormatividade seria crucial para a difusão da homofobia, pois coloca os indivíduos que divergem dessa norma como sujeitos errôneos que ferem os princípios religiosos e que ainda “punem” a sociedade com as suas “imoralidades”. Nessa perspectiva, quando os líderes religiosos reforçam e constroem seus discursos colocando as práticas homossexuais sob a égide da culpa, da imoralidade, do pecado, da transgressão etc., eles estariam reiterando a heterossexualidade como a única prática sexual “correta” e, conseqüentemente, reforçando o silenciamento de outras possíveis.

Natividade & Oliveira (2009, p. 132) observam que há religiosos que não apenas condenam a homossexualidade, como também combatem o espaço que os homossexuais vêm galgando ao longo dos anos, seja na esfera política ou fora dela, na mídia, por exemplo. Dessa forma, a religião acaba por ser um forte impedimento à visibilidade e à conquista de direitos dos cidadãos homossexuais, sendo, inclusive, no olhar de Natividade & Oliveira (2009, p. 132), um dos possíveis responsáveis pelo processo de reativação dos estereótipos negativos relacionados aos homossexuais na década de 1980, em virtude da epidemia da Aids.

A igreja católica é enfática ao condenar as práticas homossexuais. O texto do Catecismo da Igreja Católica, que aborda o tema nas alíneas, 2351, 2359 e 2396, afirma que:

São pecados gravemente contrários à castidade, cada um segundo a natureza do objecto: o adultério, a masturbação, a fornicação, a pornografia, a prostituição, o estupro, os actos homossexuais. Estes pecados são expressão do vício da luxúria. Cometidos contra os menores, são atentados ainda mais graves contra a sua integridade física e moral

Atualmente, reconhece-se que o discurso da igreja católica tem procurado “aceitar” o homossexual, porém, ele ainda continua enfático ao condenar a prática sexual dos

homossexuais, ainda considerada como algo que é contrário à natureza e ao dom da vida. É por essa razão que Borillo (2010, p. 58), considera o atual discurso como renovado, porém, ainda essencialista, pois permanece fiel aos princípios tradicionais, atrelados à oposição entre os sexos, que, representando a vontade divina, atribuem uma posição para homens e mulheres que é tida como indiscutivelmente legítima. O autor procura ainda demonstrar que, em diversos países do mundo, como nos Estados Unidos, por exemplo, e também na França (estudada mais a fundo por ele), os discursos religiosos são constantemente acionados por personalidades do mundo político e jurídico, com o intuito de renegar os avanços dos cidadãos homossexuais. Assim, a autoridade do discurso religioso ultrapassa a instituição religiosa, servindo de alicerce para práticas sociais e discursivas também em outras instituições.

Como podemos notar, há um claro embate entre o discurso dos movimentos homossexuais e o discurso da esfera religiosa. Natividade & Oliveira (2009, p. 132) chegam até a falar em *homofobia religiosa*, definindo-a como: “(...) um conjunto muito heterogêneo de práticas e discursos baseados em valores religiosos, que opera por meio de táticas plurais e polimorfos de desqualificação e controle da diversidade sexual.”. Esse quadro seria a justificativa para as diversas ações que os movimentos homossexuais têm estabelecido, de forma a confrontar o discurso religioso, o que culmina na aproximação dessas duas instâncias divergentes e polêmicas entre si. Lembremos o lema da 15ª Parada do Orgulho Gay (2011): “Amai-vos uns aos outros: chega de homofobia!”, que foi um claro enfrentamento ao discurso religioso brasileiro, mais especificamente, o evangélico. A carta aberta que apresentava a principal exigência LGBT naquele contexto dizia: “Respeitosamente nos apropriamos dela (conhecida citação do universo cristão) para pedir fim à guerra travada entre religião e direitos humanos”.

Ao que tudo indica, os movimentos homossexuais começaram sua trajetória focados na construção de uma imagem positiva da homossexualidade (paralela à desconstrução dos estereótipos construídos a partir dos discursos médico, religioso e psiquiátrico). O segundo momento parece estar atrelado ao processo de politização dos movimentos (e de seu discurso). Em 1990, por exemplo, conforme Facchini & França (2009), setores do grupo LGBT se organizaram em partidos políticos como o PT e o PSTU. Também nesse período, assistiu-se a candidaturas e a proposições de projetos de lei voltadas para as reivindicações LGBT.

Ao lado desse processo, verificou-se uma maior institucionalização dos movimentos. Ainda segundo as autoras, começou a existir, nesse período, uma preocupação com a construção de sedes, com a criação de uma estrutura física e espacial que pudesse abrigar os LGBT e ajudar a conferir maior organização e legitimidade ao trabalho empreendido pelos movimentos. O resultado disso pôde ser visto na “(...) profissionalização de militantes; maior capacidade e necessidade de comunicação (...) preocupação em ter quadros preparados para estabelecerem relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e associações internacionais” (FACCHINI & FRANÇA, 2009, p. 62).

Atualmente, a partir dessa formação mais politizada, os movimentos têm procurado atuar no combate à violência, ao preconceito e à discriminação sofridos pelos homossexuais, ou seja, contra o que chamamos de homofobia. Haja vista os esforços empreendidos para que o projeto de lei que propõe a criminalização da homofobia – o PL122 – seja aprovado. A Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, por exemplo, desenvolve atividades voltadas para o “acolhimento e encaminhamento de casos de discriminação e violência” e “assessoria jurídica gratuita para os casos de homofobia”²⁰. Numa perspectiva mais ampla, temos a própria inserção da temática no contexto político, o que tem feito o governo agir no sentido de criar políticas públicas que atuem na educação da sociedade, como uma das formas de combate à homofobia. É dentro desse escopo que encontramos o projeto “Escola Sem Homofobia”.

No texto-base da “Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e transexuais”, datado de 2007, o tema da homofobia é fortemente contemplado. O movimento expressa no texto a necessidade de todos os setores (político, jurídico, da saúde e da educação) se articularem para que medidas de prevenção e combate à homofobia possam ser criadas. No documento mostra-se também a necessidade de implementação de formas efetivas de assistência para as vítimas da violência homofóbica.

Por fim, citamos o próprio programa “Brasil Sem homofobia”²¹, cujas ações contemplam a “política de promoção dos direitos homossexuais”. Tal programa visa atuar em várias frentes: no contexto internacional, através de uma política de cooperação; na esfera da segurança, com o intuito de combater a violência e a impunidade; na educação, objetivando

²⁰ Informação retirada do site da Associação. Disponível em: <<http://www.paradasp.org.br/home.html>>. Acesso em: 20/06/2012.

²¹ Programa disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em 20/06/2012.

preparar a sociedade para que se crie uma cultura de paz com relação à homossexualidade e na promoção da não discriminação por orientação sexual; na saúde, buscando atendimento e tratamento iguais; no trabalho, combatendo a discriminação por orientação sexual e o tratamento diferenciado; na cultura, de forma a valorizar a diversidade.

Cada um desses pontos é constituído por um conjunto de ações almejadas, que contemplam, de uma forma ou de outra, o combate à homofobia: seja a que se manifesta nas atitudes de violência simbólica ou física; seja a que se origina de atitudes homofóbicas resultantes do silêncio da lei e das políticas públicas; seja ainda a que resulta do tratamento diferenciado que diversas esferas institucionais conferem aos indivíduos LGBT.

Como podemos constatar, a trajetória do movimento homossexual brasileiro é densa e marcada por um crescimento numérico e qualitativo. Essa história foi e tem sido fundamental na/para a construção das identidades homossexuais, por possibilitar, através dos trabalhos de ação afirmativa da homossexualidade, a construção de novas imagens e valores para a comunidade gay.

Além de atuar junto aos próprios homossexuais, oferecendo desde a oportunidade de convívio, até o apoio a gays e familiares, o movimento é também um lugar de auto-afirmação, de construção do conhecimento a respeito da diversidade sexual e da homossexualidade. Enfim, para os indivíduos que se sentem à margem da sociedade por serem gays, o movimento representa uma relação de fraternidade, cumprindo mesmo a função de comunidade, tal como o termo é concebido por Bauman (1998): um lugar que propicia a identificação com os pares, o sentimento de coesão, proteção e estabilidade.

Como vimos, além dessa força endógena, o movimento atua também externamente, buscando o diálogo e a entrada na política, na cultura, na educação e em movimentos e discursos de outros segmentos, o que promove um verdadeiro amálgama de sujeitos e lugares, fundamental, no nosso entender, para o processo de legitimação e reconhecimento das identidades LGBT, com as quais os discursos relativos à homofobia mantêm estreita relação.

2.3. Homofobia: uma palavra-discurso (ou a face da resistência)

Neste momento, pretendemos discutir a palavra *homofobia* à luz de algumas considerações sobre o discurso. Nosso objetivo é examinar o caráter fortemente ideológico desse lexema, que foi forjado, inclusive, em meio ao processo de legitimidade e visibilidade homossexual. Seu amplo espectro de sentido e as valorações negativas que sobre ela recaem nos levam a crer que essa palavra é muito mais do que a significação de um “objeto”; ela traz consigo um conjunto de discursos que a tornam algo mais do que aquilo que nomeia. Homofobia designa, qualifica, e regula sentidos e práticas sociais. Desse modo, entendemos que a institucionalização do termo, que é a sua colocação na ordem do discurso, é devida, em grande parte, aos próprios esforços dos movimentos homossexuais, cuja militância não se restringe ao meio político e muito menos aos próprios indivíduos que se identificam como homossexuais.

Sabemos que o discurso é construído historicamente, como as reflexões de Pêcheux (1990) já haviam demonstrado. O discurso é fruto das práticas vivenciadas nas relações humanas que, por sua vez, acontecem por meio da linguagem. Desse modo, ele está comprometido com sujeitos que, se, por um lado, sofrem determinações (sociais, históricas e ideológicas), por outro, são também capazes de ir além do já-dito, de modo a produzir sentidos outros. Isso quer dizer que os sujeitos movem e são movidos pelos discursos, reiteram e constroem sentidos, estabelecem relações entre si e com tempos e sujeitos distintos, fazendo com que a “mesmice” do discurso seja também deflagradora de algo novo.

A realidade descrita não é diferente quando pensamos a respeito do discurso homofóbico, já manifestado, de certa forma, na própria palavra que o nomeia. Esse discurso se molda de acordo com o contexto em que é enunciado, com os sujeitos que o pronunciam e com a memória que determina esse todo interativo. Isso explica por que falar em homofobia agora não é a mesma coisa que falar em homofobia em outros tempos. A palavra assume acepções distintas a depender do “lugar” de onde é vista.

Refletindo sobre a palavra *homofobia*, devemos entender, antes de mais nada, que se trata de uma palavra forjada no seio de muitas transformações sociais e que, por isso, se torna uma espécie de reflexo (mas também de refração – como diria a teoria bakhtiniana) dessas transformações. A partir daí, podemos acessar sua memória para conhecer melhor o que fazemos significar quando a acionamos em nosso repertório linguístico/discursivo.

Uma primeira observação que fazemos é a de que homofobia é uma forma de designação; é uma atribuição de sentido para algo, de forma a situar esse algo no nosso

mundo significante. A designação, cumpre-nos destacar, é uma prática de linguagem. No entender de Guadanini (2010):

Percebe-se que a questão da designação, na verdade, remete, por um lado, à representação/apresentação, isto é, ao modo de fazer referência aos seres e por outro lado, tem a ver com a compreensão/visão sobre o mundo, podendo, trazer implicações para as práticas discursivas (GUADANINI, 2010, p. 27).

Nessa perspectiva, ao designar, representamos e também apresentamos o objeto designado. Além disso, paralelamente, situamos a forma como esse objeto será concebido e compreendido. A designação, portanto, entendida como o ato de atribuir um nome a alguma coisa, está comprometida com as representações que construímos acerca do mundo. Como sabemos, não designamos sozinhos, ou seja, deslocados das práticas sociais; nós o fazemos “contaminados” por essas práticas, falando a partir delas. Portanto, a palavra *homofobia*, cunhada para se referir à aversão em relação aos homossexuais e à homossexualidade, não nos remete apenas a um nome, mas também (e talvez principalmente) às formas de se conceberem os homossexuais e a homossexualidade.

A palavra é formada pela união do radical grego *homo*, que significa igual, e *phobia*, que significa medo. Como dissemos anteriormente, o termo não ficou restrito ao âmbito da psicologia, onde foi criado, passando por um processo de ressignificação ao longo do tempo, de modo que hoje podemos entender que homofobia diz respeito a qualquer atitude e/ou discurso que culmine na diferenciação/inferiorização dos homossexuais. Essa atitude e/ou discurso pode ser individual ou coletivo(a), psicológico e também social, consciente ou inconsciente. Enfim, a homofobia pode se referir a algo bastante subjetivo ou a algo extremamente socializado, institucionalizado.

Quando atribuímos sentido, estabelecemos a forma de determinada coisa existir no mundo. A homossexualidade, ao que tudo indica, sempre existiu, mas não sempre do mesmo modo (e o que a modifica é, primordialmente, o sentido). O contexto mais comumente retomado para demonstrar a legitimidade da relação homossexual é o mundo clássico, da Grécia Antiga, já mencionado neste trabalho. Como vimos, a homossexualidade não dizia respeito a algo da esfera sexual somente. No contexto do mundo helênico, podemos ver que se tratava de uma prática impregnada da normatividade da época, o que a tornava, além de uma forma de desejo, uma cultura.

Sabemos que o fator responsável por atribuir a algo corporal o caráter de um “construto” social/cultural é o discurso. Portanto, foi e é o discurso que administra as práticas, incluindo a sexual, como já asseverou Foucault (1999). A homofobia, com o discurso que a sustenta, não foge à regra. Ela pode ser entendida como um conjunto de discursos que funcionam de forma a combater e/ou restringir a homossexualidade, criando um regime de segregação dos homossexuais. Isso pode ser visto na própria história, como os estudos de Borrillo (2010) nos permitiram constatar.

Na verdade, não há um discurso homofóbico, mas discursos homofóbicos que podem vir de diversos lugares. O ponto em comum desses discursos é a intenção de criar uma forma de segregação dos homossexuais/homossexualidade em relação à heterossexualidade (vista, por esse ângulo, mais como um papel social do que como uma prática sexual).

Esse conjunto de discursos que diz a homofobia carrega, pois, dialogicamente, diversas vozes. Uma dessas vozes que, dada a sua recorrência, vem se mostrando dominante no contexto brasileiro, como comprovam as pesquisas de Natividade & Oliveira (2009) e a constante manifestação das organizações gays, é o discurso religioso, uma espécie de discurso “legitimador” da homofobia. Isso talvez se justifique pela precedência do discurso religioso ou, como afirma Maingueneau (2006), por seu caráter constituinte. Para o autor, os discursos constituintes seriam aqueles que não dependem de outros para existir: eles são autôfundados e autossustentados. São exemplos, o discurso religioso, o filosófico, o literário e o científico. Tais discursos teriam uma legitimidade inerente a eles mesmos, servindo, portanto, de autoridade para outras práticas discursivas.

Como sabemos, a Igreja já foi (e ainda é em alguns contextos) o centro das relações humanas, exercendo mesmo um papel de Estado. Não é absurdo, portanto, constatarmos que o discurso religioso encontra-se na base mesma da constituição do discurso homofóbico, por meio, entre outras coisas, da “convocação” da literatura bíblica para justificar as práticas de exclusão da homossexualidade e dos homossexuais. Assim, no discurso da igreja, o homossexual e a homossexualidade foram relegados ao pecado, à transgressão, à abominação, para usarmos alguns termos religiosos. A Igreja, portanto, alterou o sentido da homossexualidade, e pôde fazê-lo por ter autoridade para isso: poder enquanto instituição e poder enquanto discurso. Esse fato continua a ecoar nas práticas discursivas de hoje, ultrapassando largamente a esfera religiosa.

Após ser avaliada negativamente do ponto de vista do discurso religioso, a homossexualidade vai ser questionada também pela psicologia e pela ciência, sendo concebida, do mesmo modo, como “diferença”, uma diferença negativa, tal como na perspectiva da igreja; porém, não vinculada ao sentido estabelecido por ela (apesar, é claro, de refleti-lo – e refratá-lo).

A passagem do tempo fez com que a homossexualidade fosse sendo vista a partir de lugares e sujeitos diferentes e, por essa razão, fosse também passando por redefinições. Mas não foram somente os sentidos da homossexualidade que mudaram: a homofobia também seguiu essa trajetória, que se mostra no amplo espectro de sentidos que a palavra apresenta. A esse respeito, parece-nos razoável pensar que a ampliação de significados do termo homofobia aponta, simultaneamente, para a ampliação do lugar e do sujeito homossexual. Os múltiplos sentidos atribuídos à homofobia se relacionariam, então, de forma bastante direta com o crescimento das identidades homossexuais (crescimento em termos de legitimidade).

Nesse ponto, convém mencionar a posição de Bakhtin (2006) a respeito da relação signo e ideologia, posição que compartilhamos. A clássica afirmação do autor de que todo signo é ideológico e que reflete/refrata uma realidade que lhe é exterior nos ajuda a compreender o processo de “crescimento” da homofobia, em termos de sentidos e até de pronunciamentos. Certamente a palavra é muito mais pronunciada hoje do que já foi anteriormente, inclusive num âmbito muito maior de lugares: na mídia, na política, na publicidade, no meio jurídico, educacional etc. Esse crescimento de sentidos e lugares é extremamente importante do ponto de vista da análise do discurso, pois mostra como a palavra nos aponta para aquilo que se situa fora dela (e que ela reflete e refrata enquanto signo ideológico), no caso que investigamos, o processo de crescimento e legitimação das identidades homossexuais. Por esse viés, a homofobia pode ser concebida como uma criação ideológica, que pode ser apreendida no “(...) material social particular de signos criados pelo homem” (BAKHTIN, 2006, p. 35).

Vimos que a palavra, na sua estrutura morfológica, nos deixa apreender o sentido de medo do homossexual/homossexualidade. Já nela percebemos que há um valor negativo atrelado ao termo. No início, esse traço de negatividade se relacionava à descrição de um fenômeno psicológico: o medo/repulsa/aversão (a fobia) com relação aos homossexuais e às suas práticas sexuais.

Desse contexto psicologizante, passamos para um contexto mais político, elaborado, certamente, a partir dos novos conhecimentos que foram construídos em torno da questão dos homossexuais/homossexualidade em decorrência das transformações sociais. Daí, o traço de negatividade, que antes era utilizado para se referir a algo da dimensão afetiva/psicológica, foi transferido para outros contextos, tornando-se uma forma de designação de todas as ações que, de certa forma, contribuem direta ou indiretamente para com o regime de segregação dos homossexuais.

O discurso não existe sem sujeitos; são eles que fazem o discurso acontecer. Se a homofobia (com o seu conjunto de (contra)discursos) existe, é porque há quem a faça existir. Melhor dizendo, há quem diga que determinados discursos e práticas são homofóbicas. Nesse sentido, não podemos deixar de considerar o papel basilar das identidades homossexuais nesse processo de ressignificação das práticas homofóbicas.

A construção do sentido é uma questão amplamente investigada pelos pesquisadores das ciências da linguagem. Ela pode ser vista, por exemplo, nos estudos de Saussure sobre o signo linguístico; pelo viés da semântica, nas suas diferentes perspectivas; na semiologia de Barthes e na semiótica de Greimas (nesta expressa, inclusive, no âmbito do percurso gerativo de sentido, proposto pelo autor). No âmbito da ADF²², Orlandi (2005) articula a questão do sentido à ideologia e à memória discursiva.

Nessa perspectiva, os avanços das teorias da enunciação (e, posteriormente, dos estudos discursivos) foram fundamentais para uma compreensão mais ampla do sentido. Verificou-se que a palavra não guardava e nem resguardava o sentido sozinha; sua representatividade toca o “fenômeno ideológico”, como afirma Bakhtin (2006). O sentido, que não se encerra na palavra e naquilo que ela representa, torna-se algo que extrapola a dimensão do léxico.

Mari (1991), que também se dedicou e continua se dedicando ao estudo do sentido, mostra que ele se liga ao sujeito, ao domínio ideológico/social, à historicidade, à estrutura/materialidade linguística e ao contexto da enunciação. Conforme diz o autor, não temos como eliminar nenhum desses fatores. Ou seja, sujeitos, contextos e memórias constroem e alteram sentidos, numa relação dialógica estreita. Assim, para existir, o sentido

²² No âmbito deste trabalho, usamos a sigla ADF para nos referirmos, mais especificamente, à chamada “escola francesa de análise do discurso”, e AD para designar a análise do discurso em sentido amplo, como se verá no Capítulo 3.

depende dos sujeitos que o apreendem, a partir de sentidos outros já construídos; da história que o “modula”; do contexto, que o determina; da ideologia que o orienta e da materialidade que o consubstancia.

Certamente essa nossa breve exposição a respeito do sentido não encerra, de forma alguma, a questão. Permite-nos, porém, compreender como ele é amplo e multifacetado, porque se relaciona com sujeitos e com tudo aquilo que é construído e construtor desses sujeitos. Por essa razão, quando pensamos a respeito dos sentidos da palavra homofobia e verificamos a diversidade deles, deparamo-nos com um processo histórico e cultural, responsável por ajudar a redefinir o vocábulo homofobia e a conferir-lhe outros sentidos para além do que tinha originalmente.

Examinando a literatura científica, constatamos que há diversos tipos de homofobia. Abaixo citamos algumas definições que encontramos nos textos utilizados como suporte para nossas reflexões, textos esses que nos ajudaram a ter acesso, paralelamente, à dimensão que o lexema (e a noção correspondente) de *homofobia* foi tomando ao longo do tempo:

Tabela 1 – Acepções de homofobia

Homofobia Irracional
Aversão à homossexualidade, com manifestações de natureza psicológica: por exemplo, medo, repulsa ou ódio. Essa noção, encontrada em Borrillo (2010), está muito próxima da que se relaciona à origem do termo.
Homofobia cognitiva/social
Construções discursivas e sociais que legitimam a segregação dos homossexuais. Nessa abordagem mais sociológica, descrita em Borrillo (2010), a homofobia é vista como uma das formas de controle existentes na sociedade que se relacionam à disputa entre grupos, à distribuição de privilégios.
Homofobia cordial

Forma de homofobia que, ao invés de segregar, aproxima os indivíduos homossexuais, vendo-os, no entanto, como diferentes e inferiores. Abordada em Natividade & Oliveira (2009), a partir da leitura de Fernandes (2007), essa homofobia assemelha-se à atitude das mães de filhos homossexuais, que os acolhem, movidas por sentimentos como dó e compaixão, como comprovam os depoimentos registrados por Modesto (2010).

Homofobia geral

Tipo de homofobia que se expressa sobretudo no sexismo. Caracteriza-se pela constante reiteração e legitimação da heteronormatividade, ajudando a promover o comportamento heterossexual como o único permitido. Descrito em Borrillo (2010), seria fruto da naturalização da heterossexualidade. Aqui também estaria a heterossexualidade compulsória, vista em Natividade & Oliveira (2009).

Homofobia específica

Intolerância especificamente contra gays, lésbicas, transexuais, transgêneros ou bissexuais (identidades homossexuais, em geral). Noção também apresentada em Borrillo (2010). Caberiam aqui atitudes como a maior aceitação da homossexualidade masculina, em especial dos não efeminados; o forte preconceito contra as travestis e transgêneros (grupos mais vulneráveis à violência); e a desconsideração (invisibilidade) da homossexualidade feminina. Tipo de homofobia percebido também no interior dos discursos das identidades homossexuais.

Homofobia religiosa

Construída a partir do discurso religioso, prega a homossexualidade como pecado e desvio e a heterossexualidade como o comportamento correto e desejável. A partir da cultura religiosa e de sua legitimidade, reforça a aversão aos homossexuais. Noção apreendida em Natividade & Oliveira (2009).

Homofobia pastoral

Identificada na postura das lideranças religiosas, em especial nas evangélicas. Trata-se da atitude de “acolhida” dos homossexuais, porém, com o intuito de convertê-los, ajudá-los a superar a condição de “estar homossexual”. A homossexualidade é, assim, encarada como algo desviante; daí o projeto de “regeneração moral”. Noção encontrada

nas reflexões de Navitidade & Oliveira (2009).

Homofobia corporalizada

Referente às “reações viscerais de repúdio” (reações psicológicas e físicas de aversão) à homossexualidade. Motivada pelos processos políticos e culturais que naturalizaram a heterossexualidade, tomando a homossexualidade, em contrapartida, como algo ruim. Noção encontrada em Navitidade & Oliveira (2009), dialogando também com a noção de homofobia irracional de Borrillo (2010).

Homofobia institucionalizada

Construções sociais nas quais se pode perceber o tratamento diferenciado e inferior conferido aos homossexuais: direitos negados, tratamentos diferenciados no âmbito do trabalho, da medicina e da escola, por exemplo; legislações que concebem a homossexualidade como crime (como ocorre em diversos países de cultura mulçumana). É, pois, uma forma legalizada de homofobia. Termo encontrado na Wikipédia, mas que se relaciona com a literatura a respeito do tema.

Essas várias interpretações apresentadas na tabela 2 – que, muitas vezes, se imbricam, se sobrepõem – são construções elaboradas, especialmente, no meio acadêmico e, como tais, ajudam a ressignificar a noção de homofobia. Elas tendem a penetrar na sociedade, de forma reelaborada. A esse respeito, acreditamos que o ativismo gay pode ser considerado um porta-voz dos discursos acadêmicos e científicos que revisaram a noção de homofobia. Seria uma ponte entre a sociedade civil e o domínio acadêmico e científico, onde também atua uma militância mais intelectual.

Para além desses sentidos, há também o mais largamente difundido no senso comum: o que atrela a homofobia à prática de violência (no sentido mais pragmático do termo). Trata-se de uma violência física ou simbólica, porém explicitamente agressiva e hostil. Ou seja, nessa esfera, as piadas, as reproduções estereotipadas da mídia, as reiteraões dos discursos heteronormativos etc. não seriam considerados, de imediato, como homofóbicos.

Atualmente podemos pensar a homofobia como uma série de instrumentos e meios existentes na sociedade que reforçam a imagem negativa da homossexualidade, tornando-a,

desse modo, estranha, fora da normalidade social, digna, portanto, do receio/medo do outro. A esse respeito, cabe lembrar os apontamentos de Bauman (1998) acerca do medo na pós-modernidade. Para o autor, os tempos atuais são marcados especialmente pela insegurança, pela instabilidade e, conseqüentemente, pelo medo. O medo estaria relacionado à ideia de mal. Bauman, focalizando a pós-modernidade, entende que a fluidez, inerente a esse tempo, é um dos fatores responsáveis pelo sentimento de medo, decorrente da pouca previsibilidade em relação aos acontecimentos.

O ponto crucial da discussão do autor a respeito do medo é a tese de que sua origem seria de ordem ética²³ e política, e é dessa tese que queremos nos apropriar. A partir dela, entendemos que o medo não se restringe ao corpo, aos sentimentos subjetivos; ele é também algo social, moralizado, conforme os próprios estudos sobre a relação discurso/emoção/paixão vêm nos apontando (ver, por exemplo, LARA & MATTE, 2009).

Como já explicamos, na origem da palavra homofobia, encontra-se o medo da homossexualidade e do homossexual. Porém, ao longo dos anos, a palavra foi agregando outros sentidos, de forma que, hoje, entende-se que a homofobia tem uma faceta mais psicológica (individual) e outra mais coletiva (social). Em ambas, é possível apreender a resistência, a hostilidade, o silenciamento, enfim, alguma forma de diferenciação ou de negação da homossexualidade. Por essa razão, dizemos que há políticas homofóbicas, legislações homofóbicas, discursos midiáticos homofóbicos, discursos religiosos homofóbicos, discursos didáticos homofóbicos, discursos médicos homofóbicos etc.

Esses discursos não são homofóbicos por “natureza”; eles são ditos homofóbicos. Assim, há práticas discursivas que antes existiam e eram consideradas legítimas – portanto, não relacionadas à homofobia – e que, hoje, com a ressignificação da homossexualidade (devido ao seu novo “lugar” na sociedade), são reconsiderados, contestados, sobretudo quando representam um impedimento, ou um atraso no que tange à questão da legitimidade homossexual, ou seja, da cidadania homossexual.

A palavra cidadania é fundamental para compreendermos esse processo. Cidadania é uma construção, é um “apoderamento” (e também uma forma de sujeição). Quando as identidades homossexuais vêm requerer a visibilidade e um lugar na sociedade, através da

²³ A noção de *ética* está sendo usada nesse trabalho de forma bastante simples: referimo-nos aqui a um conjunto de valores estimados, cultivados por um determinado grupo. Estar inserido no domínio ético é estar agindo de acordo com as expectativas do grupo no qual se está inserido; é não burlar esses valores, sob pena de ser sancionado cognitivamente e/ou pragmaticamente (para nos valermos da nomenclatura da semiótica greimasiana).

efetivação de políticas públicas que alterem a condição do homossexual e da homossexualidade, eles movem a “alavanca” do sistema para se fazerem pertencentes ao regime de norma desse sistema. Ser cidadão é ser um sujeito reconhecidamente detentor de direitos. Sujeitos que em algum tempo não eram sequer considerados cidadãos hoje o são – por exemplo, as mulheres e as crianças. Isso se consegue com o reconhecimento de direitos, com a garantia e a proteção específica desses segmentos por meio da lei.

As transformações sociais mudam o *status* dos sujeitos, isto é, sua posição diante do Estado, da sociedade, garantindo-lhes o pertencimento. É o que observamos em relação às identidades homossexuais. Os movimentos gays espalhados pelo mundo, os diálogos entre os grupos homossexuais e o domínio político acabam por promover mudanças – ainda que lentas – no que diz respeito à aceitação da homossexualidade.

O estabelecimento da homofobia, com o seu volume de sentidos, é, pois, no nosso entender, também uma ferramenta resultante das conquistas que os LGBT vêm angariando ao longo do tempo, mostrando-nos, ainda, os territórios que vêm sendo almejados e/ou conquistados. A homofobia, nesse sentido, é um fenômeno oriundo da interpretação que é dada para determinados eventos/acontecimentos sociais, especialmente no que se refere àqueles que envolvem os homossexuais. Aqui a homofobia é um efeito de sentido.

A interpretação, tal como é concebida por Orlandi (1988), no escopo da ADF, é um fenômeno ideológico e histórico. Isso quer dizer que não somente interpretamos e atribuímos sentidos determinados por uma historicidade e por seus valores (ideologias), mas também que construímos a história e perspectivas ideológicas através do fenômeno da interpretação. O resultado são os sentidos, com a sua característica opacidade, conforme o termo usado pela autora. Ser opaco é não ser transparente. O sentido, com a sua complexa rede, relaciona-se ao aqui/agora e ao lá/então da memória discursiva, aos sujeitos que enunciam ou são objeto da enunciação, às condições discursivas que possibilitam sua emergência.

Se compreendemos a homofobia como uma construção que advém da interpretação para determinados acontecimentos históricos, sociais e culturais, entendemos que ela é uma tomada de posição, pois interpretar é assumir uma perspectiva, um ponto de vista. E não se trata de uma interpretação apenas de alguns sujeitos – os homossexuais especificamente – , mas da contribuição de um conjunto amplo de pronunciamentos que, de forma mais ou menos direta, atua no processo de redefinição da homossexualidade na perspectiva social. Aqui falamos de discursos políticos, tais como o da defesa da diversidade (e aí entra também a

sexual); o que vem do campo da ética, como o expresso na declaração universal dos direitos humanos (que prescreve a igualdade entre os homens); as falas das ciências sociais, expondo as fragilidades das fronteiras e a necessidade de se criarem novas formas de convivência etc. Esse amálgama de vozes ecoa, certamente, nas novas formas como a homofobia tem sido concebida.

Quando pensamos a respeito do medo, verificamos que, para o medo existir, é preciso que exista o objeto, digamos, “medonho”. O medo nos causa estranheza, horror, enfim, provoca-nos sentimentos como o de aversão. Além disso, sabemos que, via de regra, temos medo daquilo que é diferente de nós e que, por isso, se mostra, de alguma forma, ameaçador. O medo, para além dos nossos sentimentos mais individuais, pode ser manipulado, construído, movido para alguma direção com determinadas finalidades, como ocorre, por exemplo, nas mídias²⁴.

Retomar o massacre contra os judeus promovido pelo Estado Alemão no século XX (o holocausto da II guerra mundial) permite-nos ilustrar, de forma mais clara, o que estamos discutindo aqui. Como já foi apontado, o Estado alemão promoveu a caça aos judeus de forma legítima, autorizada, utilizando-se, para isso, do discurso da ciência e da estética, entre outros. O discurso da estética estava atrelado ao discurso político e também ao científico. Homogeneizar a raça ariana significava afirmar o povo alemão, elevá-lo e também destacá-lo dos demais. Os discursos da ciência e da estética “financiavam” o horror e a violência empregada contra os judeus. Através das justificativas que esses discursos apresentavam (tal como eram proferidos), os judeus foram considerados objeto do medo, pois ameaçavam o governo, o povo, a supremacia alemã. Eles eram, como afirma Cynthia (1988), a mancha que deveria ser eliminada, aquela que, uma vez suprimida, permitiria a harmonização (valor estético) do povo alemão.

Percebemos que os judeus não eram “gratuitamente” ameaçadores, medonhos; eles foram investidos de valores que os alçavam a tal condição. Os discursos propagandistas que associavam os judeus a questões políticas, estéticas e religiosas – eles eram tidos como bolcheviques, não harmoniosos, demoníacos – foram os responsáveis pela imagem negativa e ameaçadora que lhes foi conferida. Tais atributos, axiologicamente negativos, juntamente com o fato de serem pronunciados, reiterados incessantemente por autoridades políticas, científicas

²⁴ Charaudeau (2010) fala sobre o papel das emoções no discurso televisivo, no qual o viés patêmico funciona como uma estratégia de captação do interlocutor. O autor demonstra, então, que a emoção pode ser trabalhada com uma intenção claramente persuasiva.

e até religiosas, foram fundamentais para que se categorizassem os judeus, inserindo-os no terreno da diferença e da ameaça. Eles eram, em suma, o mal que rondava e amedrontava a Alemanha. Bem vs mal, verdade vs mentira, belo vs feio, correto vs errado são algumas dicotomias que remetem ao processo de inserção e exclusão na norma. Ao cunhar um valor como positivo, nós o tornamos desejável; em contrapartida, instauramos o seu contrário como não desejável.

A homofobia articula-se em torno de diversos valores, pois, como afirmamos, ela é um conjunto de práticas e discursos, cada um(a) deles(as) assentado(a) em valores específicos. Quando na perspectiva cristã, por exemplo, a homossexualidade é considerada uma abominação, ela é atrelada ao mal (porque não pertence a Deus), ao desvio e ao pecado (porque transgride a Lei de Deus). Assim, no âmbito do discurso religioso – pelo menos, numa das facetas que ele pode assumir – a homofobia se reveste de pelo menos esses dois valores: é um erro (um desvio) e um mal. Para os sujeitos que compartilham essa ordem discursiva (a religiosa), a homossexualidade se torna um objeto nocivo (e mesmo proibido); configura-se, assim, a homofobia.

É importante estabelecer algumas diretrizes para se pensar a respeito da homofobia; ou, pelo menos, fazer duas distinções que julgamos relevantes para esta pesquisa. A primeira é o fato de a homofobia poder ser vista a partir de sua função social – seria como se nos perguntássemos para que serve a homofobia. Nesse caso, teremos a homofobia como algo que foi construído socialmente e que, nessa condição, passou (passa) por transformações ao longo do tempo. Olhando por esse lado, a homofobia é uma forma de designação que carrega consigo os valores investidos nesse nome, valores negativos, quando vistos à luz da ética social. A homofobia se torna, dessa forma, uma espécie de etiqueta que é “colada” em práticas e discursos, tornando-os, portanto, negativos, não desejáveis.

A segunda perspectiva é a que leva em conta a existência de discursos homofóbicos, que podem assumir uma variedade de formas. Nesse sentido, estaríamos operando com os discursos dos sujeitos intolerantes, com as falas, os pronunciamentos que revelam, de alguma forma, a negação da homossexualidade e dos homossexuais (como poderemos vislumbrar na parte dedicada à conclusão deste trabalho). Dentro desse enfoque, caberia ao analista investigar práticas/representações que são ditas homofóbicas, a fim de conhecer como elas se constroem e se apresentam no discurso.

É certo que tanto a homofobia (instrumento social) quanto o discurso homofóbico (pronunciamento explícita ou implicitamente intolerante) não são questões estanques e separadas. O que almejamos é apenas estabelecer um critério mais metodológico, de forma a deixar claro o que está sendo enfatizado em cada etapa deste estudo.

Como já foi dito, nosso objetivo é investigar vídeos que comporiam o projeto “Escola Sem Homofobia”. Estes são tomados como *corpus* por se constituírem como discursos que falam, significam a homofobia. Por essa razão eles nos permitirão verificar como são formuladas as ideias que giram em torno da homofobia, como elas se constroem e a partir de quais memórias. Nesse sentido, nunca é demais lembrar que nosso objeto de estudo não são discursos intolerantes/homofóbicos (embora eles possam cruzar nosso trajeto de análise), mas discursos **sobre** a homofobia.

Assim, encarada a partir do primeiro aspecto – o para que serve – a homofobia se mostra como um objeto construído socialmente; um objeto de valor (ou um anti-objeto), para utilizarmos os termos da semiótica greimasiana, investido de valores negativos, porque o contrato estabelecido com a sociedade entende a hostilidade, a segregação e o preconceito (inerentes à homofobia) como algo não admitido (fora da norma). A homofobia torna-se, pois, um objeto de valor não desejável e, mais do que isso, algo que, pelo menos em tese, é interdito pela sociedade (é da ordem do dever-não-ser, que aponta para o proibido).

Os valores que são atribuídos à homofobia são investimentos semânticos que se constroem no seio da cultura, da sociedade. Nesse sentido, quando entendemos a homofobia como uma categoria investida de valores que são axiologicamente negativos e que, por isso, são indesejáveis (nocivos ou mesmo proibidos), percebemos que ela funciona como uma espécie de controle do discurso. Em outras palavras: ela significa “não é correto/desejável/bonito/bom que seja assim”, pois isso vai na contramão de um discurso de tolerância, estabelecido e legitimado pela sociedade na esteira do “politicamente correto”.

Os sujeitos tendem a partilhar esses valores e, por concebê-los como negativos, já que indicam uma clara oposição a essa “nova ordem” social, buscam reprimi-los. Começa aí um verdadeiro processo de vigília e de repressão àquilo que é tido/dito homofóbico, processo esse vinculado à função de controle dos discursos homofóbicos.

Quando o termo homofobia vai agregando sentidos, ele vai aumentando o seu alcance, a sua possibilidade de significar. Como vimos, homofobia hoje não é um termo restrito à

dimensão psicológica; trata-se de um termo constantemente remodelado e que tem uma imensa capacidade de se alargar. Como dissemos anteriormente, seu longo alcance, a nosso ver, é fruto da organização dos movimentos gays, das conquistas políticas, acadêmicas, enfim, das ações de afirmação das identidades homossexuais. Esse movimento político e cultural acaba por revisitar as práticas sociais à luz das demandas homossexuais e, assim, modificá-las, tendo em vista o seu atendimento aos indivíduos LGBT.

Isso posto, podemos dizer que, atualmente, a homofobia está relacionada a algo que é eticamente contrário aos valores que a sociedade (Estado) deseja e/ou pode sustentar, uma vez que a homofobia é a negação da diferença e isso num mundo globalizado, quase isento de fronteiras, é um elemento perturbador, já que os diferentes se esbarram o tempo todo, devendo, portanto, conviver. Assim, algo que já foi norma – a exclusão da homossexualidade – tende a deixar de sê-lo, e a homofobia (enquanto elemento regulador de discursos) se torna algo inerente a esse processo, por identificar, etiquetar os elementos de “resistência” ao processo de legitimação da homossexualidade.

Se a homossexualidade é alçada à diferença que necessariamente deve ser incluída no convívio social, ela se torna um objeto investido de um valor positivo, que é garantido por meio da bandeira que defende a diversidade, tema inserido no domínio da ética. Quem contraria esse valor contraria um pressuposto social.

Dizer que a homofobia é uma construção pode parecer leviano, além de um claro retrocesso diante das conquistas que os LGBT vêm adquirindo, não sem esforços, ao longo dos anos. Afinal, as atitudes de hostilidade existem e podem ser facilmente reconhecidas por homossexuais e não homossexuais. É certo que essas atitudes, conscientes ou inconscientes, são nutridas por um farto aparato social, cultural e ideológico que relaciona(ou) a homossexualidade a diversas categorias, como as que já descrevemos: erro, pecado, abominação, doença, desvio, etc.

As literaturas a respeito da homossexualidade e da homofobia nos permitem afirmar que são muitas as *homofobias* (como também já foi mencionado). Trata-se, desse modo, de uma forma de designação que vem sendo constantemente reconstruída. Esse processo de reconstrução recebe forte contribuição do movimento LGBT, que aponta tanto no passado, quanto no presente, para aquilo que podemos/devemos chamar de atitudes/discursos homofóbicas(os). Nesse sentido, vale à pena retomarmos as considerações de Guadanini (2010, p. 41-42):

Nossa tese é a de que a designação seria um modo de nomear, isto é, de fazer referência, que, diferentemente da denominação, se dá a partir de uma reconfiguração contingencial, que resultaria das escolhas léxico-semântico-referenciais realizadas por um sujeito para enunciar um querer-dizer, imbuído de uma finalidade discursiva e de uma crença no partilhamento simbólico.

Continuando suas reflexões, autora afirma que a designação se dá numa situação interativa de comunicação, na qual o enunciador, ao “lançar mão” de um modo de referir, implicaria o interlocutor, num processo de compartilhamento de sentidos. Embasada nas considerações de Charaudeau, Francis-Jacques e Berrendonner, Guadanini (2010) entende que, ao nomear, ocorre um processo que “requer a participação e a convivência do destinatário em um jogo de construção do sentido do enunciado e, sobretudo, do seu valor apreciativo”. (GUADANINI, 2010, p. 42). A designação implica, portanto, o outro. Ela o leva a partilhar os sentidos que se deseja construir, convoca-o a aderir a uma posição. A homofobia, na medida em que foi ampliando seu campo semântico, passou a designar hoje muito mais do que designava originalmente. Esses sentidos outros são partilhados pelos enunciatários, que, no caso, são os cidadãos inseridos na ética social.

De acordo com Nunan (2003), os movimentos homossexuais atualmente têm-se preocupado em levantar a bandeira, de forma mais incisiva, contra o preconceito e a violência em relação aos homossexuais. Isso pode ser também verificado no âmbito das políticas públicas. No caso do Brasil, o Programa “Brasil sem Homofobia”, por exemplo, prevê, entre outras coisas, a possibilidade da união civil entre pessoas do mesmo sexo e a criminalização da homofobia. A respeito desse último ponto, encontra-se, no Congresso Nacional, o projeto de lei complementar 122 (PLC 122/2006) que visa alterar a lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o parágrafo terceiro do artigo 140, nº. 2. 848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal. O objetivo é incluir o preconceito sexual e de identidade de gênero no rol das discriminações já existentes e reconhecidas como tais – por exemplo, as relativas a raça, cor, etnia, religião e origem. Atualmente o PLC 122, após muitos debates e discussões gerados na Câmara e fora dela, encontra-se no Senado para ser votado²⁵. Os constantes embates e a resistência, em

²⁵ No dia 20 de novembro de 2013, o Congresso Nacional retirou o PLC/122 da pauta de discussões da Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa, argumentando a necessidade de se buscar um “texto de consenso” para o projeto de lei. O PLC/122 tramita no senado desde 2006 e não foi votado em decorrência das divergências entre os senadores em torno do projeto. Informação disponível em: <http://www.plc122.com.br/carta-aberta-ao-senado-federal-sobre-o-plc122/#axzz2uoSakKUI>. Acesso em 03 de janeiro de 2014.

especial da bancada religiosa, têm colocado fortes obstáculos à tramitação e à apreciação “final” do projeto²⁶.

Ora, a existência de um programa fortemente voltado para o combate à homofobia, de um projeto de lei que visa alterar o texto constitucional e, no âmbito dos estados, as diversas conquistas relacionadas à punição de crimes motivados pela homofobia mostram-nos, com clareza, que o preconceito e a violência estão na pauta das identidades homossexuais atualmente. Ao mover essa forte engrenagem, que é o sistema social, os LGBT movem também uma densa rede de discursos, todos imbuídos de valores, perspectivas ideológicas e memórias. É nessa trilha que devemos apreciar o termo *homofobia*, no nosso entender, uma forma de designação, uma construção que é remodelada no âmbito de todo esse processo de reconfiguração das identidades homossexuais no contexto brasileiro (e não somente nele).

É justamente por ser uma construção social que a homofobia tem essa plasticidade, essa capacidade de se reinventar. Tal reinvenção, ao que tudo indica, acompanha o crescimento das demandas LGBT, um dos fatores responsáveis não por criar as atitudes homofóbicas, mas por categorizá-las, nomeá-las como homofóbicas e, portanto, mostrá-las como negativas (indesejáveis, nocivas, proibidas).

Esse processo muito se assemelha ao que ocorreu com a própria sexualidade. A diversidade sexual, como nos assevera Stearns (2010), é uma invenção do homem. E está muito próxima do movimento feminista da década de 1960, responsável por contestar os papéis atribuídos a homens e mulheres e, principalmente, a dominação sofrida por elas. As reivindicações das mulheres repercutiram nas relações sociais e colocaram o sexo em pauta. O advento da pílula permitiu um maior controle do corpo nas relações sexuais e, assim, uma maior liberação do sexo, de forma que ele se tornasse dissociado da estreita relação com a procriação. O sexo é, nesse contexto, revisitado; ele se torna não apenas um instrumento de manutenção da família (da procriação), mas também algo ligado ao prazer e à recreação. Como consequência, segundo Stearns (2010, p. 232) “a cultura pública tornou-se cada vez mais sexualizada”. Foi, como vimos, um contexto que privilegiava as discussões acerca da homossexualidade, ajudando a colocar em cena a vivência homossexual e a retirá-la dos “guetos” da sociedade.

²⁶ O projeto, bem como informações a respeito de sua tramitação, encontra-se disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=79604>. Acesso em: 02/02/2012.

Ainda de acordo com Stearns (2010), os anos 1960 foram palco de um processo de erotização que se alastrou por diversos países do mundo. A partir daí, podemos assistir tanto nas produções cinematográficas, quanto nos serviços recreativos, na televisão e, posteriormente na internet, uma ampla disseminação de conteúdo sexual. Isso enfraqueceu a capacidade que instituições, como as igrejas, tinham de “deter” os conteúdos considerados eróticos. Campanhas publicitárias, músicas e diversas mídias mostravam os prazeres do sexo e um novo paradigma social (com uma nova possibilidade de vivência) da sexualidade. (STEARNS, 2010, p. 245-246).

É nesse quadro que a diversidade sexual emerge e deixa de ser concebida como pecado, luxúria e transgressão. Ou seja, foram as mudanças de ordem social, cultural, científica e tecnológica que propiciaram (ou favoreceram) o contexto para a mudança de comportamentos e também de corpos – que ficaram mais expostos. Dessa forma, a expressão “diversidade sexual” é também uma construção que permitiu legitimar todas essas mudanças e (quase) todo comportamento sexual.

Expostas essas considerações acerca da homofobia, da sua presença nos debates acadêmicos, da sua história, da sua função na sociedade (controladora de comportamentos e discursos) e da sua relação com os movimentos homossexuais, podemos perceber que as imagens atreladas a ela não são estanques. Assim, quando apreciamos o termo no discurso das identidades LGBT, proferidos dentro da comunidade gay, podemos apreender claramente o viés político e ético que o discurso sobre a homofobia tem assumido atualmente.

É um discurso mais amplo do que o que se verificava, por exemplo, no início da década de 1990, quando a militância gay convocou os homossexuais a se assumirem com orgulho, a valorizarem sua sexualidade e a não se importarem com as resistências encontradas na sociedade. Nesse período, tratava-se, segundo Facchini & França (2009, p. 66), de uma forma de repaginar a imagem que fora criada na década de 1980: a “vitimista” – para usarmos uma palavra das autoras –, sobretudo em decorrência da Aids. Para demonstrar como a década de 1990 assinala uma nova forma de se conceber e viver a homossexualidade, buscando dar-lhe não só visibilidade, mas também uma “identidade positiva”, as autoras citam o trecho de um artigo publicado na *Revista Sui Generis*, recortado do trabalho de Hidalgo (1995, p. 23):

Se você ainda não relaxou, aprenda a se divertir. Saia de casa desencanado, nem ligue se vai ouvir desaforos de algum aleijo. Não dá mais para ficar se sentindo “inferior”. Essa postura ficou para trás, em algum lugar dos anos 80. Você está nos anos 90, meu bem. É tempo de gozar (com camisinha!). E sentir orgulho disso!

Notamos que o trecho em questão revela o reconhecimento pelas identidades LGBT da resistência e da hostilidade encontradas no espaço público. O fragmento “Saia de casa desencanado, nem ligue se vai ouvir desaforos de algum aleijo” permite-nos fazer essa afirmação. Porém, o discurso não é voltado para o combate a essas hostilidades (como o que encontramos hoje), uma vez que, na passagem citada, os gays são conclamados a optar pela indiferença (“não ligue”). A sexualidade, por sua vez, é valorizada: tem-se a exaltação do prazer responsável (com o uso da camisinha).

No contexto atual, parece-nos que, pelo fato de as identidades LGBT estarem em outro ponto da sua história de luta e de constituição de sua legitimidade e cidadania, podemos perceber que o foco dos pronunciamentos da militância está na questão da homofobia, em suas diversas formas de existência. Daí ser possível dizer que há uma forte relação entre o crescimento LGBT e as novas formas de conceber – e de combater – a homofobia, gerando, inclusive, contradiscursos que questionam, polemizam essa noção.

Por outro lado, acreditamos que as imagens a respeito da homofobia tendem a ser diferentes quando as apreendemos no meio social mais amplo. Nele, a homofobia ainda é percebida de forma muito reduzida (em relação à forma como é percebida pelo ativismo gay mais politizado), pois é muito provável que a sociedade ainda não tenha absorvido toda a gama de saberes que vem sendo construída em torno da homofobia. Tal situação pode ser facilmente constatada na fala de muitas pessoas que se veem como tolerantes, não preconceituosas – logo, não homofóbicas – porque convivem, respeitam, têm amigos gays etc, mas que, quando perguntadas se gostariam de ter um filho gay ou uma filha lésbica, respondem que se ressentiriam se isso acontecesse, manifestando, dessa forma, uma clara atitude homofóbica. É uma tolerância mais amigável, mas que ainda não permite a total equiparação entre homossexuais e não homossexuais. Importa-nos frisar que esse “comportamento” não se restringe ao discurso dos sujeitos que se identificam como heterossexuais, estando também presente no daqueles que vivem a homossexualidade, como vimos nos já citados trabalhos de Nunan (2003), Pedro (2006) e Modesto (2010).

Não é anormal nos depararmos com esse quadro. Pelo contrário, é praticamente inevitável encontrarmos, no meio social, um discurso mais “reduzido”, cristalizado e até estereotipado sobre a homofobia. São saberes partilhados por um grupo, por uma coletividade, que servem para a interação dos sujeitos constituintes desse grupo entre si (e com os outros) e que nos permitem verificar a forma como ele (grupo/comunidade) constrói a sua identidade e a sua forma de ver e (con)viver no mundo.

Em contraposição a esse saber/imagem do senso comum, encontram-se os discursos produzidos na esfera científica e acadêmica que tendem a penetrar no seio da coletividade, porém ressignificados, reinterpretados. Embora o discurso científico e o do senso comum sejam tidos como opostos, eles não o são na sua totalidade, pois o discurso do senso comum absorve o discurso científico, mas submetendo-o à sua própria “grelha semântica”. Ao que tudo indica, o reducionismo e a estereotipia fazem parte desse discurso assumido pela coletividade. Não é por outra razão que ainda encontramos, no imaginário social, indícios, por exemplo, do discurso médico/psiquiátrico que atrelava a homossexualidade à doença e à perversão, apesar dos inegáveis avanços experimentados por essas esferas mais recentemente, no que tange a essa questão.

Para comprovar essa afirmação, podemos citar a notícia a respeito da proibição das paradas gays em Moscou, em 2012. Segundo a fonte citada na matéria²⁷, mais de 70% da população russa acredita que os homossexuais têm problemas mentais e menos da metade acredita que homossexuais e heterossexuais devam ter os mesmos direitos. Como vimos a ideia de doença, difundida a partir do discurso médico/psiquiátrico, pode ser facilmente encontrada no discurso do senso comum, fazendo ainda parte – em pleno século XXI – da crença de determinadas sociedades e culturas. Não é preciso ir em busca de dados numéricos para nos convenceremos desse fato.

No que tange à questão da homofobia, acreditamos que a sociedade tende a se ater à ideia de violência física, geralmente seguida de morte, como já pontuamos várias vezes neste trabalho. Isso se daria porque a construção da homofobia vinculada ao discurso mais político e ético é recente e, portanto, ainda não se encontra largamente difundida no imaginário sócio-discursivo. Os silenciamentos, a tolerância parcial (sem total equiparação entre hétero e homossexuais), a restrição de direitos, os tratamentos diferenciados na mídia, para citar alguns

²⁷ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/justica-proibe-paradas-gays-em-moscou-pelos-proximos-100-anos-5145143>>. Acesso em: 13/06/2012.

exemplos, provavelmente ainda não são amplamente reconhecidos como formas da homofobia.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DO QUADRO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Nesta seção apresentaremos o recorte teórico a partir do qual fundamentaremos nossas reflexões e buscaremos instrumentos para o exame do(s) discurso sobre a homofobia e a homossexualidade. Nele também exporemos e problematizaremos o *corpus*, falaremos de nossas motivações no que tange à opção pelos vídeos e também das possíveis limitações que esse tipo de objeto pode nos oferecer no que diz respeito a uma análise do discurso.

3.1. Definindo conceitos e adotando posições teóricas

Para o desenvolvimento deste estudo, trabalharemos, sobretudo, com as contribuições da chamada “escola francesa de análise do discurso” (ADF) e da semiótica greimasiana (também chamada de semiótica francesa ou discursiva), perspectivas que se inserem no amplo domínio da análise do discurso (AD). Lembramos que essas duas teorias, ao privilegiarem aspectos diferentes na produção de sentido – os mecanismos interdiscursivos (a relação texto/contexto), no primeiro caso, e os mecanismos intradiscursivos, no segundo – longe de se excluírem, como se pode pensar à primeira vista, complementam-se, enriquecendo, dessa forma, a pesquisa que pretendemos desenvolver.

Uma noção relevante que buscaremos examinar nos textos fílmicos que compõem o *corpus* é a de emoção/paixão, questão que vem sendo largamente discutida no âmbito da análise do discurso – como podemos verificar nas reflexões de Barros (2011), de Charaudeau (2010) e de Lara & Matte (2009), por exemplo. A noção de paixão se torna cara a esta pesquisa pelo fato de o discurso homofóbico ser um discurso apaixonado e os discursos sobre a homofobia (que também falam dos discursos homofóbicos) trazerem em seu bojo paixões malevolentes com relação aos homossexuais e à homossexualidade. Além desse conceito – e lembrando o caráter interdisciplinar da AD –, chamaremos para nossas discussões contribuições advindas dos estudos sociais, pois trabalharemos com as noções de identidade e

de representação social. Isso significa que recorreremos também a outros autores/abordagens que, sem incompatibilidades entre si, possam somar-se às duas disciplinas de que falamos anteriormente, auxiliando-nos na complexa tarefa de estudar o discurso sobre a homofobia.

3.2. Sobre identidade, memória e discurso

Falemos, inicialmente, a respeito da identidade, elemento fundamental para a compreensão dos discursos que se controem em torno da questão da intolerância/homofobia. Se a ação e o discurso intolerantes significam, entre outras coisas, a demarcação de fronteiras, o estabelecimento da ordem e a abolição da diferença, isso implica, por sua vez, o reconhecimento do que é igual e do que é diferente, apontando para a constituição da identidade.

A identidade gera o sentimento de pertença: faz os indivíduos se sentirem integrantes de um grupo, comunidade, nação etc. Ela se torna, assim, o parâmetro para o reconhecimento de si e para a distinção do outro. Não se trata, porém, de um “artefato” apenas individualmente constituído; é, antes de tudo, uma construção social e, como tal, flutuante e constantemente remodelada, sendo também regulada e controlada pelo Estado e pelas instituições. Na sociedade pós-moderna, em virtude do dinamismo característico dessa era, a tendência é as identidades se tornarem muito mais mutantes e instáveis do que em outros tempos. A informação e as tecnologias, que transitam numa velocidade nunca antes experimentada, trazem com elas o maior contato cultural e também identitário, gerando uma identidade muito mais plural, ou melhor, gerando identidades, conforme afirma Hall (2006).

No entanto, devemos considerar que esse processo de trânsito de informações, de culturas e de identidades não ocorre sem atritos. A instabilidade do tempo pós-moderno não é concebida, sentida e vivida de igual modo por todos, conforme já abordamos na trilha de Bauman (1998). Há aqueles que receiam se ver próximos demais do outro, invadidos por ele e até contaminados. Esse sentimento é responsável, por exemplo, pelo estabelecimento de comunidades, de grupos que tentam garantir a convivência entre os iguais e, principalmente, o fortalecimento e o resguardo de suas identidades. Tal prática pode resultar, inclusive, na negação do outro e na não aceitação da diferença, podendo culminar com atos (atitudes, discursos) intolerantes.

Nesse período de crise das instituições e das “bases sólidas” da sociedade (BAUMAN, 1998), a comunidade vem suprir a carência deixada, vem tentar reorganizar o aparente caos (ou o sentimento de caos) e unir sujeitos que se identificam e que se querem coesos para assim se protegerem do outro.

São agora as muito caluniadas “comunidades naturais por sua origem”, necessariamente menores do que o estado-nação, outrora descritas pela propaganda modernizante (não sem razão) como tacanhas, atrasadas, dominadas pelo preconceito, opressivas e embrutecedoras, em que se confia esperançosamente como as fidedignas executoras dessa atualização, desaleatorização, impregnação de significado das escolhas humanas que o estado-nação abominavelmente não conseguiu reproduzir (BAUMAN, 1998, p. 238).

O comunitarismo se torna, então, um alicerce no qual ainda se pode ter o sentimento de proteção, de acolhimento e de ordem, possível apenas mediante a reunião de iguais. Assim, o intolerante, por exemplo, tende a não falar sozinho; ele se sente amparado por discursos, por vozes que legitimam a sua e que, na sua perspectiva, podem configurar-se como verdadeiras comunidades e/ou grupos, ainda que estes não existam de fato (enquanto uma organização, um agrupamento propriamente dito).

Os discursos da diversidade, da pluralidade, da igualdade etc. assinalam o reconhecimento da existência da diferença e de seu impacto na sociedade, exigindo, em contrapartida, formas de controle. Uma delas é o estabelecimento de um lugar para a existência da diferença, do outro: trata-se de colocar o outro em seu “próprio” lugar, um lugar onde ele possa ser concebido e gerenciado, como aponta Bauman (1998).

Um aspecto importante que devemos destacar é a relação entre identidade e memória, relação essa estabelecida, por exemplo, por Pollak (1992). Discorrendo primeiramente sobre a memória, o autor afirma que ela é algo, ao mesmo tempo, individual e coletivo. Em suas reflexões, Pollak verificou também que tanto a memória individual quanto a coletiva têm como característica a presença de invariantes: fatos repetidos, reiterados diversas vezes pelo sujeito ou por uma coletividade e que, mesmo diante da essência flutuante da memória, permanecem solidificados.

No que diz respeito aos elementos que constituem a memória, estes são tanto os acontecimentos vividos pela própria pessoa quanto os acontecimentos vividos “por tabela”, para usarmos a expressão do próprio autor. Trata-se, nesse caso, de “acontecimentos vividos

pelo grupo ao qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992, p.201). Por essa razão, mesmo que a pessoa não tenha vivido certos acontecimentos de fato, ela pode sentir como se os tivesse vivido, inclusive de forma tão intensa que seria difícil precisar se a pessoa participou ou não do tal acontecimento que ela traz na memória. Isso resulta daquilo que o autor chama de “memória herdada”, isto é, projeções de fenômenos advindas da socialização política ou histórica que permite ao indivíduo/ao grupo a identificação com determinado passado.

A relação memória/identificação é inegável, pois é através da memória que o sujeito se filia a uma rede de significações, de sentidos que irão atuar na construção de sua identidade (e – acrescentamos – do seu discurso). Ou como nos diz o autor:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLACK, 1992, p. 201).

Quanto ao entendimento do que seria a identidade, Pollak a define como sendo a imagem de si que a pessoa adquire ao longo da vida, aquela que ela apresenta para si e que quer que seja também percebida pelos outros. A partir das reflexões do autor, podemos relacionar a questão da comunidade – união de indivíduos que se filiam por se verem e se sentirem iguais – com as questões da memória e da identidade. Trata-se de um tripé que parece ser indissociável: sujeitos que se identificam tendem a partilhar uma memória comum e, a partir dela, podem construir o sentimento de pertença e de continuidade tão necessários aos grupos que se desejam coesos. No entanto, esse sentimento de coesão tende a ser cada vez mais difícil de se estabelecer neste tempo chamado de pós-modernidade, em virtude do que diversos autores dos estudos sociais têm chamado de “descentramento do sujeito”.

Hall (2006) desenvolve seus estudos mostrando como o sujeito já foi, em outros tempos, um sujeito centrado, que se identificava e se constituía a partir de bases sólidas, como ocorreu com o homem do iluminismo, centrado na racionalidade. No mundo moderno, temos o sujeito sociológico, advindo da interação do eu com os outros. Em contato com as culturas e com as identidades exteriores, esse sujeito constrói não apenas sua própria identidade, mas também as estruturas da sociedade a partir do(s) papel(is) que nelas desempenha.

Já na modernidade tardia (depois da metade do século XX), o sujeito experimenta justamente a desestabilidade, inclusive das culturas e identidades às quais se filiava antes de modo mais previsível. Daí sua dificuldade de fixar para si uma identidade, de ter o sentimento de permanência, como antes era possível. Hoje o indivíduo se depara com o convívio entre identidades que, além de diferentes, podem ser também contraditórias, exigindo um deslocamento constante (HALL, 2006, p. 13).

A descontinuidade e o ritmo acelerado são características do mundo globalizado. A interconexão entre nações e culturas, a rápida produção e consumo das informações nos fazem experimentar o mundo de forma intensa. As sociedades da modernidade tardia são fortemente modificadas por algo que está fora delas, mas que se impõe de modo praticamente irresistível e, assim como as contradições atravessam as sociedades, elas também atravessam os indivíduos, resultando em identidades altamente mutantes, num processo de ganhos e perdas de identidades, como propõe Hall.

Para tentar demonstrar as principais transformações que teriam contribuído para o descentramento do sujeito, Hall (2006) recorre às reflexões de Marx, Freud, Lacan, Saussure e Foucault, por considerar que elas evidenciam as rupturas que foram ocorrendo nas concepções (e nos sujeitos) do século XX.

De Marx, Hall nos aponta as interpretações que foram construídas no século XX, em especial na década de 1970. A partir do apontamento de Marx de que os homens fazem a história, mas a partir das condições que lhes são dadas, é possível constatar que as relações sociais, de certa forma, se sobrepõem ao homem, tornando fragilizada a ideia de indivíduo como centro.

De Freud, o autor resgata a descoberta do inconsciente. Quando o psicanalista postula que nossas identidades, sexualidade e desejos são formados na infância por meio de um processo inconsciente, o qual não é, de forma alguma, simples, linear e completo, ele nos mostra, por meio da psicanálise, que o indivíduo é, desde a sua formação, um ser fragmentado e incompleto, de modo que o sentimento de identidade e completude seria apenas produto de uma fantasia que o indivíduo faz de si mesmo. Essa fantasia produziria a ilusão de verdade, de unicidade.

A partir de Saussure, Hall postula que o indivíduo não é soberano em relação à língua, pois pode dela se utilizar apenas mediante as regras que ela lhe impõe. Ora, se a língua é um

sistema social e não individual, ela é impregnada pelos sentidos que nela foram depositados ao longo do tempo, sentidos esses que atuam em nós e regulam nossas práticas. Isso nos permite afirmar que também em termos de língua a ideia do sujeito como centro não se sustenta.

Por fim, em Foucault, o autor busca a descrição dos mecanismos de controle e punição, “os regimes disciplinares” criados ao longo do século XIX, que atuam de modo a manter a vida, o trabalho, enfim, os indivíduos sob controle e disciplina permanentes. Também essas formas de controle são coletivas e nos mostram que os sujeitos não atuam sozinhos e a partir de si mesmos; eles estão constantemente atravessados por toda uma estrutura social que se sobrepõe a eles.

Por fim, constatamos, a partir das considerações de Hall (2006) que as identidades passaram por um processo intenso de transformações, decorrentes sobretudo da configuração de novas relações sociais, políticas e culturais, localizadas especialmente na segunda metade do século XX. A identidade, construída nesse grande bojo, nos mostra como somos e estamos relacionados uns aos outros e como esse processo tem engendrado identidades cada vez mais fluidas e porosas.

Com base em Hall (2006) e em Bauman (1998), podemos, então, supor que essa crise da identidade se reflete nos discursos dos sujeitos intolerantes, que são aqueles que não se enquadram no jogo mutante do mundo atual e que tendem a se filiar a uma memória já construída e solidificada por meio da qual não só constroem a si próprios, como também se relacionam com os outros sujeitos. O desencaixe dos outros (os diferentes) dessa estrutura que o indivíduo preserva na sua memória (individual e coletiva) leva-o ao desejo e/ou necessidade de reestabelecimento da ordem. Esse processo pode culminar na rejeição do outro, revelando-se de diversas formas, inclusive na manifestação (discursiva e/ou física) da intolerância.

Isso, por outro lado, também permite o surgimento de contradiscursos: por exemplo, aqueles que buscam representar a intolerância/a homofobia exatamente para questioná-la(s), para polemizar com ela(s). Se conhecemos ainda pouco os discursos intolerantes, conhecemos menos ainda os contradiscursos, que são discursos produzidos com o intuito de promover um enfrentamento ideológico, de questionar e alterar um determinado quadro de valores. Para pensarmos em contradiscurso, devemos considerar a existência de um discurso primeiro, forte e hegemônico – e que por isso ocupa um espaço grande na sociedade, exercendo mesmo uma relação de poder e de dominação. O contradiscurso é o movimento de resistência que, como

veremos mais adiante, não deixa de ser uma (outra) forma de exercício do poder. Para ilustrar essa questão, lembramos a “Marcha das Vadias”, movimento feminista que tem atuado em diversas frentes para defender os interesses femininos, entre eles, a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher e a promoção efetiva da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Se focalizarmos apenas o lema trazido pelo grupo: “Nem santa, nem puta: mulher”, já nele podemos verificar a emergência de um contradiscurso, que se opõe ao machismo, ao sexismo e à misoginia, fortemente consolidados no bojo da heteronormatividade (com a colaboração do discurso religioso, diga-se de passagem). A negação dessa ideologia, tal como ela se apresentou historicamente, é um movimento contradiscursivo. Do mesmo modo, os vídeos produzidos para o Projeto “Escola Sem Homofobia” também fazem parte de uma grande rede de contradiscursos, ainda que a partir de estratégias discursivas e enunciativas diferentes.

Apontamos as noções de *identidade* e *memória* em autores dos estudos sociais. Agora as retomaremos no escopo da ADF, por meio das considerações de Orlandi (2002). A autora, na trilha do pensamento de Pêcheux (e, portanto, bebendo da fonte dos estudos da sociologia, psicologia e da história), concebe o sujeito a partir das condições que o cercam. Para ela, o sujeito se constitui através de suas experiências (com a língua, com o Outro, com o mundo). Assim, ele não escapa às determinações históricas, sociais e ideológicas; ao contrário, só consegue produzir sentidos a partir delas.

Ainda do ponto de vista da autora, sujeito e memória se tornam indissociáveis, pois é através da memória que o sujeito irá “incorporar” dizeres; filiando-se a uma rede de já-ditos. Trata-se da relação entre o interdiscurso e o intradiscurso (ORLANDI, 2002). Ao relacionar língua, história e produção de sentidos, Orlandi observa a força do “exterior” que atua na linguagem e, portanto, no sujeito: as condições de produção do discurso que estabelecem circunstâncias específicas para sua enunciação.

A memória, que confere continuidade aos sujeitos, torna-se, nos estudos discursivos, também inerente a tudo o que o sujeito produz e a tudo o que o constitui, inclusive a sua identidade. O próprio conceito de formações discursivas²⁸, “construções” que circulam no

²⁸ Para Pêcheux, fundador da “Escola francesa de análise do discurso” (ADF), uma formação ideológica (FI) pode ser definida como “um conjunto de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos a posições de classe em conflito umas com as outras (PÊCHEUX & FUCHS, 1990, p.166; grifo do original). As FIs, por sua vez, comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursiva (FDs) interligadas que “determinam o que pode e o que deve ser dito a partir de

bojo do interdiscurso e que são recortadas pelo sujeito que produz um (intra)discurso, também está atrelado à noção de memória. Segundo Orlandi (2002), o sujeito se filia a diferentes formações discursivas, tendo em vista as diversas posições (ideológicas) que assume na esfera social. As FDs regulam e legitimam os ditos numa dada conjuntura, através de uma rede de memórias que autoriza certos ditos e desautoriza outros. Essa memória, fundamentalmente histórica, coletiva, constitui o indivíduo, sendo partilhada (ou não) com outros sujeitos, isto é, agregando-os ou separando-os, conforme as perspectivas assumidas nas diferentes FDs. É nas FDs que significamos e somos significados; assim, é também por meio delas que se torna possível a construção das identidades.

A noção de heterogeneidade, por sua vez, explica também os conflitos que emergem das/nas práticas sociais e que repercutem, inevitavelmente, no âmbito do discurso. Um discurso, que é essencialmente múltiplo, porque carrega toda uma historicidade que o sustenta, ao se revestir da aparência de unicidade revela a tensão que existe no interior das FDs. Essa tensão revela a diversidade dos sujeitos e o conflito que assumem ao tentarem “cunhar” a (sua) verdade por meio do discurso.

Podemos perceber que as noções de sujeito e memória da ADF não são conflitantes com a forma como elas são compreendidas no âmbito dos estudos sociológicos; pelo contrário, a ADF interage com eles na busca das ferramentas para entender e explicar o sujeito (e o sentido). Constatamos que, se a memória se acumula e se reformula no interdiscurso, à medida que essa memória se torna mais dinâmica e fluida, como nos mostram Bauman e Hall, tornam-se também mais maleáveis as FDs pelas quais os sujeitos transitam. Desse modo, os tempos atuais, caracterizados, entre outros aspectos, pela velocidade de informações, pela multiplicidade de papéis a ser assumidos e por uma forte instabilidade, também se revelam nos índices ou nas marcas deixadas no discurso (heterogeneidade mostrada marcada e não marcada) que, por sua vez, apontam para o interdiscurso (heterogeneidade constitutiva), para nos apropriarmos das considerações de Authier-Revuz (1998).

uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares, no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes.” (p. 166- 167). Lembramos que as noções de FD e FI, tal como são (re)lidas na/pela ADF originam-se dos trabalhos de Foucault e de Althusser, respectivamente.

3.3. Sobre as representações sociais

Quanto à noção de representações sociais que convocamos para este trabalho, ela se justifica pelo fato de entendermos que é pelas representações que os sentidos partilhados ontem e hoje nos chegam e são assumidos ou rejeitados por nós, sujeitos. Nesse sentido, elas nos mostram o(s) lugar(s) “geradores” de determinados discursos e a forma como estes se constroem como verdades praticamente incontestáveis. Neste trabalho, utilizaremos as reflexões de Moscovici (2012) para tratarmos das representações sociais da homofobia (e também da homossexualidade) no discurso.

O autor entende que as representações têm uma natureza convencional e uma natureza prescritiva. Convencional porque elas convencionalizam os objetos, as pessoas e os acontecimentos. Moscovici afirma que é imperiosa a adequação das pessoas e/ou objetos a esse modelo – que são as representações – que funciona como uma grande convenção, de tal forma que, resume o autor, as representações podem ser entendidas como um tipo de realidade.

Quanto ao aspecto prescritivo das representações, o autor evidencia a força com que elas agem sobre nós, penetrando na/influenciando a mente de todos. As representações funcionariam como um modelo de verdade preexistente, de tal forma que os sujeitos as repensam, recitam, rerepresentam (MOSCOVICI, 2012, p. 37). Ou seja, os sujeitos sempre se apóiam nesse alicerce (que são as representações) que, por não serem especificamente dos sujeitos, mas por estarem neles e os constituírem, podem ser considerados espécies de já-ditos que se acumulam (de modo organizado), constituindo-se eles próprios como a realidade. Portanto, as formas de ser, pensar e agir seriam todas embasadas nas representações que nos são subjacentes.

Mas como se formam as representações? Segundo Moscovici (2012, p.60), elas se constituem por meio de dois processos: ancoragem e objetivação. O primeiro consiste em transformar algo em um sistema particular de categorias, tendo em vista um certo paradigma. Quando um objeto (ou ideia) é comparado a uma categoria de um paradigma, ele é ajustado a essa categoria para que se enquadre nela. O processo de ancoragem ocorre quando classificamos e damos nomes às coisas. O autor observa que as coisas que não são nomeadas nos são estranhas e, por vezes, são tidas como ameaçadoras. Isso ocorre quando não somos “capazes de avaliar algo, de descrevê-lo a nós mesmos ou a outras pessoas” (MOSCOVICI,

2012, p. 62). Podemos entender as considerações de Moscovici do seguinte modo: tememos e/ou rejeitamos aquilo do qual não compartilhamos, por não estarmos inseridos no paradigma que o sustenta. Não se trata de julgamento apenas; trata-se antes de não reconhecimento. As representações seriam, pois, “um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e de nomes” (MOSCOVICI, 2012, p.62). O autor prossegue dizendo que, quando classificamos algo, inserimos esse algo em um conjunto de comportamentos e de regras que estipulam o que é possível e o que não é possível, tendo em vista os indivíduos que pertencem a essa classe determinada.

Quando classificamos, necessariamente colocamos o objeto/pessoa diante de um protótipo que nos permite dizer se esse objeto/pessoa classificado(a) é normal ou anormal diante das categorias nas quais tentamos implicá-lo(a). Daí surgem os nossos julgamentos, nossas atitudes de resistência ou de acolhimento. De acordo com Moscovici (2012, p. 67), a nomeação traz pelo menos três consequências: a) a coisa ou pessoa nomeada pode ser descrita e adquire características, tendências etc.; b) pelo processo de nomeação, a pessoa ou coisa se torna distinta de outras; c) a pessoa ou coisa se torna objeto de uma convenção para as pessoas que partilham a mesma convenção. Assim, na perspectiva do autor, a nomeação não funciona apenas como forma de rotular pessoas ou objetos; essas operações ajudam os sujeitos a formar opiniões, facilitando sua compreensão e sua interpretação do mundo.

Quanto ao processo de objetivação, este ocorre quando há a “transformação” de uma ideia num material icônico, por exemplo, quando se tem a reprodução de um conceito numa imagem. Nas palavras de Moscovici (2012, p.71), trata-se de “transformar a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui na palavra”. Podemos aproximar a ação linguageira desse conceito, na medida em que é por meio dela que nossos conceitos e/ou ideias ganham concretude. O autor ilustra esse processo comentando a respeito de Deus que, quando comparado com a figura do pai, torna-se visível em nossas mentes. Aquilo que não vemos, quando investido de concretude torna-se capaz de traduzir os fenômenos a que as representações se referem.

Representações e memória são inseparáveis. É pela memória que as representações se consubstanciam e mantêm sua principal funcionalidade: o reconhecimento e a produção de sentidos. A memória garante que as representações continuem significando o que significam e que continuem sendo interpretadas como o são, uma vez que, quando nos situamos em determinadas representações, já somos inseridos também nas redes de conceitos e ideias que lhes conferem forma e legitimidade.

Não somos alheios às representações, nem elas ocorrem paralelas a nós. Elas são nosso próprio esquema de pensar e de nos fazer entender. Nesse sentido, apreender e refletir sobre as representações, sobretudo aquelas que se manifestam nos discursos, nos permite alcançar as “pontes” estabelecidas entre os sujeitos para que estes interajam.

A noção de representações se torna extremamente profícua no presente trabalho, na medida em que nos ajudará a compreender o processo que permite a circulação do discurso sobre a homofobia (e sobre a homossexualidade) em nossa sociedade, suas formas de visibilidade e a maneira como ele se incorpora à nossa prática social.

3.4. As paixões no discurso – na trilha de um discurso apaixonado

Quando falamos de discursos e de sujeitos que se movem em torno da questão da intolerância (no nosso caso, da homofobia), não temos como desconsiderar o aspecto passional²⁹ que acompanha a prática de linguagem desses sujeitos/discursos. Pelo viés da AD, poderemos verificar não apenas quais são as paixões “desenhadas” no/pelo discurso, mas também que paixões ele pretende suscitar no destinatário e como isso pode ser relacionado à nossa ordem social. Falemos, então, a respeito das paixões e de como elas se inscrevem na dinâmica do discurso.

De acordo com Lima (2006), já em Aristóteles as emoções deixam de ser vistas apenas como algo da ordem do sensível, sendo concebidas também como objeto que pode ser conhecido, estudado e até mesmo dominado: o homem virtuoso, nos seu entender, era aquele que buscava o equilíbrio e que não tomava as paixões como um fim em si mesmas.

Aristóteles, além de identificar e classificar as paixões, observa o seu viés persuasivo. Quando fala a respeito do gênero jurídico, o filósofo grego trata as paixões como “teclas que podem ser tocadas” pelo orador a fim de persuadir seu auditório, fazendo-o sentir ou repudiar certas emoções. Temos, então, as paixões concebidas não apenas como pulsões próprias do corpo, mas como algo que pode ser gerenciado e até utilizado com fins bem estabelecidos.

²⁹ Por aspecto passional, referimo-nos à presença de um tom/viés emocionado no discurso. Para isso utilizaremos, em alguns momentos, os termos emoção e páthos/passional indistintamente, embora reconheçamos que há diferentes formas de tratamento desses conceitos, dependendo do autor e da perspectiva teórica adotada. Em Lara e Matte (2009), por exemplo, temos a emoção entendida como algo da ordem do fisiológico (é aquilo que o corpo sente) e a paixão como um “acontecimento”, algo que pode ser identificado, observado e denominado, ou seja, moralizado.

No campo dos estudos discursivos, as paixões/emoções vêm ganhando relevo nos últimos tempos. O embate razão vs emoção tem sido observado por diversos autores que, na perspectiva da análise do discurso, têm entendido a emoção como algo da ordem também da razão, do social (e não somente do individual), como construção e não somente como pulsão, como intenção e não somente como ato inconsequente e incontrollável. É claro que essa abordagem não descarta o caráter também psicológico e fisiológico das emoções. O que se encontra no âmbito da AD, é uma ênfase no aspecto argumentativo das paixões, um viés mais social, como pode ser visto nos estudos de Lima (2006; 2007), que, na trilha de autores como Charaudeau (2010), tenta compreender o papel das emoções na construção argumentativa do discurso, tomando a pathemização como um ato intencional, ou seja, algo que é colocado na ordem do discurso como uma estratégia persuasiva.

Em Barros (2003, p. 60), que também aborda a questão das paixões no discurso, temos no exame das modalizações a trilha para se chegar ao reconhecimento e à descrição de uma paixão: “A descrição das paixões se faz, quase exclusivamente, em termos de sintaxe modal, ou seja, de relações modais e de combinações sintagmáticas” (BARROS, 2003, p.61). É na modalização do ser que a semiótica vai tratar das paixões, procurando identificar, no texto, o sujeito que quer/deve ser, o objeto de desejo/necessidade desse sujeito, o sujeito no qual ele crê etc, o que, num jogo de compatibilidades e incompatibilidades, gera efeitos de sentido passionais.

Já para Charaudeau (2010), as emoções – ou efeitos patêmicos – estão ligadas às crenças e representações. As emoções “são de ordem intencional, estão ligadas a saberes de crença e se inscrevem em uma problemática da representação psicossocial” (CHARAUDEAU, 2010, p. 26). Desse modo, para se falar das emoções inscritas no discurso, há de se considerar, necessariamente, os sujeitos envolvidos, a situação de comunicação, o dispositivo, os saberes colocados em cena no discurso abordado e as representações que ancoram, que legitimam tais recursos e efeitos.

Diante das diferentes perspectivas relativas à concepção das paixões/emoções no âmbito do discurso, entendemos que há, pelo menos quatro questões que devemos considerar: 1) o discurso pode projetar, representar uma emoção; 2) ele pode provocar uma emoção (prevista ou não nele); 3) a emoção pode funcionar como um vetor persuasivo no discurso; 4) por meio da emoção presente na materialidade discursiva, podemos chegar a questões relacionadas às convenções sociais, ao nosso comportamento e às nossas expectativas. Como

se vê, trata-se de aspectos relevantes no que tange ao exame do discurso sobre a homofobia e a homossexualidade.

Falemos um pouco mais a respeito das emoções, considerando agora a cisão razão vs emoção, que sempre foi utilizada para estabelecer dois territórios distintos, apontados, inclusive, muitas vezes, como contraditórios. Como verificamos em Aristóteles, as emoções foram primeiramente concebidas como pulsões do corpo, algo que seria próprio da natureza humana e que, devido ao seu caráter intenso e quase incontrolável, poderia surpreender o indivíduo, sobrepondo-se a ele de tal forma que poderia levá-lo à ruína. O homem virtuoso seria, portanto, aquele que vigia e controla suas pulsões, não se deixando dominar por elas, tentando mantê-las à luz da razão e podendo, assim, responder corretamente aos acontecimentos que lhe sobrevêm. As emoções, que acompanham o homem desde o seu nascimento, o tornariam semelhante aos animais, que buscam seus instintos, seus prazeres mais imediatos; elas estariam relacionadas diretamente ao prazer e ao sofrimento. A educação e o amadurecimento é que conduziriam o homem a um estado de conhecimento e de controle das emoções, o que se daria através da razão. Temos, já nos tempos de Aristóteles, o reconhecimento do aspecto humano/psicológico da emoção, o conhecimento de seus efeitos, sua classificação e, com isso, uma espécie de moralização das emoções.

As paixões são conhecidas, aprendidas e podem ser, por isso, também utilizadas com uma finalidade premeditada, mediante o uso da razão. Assim, a razão ganha um reconhecimento que a eleva e a coloca num lugar superior ao da emoção. Ela é, então, uma nobreza, uma virtude, ao passo que as paixões podem ser um vício quando o homem se submete a elas, pois elas o tornam vulnerável. A razão tem, assim, primazia sobre a emoção.

As paixões foram vistas como pertencentes à natureza humana também em Descartes. Em *As paixões da alma* (2006), o autor procura abordar as paixões, tendo em vista o aspecto fisiológico, a anatomia do corpo e a junção desse corpo com o espírito. Para ele, pelo fato de corpo e alma estarem unidos, o que atuaria na alma como uma paixão repercutiria no corpo como uma ação. Por isso, o exame do corpo seria imprescindível para o conhecimento das paixões. Descartes dá o seguinte exemplo para ilustrar como, para ele, as paixões seriam excitadas na alma: se uma dada figura é estranha e assustadora, isto é, “se ela tem muita relação com as coisas que foram anteriormente nocivas ao corpo, isto excita na alma a paixão do temor, e, em seguida, aquela da ousadia ou então, aquela do medo e do terror...” (DESCARTES, 2006, p. 50)

Anteriormente a Descartes, temos Laurent Joubert, mencionado por Alberti (1999). Joubert escreve, em 1579, o seu *Tratado do riso, contendo sua essência, suas causas e seus maravilhosos efeitos, curiosamente refletivos e observados*. Muito reconhecido na época, o autor, que era médico e conselheiro do rei, abordava o riso do ponto de vista da medicina, procurando compreender como e por que ele ocorre. O riso, visto por muitos pensadores como algo misterioso, oculto, seria um movimento e uma ação suscitados por uma paixão (ALBERTI, 1999). O riso se manifestaria no corpo, dilatando o coração, alargando a boca e os lábios, sacudindo o diafragma, enfim, ele repercutiria violentamente no corpo (ALBERTI, 1999, p. 100). O riso seria provocado por alguma paixão; não corresponderia à nossa vontade, mas se imporia a nós, podendo, inclusive, nos surpreender.

Percebemos também em Joubert, que nos apresenta uma concepção do século XVI, que as paixões são vistas como algo da esfera da alma, mas ligado a manifestações corpóreas, o que seria possível graças a uma atividade cognitiva que, na perspectiva do autor, ocorreria de modo pouco ou quase não deliberado, opondo-se, assim, à razão.

Essa forma de interpretar a emoção, como sendo constituinte da natureza humana e essencialmente ligada à fisiologia e à anatomia, perdurou por longo tempo e é um dos alicerces que justificam a dicotomia razão/emoção que se estende, de certa forma, até hoje. Porém, essa cisão já foi revisitada, discutida e ampliada. Hoje, entendemos que a emoção não se aparta, necessariamente, da razão. Elster (1995), por exemplo, faz uma reflexão na qual aborda a relação entre racionalidade, emoções e normas sociais. O trabalho do autor se enquadra, assim, numa perspectiva racionalista da emoção. A partir dela, constatamos que as emoções se ligam às normas sociais, às crenças e aos desejos e que elas atuam como reguladoras das normas, ajustando o comportamento do sujeito que, também por meio da emoção, age de determinado modo, tendo em vista o compartilhamento de valores sociais e a afirmação de pertencimento ao grupo.

É nessa trilha que podemos compreender como a manipulação das emoções/paixões atua. É justamente no reconhecimento dos valores e expectativas existentes em torno de determinadas emoções/paixões que se pode jogar com elas, como ocorre em diversos discursos como o publicitário, o jurídico, o político etc. Ciente de como a sociedade concebe certas emoções/paixões, o sujeito pode manipulá-las para provocar, no outro, determinadas atitudes. Nesse sentido, fica claro que elas podem ser controladas, sugestionadas, não se restringindo apenas às pulsões: elas fazem parte também do conjunto de valores que são

inerentes a uma sociedade e, por isso, não pertencem somente à esfera individual. Logo, as emoções/paixões estão sujeitas a regras e são também reguladoras.

Embora até aqui não tenhamos nos preocupado em distinguir paixão de emoção, tomando-as como equivalentes, vale a pena apresentar a posição de Lara & Matte (2009), já brevemente comentada (ver nota 27), pois, como se verá, ela será útil na análise de alguns vídeos (por exemplo, na de “Boneca na mochila”). Inspiradas em Fontanille & Zilberberg (2001), as autoras consideram que:

(...) a emoção exige apenas um corpo que sente, enquanto a paixão é um “acontecimento” em sentido estrito, ou seja, uma transformação empreendida e reconhecida por um observador. Isso quer dizer que, assim que uma paixão é identificada e denominada, saímos da ordem da dimensão passional viva e entramos no âmbito cultural dos estereótipos culturais da afetividade, o que mostra, portanto, que o efeito de sentido do passional é eminentemente cultural. (LARA & MATTE, 2009, p. 59-60).

Em outras palavras: ao contrário da emoção, a paixão não é física, definindo-se como “uma moralização social”, ou seja, “uma interpretação cultural das perturbações corporais perceptíveis”, estas, sim, da ordem da emoção (LARA & MATTE, 2009, p. 62).

O motivo de pretendermos examinar a afetividade em nosso trabalho deve-se ao fato de acreditarmos que tanto o discurso homofóbico quanto o discurso sobre a homofobia (nosso objeto de estudo) são lugares privilegiados para a manifestação das emoções/paixões; são, em suma, discursos “apaixonados”, como já foi dito.

As formas de se abordarem os “estados passionais” nas malhas do discurso são diversas. Primeiramente, é preciso considerar que o aparecimento das paixões não ocorre somente através de palavras que seriam “originalmente” passionais, tais como amor, ódio, inveja, rancor, etc. As emoções e as paixões que a elas se atrelam manifestam-se por meio de diversos índices: através do corpo, da linguagem verbal, da utilização de certos recursos imagéticos (no caso de textos visuais), em determinados usos da pontuação, etc. O surgimento da emoção/paixão pode ser previsto pelo sujeito, mas também pode acontecer de ela irromper sem que ele (sujeito) tenha controle sobre ela. Diante dessas questões, o exame das paixões/emoções nos vídeos que compõem o *corpus* será feito, sobretudo, por meio da análise da sintaxe modal, tal como propõe a semiótica das paixões (desenvolvida no escopo da semiótica greimasiana). Nesse caso, não nos preocuparemos em distinguir rigidamente a

emoção da paixão (já que uma leva à outra). Isso será feito somente quando a análise assim o exigir.

3.4.1. Discutindo outras noções no âmbito da AD: contribuições da semiótica do discurso

Para a análise dos vídeos – que, como já foi dito na introdução, constituem o *corpus* da presente pesquisa –, levaremos em conta que estamos lidando com textos sincréticos, ou seja, textos constituídos por diferentes linguagens (no caso, verbal e não verbal – visual e sonora). Tal fato torna esse objeto particularmente desafiador, pois exige que se leve em conta que essas linguagens não atuam separadamente, mas formam um todo significativo. Como afirma Teixeira (2008, p. 171), nos textos sincréticos temos a utilização de uma estratégia enunciativa integradora que “(...) ao mesmo tempo, diluiu o que cada código tem de particular, para permitir a manifestação de uma outra coisa, um texto verbovisual em que os elementos se articulam segundo um ritmo, variações de tonicidade, gradações etc”.

Na perspectiva da semiótica francesa, o filme é um texto e, como uma unidade de sentido, apresenta dois planos distintos: o plano de conteúdo (que é o do discurso) e o plano de expressão (as linguagens que veiculam o conteúdo); na junção desses dois planos ocorre a textualização (FIORIN, 1999). Com relação ao plano de conteúdo, a semiótica examina a produção de sentido a partir de um arcabouço teórico-metodológico denominado percurso gerativo de sentido. Nele, o plano de conteúdo é dividido em três níveis – o fundamental, o narrativo e o discursivo – que se articulam e se complementam, embora possam ser estudados separadamente. Do primeiro ao último nível, haveria, assim, um enriquecimento e uma complexificação do sentido que culminaria com a sua “concretização”, no nível discursivo, por meio de temas e figuras que se encadeiam.

De modo breve, podemos caracterizar cada um dos níveis da seguinte maneira: no nível fundamental, temos as categorias semânticas de base, que são oposições mais abrangentes e abstratas que sustentam o sentido. No nível narrativo, analisamos as relações que se instauram entre sujeitos e entre estes e os objetos com os quais esses sujeitos buscam entrar em junção (conjunção ou disjunção), tendo em vista os valores que neles se inscrevem, tornando-os objetos de valor. Examinamos também a modalização pelo fazer e pelo ser, culminando no estudo das paixões. Por fim, no nível discursivo, estudamos as projeções de

pessoa, tempo e espaço da enunciação no texto-enunciado e as relações – sobretudo argumentativas – que se estabelecem entre enunciador e enunciatário, além da articulação de temas (mais abstratos) e figuras (mais concretas) em percursos que “materializam” os discursos em textos, abrindo caminho para o plano de expressão.

No nível discursivo do percurso gerativo de sentido (plano de conteúdo do texto), as categorias mais abstratas dos níveis anteriores concretizam-se nos percursos temáticos e figurativos, que são, respectivamente, encadeamentos de temas e figuras. O tema “é o elemento semântico que designa um elemento não presente no mundo natural, mas que exerce um papel de categoria ordenadora dos fatos observáveis” (FIORIN, 2006, p. 24), a figura, por sua vez, é também um elemento semântico, mas que remete a algo do mundo natural.

São os temas ou figuras – ou os percursos temáticos e figurativos – que dão acesso às formações discursivas que, por sua vez, remetem às formações ideológicas, entendidas como visões de mundo que os diferentes grupos constroem numa sociedade³⁰. É ainda nesse nível que é possível apreender as relações estabelecidas entre enunciador e enunciatário (destinador e destinatário do objeto discurso) e os recursos argumentativos mobilizados no fazer persuasivo do enunciador – e no fazer interpretativo correlato do enunciatário – que permitem o estabelecimento (e a ruptura) de contratos entre esses sujeitos.

Na observação dessas relações, verificaremos as imagens ou representações que vão sendo construídas nos textos fílmicos (a do homossexualidade/do homossexual, a da homofobia/do sujeito homofóbico etc). Essas imagens nos revelarão, em última análise, os valores partilhados numa mesma formação social, já que os fazeres persuasivo e interpretativo instaurados no/pelo discurso decorrem do sistema de valores que circulam numa dada sociedade, conforme postula Barros (2002). Assim, a investigação das formas de construção da instância enunciativa torna-se fundamental para a interpretação dos discursos sobre a homossexualidade e a homofobia.

Julgamos importante esclarecer que não trabalharemos com todo o percurso gerativo de sentido, mas apenas com algumas categorias extraídas desse modelo que, a nosso ver, se mostram mais relevantes e produtivas para a compreensão do nosso objeto de estudo. Desse modo, não é nosso intuito utilizar todas as categorias de todos os níveis do percurso, tampouco fazer o objeto adequar-se ao modelo. Pelo contrário, é a partir das particularidades

³⁰ Nesse sentido, semiotizam-se as noções de FD e FI, tão caras à ADF (cf. FIORIN, 2006), noções essas que foram definidas anteriormente no escopo dessa teoria (vide nota 28).

do objeto, de cada vídeo e daquilo que ele nos revela em termos de narrativa e de discurso, que convocaremos os conceitos pertinentes para análise.

Quanto ao plano da expressão, não existe, na teoria semiótica, um percurso gerativo solidamente estabelecido para o plano de expressão como o que existe para o plano de conteúdo. Entretanto, a semiótica plástica (ou visual), fundada por Jean Marie Floch, propõe algumas categorias para o exame do plano de expressão visual, tais como: as categorias topológicas, que dizem respeito à distribuição dos elementos no espaço (central *vs* periférico, por exemplo); as eidéticas, que nos falam das formas (por exemplo, uniforme *vs* multiforme) e as fotocromáticas (que tratam dos efeitos de cor e de luz/sombra), como postulam, entre outros, os trabalhos de Pietroforte (2004) e de Morato (2008). Certamente, essas categorias não abarcam todos os recursos utilizados na produção de um filme. Por essa razão, quando necessário, buscaremos apoio também nas reflexões de Martin (2003), que aborda diversas formas de manifestação da linguagem cinematográfica.

Cumpramos esclarecer, que, apesar de estarmos lidando com textos sincréticos que apresentam um componente visual muito “saliente”, concentraremos nossa análise no plano de conteúdo, examinando o plano de expressão apenas quando este se mostrar relevante na/para a construção de sentidos. Essa escolha se justifica por, pelo menos, duas razões. A primeira delas é o fato de o presente estudo se propor a realizar uma análise discursiva, o que implica um compromisso maior com o plano de conteúdo (que é o do discurso). Em segundo lugar, os vídeos apresentam um plano de expressão (verbal e/ou não verbal: visual e sonoro) relativamente simples, não revelando muitos aspectos cuja análise se mostre imprescindível para a “iluminação” do discurso.

3.5. Sobre a metodologia

Nesta seção, pretendemos discorrer sobre a forma como abordaremos o *corpus* que elegemos para investigar os discursos sobre a homofobia e a homossexualidade: os vídeos “Medo de quê”; “Boneca na mochila”; “Encontrando Bianca”; “Probabilidade” e “Torpedo” que, como já explicamos, integrariam, juntamente com outros materiais, o Kit “Escola Sem Homofobia”. Buscaremos tratar das particularidades do nosso objeto, falando não apenas sobre o que motivou nossa escolha, mas também sobre as limitações que os próprios vídeos

nos impõem no que diz respeito à análise do discurso. Por fim, proporemos alguns passos metodológicos que nos servirão de norte para a abordagem dos vídeos.

3.5.1. Os percursos de uma escolha

A opção pela temática deste trabalho se deu, entre outros motivos, pela escassez de trabalhos sobre “homofobia” e “homossexualidade” no âmbito de Letras/Linguística, como já apontamos. Além disso, quando conhecemos a história da homofobia, na trilha especialmente de Borrillo (2010), percebemos que o rechaço aos homossexuais tem razões diversas de ser, que são explicadas pela forma como cada domínio ideológico promoveu, ao longo da história, o controle/exclusão da homossexualidade, concebendo-a como uma anomalia. Assim, na esfera religiosa, isso se deu através da relação da homossexualidade com o pecado; na esfera médica, por meio da sua identificação com a categoria de doença; na psicologia, a partir da sua concepção como desvio psicológico; na esfera jurídica³¹, na aceção ilegal que a homossexualidade tomou, a ponto de identificarmos diversos casos de pessoas que foram condenadas por serem homossexuais, como se deu, por exemplo, com o escritor Oscar Wilde.

Conhecendo essa história, não foi difícil perceber como a memória, com os seus já-ditos, atravessou o tempo, constituindo nossa mentalidade (e alimentando nossos discursos) acerca da homossexualidade e dos homossexuais, considerados sujeitos desviantes da norma, seja ela biológica, médica, psicológica, moral, jurídica ou religiosa. Além disso, na base da formação discursiva que ampara, que legitima a negação da homossexualidade, está a ideologia heteronormativa, que, ao contrário do que possamos pensar, não existe em função da homossexualidade, mas, antes, em função das relações de gênero.

Assim, a aversão à homossexualidade é fruto de um longo percurso histórico, construído em torno dos valores heteronormativos. A heteronormatividade pode ser entendida, grosso modo, como uma ordem social e cultural (um padrão) que prega a heterossexualidade como único comportamento e identidade legítimos. Essa norma, uma vez instituída como “natural” e “verdadeira”, tende a ser assumida pela sociedade, a partir de uma

³¹ Recentemente, a república africana de Uganda aprovou uma lei que criminaliza a homossexualidade. Dentre os países do continente africano, 38 consideram a homossexualidade ilegal. A lei assinada no dia 24/02/2014 foi considerada a mais severa, prevendo mesmo a prisão perpétua para pessoas que praticarem atos homossexuais. Vide: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/02/uganda-aprova-lei-que-pode-condenar-homossexuais-prisao-perpetua.html>. Acesso em 02/03/2014.

vasta rede de práticas e discursos que vão se impregnando em nosso imaginário e, dessa forma, fazendo com que a imagem da homossexualidade seja construída de forma negativa (afinal, ela está fora da norma). Estabelecida a ideologia heteronormativa como a ideologia hegemônica, sendo ela a base de praticamente todas as formas de relação social (ou, pelo menos, daquelas que se consideram legítimas), não é de estranhar que os indivíduos se sintam impelidos a aceitá-la e, mais que isso, a resguardá-la. Desse modo, as práticas homofóbicas revelam, por parte do indivíduo homofóbico, justamente a tentativa de controle, de manutenção de uma norma historicamente estabelecida. O homossexual, nessa perspectiva, além de diferente, torna-se uma ameaça, como já comentamos em diversos pontos deste trabalho.

Na trilha do saber/discurso sobre a homofobia (e sobre a noção correlata de homossexualidade), deparamo-nos com duas possibilidades de investigação: estudar o discurso homofóbico, ou, então, o discurso formulado sobre a homofobia.

Sabemos que os discursos intolerantes (dentre eles o homofóbico) existem, circulam na sociedade, são reproduzidos e também combatidos. Trata-se, porém de um discurso de difícil apreensão por várias razões. Em primeiro lugar, porque ele não tem um lugar legitimado socialmente para circular: ele pode manifestar-se em diversos contextos, assumir vários gêneros de discurso etc. Em segundo lugar, porque é um discurso transgressivo, levando a sociedade, através de suas formas de controle, a não permitir que ele seja enunciado livremente, ou explicitamente (ou, pelo menos, não sem algum tipo de sanção). Finalmente, porque a intolerância pode ser caracterizada como tal a partir do ponto de vista daquele que se depara com determinada prática discursiva, identificando-se com ela ou rejeitando-a. Ou seja, podemos nos deparar com manifestações que, ainda que não se digam intolerantes, são interpretadas como tais, a partir de um olhar outro. Em suma: pelo fato de não se estabelecer como uma prática socialmente aceitável ou localizável, o discurso intolerante se apresenta como um objeto muito fluido.

Deixada de lado essa possibilidade e tendo em vista que o nosso interesse pela temática se mantinha, o desafio foi buscar alguma forma de manifestação que não fosse produzida em função da pesquisa, ou melhor, com a intervenção do pesquisador. Ora, apreender esse discurso nas “tramas do acontecimento” exigiria um *corpus* que viesse já sendo formado ao longo do tempo. Como não tínhamos esse material, nem uma forma sistemática de consegui-lo, começamos a considerar a possibilidade de trabalhar nos espaços

em que esse discurso pode existir de forma autorizada (a instância governamental, por exemplo), o que acabou por nos levar ao kit “Escola Sem-homofobia”.

É a outra face da moeda a respeito do tema da homofobia e da homossexualidade (exatamente a que tem sido menos abordada): a que diz respeito às elaborações em torno da homofobia e da homossexualidade, à construção de um saber/discurso sobre elas. É essa face que nos interessa focalizar aqui, o que justifica a opção pelo trabalho com o discurso sobre a homofobia/homossexualidade. Trata-se, como adiantamos, de um contradiscurso, ou seja, um discurso de negação da homofobia e, paralelamente, de legitimação da homossexualidade.

Que a temática da homofobia está na em pauta, isso não é difícil constatar. Leal & Carvalho (2012), por exemplo, identificaram, em sua pesquisa, que houve um *boom* do termo na mídia, algo que se deu recentemente e num curto espaço de tempo. Interessados na forma como o jornalismo noticia a homofobia, os autores pesquisaram o termo *homofobia* nas principais mídias jornalísticas eletrônicas, com o objetivo de verificar a presença e a ocorrência dessa palavra nas matérias divulgadas. Em 2007, eles verificaram que a ocorrência do termo era extremamente baixa, a ponto de quase inviabilizar a coleta de material para a pesquisa. Em 2008, a busca pelo termo permitiu chegar a 146 textos, no total. Já em 2010 (no período de fevereiro a agosto), os autores observaram que 179 textos publicados continham o lexema *homofobia*. A conclusão é simples: estamos falando de homofobia como nunca falamos antes. Como dizem Leal e Carvalho (2012), a expressão atualmente faz parte do cotidiano das pessoas, o que as mídias jornalísticas também têm comprovado.

Como podemos observar, trata-se de um fenômeno mais recente e que, por isso mesmo, é ainda pouco conhecido. Nesse sentido, interessa-nos saber o que temos chamado de homofobia, que saber é esse que temos construído e de que forma(s) ele se relaciona com a homossexualidade e com a resignificação por que essa noção vem passando nos últimos tempos, sobretudo em função da maior visibilidade e legitimidade conferidas ao segmento LGBT.

É claro que não é possível fazer uma separação categórica e rígida entre discurso homofóbico e discurso/saberes sobre a homofobia: ao tratar de um resvalamos necessariamente no outro. Diante disso, preferimos trabalhar com discursos que objetivam justamente enfrentar a homofobia (ou seja, contradiscursos, que, exatamente por essa condição, convocam, de forma direta ou indireta, os discursos – homofóbicos – a que se

opõem). Daí a nossa opção pelos vídeos do Kit “Escola Sem Homofobia”, como já mencionamos.

O fato de se tratar de materiais oriundos de um mesmo “lugar enunciativo” facilitou enormemente a coleta e a sistematização dos dados. Além disso, como o kit foi elaborado há pouco tempo (2011), ele nos permite apreender representações discursivas da homofobia e da homossexualidade que circulam no contexto brasileiro atual. Uma outra razão que justifica a escolha do referido kit (ou de, pelo menos, parte dele) como nosso objeto de análise, é o fato de ele ter sido alvo de muita polêmica, sobretudo quando foi divulgado pelas mídias (chegando a ser chamado, pejorativamente, de “Kit gay”), o que acabou levando a Presidente Dilma Roussef a vetá-lo. Afinal, que representações são essas que justificam um veto presidencial? Essa questão não deixa de suscitar a “curiosidade” própria do analista de discurso... Finalmente, é preciso considerar que os materiais do Kit fazem parte de um conjunto maior de discursos que procuram colocar a sexualidade na esfera do Direito, concebendo-a como inerente aos próprios direitos humanos e à própria cidadania³².

Nesse exame, pretendemos demonstrar que a homofobia é resignificada, apresentando um amplo espectro de sentidos que, se não faz calar os sentidos primeiros, vai muito além deles. Verificamos que, se antes a homofobia era considerada uma violência, geralmente física, contra os homossexuais, o que estabelecia, inclusive, uma fronteira, entre homofobia e preconceito, atualmente não é isso o que se verifica. Esse fato demonstra que estamos construindo novas representações para esse “fenômeno” social. São essas representações que desejamos conhecer, procurando situá-las num quadro de grandes transformações sociais (não restritas ao cenário brasileiro), que tem propiciado novas construções de sentido também em torno da homossexualidade e dos homossexuais, alterando, inclusive, a imagem majoritariamente negativa que historicamente se construiu.

³² Para se ter uma ideia da dimensão política-cidadã que a questão da sexualidade vem ganhando, vale a pena conhecer o “Estatuto da Diversidade Sexual”, proposto pela Ordem dos Advogados do Brasil. O estatuto ainda se encontra em elaboração e aberto às contribuições da sociedade. Disponível em: <http://www.estatutodiversidadesexual.com.br/p/estatuto.html>. Acesso em: 20/12/2012.

3.5.2. Examinando os vídeos: alguns princípios metodológicos

De posse dessas informações, objetivamos analisar os vídeos constituintes do nosso *corpus*, privilegiando a leitura do plano de conteúdo, como já mencionamos, na tentativa de identificar a rede de significações que semantizam a homofobia e a homossexualidade nos referidos materiais. Por se tratar vídeos produzidos para atender ao programa “Escola Sem Homofobia”, do Ministério da Educação, acreditamos que as representações ali construídas podem ser consideradas como aquelas que se deseja institucionalizadas.

Para isso, pretendemos desenvolver nossa análise do seguinte modo: num primeiro momento, tomando cada vídeo individualmente, faremos uma síntese (uma sinopse) da história para, em seguida, dividi-la em “momentos” que consideramos mais relevantes no que diz respeito às transformações narrativas. Já nesse processo, através das contribuições da semiótica greimasiana, abordaremos a estrutura global do texto, examinando aspectos, sobretudo do nível narrativo e discursivo, que explicam o sentido que ali se constrói. Desse modo, buscaremos, no nível narrativo, conhecer as relações (contratos) dos sujeitos entre si e as relações desses sujeitos com os objetos desejados ou rejeitados por eles; examinar as modalizações e, através delas, os “estados de alma” dos sujeitos. Já no nível discursivo, identificaremos os conjuntos de temas e figuras que constituem o discurso analisado, a(s) formação(ões) discursiva(s) que lhes são correspondentes e a(s) formação(ões) ideológicas a que essas FDs remetem, o que nos permitirá apreender os valores relativos à homofobia e à homossexualidade que circulam na sociedade atual. No segundo momento, que chamamos de *retrato discursivo*, abordaremos mais atentamente a relação discurso e aspectos sócio-históricos, no intuito de conhecer melhor as condições de produção discursiva. Finalmente, a título de discussão de resultados, cotejaremos os cinco vídeos, buscando uma visão do seu conjunto.

Quanto ao exame do plano de expressão visual, conforme já foi dito, embora reconheçamos sua importância, não é esse o nosso enfoque, razão pela qual nos permitiremos apenas vislumbrar esse plano, quando se fizer necessário, destacando aspectos que se mostrem importantes para a compreensão/apreensão do discurso. Uma análise que contemplasse de modo muito minucioso essas duas faces do texto (o plano de conteúdo e o de

plano de expressão) seria demasiadamente exaustiva e, além disso, não nos ofereceria maiores e indispensáveis subsídios para a compreensão do discurso, especificamente³³.

Há que se considerar ainda a seguinte questão: o discurso ficcional, como é o caso das narrativas dos vídeos, pode ser tomado como um discurso social? Quer dizer, podemos falar em representações da homofobia e da homossexualidade, a partir do discurso que o nosso objeto de estudo (vídeos ou textos fílmicos) veicula, no caso, através de um contrato ficcional?

A resposta é sim. Primeiro porque o discurso é, antes de tudo, social. Um fato social que pode ser ressignificado em vários lugares e contratos discursivos, inclusive o ficcional. A segunda justificativa encontra-se nas próprias condições de produção do discurso; estamos trabalhando com vídeos que foram produzidos para responder a uma demanda social, que é a necessidade de se educar contra a homofobia. Trata-se de materiais que têm uma finalidade pedagógica muito clara e que, por isso, foram criados a partir de uma realidade social já conhecida. Nesse sentido, é inegável que o *corpus* desta pesquisa comunica um quadro social e político que lhe é anterior, o que nos permite tomar o discurso ali veiculado como parte de um discurso já socialmente representado.

Dito isso, apresentamos, no quadro 1, a seguir, os vídeos que serão examinados no próximo capítulo:

Quadro 2

PRODUTOR	VÍDEO	DURAÇÃO
ECOS – Comunicação em Sexualidade/Instituto Promundo/Instituto PAPA/ Salud Género	<i>Medo de quê?</i>	18 min
	<i>Boneca na Mochila</i>	27 min
	<i>Encontrando Bianca</i>	4 min
	<i>Probabilidade</i>	7 min
	<i>Torpedo</i>	4 min

³³ Em se tratando de textos fílmicos, há que se considerar também o plano de expressão sonoro. No entanto, como será feito também com o plano de expressão visual – e pelas mesmas razões – nos limitaremos a apontar alguns recursos de som que se mostrem relevantes para a produção de sentido.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DOS TEXTOS FÍLMICOS

Conforme já explicitamos acima, no presente capítulo nos dedicaremos ao estudo dos vídeos que constituem o *corpus* deste trabalho. A análise será feita da seguinte forma: primeiramente apresentaremos uma síntese da narrativa (sinopse)³⁴; em seguida, para tornar a exposição mais clara e didática, nós a dividiremos em momentos, de acordo com os acontecimentos narrativos que julgamos mais relevantes no que diz respeito à construção das representações (da homofobia, da homossexualidade) que buscamos apreender. Nesse nível da análise, procuraremos abordar os aspectos narrativos e discursivos mais proeminentes, tecendo, desde já, considerações sobre eles, a partir do instrumental teórico-metodológico da semiótica greimasiana, uma das perspectivas teóricas que norteia a presente pesquisa. Isso significa que não faremos uma análise completa pelo percurso gerativo de sentido, mas abordaremos, nos níveis considerados, as categorias “iluminadas” pelos próprios textos ou mais especificamente, pelos momentos em que os textos foram divididos, conforme expusemos na parte dedicada à reflexão teórica. Desse modo, concordamos com Fiorin (1995, p. 172), quando ele afirma que “um texto pode trabalhar melhor um nível que outro, um componente do que outro” e que, portanto, “é sobre esse aspecto mais explorado que a análise deve centrar-se”.

Finda essa primeira parte, passaremos à construção do que denominamos *retrato discursivo*. Nessa etapa, abordaremos o discurso apreendido no exame dos textos fílmicos à luz de suas condições de produção, ou seja, estabelecendo as relações do discurso com a sua exterioridade, ou melhor, com o quadro sócio-histórico-ideológico que permitiu sua emergência. Nesse sentido, incorporaremos contribuições da análise do discurso francesa (AD), fazendo-a dialogar com a teoria semiótica, já que acreditamos tratar-se de abordagens que podem ser utilizadas de forma complementar: a primeira acentua os mecanismos

³⁴ Tomamos aqui o termo “narrativa” em sentido amplo, para designar a história contada ou o relato feito em cada vídeo. Nesse sentido, adotamos a proposta de agrupamento de gêneros de Dolz & Schneuwly (2004) que incluem entre os gêneros ditos “do narrar” aqueles que implicam a mimesis da ação através da criação da intriga no domínio do verossímil.

interdiscursivos e a segunda, os intradiscursivos de produção do sentido. Isso, a nosso ver, contribuirá para enriquecer a análise do nosso objeto de estudo. Aliás, essa “perspectiva conciliatória” entre as duas abordagens teóricas mencionadas já foi adotada por autores como Barros (2002, 2005) Fiorin (1989, 2006) e Lara (1999, 2004).

O procedimento descrito será aplicado, em linhas gerais, aos cinco vídeos que constituem o *corpus* da pesquisa. Finalmente, discutiremos os resultados obtidos na análise dos textos em seu conjunto e passaremos ao exame das representações propriamente ditas. Apesar de essas representações já irem se desenhando no próprio processo de descrição e análise dos vídeos, buscaremos retomar alguns aspectos mais relevantes, com o objetivo de demonstrar que, paralelamente à construção histórica das representações da homofobia, ocorre também a re-apresentação da homossexualidade e dos homossexuais, evidenciando um processo histórico de construção da legitimidade LGBT.

Como nosso foco maior é explicitar e discutir as representações discursivas (da homofobia, da homossexualidade), lembramos que as análises se aterão ao plano de conteúdo dos textos, ainda que, em se tratando de vídeos, haja um apelo visual forte. Nesse sentido, observaremos aspectos relacionados ao plano de expressão (visual, sonoro) apenas quando eles se mostrarem relevantes para a construção dos sentidos, de acordo com o que expusemos quando abordamos a metodologia do presente trabalho. Passemos, então, às análises.

MEDO DE QUÊ?

1. Sinopse



Figura 5 – imagem da capa do vídeo Medo de quê?

“Medo de quê” é uma animação, destituída de linguagem verbal, que retrata o processo de descoberta da própria homossexualidade por um jovem chamado Marcelo e os conflitos com os quais ele se depara quando começa a viver, inclusive publicamente, a sua homoafetividade. As relações familiares e também as de amizade se tornam discretamente conflituosas; além disso, Marcelo e seu companheiro passam a ser vistos com estranheza pela sociedade em geral. No entanto, esses acontecimentos não os impedem de viver a escolha que fizeram. O protagonista, um jovem totalmente inserido dentro do padrão (a não ser pelo fato de ser um homossexual), aceita a si próprio e enfrenta corajosamente as adversidades que se impõem, buscando conjuntar-se com o prazer e com a identidade homossexual.

2. Descrição e análise da narrativa

MOMENTO 1

0'16"

No início da narrativa, o espectador presencia a ação de um lápis (que chamaremos de “lápis animado”) que vai escrevendo na tela em branco o nome das instituições direta ou indiretamente responsáveis pela criação do vídeo. São elas: ECOS - Comunicação em Sexualidade, em parceria com a rede internacional GALE - Global Alliance for LGBT Education; a organização não governamental Pathfinder do Brasil; a Reprolatina - Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva; e a ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas,

Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o apoio do MEC/SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão).

Logo depois, esse mesmo lápis começa a dar forma ao personagem principal, Marcelo. Ele vai sendo desenhado num fundo branco que, rapidamente preenchido, mostra o garoto pilotando uma possante moto em uma pista de alta velocidade (Grande Prêmio). Ele é embalado pelo ruído constante da moto e pelos aplausos do público. Entramos, assim, no contexto de aventura vivido por Marcelo.

Em seguida, o fundo colorido, que existia enquanto o garoto pilotava, dá lugar a um fundo sem cor, construído predominantemente por traços sem preenchimento, e ao barulho da moto sobrepõe-se um ruído incômodo, semelhante ao de uma engrenagem defeituosa. Mais à frente, ficamos sabendo que esse ruído é produzido por um ventilador: Marcelo encontra-se, na verdade, na garagem de sua casa, com seu melhor amigo, “pilotando” uma bicicleta fixada ao solo.

Esses recursos, o de cor e o sonoro – a passagem do cenário da cor para a “não-cor” e do som constante e ritmado para o som desacelerado e descompassado – assinalam a passagem do mundo interior, da mente de Marcelo, para o mundo real. Assim, percebemos que estávamos imersos na fantasia do garoto, na sua subjetividade, por meio da qual pudemos conhecer a experiência prazerosa vivenciada por ele através da imaginação.

A partir daí, o espectador é conduzido para outro contexto: um cartaz de GP de moto aparece sendo colado na parede por Marcelo e seu amigo. A imagem de ambos é congelada e surge na tela o pai de Marcelo. Somos, então, apresentados a uma série de imagens, como se fossem fotografias, que registram momentos já vividos pelos dois garotos, como andar de bicicleta, frequentar a escola, jogar bola, brincar e interagir com colegas. Todos esses momentos são marcados pelo prazer da brincadeira e pela constante companhia que um amigo faz ao outro.

Esse mesmo recurso é utilizado para resgatar a memória da relação construída entre pai e filho – vemos Marcelo aprendendo a andar de bicicleta, abraçando seu pai, nadando com ele, enfim, vivendo momentos alegres que nos mostram uma relação idealmente feliz. O mesmo se dá com relação à vivência de Marcelo com sua mãe. As fotos funcionam, portanto, como fragmentos do passado da vida de Marcelo, revelando uma relação familiar amorosa e saudável.

Somos, desse modo, inseridos na história de Marcelo, situados num tempo que é anterior ao da narrativa propriamente dita. Nele vemos que o protagonista é um jovem feliz, que tem uma família padrão/biparental (constituída pelas figuras paterna e materna), que tem uma relação saudável com seus pais e com amigos. Além disso, constatamos que Marcelo gosta de coisas e brincadeiras tipicamente masculinas, ou seja, o personagem corresponde às expectativas que a sociedade tem para com o jovem do sexo masculino. Assim, do ponto de vista da teoria semiótica (no nível narrativo do percurso gerativo de sentido), podemos dizer que Marcelo é um sujeito em conjunção com o objeto-valor normalidade.

Marcelo, seu amigo e seu pai passeiam pela rua. Nesse momento, conhecemos sua mãe, que está em um salão de beleza e acena para eles. Logo em seguida, o trio passa em frente a um garoto, de características afrodescendentes, que toca violão. Quando Marcelo o vê, percebemos que o plano de expressão visual é alterado, de modo que, assim como no episódio da moto, possamos vislumbrar a saída do mundo real e a construção da subjetividade do protagonista. Nessa perspectiva, o cenário no entorno dos personagens é suprimido, e a imagem de Marcelo é alternada com a imagem do garoto. Seus olhos se levantam e o corpo do jovem que toca violão fica suspenso no ar, envolto por notas musicais que vão envolvendo também o corpo de Marcelo, fazendo-o flutuar. Essa cena mostra que estamos tendo acesso à perspectiva de Marcelo, ao seu sentimento diante do encontro com aquele garoto: os olhos em evidência figurativizam o “arrebato”; o corpo flutuando em meio às notas musicais e a feição feliz do personagem podem ser associados à alegria e ao prazer experimentados por ele no momento desse primeiro contato. Podemos dizer que há nessa forma de significar o encontro dos dois jovens uma representação do lirismo, inscrito no imaginário do amor romântico. Os temas do arrebatamento e do encantamento que podem ser depreendidos desse fragmento da narrativa, autorizam-nos a fazer essa leitura. Assim, o tema da homossexualidade, que já aí se faz presente, aparece atrelado a um valor estético: a beleza do amor romântico.

É a partir desse ponto da narrativa que o espectador perceberá que a história de Marcelo, em torno da descoberta e da vivência da homossexualidade, está, de fato, começando.

O título do vídeo surge centralizado na tela e logo após vemos o corpo de Marcelo que aparece flutuando entre as notas musicais em um fundo todo colorido. Esse recurso conecta-nos ao tempo e ao espaço anteriormente apresentados: o momento do fortuito encontro entre os dois garotos (Marcelo e o jovem de violão). Em seguida, somos apresentados a outro cenário e situação: Marcelo encontra-se em seu quarto, deitado, sem camisa, brincando de projetar a luz de uma lanterna em cartazes pregados na parede. O cenário é todo construído por traços sem preenchimento, sendo Marcelo o único elemento colorido.

Quando ele mira a luz da lanterna numa das imagens expostas, essa luz vai percorrendo o corpo de uma garota, fixando-se em pontos que correspondem a zonas erógenas: a região pélvica e os seios. Em seguida, a luz atinge um personagem masculino, que também está no cartaz, focalizando o que seria a região do órgão sexual, que se mostra aparentemente excitado. As imagens dos cartazes têm formas bem definidas, e suas cores vão sendo preenchidas à medida que a luz projetada por Marcelo vai atingindo as figuras. Esse processo vai descrevendo as sensações eróticas vividas pelo garoto naquele momento. Marcelo, em seguida, leva um susto ao ser surpreendido pela mãe, que entra no quarto para deixar um copo sobre o criado-mudo e sai logo depois. Ficando novamente sozinho, o jovem começa a manusear algumas revistas. Uma das capas apresenta parte do corpo de uma mulher, de costas, com as nádegas em evidência. Quando ele abre a revista, vê uma mulher seminua em cima de uma moto. O recurso sonoro é alterado: antes tínhamos a predominância do silêncio com alguns sons pontuais, que correspondiam aos “suspiros” do garoto; quando, no entanto, Marcelo interage com a imagem da revista, surge uma música ritmada, deixando evidente que a passagem do não-som (ou do pouco som) para o som está relacionado ao processo de excitação do garoto, que aumenta, inclusive quando ele põe sua mão dentro da calça.

A partir daí, somos novamente confrontados com a subjetividade do protagonista: podemos visualizar seus pensamentos e sensações. Isso se observa nas imagens de Marcelo sorrindo que se sobrepõem às imagens da garota da revista: ele se imagina beijando-a e acariciando-a. De repente, surge, no lugar da mulher, o garoto que tocava violão, o que parece deixar Marcelo bastante excitado e envolvido com os seus pensamentos e desejos. Em

seguida, ele se levanta, vai até o banheiro e se olha no espelho, mostrando-se surpreso, mas não atemorizado diante da situação imaginada.

Considerando a relação do sujeito Marcelo com o objeto-valor prazer sexual, verificamos que, no nível discursivo, isso se concretiza e se revela de modo mais evidente em dois percursos temático-figurativos³⁵ diferentes: o da heterossexualidade, haja vista as imagens eróticas da revista, a excitação do garoto e do personagem da revista diante da imagem da mulher, formando o par masculino e feminino (sexualmente); e o da homossexualidade, que remete à figura dos dois garotos que se beijam.

Nessa cena, que representa a intimidade de Marcelo, seus pensamentos, sensações e prazeres, podemos observar, claramente, sua passagem de uma condição para a outra: a do desejo hétero para o desejo homossexual. Até esse ponto, podemos cogitar que se trata de uma experiência ainda muito relacionada à subjetividade e à imaginação do personagem. É plausível inclusive afirmarmos que o próprio Marcelo é surpreendido pelos seus sentimentos. Num primeiro momento ele é “arrebatado”; no segundo, algo muito parecido acontece, já que a imagem de Marcelo beijando o garoto do violão aparece em meio às fantasias eróticas (até então heterossexuais), sobrepondo-se a elas.

MOMENTO 3

3'44”

No momento seguinte da narrativa, estamos novamente na garagem, e Marcelo é surpreendido pelo pai, que o presenteia com uma motocicleta, deixando-o extremamente feliz e agradecido.

É interessante salientarmos que a motocicleta, o cartaz do GP e as imagens da própria revista erótica manuseada por Marcelo correspondem a figuras que, no discurso em foco, revestem o tema da masculinidade, pois se trata de elementos que, no senso comum, remetem ao universo masculino. O percurso temático-figurativo da masculinidade é extremamente relevante porque ajuda a construir a atmosfera de normalidade, dentro da qual o personagem é construído. Podemos dizer que essas figuras revestem o próprio tema da identidade de gênero,

³⁵ Lembramos que os percursos constituem encadeamentos de temas e/ou figuras. Em se tratando de um discurso predominantemente figurativo, como é o caso dos vídeos, usamos a denominação “percurso temático-figurativo” para enfatizar que, por trás das figuras que se encadeiam, existe um tema que as ilumina e lhes dá sentido.

chegando mesmo a acionar uma representação bem estereotipada da masculinidade. O percurso temático-figurativo da masculinidade nos mostra, enfim, no nível narrativo, que o personagem Marcelo encontra-se em conjunção com a identidade masculina.

MOMENTO 4

4'11"

Marcelo está na companhia de sua mãe, num lugar que se assemelha ao saguão de um aeroporto. Em meio ao fluxo de pessoas, dois homens, aparentemente adultos, se encontram, se abraçam e se beijam, causando grande desconforto e estranhamento para as pessoas que estão no local, o que nos é revelado pela própria fisionomia dos passantes, que se mostram chocados e até inconformados, e pelo ruído³⁶ que eles exprimem. Sobrepõe-se a esses “ruídos de surpresa” um fundo sonoro que intensifica ainda mais a atmosfera de “problema” associada à manifestação afetiva do casal homossexual. Trata-se de um fundo musical que procura traduzir a sensação vivida pelos personagens da cena, mas que também acaba por sugerir alguma surpresa no próprio espectador, como se algo desagradável fosse acontecer. O casal é, então, interrompido por dois seguranças e jogado para fora do lugar. Marcelo tudo observa sem demonstrar o mesmo espanto dos outros e se choca com o tratamento que o casal recebeu.

Nessa cena, vemos surgir o tema da homofobia. A aversão, o estranhamento, a repulsa e, por fim, a segregação (o casal de homossexuais é jogado para fora do saguão), são temas trazidos para o discurso com a finalidade de representar a negação da homossexualidade. O tema da homofobia aparece claramente associado à figura do espaço público, ou seja, ao tema da publicização. Lembremos que Marcelo e sua mãe encontram-se em um saguão de aeroporto, que é um espaço de uso coletivo.

Nesse sentido, o casal causa estranheza aos indivíduos ali presentes por contrariar um acordo tacitamente estabelecido com a sociedade: o da heteronormatividade (que estabelece o comportamento e a identidade heterossexuais como padrão, como “normais”). O susto, a repulsa e a expulsão advêm da sanção decorrente da quebra desse contrato, sanção imposta ao casal homossexual.

³⁶ O ruído humano, segundo Martin (2003, p. 116), pode ajudar a conferir o efeito de realidade a uma cena.

Marcelo e seu amigo vão a uma festa, onde se divertem e dançam entre outros jovens. Nessa mesma festa, surge o garoto que tocava violão, pelo qual Marcelo se encantara, sem, até então, dar muita importância ao fato. Nesse momento, no entanto, ao notar a presença do jovem, Marcelo se inquieta. Surge o lápis animado que desenha uma personagem feminina e, em seguida, “cutuca” Marcelo, como que lhe dizendo o que deveria ser feito: o jovem, então, a beija.

Nesse ponto, percebemos que, no nível narrativo, Marcelo está dividido, modalizado (virtualizado) pelo querer (em relação ao garoto, tomado como um objeto-valor desejável, mas proibido: querer-ser + dever- não- ser e, portanto, impossível: não- poder-ser) e pelo dever (em relação à garota, mostrada como um objeto não apenas permitido – poder-ser, mas também – e, sobretudo – necessário, diríamos mesmo, obrigatório: dever-ser). Em outras palavras, Marcelo se divide entre o desejo (pessoal) e a obrigação (social). É possível cogitarmos que, ao ser cutucado pelo lápis que chama sua atenção para a menina – e que representa uma espécie de destinador-manipulador delegado da sociedade –, Marcelo se sinta na obrigação de se voltar para ela.

Nesse momento, retorna o tema da heterossexualidade, que se contrapõe ao tema da homossexualidade. Assim, Marcelo age em função de um destinador-manipulador que seria o que Barros (2003, p.140) chama de “destinador sócio-histórico ou (psico-sócio-histórico)”; aquele que seria a “fonte” dos valores que determinam os sujeitos. No caso da narrativa que investigamos, trata-se dos valores e regras sociais que se impõem a Marcelo, fazendo com que ele cumpra o acordo estabelecido com a sociedade, que se assenta sobre os valores da heteronormatividade.

De passagem pela rua, Marcelo vê uma banca, em frente à qual ele para e fita algumas revistas masculinas. Ele compra uma delas e a guarda na mochila, não sem antes olhar ao seu redor, demonstrando receio de que esteja sendo observado.

Essa atitude – ainda que associada ao medo de estar fazendo algo “errado”, de acordo com os padrões sociais vigentes – assinala um passo importante, dado pelo garoto, em direção à plena assunção de sua homossexualidade: a revista comprada volta-se para o público gay. Em outras palavras: podemos compreender a aquisição desse objeto como uma espécie de entrada de Marcelo no universo homossexual, uma atitude consciente do garoto (que inclusive se preocupa em ser visto). Até então, Marcelo estava à mercê de seus sentimentos e do acaso: os dois encontros com o garoto que tocava violão. Nesse momento, no entanto, ele vai em busca da conjunção com o objeto-valor prazer homossexual; afinal ele compra uma revista erótica.

MOMENTO 7

6’01”

Marcelo está na garagem quando o garoto que tocava violão entra e pede um martelo. No momento em que Marcelo vai lhe entregar a ferramenta, ela cai no chão, levando os dois a se agacharem para pegá-la. Nesse movimento, eles se olham, atraídos um pelo outro. Cabe lembrar que tal situação aciona no espectador uma imagem cristalizada e muito conhecida, também referente ao amor romântico: a clássica cena de duas pessoas desconhecidas que se descobrem apaixonadas, olhando-se nos olhos, a partir de um encontro promovido por uma ocasião fortuita qualquer.

O lápis animado desenha o pai de Marcelo, que entra na garagem e interrompe os garotos no momento em que se mostra perceptível a forte atração que emerge entre eles. O pai parece não gostar da presença do outro jovem na garagem. Ele, então, se retira e Marcelo olha para o pai com ar de constrangimento. Surge o avô de Marcelo, que é recebido alegremente pelo pai e que cumprimenta o neto, acariciando-lhe a cabeça. O diálogo do avô de Marcelo com seu filho é acompanhado de um som, que diríamos triunfal, assemelhando-se, nesse sentido, aos recursos sonoros utilizados em filmes de super-heróis, o que, no contexto do vídeo, significa o orgulho do pai ao falar de Marcelo. Os balões que surgem acima da cabeça do personagem-pai permitem-nos inferir o que seria sua fala: neles, vemos Marcelo com seus pais, numa relação harmoniosa; brincando e consertando sua moto – o pai, inclusive, aponta para o cartaz do GP de motovelocidade na parede.

Em seguida, aparecem imagens que sugerem a construção de uma perspectiva futura, que corresponderia aos sonhos do pai de Marcelo em relação ao filho. Neles, o jovem se torna campeão de motovelocidade e se casa com uma personagem feminina – a figura da noiva, acompanhada da marcha nupcial incorpora-se à cena. O pai também projeta Marcelo com sua futura família: a esposa grávida e dois filhos.

O lápis animado aparece novamente e incomoda Marcelo, fazendo-o prestar atenção na conversa que se desenrola entre seu pai e seu avô. A conversa intriga o jovem, e o aparecimento do lápis é um forte indicativo desse fato. Marcelo sai da garagem e avista a garota que havia beijado na festa. Ele passa com ela em frente à garagem e acena para seu pai e seu avô, demonstrando querer deixá-los orgulhosos pelo fato de estar acompanhado de alguém do sexo feminino. O resultado é imediato: o pai se entusiasma, porém Marcelo, assim que passa pela porta da garagem, perde o sorriso que ostentava.

Constatamos que o pai e o avô de Marcelo representam figuras de autoridade para o jovem e para a sociedade. Eles podem mesmo ser compreendidos como uma metonímia da sociedade, que cultua o comportamento heterossexual. Mais que isso: o fato de se tratar de duas figuras paternas remete ao tema da heteronormatividade, associado ao tema do patriarcalismo. A esse último acopla-se o tema da tradição familiar, o que nos aponta claramente para uma representação da sociedade patriarcal, haja vista as cenas de casamento e de constituição da família (procriação) imaginadas pelo pai de Marcelo

Esses temas estão associados a valores sociais fortemente consolidados, levando o jovem a agir de acordo com eles, ou seja, realizando uma performance esperada e legitimada pela sociedade patriarcal. Lembremos que o garoto se aproveita da oportunidade de conjuntar-se com o objeto-valor moça, para criar uma imagem positiva de si (a de heterossexual) diante do pai e do avô. Ele é, pois, mais uma vez, sobredeterminado pelo dever, numa clara tentativa de cumprir uma prescrição social prévia, inerente às expectativas do pai e do avô (e, por extensão, da sociedade em que todos eles se inserem).

Nessa perspectiva, podemos dizer que Marcelo não se sente plenamente integrado a esse conjunto de normas e valores, o que o levará, finalmente, a romper com o contrato (social) da heterossexualidade e a assumir um outro contrato consigo mesmo: o da homossexualidade, alimentado pelo querer (que vai se sobrepor ao dever). Porém, ainda nesse momento, ele se encontra num processo, senão de negação, pelo menos de ocultação da homossexualidade, já que ele não rejeita o que sente, apenas tenta escondê-lo do pai e do avô.

Assim, com relação à sua intimidade, Marcelo se permite a experiência homossexual, porém, diante das pressões (manipulação) do destinador maior sociedade, representado nas figuras do pai e do avô (com suas expectativas em relação ao futuro), Marcelo se intimida e busca evidenciar que está em conjunção com os valores da heteronormatividade.

MOMENTO 8

7'35"

A mãe de Marcelo entra em seu quarto para deixar roupas e abre a gaveta do criado-mudo. Ao se deparar com a revista gay que o garoto havia adquirido, mostra-se chocada. O filho a surpreende, e ela se retira do quarto sem nada dizer. O filho, também surpreso com a situação, se cala.

Nesse momento, ocorre a descoberta de algo que, até então, era secreto, o que se faz acompanhar por sentimentos de surpresa, desaprovação e pelo silêncio, que, provavelmente, se relaciona com o sentimento de constrangimento vivido por mãe e filho.

MOMENTO 9

7'53"

O som do galo cantando sinaliza a manhã do dia seguinte. Marcelo está à mesa com o pai, tomando café, enquanto sua mãe lava vasilhas. O pai, que lê o jornal, surpreende-se com uma notícia, que é acompanhada atentamente pelos demais. Marcelo se espanta, demonstrando medo diante do que vê. É quando o espectador tem acesso à imagem do jornal: a palavra gay e uma cruz, junto a uma poça de sangue. Trata-se da morte, provavelmente assassinato, de um homossexual. Somos transportados para os pensamentos de Marcelo, nos quais ele se vê pisoteado pelas pessoas e imagina a sua imagem em lugar da fotografia do jornal. Com os lábios cerrados, o garoto se mostra atormentado com esses pensamentos.

Novamente o tema da homofobia aparece no discurso. Dessa vez, atrelado a seu sentido mais corrente no senso comum: o que compreende a homofobia como uma forma de violência física contra homossexuais, como mostram as figuras associadas à morte, ao assassinato. Essa ocorrência se mostra de suma importância para a sequência da narrativa: ao cogitar a possibilidade de ser aquele homem do jornal, Marcelo não apenas admite ter desejo

por pessoas do mesmo sexo, mas também – e principalmente – passa a se ver como um homossexual. Isso nos mostra uma transformação fundamental do personagem, que se identifica, se filia à identidade gay. Enquanto o desejo relaciona-se estritamente à subjetividade, à intimidade, a identidade relaciona-se à sociabilidade, à forma como queremos nos mostrar e como desejamos ser vistos.

MOMENTO 10

8'20

Marcelo está a caminho da escola e passa, novamente, em frente à banca de revistas. Em um jornal, ele vê uma manchete, juntamente com a imagem de pessoas do mesmo sexo se beijando (inclusive o casal que havia sido expulso do saguão do aeroporto). Quando lê a matéria, o jovem percebe tratar-se de um protesto. Várias pessoas – tanto homens quanto mulheres – aparecem unidos, no aeroporto, para contestar a expulsão do casal. A notícia anima um pouco Marcelo. O garoto caminha pela rua quando vê passar, do outro lado, o jovem que tocava violão. Desta vez, Marcelo vai até ele.

Depois que Marcelo vai ao encontro do jovem, uma trilha sonora animada acompanha a sequência de imagens que nos mostra os dois garotos em diferentes situações: na lanchonete, no cinema, conversando ao telefone, passeando na motocicleta de Marcelo, caminhando pela rua. As imagens e os momentos se repetem, revelando a intensidade da relação (que aumenta) e o tempo que transcorre desde então (que se alonga).

Em um quarto, os dois garotos, enfim, se beijam. O namorado de Marcelo pega um preservativo em cima do criado-mudo e, logo depois, eles se beijam novamente. Os dois se deitam e a imagem deles sai da tela, deixando o espectador pressupor a relação sexual que acontecerá em seguida.

De acordo com o nível narrativo do percurso gerativo de sentido, vemos que Marcelo, que antes era um sujeito virtualizado pelo querer estar em conjunção com outros valores, práticas e comportamentos (no caso, homossexuais), mas que se sentia impedido em função dos valores da sociedade heteronormativa, torna-se um sujeito atualizado (pelo poder e pelo saber-fazer) e, em seguida, realizado pela conjunção com o objeto em que se inscrevem valores correspondentes aos do universo homossexual. Nesse sentido, ele passa a não mais

aceitar a manipulação por intimidação que a norma social (heteronormatividade) exerce, rompendo o contrato prévio, tacitamente estabelecido.

Lembremos o que diz Barros (2002, p.38-39) a respeito da manipulação por intimidação. Segundo a autora, na intimidação, o manipulador mostra poder e age sobre o manipulado, colocando-o em “uma posição de escolha forçada”, ou seja, o sujeito faz o que o manipulador espera que ele faça para não receber os objetos negativos (por exemplo, ameaças) propostos. Porém, a manipulação só será bem sucedida se o manipulado compartilhar com o manipulador os valores nos quais se pauta o contrato fiduciário.

Marcelo já havia se submetido à norma social, marcada pelos valores heteronormativos. Basta relembrarmos sua “exibição” perante o pai e o avô na tentativa de lhes mostrar que correspondia às expectativas por eles (e pela sociedade) construídas. Agora, no entanto, a intimidação não é mais suficiente para provocar o agir heterossexual do sujeito-protagonista. Isso significa que os valores colocados nessa relação contratual já não são mais aceitos (compartilhados) pelo destinatário-Marcelo e que, portanto, esse sujeito não se deixa mais manipular por eles.

MOMENTO 11

10’13”

Marcelo e seu companheiro estão na rua conversando e são olhados fixamente por um garoto que está de passagem e que, em seguida, se junta a outros para comentar a cena presenciada. O fato provoca o riso e o estranhamento dos demais garotos. Em um balão, que surge ilustrando a fala do personagem que viu Marcelo e seu namorado, ambos aparecem com características femininas e dançando, o que reforça o riso dos garotos. Marcelo passa em frente a eles e percebe que comentam e zombam. O seu melhor amigo (o do início da narrativa), que integra o grupo, porém, não ri; apenas o acompanha com o olhar.

Importa-nos enfatizar que o tema da publicização (o de tornar algo público) se faz marcante nesse ponto da narrativa. Além dele, convém destacar o percurso temático-figurativo da homofobia, que se associa ao deboche, ao riso, ao estranhamento, à curiosidade e à vexação. Tudo isso é provocado pelo fato de Marcelo e seu namorado estarem em um espaço público, relacionando-se de uma forma que é interdita pelo sistema heteronormativo. O casal se torna, então, alvo do estranhamento e do deboche dos colegas,

que representam, nesse contexto, os destinadores-julgadores (delegados) da ordem social: eles julgam o fazer de Marcelo e de seu namorado, sancionando-os negativamente, pois os dois jovens não estão exercendo o papel que a prescrição social estabelece para eles.

Observa-se, assim, que a atitude homofóbica dos garotos é fruto da quebra de expectativas que Marcelo e seu namorado provocam, ensejando, portanto, a aversão, manifestada no deboche e no riso. Além disso, lembremos que a eles são associadas características femininas, o que não é socialmente aceito para o gênero masculino. Isso faz deles sujeitos em desconformidade também com as perfórmances de gênero, na perspectiva dos valores heteronormativos vigentes.

Um episódio semelhante acontece quando Marcelo passeia com seu namorado em uma praça, e o lápis animado ressurge para registrar o estranhamento das pessoas, quando os dois se dão as mãos e Marcelo recebe um beijo rosto. Pela ação do lápis, a cabeça dos passantes ganha a forma de grandes olhos vermelhos que fitam o casal espantados, cercado-o de diversos lados.

Mais uma vez, a demonstração da homoafetividade no espaço público (público e central, já que se trata de uma praça) provoca o assombro das pessoas. Os olhos vermelhos figurativizam o tema da vigília social; exercida pelos sujeitos que fazem parte dessa sociedade e que se submetem e/ou aderem ao comportamento que é prescrito pela heteronormatividade. Além disso, eles se tornam “delegados” dessa norma, ajudando a mantê-la e zelando para que ela não seja violada. Os sujeitos se transformam, assim, em parte integrante de toda a engrenagem criada pela sociedade para vigiar e disciplinar os indivíduos, tendo em vista a manutenção da norma. Essa vigília não é exercida, porém, de forma amena, isto é, não se trata de um mero observar. Os olhos grandes e vermelhos traduzem não somente a reprovação, mas também a repulsa; eles representam, em última análise, uma forma de sanção (cognitiva) negativa.

MOMENTO 12

11'20”

Marcelo está na frente de sua casa, e sua mãe o olha da janela enquanto ele se despede do companheiro. O garoto percebe que a mãe o observa e, quando entra em casa, tenta falar

com ela. A mãe, porém, se esquiva e se mostra angustiada. Desse modo, a tentativa de diálogo de Marcelo é frustrada. O silêncio, nesse momento, assinala a clara reprovação da mãe.

A mãe de Marcelo figura no discurso também como uma metonímia da própria sociedade heteronormativa, assim como o pai e os amigos. Ela incorpora os valores hegemônicos, no caso, os da heteronormatividade, e, além disso, como mãe, anseia que seu filho compartilhe esses mesmos valores. Seu silêncio nos leva a supor que há, no texto, uma tentativa de representar o constrangimento. A mãe de Marcelo não se pronuncia; se esquiva, parece mesmo sentir-se acuada diante do filho. O constrangimento é uma paixão que se relaciona, de forma privilegiada, com a desaprovação. No caso da mãe de Marcelo, decorreria da não aceitação da homossexualidade do filho. Na verdade, esse sentimento teria uma dupla razão de ser: a mãe de Marcelo desaprova a homossexualidade dele e, ao mesmo tempo, se sente desaprovada pela sociedade, uma vez que se vê impossibilitada de ser mãe de um filho heterossexual, o que a torna também um sujeito em disjunção com a norma. Assim, a mãe de Marcelo mostra-se um sujeito modalizado pelo querer e pelo não-poder, o que explica a falta que nela se instaura, deflagrando, na sequência narrativa, inúmeras paixões.

Elter (1989),³⁷ discutindo a relação entre norma e racionalidade, afirma que a norma é mantida também pelos sentimentos de vergonha, medo e embaraço, por exemplo, que decorrem da sua violação. Como vimos, as paixões são fortemente reguladas e reguladoras das normas sociais. Ainda de acordo com as reflexões do autor, as normas geralmente são seguidas porque há um interesse da parte dos indivíduos, interesse que, no entanto, pode estar camuflado na crença que subjaz a determinada norma, fazendo com que a adesão a ela se torne até mesmo inconsciente. É o que parece se passar com a mãe de Marcelo, quando se depara com a possibilidade de ter um filho homossexual.

Apesar de vivermos em uma sociedade heteronormativa, não podemos dizer que essa sociedade proíba (explicitamente) a homossexualidade. Nesse sentido, é possível (não é proibido) ser homossexual do mesmo modo que é possível (não é proibido) ser mãe de um homossexual. No entanto, do ponto de vista social, os valores inerentes à heterossexualidade são considerados mais legítimos do que aqueles relacionados à homossexualidade.

Assim, verificamos que os sentimentos de angústia e embaraço da personagem mãe advêm de dois fatores que convergem entre si: a constatação de que seu filho é homossexual

³⁷ Artigo disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_12/rbcs12_05.htm>. Acesso em 05/04/2013.

(ou seja, de que há uma ruptura com uma expectativa mantida por ela) e a identificação do seu “não sucesso” em relação à sociedade, que espera dela um filho heterossexual. Tais sentimentos podem, então, ser tomados como uma espécie de punição (sanção), em virtude do descumprimento da norma socialmente aprovada: a heteronormatividade. Assim, identificamos, no discurso analisado, justamente o que afirma Elster (1989): que as normas se fazem valer também pelas paixões, pelo controle psicológico que exercem sobre o indivíduo. As paixões não são, portanto, fruto apenas da individualidade, mas também – e principalmente – dos valores e regras sociais que o sujeito compartilha, fazendo com que, mesmo inconscientemente, ele busque estar de acordo com esses valores/regras.

No trabalho em que investigou o preconceito e a intolerância no discurso de filhos homossexuais e também de mães de homossexuais, Modesto (2010) considera que o momento da descoberta da homossexualidade pela mãe é marcado por uma profusão de sentimentos que, no seu entender, resultariam de dois valores diferentes (e mesmo contraditórios): o malquerer aos homossexuais e o amor ao filho. Nessa perspectiva, valores e paixões negativos com relação à homossexualidade se chocam com os valores e paixões positivos com relação ao filho.

A mãe de Marcelo parece incorporar essa tensão, vivida e representada no seu silêncio, na sua esquiva, no aparente constrangimento e na evidente reprovação da homossexualidade do filho. Os novos valores assumidos por Marcelo (os da homossexualidade) se chocam com os valores da mãe. Logo, julgamos plausível afirmar que esse conflito de valores, bem como os sentimentos desencadeados pela quebra de contrato de Marcelo com sua mãe (o de ser um filho heterossexual) advêm do que chamamos de homofobia. Essa representação muito se relaciona ao sentido inicialmente atribuído a essa palavra no contexto da psicanálise. Nele, homofobia significa o medo do homossexual, um medo inconsciente, incontrolável, que pode se revelar, inclusive, fisiologicamente (por exemplo, ter os batimentos cardíacos alterados, suar frio, tremer, enrubecer etc, sinais do corpo que remetem à emoção).

Para Borrillo (2010), até mesmo esse medo (subjetivo e inconsciente) da homossexualidade é fruto da cultura heteronormativa, que se impõe aos indivíduos de diversas maneiras, agindo como uma grande força coercitiva. Essa cultura, consolidada ao longo da história, é introjetada em valores que passam, então, a ser incorporados pelos sujeitos. Este parece ser o quadro que a atitude da mãe de Marcelo evoca: a do sujeito que é

nutrido por valores hegemônicos e que deles compartilha de forma profunda e praticamente inconsciente.

MOMENTO 13

11'45"

Marcelo se vê novamente olhado com curiosidade e estranhamento pelas pessoas. Em seu quarto, o garoto é tomado por pensamentos nos quais ele é perseguido pela raiva e pelo descontentamento dos outros, com relação à sua orientação sexual. Os rostos de seu pai, de sua mãe e de amigos aparecem enfurecidos e o perseguem juntamente com o xingamento “gay”.

Mais uma vez temos o tema da homofobia em evidência: no xingamento “gay”, na fúria dos entes queridos, na expressão de raiva. Temos, nesse fragmento, as paixões malevolentes da raiva e da desaprovação, por exemplo, afetando as pessoas que pertencem ao círculo mais próximo de Marcelo: sua família e seus amigos.

Os temas da exclusão e do isolamento parecem, assim, estar também relacionados ao tema da homofobia. Mais precisamente, devemos considerar o tema da alienação familiar. A negação dos familiares e amigos de Marcelo no que se refere à sua opção homossexual evidencia, de certa forma, uma sanção a ele imposta em função da sua “nova” identidade e orientação sexual. Marcelo é sancionado negativamente, já que não correspondeu às expectativas expressas no contrato tácito da heteronormatividade. A sanção, nesse caso, é o distanciamento, a privação das relações afetivas (positivas) que existiam anteriormente à descoberta da homossexualidade.

MOMENTO 14

12'48"

Marcelo lembra-se, com saudade, do seu (ex)melhor amigo e resolve procurá-lo. Durante a conversa, eles falam de relacionamentos. As imagens que surgem para ilustrar a fala do amigo são de garotas, enquanto aquelas que povoam o imaginário de Marcelo são de garotos. Quando Marcelo declara explicitamente sua escolha afetiva e sexual, o amigo se

afasta dele. Marcelo, então, lhe entrega a fotografia dos dois que levava na carteira e vai embora. O jovem olha a fotografia e é tomado pelas lembranças de sua amizade com Marcelo.

Nesse ponto, em que Marcelo revela sua homossexualidade para o amigo de infância, emerge, mais uma vez, o tema do isolamento, da rejeição, da alienação do círculo de amigos, revelando as diversas formas de sanção que são aplicadas ao protagonista. O personagem, ainda que diante do sentimento da falta da amizade e da consciência da negação da família, segue resolutivo na sua escolha. Tudo indica que sua subjetividade, seu sentimento em relação a si próprio e à sua sexualidade estão bem resolvidos, o que implica, afinal, sua autoaceitação. Os confrontos com os quais ele se depara advêm do exterior, das relações sociais e da repressão que elas exercem. Marcelo se torna, então, uma figura positiva, quase “heróica”: ele é destemido, aceita a si próprio, mesmo diante das adversidades que encontra, e se sobressai a elas.

Em outro contexto, Marcelo caminha pela rua contente, carregando uma bandeira do movimento gay (com as cores do arco-íris), quando encontra seu amigo de infância, acompanhado de uma namorada. Nessa situação, ele se sente constrangido e esconde a bandeira atrás de si. O amigo, porém, abre-lhe os braços e o recebe com um abraço. Eles começam a conversar, e as imagens nos mostram o entusiasmo de Marcelo em relação a uma manifestação gay que acontece próximo dali. Marcelo vai ao encontro do seu namorado, levando junto o amigo e a namorada. O amigo de Marcelo olha espantado para o aglomerado de pessoas, mas logo se mostra compreensivo com as diferentes manifestações de afeto que presencia. Verificamos, nesse episódio, uma transformação importante no que tange ao melhor amigo de Marcelo: a princípio ele mostrava-se resistente à homossexualidade, agora ele passa a aceitá-la.

Essa passagem da narrativa nos traz ainda o tema da inclusão identitária. Marcelo se insere no círculo homossexual de forma ativa, participando do movimento gay e vivendo, assim, pública e politicamente sua escolha afetiva e sexual. Revestido pela figura da manifestação gay, encontram-se os temas da reivindicação de direitos e da resistência, o que nos aponta para uma representação política da homossexualidade.

Ao voltar para casa, o jovem é flagrado por seu pai enquanto se despede do namorado. Marcelo entra em casa e inicialmente hesita em falar com o pai, mas acaba relatando o seu relacionamento homossexual. O pai o escuta, não sem demonstrar tristeza. A mãe os surpreende durante a conversa e se mostra evidentemente atormentada: suas bochechas ficam

rosadas, a face angustiada, e ela gesticula intensamente. Temos aí a inscrição mais evidente do sentimento de vergonha expresso pela mãe: as bochechas vermelhas são sinais corporais (emoção) que remetem à essa paixão (vergonha). O pai de Marcelo o toca nos ombros, demonstrando uma aparente solidariedade. Os pais saem da garagem, e o jovem chora.

MOMENTO 15

Marcelo caminha pela rua com seu namorado e encontra seus pais. Ele lhes apresenta o garoto, e os três se cumprimentam educadamente. Ocorre, nessa passagem, um fato que não podemos deixar de destacar: a transformação dos pais de Marcelo. Há, da parte deles, uma aparente resignação/conformação. Ou seja, não foi Marcelo que realizou a performance de (re)aproximação, para reparar uma possível falta instaurada diante da quebra de expectativa dos pais; foram eles próprios que agiram como sujeitos de um “fazer” (pelo menos, cognitivo) de aceitação da escolha do filho. Volta-se, assim, a um estado de equilíbrio, já que os sentimentos negativos relacionados à homossexualidade que sobredeterminavam os pais, aparentemente, deixam de existir.

Esse fato nos mostra como a homossexualidade é ressignificada positivamente no discurso do vídeo. Primeiramente, porque Marcelo só se torna um sujeito realizado, quando se conjunta plenamente (e publicamente) com o objeto-valor identidade homossexual, no qual se inscrevem valores eufóricos, como prazer e satisfação. Em segundo lugar, porque tudo o que se opõe à realização (homossexual) do sujeito é marcado por valores negativos (violência, rejeição e até mesmo as paixões/emoções manifestadas pelos pais e colegas). A homofobia aparece no texto como parte do percurso da sanção, evidenciando como o sujeito que assume o comportamento e a identidade homossexual tem a sua performance avaliada negativamente pelos destinadores-julgadores, que procuram resguardar os valores heteronormativos do destinador-manipulador maior sociedade. Além de ser evidentemente uma sanção, podemos dizer que a homofobia é também, de certa forma, uma nova manipulação, uma tentativa de reverter o fazer do sujeito, levando-o a pautar-se novamente pela normatividade heterossexual. Porém, verificamos, na narrativa em foco, que Marcelo mantém sua escolha, o que nos revela que os valores inerentes a ela se mostram mais fortes do que aqueles ligados à manipulação por intimidação (e à sanção).

Isso fica evidente quando, no fim da narrativa, o protagonista, virando-se para o que seria o “lugar” do espectador, pega o lápis e desenha personagens que encarnam diferentes tipos de relacionamento, hétero e homossexual. Então, ele oferece ao espectador o lápis, que, sustentado por suas mãos, passa para o primeiro plano da cena. Ao tomar o lápis, que até então agia sozinho na narrativa, o garoto se mostra autor da própria história, oferecendo ao espectador (interlocutor) a mesma oportunidade.

3. Retrato discursivo

Nesta parte, conforme foi dito, procuraremos relacionar o discurso às suas condições de produção. Assim, buscaremos tratar da situação de comunicação mais imediata na qual o discurso se inscreve, abordaremos as imagens do enunciador e do enunciatário, estabeleceremos o diálogo do texto com outros textos e com a memória que o funda e trataremos mais detidamente das temáticas que se mostram relevantes para a compreensão e a significação do discurso.

3.1. O enunciador, o enunciatário e o contrato discursivo

Medo de quê? é uma narrativa ficcional que compõe um conjunto de outras narrativas apresentadas em vídeo, cuja linguagem é predominantemente verbo-visual. Ao que tudo indica, esses vídeos iriam compor o chamado Kit “Escola Sem Homofobia”, porém o projeto não se efetivou: conforme expusemos no texto da introdução, o kit foi vetado pela presidente Dilma Rousseff. Para além desse fato, fica evidente que a finalidade do discurso veiculado nessas narrativas é *fazer-saber* e *fazer-fazer*. Mais especificamente, promover um novo saber, já que uma representação e um saber em torno da homossexualidade já existem, porém, de forma predominantemente negativa.

É preciso, portanto, considerar esse quadro situacional no qual o discurso se inscreve, uma vez que ele responderá pelas escolhas linguísticas/enunciativas, imagéticas e discursivas que constituem a materialidade textual. A esse respeito, retomemos alguns elementos importantes acerca da narrativa.

Começamos falando de um recurso expressivo importante: o lápis que surge na tela, não somente desenhando a narrativa, mas também participando dela, chegando mesmo a interagir com os personagens. O lápis se torna a própria metonímia do fazer do autor; ele é um efeito de autoria (se se pode dizer assim). Porém, ele se mostra mais do que isso: não apenas cria, como também figura, algumas vezes, como personagem. Acreditamos que essa escolha acaba por sublimar a voz da instância produtora do discurso, criando a ilusão de que a narrativa se constrói por si mesma, na ponta do lápis que age sozinho, sem alguém ou alguma coisa que o conduza.

Além desse aspecto, destacamos o fato de o filme ser mudo, ou melhor, sem falas verbalizadas pelos personagens (pois há outros recursos sonoros). O acesso aos diálogos, em geral, se dá por meio de balões, cujas imagens ilustram as falas. Cabe, então, ao espectador valer-se de seus conhecimentos linguísticos, discursivos, enciclopédicos etc. para preencher as lacunas textuais e construir o sentido. O fato de os personagens não falarem também colabora para o ocultamento do narrador. A construção de sentidos fica, em última análise, atrelada à leitura que o narratário fará das imagens, isentando o narrador (ou simulando fazê-lo) da responsabilidade sobre aquilo que é narrado. Esse recurso acaba por promover um efeito de impessoalidade, pois o apagamento do narrador, de certa forma, oblitera o próprio enunciador.

A relação narrador/enunciador, instâncias diferentes no discurso – na perspectiva semiótica, o primeiro se encontra no nível narrativo e o segundo, no discursivo – é necessariamente de interdependência. Enquanto o enunciador é uma imagem projetada no texto, evidenciando seus posicionamentos e valores, o narrador, segundo Silva (2006, p.284), “é uma delegação de voz levada a efeito pelo enunciador”. Desse modo, é o narrador que nos ajuda a desvendar o enunciador do texto/discurso, assim como o narratário nos conduz ao enunciatário.

O narratário é uma construção do texto, um “ser textual” ao qual o narrador se dirige, de forma explícita ou não. No caso do nosso objeto de análise, verificamos que há recursos textuais que nos apontam para um narratário que, ao longo do texto, não é implicado de forma direta, ou seja, não participa ativamente da narrativa, mas apenas a acompanha. Vimos, porém, que, no final, o personagem principal Marcelo se dirige ao espectador e lhe oferece o lápis, como se lhe fizesse um convite. Nesse momento, podemos dizer que o narratário se faz presente na narrativa, sendo, inclusive, interpelado por ela.

Vejam também o título do vídeo: *Medo de quê?*. Esse enunciado, essencialmente dialógico, permite-nos fazer algumas considerações. Primeiramente, ele deixa subentendido que o outro está sendo implicado de alguma forma. Podemos afirmar também que há uma projeção da imagem desse outro no que tange à temática abordada no vídeo: trata-se de um interlocutor que tem algum medo relacionado à homossexualidade, haja vista não se tratar de uma pergunta que requer uma resposta (é pergunta retórica). Por fim, há uma avaliação, desde já, do destinatário do discurso com relação ao referente: avalia-se negativamente a atitude de “ter medo”, ou seja, o medo é injustificado, na perspectiva de quem enuncia.

Desse modo, vemos, já no título, uma tomada de posição. Temos projetadas, no texto, a imagem do enunciador e a instância que evidencia o seu ponto de vista, que projeta seus valores, no caso, a defesa da homossexualidade e o combate à homofobia. Através de um jogo de imagens, temos também acesso ao enunciatário projetado no texto: uma instância, cujos valores divergem da perspectiva adotada pelo enunciador no que tange à temática da homossexualidade. Daí a comunicação ser pautada no desejo de alterar o ponto de vista do enunciatário, ponto de vista esse que já é antecipadamente conhecido. Ora, se há um “tu” (o jovem escolar) a quem o texto se destina, ele não deixa de ser um sujeito que compartilha com muitos outros os valores inerentes à conjuntura sócio-histórica-ideológica da atualidade. Isso nos leva a afirmar que o jovem escolar é o enunciatário maior do discurso, mas que há outros enunciatários (professores, orientadores escolares, pais etc) igualmente importantes, cujas posições são interpeladas pela pergunta-título.

Narrador e narratário seriam, então, instâncias que atuam sob a orientação do enunciador (e do enunciatário). Por essa razão, afirmamos que a metonímia do lápis que narra a história promove não apenas o apagamento do narrador (quem é esse ser que narra?), como também oblitera o enunciador, ajudando a promover, assim, uma relação menos marcada pela autoridade, como é o caso da relação didático-pedagógica na qual esse vídeo, pelo menos em princípio, estaria inscrito (tendo em vista suas finalidades). Mais do que isso, cria-se quase um tom amistoso: vejamos que Marcelo, no final da história, se vira para o espectador, relacionando-se com ele, convidando-o para uma ação: a de tomar o lápis e se tornar autor da própria história, como ele o faz.

A linguagem da animação utilizada para a tessitura do texto é algo também relevante para nos ajudar a apreender o enunciatário maior. Conforme sabemos, a animação é um gênero afeito ao público infanto-juvenil. Logo, certamente esse recurso, que promove o

lúdico, ajuda a tornar a experiência de “leitura” do texto mais prazerosa. Trata-se, pois, de algo que implica “consumo de discursos”: perspectivas ideológicas, valores, que, pelo filtro da animação, tornam-se mais facilmente “digeríveis”.

Por meio do contrato ficcional, o discurso dependerá sobremaneira da atividade de interpretação do sujeito-leitor para que se faça falar. Vejamos: o discurso está lá, inscrito, porém, de forma diferente do que se se tratasse de um texto meramente referencial ou com função utilitária, como prefere Fiorin (2008). Precisar, pois, de forma mais contundente, da experiência leitora, intelectual e mesmo estética, para que comunique. Afinal, há muitas coisas não ditas ou ditas nas entrelinhas que devem ser resgatadas. O contrato ficcional, desse modo, também ajuda a atenuar a presença e a responsabilidade do enunciador no que diz respeito ao que é posto no discurso.

3.2 O percurso passional e as imagens da homofobia

O percurso passional não pode ser desprezado nas considerações acerca do discurso que se manifesta nessa narrativa. As paixões, na perspectiva da semiótica greimasiana, são definidas, por Barros (2002, p. 61) como “(...) efeitos de sentido de qualificações modais que modificam o sujeito.”. Segundo explicam Lara & Matte (2009, p. 58), inspiradas na autora, é o sujeito de estado que sofre estados passionais (que, frequentemente, se articulam em percursos). Pode, porém, ocorrer que esse sujeito de estado “emerja” como sujeito de fazer no sentido de reparar uma falta que sofreu pela ação de outrem, o significa que o sujeito que sofreu a falta é também aquele que agirá no sentido de reparar essa falta. Em outras palavras: um mesmo ator (do nível discursivo) sincretizaria esses dois papéis actanciais.

Pudemos verificar que tanto o pai quanto a mãe de Marcelo se frustram diante da escolha do filho. O pai nutria expectativas em total conformidade com os valores da sociedade heteronormativa; a mãe, que partilha também desses valores, os exprime através das manifestações do seu estado de alma, marcado pelo silêncio e pela inquietação. O pai e a mãe não querem que o filho seja homossexual. A partir da legitimidade do contrato existente com a sociedade e com a cultura heteronormativa, havia se estabelecido entre pais e filho um contrato fiduciário, uma relação de confiança. Nesse caso, como diz Barros (2002, p. 64), “o sujeito de estado pensa poder contar com o sujeito do fazer para realizar suas esperanças ou

direitos, ou seja, atribui ao sujeito do fazer um /dever-fazer/". Os pais de Marcelo, enquanto sujeitos de estado, creem que o contrato foi estabelecido com o filho e esperam dele (filho) o seu cumprimento.

Diante do rompimento de Marcelo com o contrato proposto, o que se observa é uma sucessão de transformações que alteram o estado de alma do sujeito de estado (pais), o que resulta na insatisfação, na decepção, que se estendem ocasionando novas paixões, tais como a vergonha e o constrangimento da mãe, a tristeza do pai e até a aparente compaixão que ele também demonstra. Ainda de acordo com Barros (2002), a insatisfação e a decepção são decorrentes do sentimento de falta, da quebra de confiança. Os pais de Marcelo eram, a partir do contrato fiduciário, modalizados pelo querer-ser (pais de um filho heterossexual), mas percebem a não possibilidade (não-poder-ser), o que gera a decepção, já que o contrato não foi cumprido pelo filho, um dever-fazer inerente à relação de fúcia. Chega-se, então, ao saber-não-poder-ser.

Além das paixões negativas, manifestadas pelos pais, pelos amigos de Marcelo e também pela sociedade, devemos atentar também para as paixões positivas. Se as paixões negativas resultam da não aceitação da homossexualidade pelas várias instâncias envolvidas, as paixões positivas, por sua vez, advêm justamente da aceitação. Primeiramente da conjunção de Marcelo com a identidade e o prazer homossexual resultam paixões como: satisfação, bem-querer, amor e felicidade. Temos também, num outro nível, as paixões resultantes da aceitação do amigo e da provável conformação dos pais, que, no entanto, só ocorrem na parte final da narrativa. Da aceitação do amigo, resulta a paixão do bem-querer; da conformação dos pais, a resignação. Todas elas nos deixam pressupor uma automanipulação que esses sujeitos realizam, para se ajustarem à nova identidade de Marcelo. Isso permite considerar uma sobreposição de contratos: o contrato da amizade e da paternidade/maternidade é sobreposto ao contrato social maior (o heteronormativo), o que vai levar, enfim, à liquidação da falta dos sujeitos de estado, operada por eles mesmos (enquanto sujeitos de fazer que emergem exatamente em função da situação de falta).

Podemos dizer, a partir do exame da relação dos sujeitos com os objetos-valor – que, nesse caso, conduzem ao percurso passional inscrito no discurso –, que as paixões negativas representam, significam a homofobia, pois todas elas decorrem justamente da negação da homossexualidade, manifestando-se como parte de um percurso da sanção relativo ao não cumprimento por um dado sujeito (no caso, Marcelo) do contrato de heterossexualidade.

Conforme já expusemos, a homofobia tem sido caracterizada como qualquer tipo de negação da homossexualidade, que se dá justamente pelo reconhecimento e pela avaliação negativa da performance do sujeito homossexual, tendo em vista os valores hegemônicos da heteronormatividade no contexto social mais amplo. No caso específico da paixão da decepção, vemos um sujeito insatisfeito com o outro – o descumpridor do contrato ou do “simulacro” de contrato instaurado entre eles –, um sujeito, no caso, homofóbico, que pode vir a sofrer ou não outras paixões.

De acordo com Barros (2002, p.65), a insatisfação e/ou a decepção que não necessariamente levam à liquidação da falta, podem definir três grupos de paixões: amargura ou mágoa; decepção ou desilusão; frustração ou tristeza. Já paixões como a cólera e o rancor, são exemplos de insatisfação e/ou decepção que “geram um programa narrativo de liquidação da falta” (BARROS, 2012, p. 65). No primeiro grupo de paixões, o sujeito de estado pode acabar por se resignar e/ou se conformar. Já no segundo tipo, as de liquidação da falta, o sujeito, emergindo como um sujeito de fazer, pode realizar um programa narrativo (uma performance) no intuito de repará-la. Nesse caso, ele é modalizado, inicialmente, por um querer-fazer, via de regra, hostil, com relação ao sujeito causador dessa falta.

Considerando que Marcelo é tomado pelos sujeitos pais, amigos e sociedade em geral, na primeira parte da história, como responsável por uma falta (instaurada pelo descumprimento do contrato heteronormativo estabelecido com o destinador-manipulador sociedade), ele gera sentimentos malevolentes (homofóbicos), que, vistos de uma outra perspectiva, funcionam também como uma espécie de sanção em relação a esse fazer anterior (quebra do contrato), considerado inadequado e mesmo nocivo. Lembremos que a sanção pode ser cognitiva (reconhecimento) e/ou pragmática (retribuição ou castigo). A sanção cognitiva ocorre quando as pessoas reconhecem casais homossexuais na rua e apontam para eles, cochicham e riem deles; a pragmática, quando ocorre agressão (por exemplo, a expulsão do casal homossexual do saguão do aeroporto) ou morte (o assassinato noticiado no jornal que o pai de Marcelo lê). Em todas essas cenas observamos personagens que exercem mais de um papel actancial: além de destinadores-julgadores, são, muitas vezes, sujeitos (de estado) que, “transformados” em sujeitos de fazer, agem para reparar a falta, que se dá quando algo “ameaça” a hegemonia heteronormativa.

No que se refere a Marcelo, importa-nos destacar que a homofobia representada pelos comportamentos/sentimentos daqueles que pertencem ao seu círculo mais íntimo é diferente

daquela manifestada pela sociedade em geral. Enquanto a primeira se dá no âmbito do espaço privado, a segunda ocorre no espaço público. Verificamos que as manifestações da homofobia mostraram-se diferentes quando ela aconteceu no espaço público (o aeroporto, a rua, a praça) de quando ela se deu no espaço privado (o quarto). A sua origem, porém, é a mesma: o quadro de valores heteronormativos.

No círculo mais próximo do sujeito homossexual, os indivíduos homofóbicos tendem a apresentar a aversão à homossexualidade, porém não necessariamente punindo pragmaticamente o homossexual, ou seja, manifestando mais emocionalmente do que pragmaticamente a não aceitação da homossexualidade (afinal, sentimentos como amor paterno, amizade etc tendem a minimizar a sanção). Por outro lado, o espaço público é, com frequência, onde vemos sanções de ordem mais pragmática, que resultam em violência física, morte e segregação, por exemplo. A diferença, portanto, não consiste na presença da homofobia no espaço externo/público e na sua ausência no espaço privado, mas sim em manifestações diferentes dela em um e outro espaço. Desse modo, fica patente que a homofobia não se caracteriza necessariamente pela existência de uma ação intolerante contra o homossexual, mas sim pela negação da homossexualidade, cuja expressão primeira parece ser afetiva (passional).

3.3. O percurso narrativo de um herói e a representação da homossexualidade

O vídeo analisado, como já foi dito, pertence ao gênero animação. Verificamos que ele apresenta uma narrativa linear, na qual apreendemos o estado inicial, a transformação e o estado final do sujeito homossexual. Todos esses estados estão logicamente encadeados na sequência da narrativa. Assim, são identificáveis no texto os três percursos do esquema narrativo canônico, com seus programas narrativos correspondentes: o percurso da manipulação (PN de manipulação), o percurso da ação (PNs de competência e performance), e o percurso da sanção (PN de sanção).

Vamos considerar esses percursos a partir do ponto de vista de Marcelo, personagem central da narrativa, levando em conta aqui, sobretudo, seu processo de “transformação” em homossexual. Verificamos que o jovem parece ser manipulado pelo seu próprio estado de alma eufórico, decorrente do encontro com o jovem que tocava violão. Assim, trata-se de um

sujeito automanipulado. Para entrar em conjunção com o objeto-valor, a relação homossexual, Marcelo age, primeiramente, na sua intimidade – a compra da revista erótica pode ser vista como a primeira ação mais pragmática de Marcelo no sentido de se conjuntar com o seu novo objeto-valor –, e, posteriormente, abordando o jovem pelo qual se encantara, começando, então, um relacionamento. Nesse sentido, podemos dizer que há vários programas de uso que contribuem para que Marcelo chegue, enfim, à sua performance como sujeito homossexual pleno (a de estabelecer publicamente um relacionamento – um namoro – com alguém do mesmo sexo). A competência de Marcelo se instaura quando ele assume o desejo homossexual, sentido, mas até então não vivenciado de fato. Ao se assumir homossexual e negar a antiga condição heterossexual, o jovem adquire a competência para o seu agir: além de querer-ser homossexual (manipulação), ele sabe e pode tornar-se um, apesar de dever não fazê-lo (interdição social).

O garoto, que, num primeiro momento, é manipulado por intimidação pela sociedade, pela sua família e amigos, passa a não mais aceitar a manipulação, recusando o contrato com a heterossexualidade. Marcelo realiza a performance de ir ao encontro do jovem pelo qual se interessara e de viver uma relação afetiva e sexual com ele. A reprovação que ele encontra dentro e fora de casa não é suficiente para impedi-lo de se conjuntar com o objeto-valor relação homossexual. Assim, apesar de continuar sendo sancionado negativamente pelo destinador-julgador sociedade, Marcelo, no fim das contas, considerando a sua realização (a conjunção com o objeto-valor), é (auto)sancionado positivamente, pois realiza-se como homossexual, sentindo nisso alegria e prazer.

No que se refere às características do protagonista, verificamos que ele é dotado de muitos atributos positivos, chegando mesmo a inserir-se no protótipo do bom jovem. Lembremos que, ao sermos “apresentados” a Marcelo (início da narrativa), vemos que ele é um jovem que tem sólidas (e saudáveis) relações familiares e de amizade, que gosta de coisas típicas de meninos, tais como futebol e moto, que tem relações heterossexuais, que frequenta a escola, enfim, que corresponde às expectativas que a sociedade nutre em relação a um jovem do sexo masculino. Além disso, como vamos constatando ao longo da história, trata-se de um garoto obstinado em relação ao que deseja, não se detendo perante os muitos obstáculos que encontra quando decide assumir-se homossexual. É relevante frisarmos que Marcelo, após viver a transformação principal da narrativa (assumir-se homossexual), encontra-se, no estágio final filiado praticamente aos mesmos valores que tinha no início. Melhor dizendo, Marcelo rompe com a heteronormatividade para assumir a

homossexualidade, mas não com a normatividade. Ele continua inscrito no conjunto de normas sociais, desvinculando-se apenas de uma delas: a que estabelece e legitima apenas a heterossexualidade como comportamento e identidades legítimos, ou seja, a heteronormatividade.

É por meio dessa inserção na normatividade que Marcelo veicula uma imagem de homossexualidade distante dos estereótipos e do senso comum – por exemplo, aquelas que a associam à efeminação ou a situações-problema. Nesse sentido, a composição de Marcelo não corresponde em nada ao tom caricatural que acompanha, com muita frequência, as representações da homossexualidade. Também não nos vemos diante de um personagem infeliz, atormentado por suas próprias dúvidas, diferentemente do que nos revelam algumas das diversas histórias de jovens homossexuais relatadas por Modesto (2010) em sua pesquisa.

Mais do que isso: a trajetória de Marcelo em busca da conjunção com o objeto-valor identidade homossexual permite considerar que ele tem características que o aproximam de um herói. Matos (1995) afirma que os heróis são ícones de superação e que são dotados de talentos que os levam a vencer as adversidades. A autora (*op.cit.* p.85), citando Rank, afirma que o herói “(...) é aquele que entra no perigo, pois só assim conquista o seu ser. *Nada* seria se se furtasse a ele” (grifo do original). Em outras palavras: o herói identifica e assume os riscos, pois a superação deles o colocará em uma nova condição.

Marcelo, assim como os heróis, tem qualidades positivas: é dotado de coragem (desafia uma ordem pré-estabelecida), supera as dificuldades que se impõem a ele e, por isso, alcança a vitória. Como sabemos, a figura do herói é muito presente e atrelada no/ao universo infanto-juvenil. As narrativas voltadas para crianças e jovens são fartas de personagens heróicos que vencem obstáculos que, muitas vezes, se assemelham aos que são vividos pelos leitores (crianças e adolescentes).

Considerando a relação que um texto estabelece com outros textos (intertextualidade), chegamos facilmente à relação do nosso objeto de análise com os contos de fadas. Para atestar esse diálogo entre textos, retomemos as considerações de Propp (2006), autor que procurou descrever o que seriam as invariantes do conto maravilhoso russo. Propp chegou a trinta e uma funções, que corresponderiam à “espinha dorsal” dessas narrativas. Não citaremos todas essas funções aqui; apenas nos deteremos na síntese delas para conhecer um herói à moda dos contos de fadas. O autor russo afirma que o herói é, geralmente, um transgressor, pois enfrenta uma proibição prévia. É, além disso, submetido a provas e adquire meios de superá-

las (muita vezes, meios mágicos). Confronta-se com o antagonista e o vence, recebendo o reconhecimento positivo por sua performance.

O estudo de Propp serviu, inclusive, de subsídio para que a semiótica greimasiana, propusesse os quatro programas narrativos – manipulação, competência, performance e sanção – que, reunidos em percursos – da manipulação, da ação e da sanção –, inscrevem-se no chamado “esquema narrativo canônico”. O herói, nessa perspectiva, é um sujeito levado a agir por meio da manipulação (querer e/ou dever fazer), que adquire competência (poder e saber fazer) e realiza um fazer performativo, que é sancionado (positivamente), tal como demonstramos na descrição da trajetória de Marcelo.

Chauí (1984), abordando os contos de fadas, volta a sua atenção para a infância, compreendendo que esse gênero atua como uma das formas de controle da sexualidade, ajudando a moralizar as crianças. No entender da autora, trata-se de um mecanismo de repressão sexual. Para Chauí (1984, p. 41), “os contos de fadas, tais como os conhecemos, são resultado de muitas reelaborações da sociedade europeia fixadas nos séculos XVIII e XIX, carregando as concepções desse século sobre a sexualidade (e sobre outras coisas também)”.

A autora volta a clássicos como *Branca de Neve*, *A Bela Adormecida*, *João e Maria*, *Chapeuzinho Vermelho*, *Gata Borralheira*, *A Bela e a Fera*, por exemplo, para mostrar como diversas formas de simbolização do sexo se fazem presentes nas narrativas e como isso evidencia a construção da repressão sexual existente na sociedade. O tom pedagógico dos contos de fadas corrobora a leitura da autora. Sabemos que esse gênero literário tem como uma de suas características discursivas o fazer saber/fazer fazer.

Chauí, em seu estudo, divide os contos de fadas em dois tipos: os que “asseguram à criança o retorno à casa e ao amor dos familiares, depois de aventuras em que se perdeu tanto por desobediência quanto por necessidade”, e os que mostram “ser chegada a hora da partida”, o que é visto como bom, desejável e definitivo (CHAUÍ, 1984, p.33-34).

A partir dessa distinção, a autora classifica os contos em *contos de retorno* e *contos de partida*. Como vimos na citação, nos primeiros temos a volta da criança/do adolescente para casa; nos segundos, sua saída, geralmente marcada por uma transformação, uma mudança que indica maturação.

Além dos contos de fadas conhecidos, a autora propõe a existência de uma literatura tida como mais realista, que, como tal, procura aproximar a criança de um mundo mais real,

menos submetido à fantasia. Chauí (1984) cita, como exemplo, as obras *Macunaíma* e *Sítio do Pica Pau Amarelo*, nas quais os personagens não são tão lineares quanto os dos contos de fadas, apresentando características como astúcia, esperteza e chegando mesmo a serem transgressores em determinados aspectos. Podemos dizer que os personagens dessa literatura mais realista são mais autossuficientes, mais autônomos, em relação aos personagens dos contos de fadas infantis.

Marcelo, nosso personagem, é construído a partir de características que estão recorrentemente presentes nos heróis dos contos de fadas: é bom, corajoso, compartilha dos valores sociais (negando apenas um deles), inscreve-se nos padrões, é, enfim, um jovem virtuoso. Ele burla uma prescrição (como de praxe fazem os personagens dos contos infanto-juvenis), mas esse processo se torna crucial para que ele alcance o estatuto de herói (herói que é herói corre perigo; sem este ele não existiria). Marcelo realiza sua performance e, ao se conjuntar com os valores inscritos na identidade homossexual, encontra o prazer, a felicidade, o amor e até a autonomia (ele escreve a própria história, conforme vimos no final da narrativa). A narrativa do vídeo *Medo de quê?* se identifica ainda com o que Chauí chama de *contos de partida*, nos quais o personagem deixa sua casa (ou a condição anterior), de forma definitiva, indo para outro “patamar”, geralmente decorrente da sua maturação. Marcelo, ao alcançar a autonomia, chega a outro lugar: o de um sujeito resolvido, em plena sintonia com sua condição homossexual. Esse estado de Marcelo ameniza os conflitos anteriores (tensão), o que o leva a um relaxamento, mostrando-nos quão positivamente sua performance é avaliada no conjunto da narrativa.

O diálogo intertextual da narrativa do vídeo *Medo de quê?* com os contos de fadas, além de favorecer a interpretação do texto pelo leitor implícito, já que se ancora no que seria a rede de memória do sujeito-aluno, funciona como promotor da persuasão, do fazer-creer no discurso. Paralelamente a esse processo, verificamos também a inserção de um elemento novo num domínio que, considerando nosso sistema de crenças pautado na heteronormatividade, o nega; trata-se de um personagem homossexual figurando como herói.

Temos, evidentemente, a instauração de um novo sentido que rompe com uma rede de sentidos preestabelecidos. Sobre essa questão, vale à pena recorrermos à Orlandi (1988) quando ela aborda os processos parafrástico e polissêmico de construção do sentido, articulados, respectivamente, às noções de produtividade e criatividade:

A produtividade se dá pela obtenção de elementos variados através de operações que são sempre as mesmas (...) que procuram manter o dizível no mesmo espaço do que já está instituído (...); a criatividade instaura o diferente na linguagem na medida em que o uso pode romper com o processo de produção dominante de sentidos (...). (ORLANDI,1988, p.20).

Ou seja, o processo parafrástico diz respeito à reiteração de sentidos, à filiação aos sentidos já construídos; o polissêmico, à inauguração de novos sentidos, à ruptura com sentidos prévios. Ainda segundo as reflexões da autora, o processo polissêmico existe na tensão entre polissemia e paráfrase, ou seja, na tensão entre sentidos já-ditos e novos sentidos. Em outras palavras, conforme sabemos, nenhum discurso é efetivamente “origem” de algo. Todo discurso se relaciona com outros discursos e isso se evidencia na própria memória discursiva, amparo necessário para que o sujeito construa sentidos. O discurso, no entanto, pode manter-se filiado a sentidos já construídos, como pode romper com eles, o que caracteriza os discursos polissêmicos.

O fato de haver uma ruptura com uma perspectiva de sentido já dada não significa que não haja, no discurso polissêmico, elementos que o conectam, necessariamente, a uma memória discursiva. O que evidenciará se se trata de paráfrase ou polissemia é o sentido último do discurso, a apreensão daquilo que ele deseja significar: se esse sentido último se encontra ou não no horizonte de expectativas dos já-ditos.

Um personagem ancorado numa imagem prototípica de herói, a recorrência às narrativas que tradicionalmente remetem ao universo infanto-juvenil, a construção do protagonista em consonância com o que podemos chamar de bons valores sociais (ter sólidas relações familiares e de amizade, ir à escola, gostar de esportes tipicamente masculinos etc) nada mais faz do que reiterar a norma, constituindo-se como uma grande rede de sentidos já conhecidos que, inclusive, remetem ao tema da tradição. São elementos não somente conhecidos como também axiologizados positivamente. Quando a homossexualidade se inscreve no discurso por meio deles, ela não deixa de “usufruir” da sua legitimidade. Esses sentidos já dados e aceitos pela sociedade ajudam a promover a positividade da homossexualidade no discurso em foco, fato que resulta na sua re-apresentação, opondo-se a uma apresentação já existente: as imagens negativas associadas à homossexualidade.

BONECA NA MOCHILA

1. Sinopse



Trata-se de uma ficção, de acordo com os produtores, baseada em fatos reais, que narra a angústia de uma mãe, após receber um telefonema solicitando sua presença na escola de seu filho para resolver um problema: ele havia sido flagrado com uma boneca em sua mochila. Esse “estranho” fato causará uma intensa repercussão nos agentes escolares, chegando o caso a ser levado para um programa de rádio. A mãe do menino, que não é identificado, põe-se a caminho da escola e, para isso,

pega um táxi. O trajeto é marcado pelo desabafo da mãe com o taxista e pelo programa de rádio ouvido por ambos. O programa aborda a temática da diversidade sexual e da identidade de gênero, trazendo os posicionamentos de diversos especialistas e contando também com a participação dos ouvintes. Nele, é apresentado o problema que ocorreu na escola. A fala dos profissionais paulatinamente ajuda a elucidar a questão das relações de gênero, por meio da desconstrução da rigidez prescrita pelos valores heteronormativos, o que vai construindo um novo saber para mãe e para o taxista. No fim da narrativa, a personagem angustiada cede lugar a uma mãe resolvida e, de certa forma, aliviada, que sobe animada e apressadamente as escadas da escola.

2. Descrição e análise da narrativa

MOMENTO 1

0'31"

No início da narrativa, vemos (por meio da técnica do *close*) uma mão que coloca um telefone antigo no gancho. Logo após, no espaço externo da casa, a câmera focaliza uma mulher saindo apressadamente. Saberemos, em seguida, que se trata de uma mãe; ela está aparentemente inquieta enquanto aguarda a chegada de um táxi. Traja roupa simples, o que nos permite concluir tratar-se de uma mulher humilde. Ela exclama sozinha: “Pobrezinho do meu filhinho, sempre tão sozinho.”.

Desde esse primeiro momento, verificamos que a narrativa se passa num tempo anterior ao atual, uma vez que a caracterização do cenário inclui objetos antigos: haja vista o telefone e o modelo do táxi, por exemplo. É nesse contexto que se desenrolará a trama vivida por uma mãe, protagonista, que se encontra visivelmente aflita porque foi chamada à escola do filho. Essa mãe emite uma avaliação (um saber) a respeito de seu filho: ele é pobrezinho, ele está sempre sozinho. Trata-se de uma imagem inferiorizada que o uso dos diminutivos *pobrezinho* e *filhinho* e do adjetivo *sozinho* ajudam a construir. Esses itens lexicais indicam tanto expressão de afeto (o sentimento de dó, por exemplo), quanto uma apreciação que não é positiva. Já aí podemos constatar que o filho se encontra em disjunção com algo (há uma falta) relacionado às expectativas e aos valores da mãe.

MOMENTO 2

1'23"

O táxi surge e a mãe entra no carro. O taxista está ouvindo um programa de rádio. Sentada no banco de trás, ela fala sozinha: “Coitadinho do meu menino, tinha que acontecer com aquele professor de judô? [levando a mão à cabeça]. Justamente com o professor de judô? [gesticula]. O meu menino nunca gostou mesmo da aula de judô!”.

O rádio narra uma notícia: “Estamos aqui no 14º distrito que acabou de receber um chamado bastante interessante, uma escola solicitando uma viatura. Parece que um menino de

seis anos foi pego no banheiro com outro menino, fazendo-se, sabe-se lá o quê. São essas informações que se tem por aqui, Mauro Maurício.”. Segue o diálogo:

Mãe: “É o programa do Mauro Maurício, aumenta, aumenta!”

[No programa, o radialista abre espaço para a fala de um médico psiquiatra].

Radialista:“(...) Dr. Ronaldo, parece que a gente tem um caso de troca-troca de verdade, não é mesmo? O senhor não acha um exagero chamar a polícia? Se trata apenas de uma criança de 6 anos, não é, Dr. Ronaldo?”.

Médico: “Com certeza é um exagero, porque o troca-troca nessa idade, entre dois meninos, só expressa o desejo que eles têm de descobrir o seu corpo e o corpo do outro. Na realidade, durante toda a nossa educação nós ficamos proibidos de tocar os nossos genitais, de descobri-los, e isso faz com que a criança tenha o desejo e a necessidade de descobrir a sensualidade que existe no toque dos seus genitais. Na realidade, os olhos de adulto é que veem sexo onde não existe; o sexo na nossa vida só vai ser despertado durante a adolescência. Antes disso, o desejo é mais de conhecer do que de propriamente de ter um relacionamento sexual”.

[No carro, a mãe e o taxista ouvem o programa. O taxista, diante do que foi dito pelo médico emite um posicionamento, demonstrando-se sua aversão diante do acontecimento:]

Taxista: “Já pensou que triste dona, você tem um filho, bota a esperança nele e depois descobre que ele já é boiola desde pequenininho. Deve ser horrível, né dona, deve ser horrível! Sabe, acho que um pai quer assim, ter um filho jogador do Corinthians, por exemplo, que ganhasse muito dinheiro, já pensou, dona?! Já pensou, ser o pai do presidente da república, a senhora já pensou” [dá gargalhada] [a mãe mostra-se claramente aflita]. O taxista continua: “Deve ser um orgulho danado, né, e o pai do Pelé então (...), pai do Pelé! Agora, um filho boiola, dona, não dá né .”

A mãe rói as unhas, expressando corporalmente toda a angústia que sente quando ouve a fala do taxista. Nesse sentido, vale retomar, com Lara & Matte (2009, p. 58-62), a distinção entre *emoção* e *paixão*. Para as autoras, a emoção implica um corpo que sente, enquanto a paixão não é física, mas uma “interpretação cultural das perturbações corporais perceptíveis, uma moralização social sobre um fazer individual”. Assim, a “emoção é o que torna a paixão perceptível porque é o próprio aflorar do corpo que sente (*op. cit.*, p. 60). É isso que nos permite nomear como angústia o ato de roer unhas da mãe.

É importante destacar que o acontecimento ocorrido na escola e a forma como ele foi abordado já apontam para uma representação da heteronormatividade. Isso porque o

comportamento das duas crianças instaurou um grande mal-estar e, mais do que isso, indicou uma transgressão que extrapola os domínios da escola, requerendo, inclusive, intervenção policial. Como sabemos, a figura da polícia recobre temas como repressão e disciplinarização, o que nos permite constatar que o ato dos dois garotos foi considerado algo totalmente avesso à ordem, até mesmo criminoso. A sexualidade, nesse sentido, foi totalmente reprimida por não estar ancorada nos valores heteronormativos, daí ser considerada uma grande ameaça. A sexualidade “fora do padrão” é semitiozada, portanto, como uma desordem, uma ameaça, uma transgressão.

No entanto, ao ser confrontado, no programa de rádio, com a fala do especialista, o fato é elucidado e, conseqüentemente, coloca a postura da escola como completamente equivocada. O personagem psiquiatra inscreve no discurso a figura da autoridade médica/científica, que evoca os temas da autoridade, da legitimidade e do conhecimento. Assim, quando desautoriza a forma como o acontecimento foi conduzido pela escola, o médico acaba por nos revelar uma instituição obsoleta, autoritária e despreparada para lidar com questões da sexualidade. Sua fala, por outro lado, é legítima e pautada na verdade, uma vez que é aferida pela ciência. Se a escola é obsoleta no quesito sexualidade, o médico é moderno; se a escola evidencia a ignorância, o médico apresenta um saber. Desse modo, a figura do médico e sua fala são elementos marcados positivamente no discurso, ao passo que a figura da escola é tomada de forma negativa.

O taxista, como pudemos ver, não se deixa influenciar pelo pronunciamento do médico, mesmo diante da autoridade profissional deste. Ele e a mãe representam uma perspectiva, de certa forma, semelhante à da escola, isto é, uma perspectiva heteronormativa no que diz respeito à compreensão da sexualidade de modo geral. Podemos dizer que eles são metonímias da *vox populi*; o que significa que, em suas vozes, ecoam ditos amplamente veiculado no/pelo discurso do senso comum e constituintes do nosso imaginário.

Tudo indica que a mãe conhece as razões de sua aflição: ela provavelmente sabe que determinados comportamentos do filho o distanciam da (hetero)normatividade no que diz respeito à incorporação de valores, práticas e discursos condizentes com a identidade masculina. A figura do judô, que surge na teia do discurso, remete à representação do masculino, pois se trata de um esporte, não restrito, mas majoritariamente praticado por indivíduos desse sexo. O filho não gosta do esporte e, por isso, não se encontraria em conjunção com a identidade masculina, como a mãe nos deixa apreender. Tal fato se

configura como um problema, porque revela para a mãe que as expectativas sociais em relação aos meninos não são totalmente alcançadas por seu filho. A disjunção do filho com o objeto-valor prática esportiva masculina (figura do judô) significará, na perspectiva heteronormativa, sistema de valores com o qual a mãe comunga, a exclusão de seu filho da norma, implicando sanções para ele (pobrezinho, fica sempre sozinho) e para ela (que se encontra aflita e se sente no dever de ter um filho inserido no universo masculino).

O taxista, que incorpora valores relativos à identidade masculina, condizente com a heteronormatividade, também nos mostra como essa ideologia se impõe como norma. As figuras do jogador do Corinthians e de Pelé constroem o percurso do futebol, inserindo-nos no imaginário em torno dessa prática esportiva, muito vinculada ao universo masculino, e, por isso, associada à virilidade, à força e à resistência física (atributos atléticos que se incorporam às representações mais estereotipadas da masculinidade). A figura do presidente da república, por sua vez, recobre o tema do reconhecimento e do poder político, além de estar associada à masculinidade porque se trata de um cargo (até bem recentemente) ocupado apenas por homens no contexto brasileiro (e mesmo em grande parte do cenário mundial).

A masculinidade, ao ser representada por meio das figuras do esporte (futebol e judô) e também do presidente da república, acaba agregando a ela valores como: virilidade, força, dinheiro, fama, vigor e poder. A identidade masculina, desse modo, implica também uma série de requisitos, tais como: a gestualidade, a compleição corporal, o comportamento e os gostos considerados “normais” para o indivíduo do sexo masculino. Nota-se que aqui se projeta no discurso um sistema estereotipado de crenças, que é utilizado para semantizar a identidade masculina. Esse padrão cristalizado de masculinidade é que será confrontado com o comportamento do garoto (cuja mãe está no táxi), de forma a verificar se ali se reconhece um sujeito masculino ou não.

Sabemos que existe um padrão, inclusive estético, atribuído à masculinidade e à feminilidade. As imagens cristalizadas integrantes desse padrão é que funcionam como critérios para distinguir e classificar um gênero e outro. O chamamento para o discurso de um conjunto de estereótipos da masculinidade – que dizem, por exemplo, que meninos/homens gostam de esportes (como judô e futebol) e que eles são fortes e afeitos à luta – aponta para o senso comum, para o conhecimento amplamente difundido na/pela sociedade e facilmente absorvido por seus integrantes, que funciona de modo a cercear cada gênero, colocando-o em

seu devido lugar e determinando-lhe o(s) papel(is). Esses lugares e papéis são rigidamente estabelecidos e se mostram, tradicionalmente, pouco alteráveis.

A mãe e o taxista são representantes – um feminino e o outro masculino – desse discurso do senso comum, como já apontamos. A todo momento, eles enunciam já-ditos que se encontram cristalizados em nossa sociedade e que se constituem como “verdades” no que diz respeito à relação sexo/gênero e orientação sexual. Assim, podemos dizer que há, no discurso, também uma representação estereotipada da heteronormatividade.

Esta, enquanto norma social de gênero, está, no discurso em questão, fortemente atrelada às paixões, que são inclusive verbalizadas. O taxista fala em *orgulho* de ter um filho jogador de futebol do Corinthians, presidente da república ou de ser o pai do Pelé, figuras masculinas imbuídas de legitimidade na perspectiva dos valores heteronormativos. Por outro lado, ele qualifica como *horrível* (decepcionante) saber que um filho é “boiola”, já que, em tese, os pais nele depositam suas esperanças (no caso, a de corresponder às expectativas sociais, aderindo a um conjunto de valores e normas condizentes com a identidade masculina). Há aí claramente desenhado o contrato que é estabelecido entre pai e filho: o contrato assentado na heteronormatividade. Os pais têm expectativas de que seus filhos correspondam à identidade de gênero condizente com o seu sexo biológico, conforme o nosso sistema de valores estabelece. Da não correspondência a essas expectativas surge a frustração.

Essa relação paixão/norma é muito parecida com a que verificamos na análise do vídeo *Medo de quê?*. Nele, as figuras do pai e da mãe nutriam fortes expectativas em relação a seu filho (Marcelo), no que diz respeito à orientação sexual e à identidade de gênero. A divergência do filho de determinados padrões leva-os ao sentimento de falta, relacionado à angústia e à inquietação (visíveis nas mães dos dois vídeos).

Na sequência da história, quando a mãe escuta o profissional afirmar que naquela idade (seis anos), não se pode falar em homossexualidade, ela experimenta um momento de alívio, um relaxamento – ainda que ínfimo –, tendo em vista a negação da possível homossexualidade do filho. Instaura-se aí mais um efeito patêmico: a mãe vive um momento de *esperança* de que seu filho não seja homossexual. Daí ela dizer ao taxista: “O senhor ouviu?”. Percebemos que a mãe se ampara na fala do profissional, nela buscando argumentos e meios para desconstruir uma imagem de seu filho que ela já tem construída (a de um possível homossexual). A mãe mostra-se resistente em aceitar essa possibilidade, deixando claro que se trata de algo axiologizado negativamente por ela. Nesse momento, vemos que a

figura materna é um sujeito modalizado pelo querer (ter um filho em consonância com os padrões heteronormativos), embora esteja ciente da possibilidade de que ele não o seja, fato que explica a sua aflição.

MOMENTO 3

5'15"

O programa prossegue.

Radialista: “Vamos bater um papo com Ângelo Monez. Ângelo é psicólogo. Bom dia, Ângelo”.

Ângelo: “Bom dia, Mauro, é um prazer falar com você e com os nossos ouvintes”.

Radialista: “Ângelo, nesse caso que a gente ouviu, como é que os pais, a família reage?” [a mãe apresenta a face aflita e se inclina para ouvir a resposta]

Ângelo (psicólogo): “A família reage muito mal. Esses casos que são noticiados normalmente levam a família a carregar um medo muito grande de que seu filho possa se transformar num homossexual [a mãe demonstra-se pasma e ajeita a alça da bolsa no ombro]. É que, na verdade, os pais veem morrer dentro do seio da família um grande sonho, é que o filho pudesse vir a se tornar no futuro aquilo que eles gostariam que ele fosse. Tudo isso faz com que os pais se sintam extremamente frustrados, carregando um grande medo, e isso cria um clima de intranquilidade dentro da família. É importante ressaltar que não existe homossexualidade numa criança com essa idade, porém os pais não sabem disso.”.

Taxista: “Incrível, né?”.

Mãe: “Ouviu?”.

Mãe: “O senhor tem filhos?”.

Taxista: “Eu tenho três, senhora, mas são todas mulheres, viu. Eu sempre quis ter um garoto, mas quando eu fico sabendo de uma coisa dessas, dona, hum, eu dou graças a Deus, viu”.

Mãe: “Escuta, deixa eu fazer uma pergunta pro senhor. E se, por acaso, o senhor, o senhor ficasse sabendo [coloca a mão no rosto] assim que, uma das suas filhas é, como é que se diz mesmo [entrelaça os dedos] é, é sapatão, né isso?”.

Taxista: “Ah, dona [diz fazendo um gesto com a mão como que descrente]. Com mulher é mais difícil, né, minha senhora!”.

Mais uma figura atrelada ao tema da autoridade médico-profissional aparece aqui, enunciando, novamente, um saber que diverge do saber do senso comum. A mãe interessa-se em ouvir, ela se inclina para o rádio e se mostra atenta, chegando mesmo a interagir com o que é dito – ela faz isso verbalizando e, principalmente, gesticulando. A fala desse especialista, assim como a de todos os demais, será confrontada com os saberes do taxista e, em especial, com os da protagonista-mãe, configurando-se, assim, um verdadeiro jogo persuasivo, no qual os profissionais são enunciadores que agem no sentido de alterar uma determinada visão de mundo (que eles sabem reduzida e até mesmo falha) a respeito da relação sexo/gênero e orientação sexual. Cada vez que um profissional fala ele expõe a mãe (e, “por tabela”, o taxista) a um novo saber, que vai paulatinamente sendo incorporado por ela, não sem alguma resistência inicial.

A fala de Ângelo Monez é marcada por um tom passional. Para descrever o comportamento da família diante do caso noticiado, ele recorre a palavras e expressões que patemizam o discurso. Paixões como medo, frustração e inquietude são citadas como forma de representar o estado de alma disfórico das famílias quando confrontadas com a questão da homossexualidade. Colabora para a configuração desse tom passional também o uso da expressão “morrer um grande sonho”. Essa metáfora sintetiza o processo de disjunção da família com o objeto-valor filho heterossexual, ilustrando a concepção da homossexualidade como algo temível, não-desejável, axiológico, portanto, negativamente.

O tom assumido pelo especialista corrobora a ideia de que a expectativa dos pais é também carregada de efeitos patêmicos, que podem ser positivos, se o filho corresponde a essa expectativa, ou negativa, se não corresponde a ela. Os pais podem ser, assim, sujeitos realizados, em conjunção com o seu objeto-valor (filhos em consonância com a heteronormatividade) e, por isso, felizes e orgulhosos, ou sujeitos frustrados, infelizes e decepcionados, caso tenham um filho homossexual.

As paixões, tão evidentes nesse discurso e também tão enraizadas à *doxa* no que diz respeito à temática da homossexualidade, podem ser consideradas verdadeiras representações sociodiscursivas acerca dessa questão, desvelando um ponto de vista pertencente ao nosso imaginário. Evidenciando estados de alma disfóricos, quando confrontados com a homossexualidade, as figuras do taxista e da mãe nos dão acesso ao julgamento negativo que socialmente se faz dessa condição. Ao explicitar paixões positivas diante da heteronormatividade, o personagem-taxista permite-nos constatar o valor superestimado que

essa ideologia tem. Tais paixões estão, pois, intimamente relacionadas ao conjunto de normas vigentes na sociedade, representando o julgamento ou o reconhecimento positivo ou negativo do sujeito, a depender da sua consonância (ou não) com prescrição social inerente à heteronormatividade.

A mãe pergunta ao taxista, hesitando em ser direta, o que ele faria se soubesse que uma de suas filhas era “sapatão”. Também nesse momento podemos ver a instauração da emoção, de forma bem evidente, no discurso. A gestualidade da mãe, que apóia a mão no rosto enquanto pergunta, entrelaçando os dedos em seguida, demonstra seu receio, sua angústia e até uma certa timidez. Além disso, ela hesita o tempo todo enquanto fala, procurando também distanciar-se do que diz (ou mesmo não se responsabilizar pelo dito). Isso fica patente quando ela tenta mostrar que desconhece o termo para a homossexualidade feminina: “como é que se diz mesmo, é ... é ... sapatão”. Quando repete desnecessariamente e ainda indaga: “como é que se diz?”, ela atribui o dito a terceiros, afastando-se, assim, de certa forma, do tema da homossexualidade, inerente à figura do sapatão. Além, disso, parece-nos plausível dizer que a mãe, ao se mostrar distante do que enuncia, procura construir uma imagem positiva de si (de acordo com a heteronormatividade), descolada da imagem negativa que a homossexualidade socialmente traz.

O taxista, diante da pergunta da mãe ri e responde: “Dona, com mulher é mais difícil”. Mais uma vez, uma representação estereotipada, também associada à nossa forma de conceber as relações de gêneros, aparece no discurso. A resposta do taxista, que propositalmente se situa num lugar-comum, desvela mais uma crença que se aloca na *doxa*. Tal crença diz respeito aos papéis atribuídos a cada gênero e também à sexualidade inerente a cada papel. Quando o taxista diz que “com mulher é mais difícil”, ele nada mais faz do que reiterar um dito largamente difundido: o de que a homossexualidade é algo restrito aos homens. Como já dissemos neste trabalho, a história da homossexualidade (e também os números levantados pelas pesquisas atuais) revelam que a homossexualidade feminina é comumente vista como inexistente ou como invisível. Esse fato resulta de uma cultura misógina e, conseqüentemente, sexista. Nela, a sexualidade da mulher é negada e/ou inferiorizada quando comparada à sexualidade masculina. O sexo, histórica e culturalmente, sempre foi visto como um privilégio masculino, “garantido”, inclusive, pela própria natureza; daí o homem ser viril e muito sexualizado, enquanto a mulher é comedida e, muitas vezes, considerada até fria (ou frígida).

O taxista verbaliza uma crença, cujos fragmentos se encontram nessa história (da sexualidade), que foi construída a partir da perspectiva masculina. Daí a discrepância entre a sexualidade masculina (a “verdadeira” sexualidade) e a feminina (insuficiente ou até inexistente).

MOMENTO 4

6’36”

No programa de rádio uma nova profissional segue com o debate. Dessa vez uma sexóloga. Ela se dirige aos ouvintes:

Silvia Cavazin (sexóloga): “(...) Eu queria falar pra vocês o seguinte, que a homossexualidade tanto masculina como feminina sempre existiu dentro da história, dentro da história da humanidade, em todas as sociedades, avançadas ou primitivas. Atualmente, com o problema da Aids, apesar de toda angústia que essa doença vem trazendo na nossa sociedade, nós estamos vendo que a sexualidade vem sendo debatida, discutida, onde não era antes, em casa, nas escolas, e isso faz com que [a mãe escuta atenta apoiando a mão no rosto] a sociedade fique mais flexível, mais permeável pra questões da homossexualidade [o rosto do taxista no retrovisor revela uma expressão de desacordo] masculina e feminina e isso tem contribuído pra que a sociedade se acostume com a homossexualidade masculina e a homossexualidade feminina”.

No táxi, o taxista balança a cabeça e diz: “Ah, não sei não! Não, não mesmo, hein”.

Mãe: “O que o senhor faria se uma das suas filhas fosse homossexual? [ela pergunta timidamente entrelaçando os dedos na alça da bolsa]. Ele [ri]: “Eu acho que eu daria uma bela de uma surra nela, sabia? Ah, sei lá, depois eu trancaria ela por uns tempos, até ela, até ela melhorar, sabe?”.

Mãe: “Não sei moço, sabe o que é, é que eu estou vivendo esse problema, viu. Sabe onde eu tô indo agora? Eu tô indo conversar com a diretora da escola que me chamou, pra dizer uma coisa do meu filho. Ai coitadinho”.

Taxista: “O que é isso dona, fala, fala logo, fala pelo amor de Deus! A senhora está me deixando nervoso aqui” .

Mãe: “É que ... ah, moço, o meu filho, o meu filho foi pego na escola brincando com boneca”. [Ele ri]. A mãe conclui: “Moço, o meu filho é bicha!” [tapa o rosto]. “Ah meu Deus!”.

Taxista: “Ah, dona, o que é isso, calma, dona, calma que bicha nada. Vai ver ele pegou emprestado aí de uma amiguinha, uma coleguinha, vai saber. Depois ele vai devolver. O que é isso?”.

Mãe: “Ai, que diferença faz isso? Se emprestou ou não emprestou, o fato é que ele estava brincando com uma boneca, tá entendendo?” [tapa a boca e chora].

Taxista: “Ah, ele gosta de brincar de boneca, é?”

[Toca uma música triste em sintonia com os sentimentos da mãe].

Mãe: “O senhor gostava de brincar com boneca quando o senhor era pequeno? Não, não, não, peraí deixa eu perguntar uma coisa antes, o senhor não é bicha não, é?”.

Taxista: “Deus me livre, dona! Eu nunca brinquei de boneca na minha vida”.

Mãe: “Por que o senhor não tinha ou por que não gostava?”.

Taxista: “Que que é isso dona, a senhora tá me estranhando?”

Mãe: “O senhor ficou nervoso, né?”

Taxista: “Desculpa, dona, desculpa”.

Nesse momento, mãe e taxista são confrontados com a informação que a sexóloga traz a respeito da homossexualidade feminina e masculina. Mesmo diante da autoridade profissional, eles resistem em atribuir legitimidade ao que ela diz, evidenciando que o fazer-persuasivo inerente ao discurso da sexóloga não encontra respaldo no conjunto de valores e saberes culturais e ideológicos desses dois personagens. Isso significa que há aí uma clara divergência entre a visão de mundo da mãe e do taxista e a visão expressa na fala da sexóloga (que se trata de uma visão em consonância com o saber científico).

Quando pergunta ao taxista sobre o que ele faria se tivesse uma filha homossexual, a mãe o escuta dizer que ele daria uma surra nela até ela melhorar. Percebemos que a fala do taxista representa, mais uma vez, uma ideia muito difundida no senso comum: a de que a correção do comportamento homossexual é possível, mesmo que com o uso da força (uma sanção pragmática negativa em função de uma performance considerada fora do padrão e, frequentemente, relacionada à sem-vergonhice). Atrelada a essa representação, encontra-se também a crença na “cura”, seja por meio espiritual, seja por meio médico-psiquiátrico, por exemplo. Nessas duas perspectivas – a da correção e da cura – podemos apreender o tema maior da redefinição do comportamento do sujeito, de forma que ele se (re)adeque à perspectiva heteronormativa.

Esse percurso temático-figurativo da redefinição da homossexualidade faz ecoar a história, em especial aquela que se constrói a partir do século XIX, quando a ciência se

colocou a favor da investigação, classificação, controle e até cura da homossexualidade. Essa história nos mostra que a existência do homossexual foi concebida a partir do já-sacralizado e indiscutível comportamento heterossexual (masculino, sobretudo). Como pudemos constatar, os vestígios dessa história constituem a crença e a ideologia heteronormativa dos personagens, em especial, a do taxista. Trata-se, em última análise, de efeitos da memória cognitivo-discursiva construída em torno da heteronormatividade e de questões correlatas (homossexualidade, heterossexualidade etc). Já incorporado ao senso comum e ao seu discurso (ainda que de forma reduzida e reinterpretada), esse saber se torna praticamente desautorizado, quando posto em confronto com o que é enunciado pela profissional do programa de rádio.

Se a mãe vive uma forte angústia diante do acontecido, ela também manifesta o sentimento de dó com relação ao filho, o que se dá em decorrência do contrato afetivo que se instaura entre essas duas figuras. A angústia da mãe se dá porque ela acredita que seu filho é homossexual (ela exclama: “meu filho é bicha!”). Esse sentimento tende a deflagrar outras paixões, como a vergonha e o medo, por exemplo. Ao afirmar que o filho é homossexual, a mãe admite que ele destoa de um determinado padrão socialmente estabelecido e legitimado, o da heterossexualidade, encontrando-se, do seu ponto de vista, disjunto do objeto-valor normalidade comportamental e sexual, o que, evidentemente, gera sanções. É isso que faz com que o filho seja excluído do convívio social (ele está sempre sozinho). Esse “diagnóstico” da mãe a leva a temer e a sentir pena do filho, além de culpa, como veremos mais claramente adiante. A pena teria uma dupla razão de ser nesse discurso: evidencia o sentimento com relação à exclusão do filho do seu grupo, isto é, a sanção por ele não se encontrar em consonância com a heteronormatividade, e também pressupõe o benquerer da mãe, que se ressentiu disso.

A questão da paixão/emoção continua patente no discurso, como podemos verificar. A sobreposição das falas da mãe com as que são emitidas pelo rádio, o que instaura um clima de “confusão”, somada à exaltação física dela, que gesticula, fala desenfreadamente, dá tapa em seu próprio rosto, exclama coisas como “meu filho é bicha!” e “ai, meu Deus!”, demonstram, de forma bem evidente, o estado de aflição no qual a personagem se encontra, o que vem “traduzido” por fortes indícios corporais.

O programa continua e a mãe volta sua atenção novamente para o rádio.

Radialista: E acabou de chegar em nossos estúdios, pra falar com a gente, a psicóloga Silvani Arruda. Bom dia, Silvani.

Silvani Arruda (psicóloga): Bom dia, Mauro Maurício.

Radialista: Silvani, como é que as pessoas, como é que a sociedade lida com questões desse tipo?

Silvani Arruda (psicóloga): “Bom, apesar do avanço tecnológico que a gente tem presenciado nos últimos anos, a sociedade ainda tem muita dificuldade em lidar com as diferenças e com pessoas diferentes de um padrão estabelecido [a mãe escuta atenta levando a mão ao rosto e vai se inclinando e balançando a cabeça, parecendo concordar com o que ouve]. Então a gente percebe que essa dificuldade acaba se transformando em preconceito e em discriminação, que não é só em relação a gays e lésbicas, não. É em relação a nordestinos, a pessoas gordas, canhotas, mulheres, negros, etc”

Mãe: “Aquele professor insiste que é assim mesmo, que tem que forçar de pequeno, que é de pequeno que se torce o pepino. Ai, isso pra mim é preconceito, meu Deus do céu! Ai, não sei, me dá uma dúvida, assim, uma coisa na cabeça. Pior é que eu tô entrando na dele. O pai dele ... oh, verdade seja dita, né, o pai dele tá ausente, o pai dele não tá nem aí, sobra tudo pra mim. É isso, é isso, não é culpa minha, e também não é culpa do menino, meu Deus do céu! A culpa é do pai, a culpa é do pai. É isso. A culpa é do pai.” [afirma balançando a cabeça]

Nessa passagem, a mãe, que experimenta maior ou menor aflição à medida que escuta o programa e reflete sobre seu filho, ao ouvir a psicóloga, “duela” entre esse novo saber e as crenças mais arraigadas que traz. Primeiramente diz: “Aquele professor insiste que é assim mesmo, que tem que forçar de pequeno, que é de pequeno que se torce o pepino”; em seguida, mostra-se consternada, dizendo que isso seria preconceito. Podemos subentender que “aquele professor” é o professor de judô, que parece demonstrar conhecer e reprovar o comportamento do garoto, comunicando isso, de alguma forma, à mãe. O professor de judô funciona no discurso como uma figura que recobre o tema da masculinidade. A fala da mãe nos deixa apreender, mais uma vez, o tema da correção comportamento homossexual, expresso mais claramente na remissão ao dito popular “é de pequeno que se torce pepino”.

Outro aspecto importante: a mãe expressa o sentimento de culpa, mas logo procura se esquivar desse sentimento, concluindo que o comportamento desviante do filho é devido à

ausência do pai. Surge mais uma questão que habita parte do imaginário da sociedade: a que compreende que a homossexualidade não tem uma razão natural de ser (não é uma condição inata), tratando-se de algo adquirido, em função de alguma circunstância externa. Lacerda *et al* (2002), ao abordar as formas de preconceito evidenciadas em discursos de universitários, mostram que as justificativas apontadas pelos sujeitos abordados para explicar a homossexualidade são majoritariamente de ordem ético-moral, seguida da explicação religiosa, psicossocial, psicológica e biológica. Os argumentos mobilizados deixam apreender que os informantes compreendem a homossexualidade como algo socialmente construído/adquirido, resistindo em acreditar na sua naturalidade.

A fala da mãe, que tenta explicar a possível homossexualidade do filho, remete à memória de um discurso que foi gerado e muito fomentado no âmbito da psicologia, quando esta compreendeu a homossexualidade como um distúrbio no desenvolvimento sexual. Como sabemos, parte dos conhecimentos desenvolvidos nesse domínio entende que o desenvolvimento da sexualidade passa pela relação da criança com o pai e com a mãe, como formulou Freud. Logo, acreditou-se que a homossexualidade seria decorrente de problemas ocorridos no processo de maturação do indivíduo, que começaria já na infância. Além de se tratar de uma memória da homossexualidade desenvolvida na psicologia, temos aí também uma memória mais social/cultural, que nos remete à construção da identidade de gênero, comumente entendida como algo que deve obedecer ao sexo biológico e que é, pelo menos em parte, socialmente aprendida. Por esse viés compreende-se que o indivíduo precisa de referências masculinas e femininas, no caso o pai e a mãe para que possa espelhar-se nelas e construir a sua identidade de gênero.

Como podemos verificar, nos deparamos com uma rede de discursos que se ancoram em formações discursivas (e posicionamentos ideológicos) diferentes, mas que dialogam entre si. De um lado, temos os discursos que fazem parte da *doxa*, e que ilustram a forma como boa parte da sociedade compreende a homossexualidade; de outro, aqueles que implicam novas formas de “ler” a homossexualidade, a partir da perspectiva da ciência atual. A perspectiva apresentada pela psicóloga Silvani, apesar de evidentemente destoar do discurso do senso comum, procura “dialogar” com ele, inclusive como uma forma de tornar o novo conhecimento mais facilmente compreendido.

Ao afirmar “apesar do avanço tecnológico (...)”, a sexóloga, por meio do conectivo *apesar de*, instaura uma oposição. O tema da tecnologia é por nós facilmente relacionado à

ideia de futuro, progresso, desenvolvimento. O enunciado da profissional nos quer fazer crer que o avanço tecnológico implicaria o natural avanço do conhecimento como um todo, inclusive o que diz respeito à sexualidade. Isso, porém, não se verifica, pois a sociedade, em geral, ainda tem dificuldade em lidar com as diferenças, conservando, nesse campo, uma mentalidade obsoleta quando comparada ao avanço tecnológico. O preconceito, segundo a sexóloga, não incidiria somente sobre os homossexuais, mas também sobre outras minorias. Esse recurso argumentativo, que visa inserir as minorias em uma mesma perspectiva, acaba por trazer os homossexuais para a luz da normalidade já conferida a outros grupos minoritários. Não se trata, portanto, de uma equiparação que busca desqualificar, mas, ao contrário, colocar os homossexuais em um mesmo patamar de legitimidade de outras categorias, valendo-se, para isso, de um saber já próprio do enunciatário: o saber comum, que reconhece que negros, mulheres e nordestinos, por exemplo, sofrem preconceito.

No programa mais um profissional segue com a discussão e sua fala vai de encontro àquilo que a mãe havia comentado sobre a culpa do pai. Ele diz que a questão da referência masculina em casa é um mito:

Dr. Ronaldo: “(...) na realidade, a referência masculina e feminina existe no mundo, à disposição de todas as crianças, ela existe em todas as partes, [a mãe vira o ouvido para o rádio]; não é necessário que ela esteja dentro de casa. Uma criança pode ter como referência o seu vizinho, o seu professor, o amigo do seu pai, o amigo da sua mãe, o seu avô, o seu tio, [a mãe presta atenção e exclama: “poxa vida!”, demonstrando surpresa, e completa: “nunca tinha pensado nisso.”]. Enfim, muitas referências masculinas, não é necessário que ela esteja dentro de casa, porque essa diferença existe no mundo, à disposição de todas as crianças”.

Diante do que é dito pelo médico, a mãe acaba por ver abalado o seu conhecimento a partir do qual ela acredita que o comportamento “desviante” do filho se deve à ausência da figura paterna.

Radialista: “Minha gente, o programa agora vai esquentar, estamos recebendo um fax [a mãe ergue a sobrancelha] da escola, da escola Pio 220, lá do Belenzinho [ela se espanta e exclama: “É a escola do meu filho! Eu não acredito, aumenta, aumenta!”]. Parece que está havendo uma grande confusão lá na escola. Eles contam aqui no fax que um menino foi pego com uma boneca na mochila e que isso tá gerando a maior discussão, e que os professores vão se reunir (...). Vamos aproveitar para conversar com os

membros do GTPOS, os psicólogos Antônio Carlos Egito e Elizabeth Vieira Gonçalves” [a mãe rói as unhas];

Radialista: “Quando um fato desse tipo acontece, um menino brincando com uma boneca, os professores e professoras, enfim, eles sabem lidar com essa situação particular? [a mãe concorda balançando a cabeça]. Eles estão preparados para situações desse tipo?” [a mãe leva o indicador à boca, em um gesto de concordância].

Antônio Carlos Egito: “Geralmente não [a mãe se mostra descontente], a escola não costuma estar muito preparada para enfrentar a diversidade, entender e aceitar as pessoas com todas as suas diferenças, com a sua maneira de ser, de pensar, de agir, se comportar. E em relação à sexualidade, mais ainda se torna difícil a questão porque a escola não discute diretamente e continuamente a sexualidade na sala de aula, no dia a dia. Com as crianças, com os adolescentes, com os professores”. [a mãe cerra os lábios e ajeita a bolsa no ombro].

Elizabeth V. Gonçalves: “E, nesse sentido, a escola é um espaço onde justamente as crianças têm a oportunidade de experimentar diferentes papéis, diferentes formas de ser [a mãe balança a cabeça em concordância e se inclina para o rádio, demonstrando atenção]. Então, por exemplo, jogos como dramatização, como teatros, né, teatros que a gente faz, brincadeiras, trocar de papel entre eles é muito rico porque a gente aprende a se relacionar com as pessoas, imitando as pessoas, expressando sentimentos, falando como a gente pensa. Então, por exemplo, no caso, o menino brincando com boneca, ele tá expressando sentimento, ele tá cuidando do outro, ele tá aprendendo, ele tá se vendo. Então é extremamente importante que a gente até [não é, fala olhando pro colega] não tenha assim, uma visão tão rígida do que é que a gente é enquanto homem ou enquanto mulher, mas que deixe a gente experimentar [a mãe sorri concordando] todas essas formas de ser, porque as crianças adoram brincar com isso e isso é muito importante porque eles ficam mais versáteis, criativos, enfim”.

Mãe: “Ai, Deus, como é bom a gente escutar quem sabe, né, gente!” [diz levando a mão à cabeça].

Nesse ponto da narrativa, podemos verificar que a mãe sai de um estado de grande aflição (quando escuta o caso de seu filho ser noticiado no programa de rádio) para experimentar uma sensação de relaxamento, que ela manifesta quando exclama: “Ai meu deus, como é bom a gente escutar quem sabe, né, gente!”.

A fala da mãe permite apreender que ela, enfim, atribui credibilidade ao que os profissionais consultados disseram. Destacamos, porém, que o fato responsável pela diminuição da tensão da mãe é o valor positivo atribuído à ação do filho, a inclusão desse comportamento no horizonte da normalidade, já que, na perspectiva trazida pelos psicólogos, não há nada de errado na brincadeira do menino. Além disso, a escola, uma pressuposta autoridade, é desautorizada pelo discurso dos profissionais, pois ela não sabe lidar com as diferenças. Essa desautorização que implica, para a escola, um não-saber, estende-se também à mãe quando ela confronta o seu saber com o que é exposto pelos profissionais e acaba por atribuir-lhe um menor valor diante do que é apresentado pela perspectiva científica. A desestabilização do saber da mãe (agora tido por ela como algo errado e/ou reduzido) lhe confere a possibilidade de aquisição de um novo saber (uma nova competência), que acaba por levá-la da tensão ao relaxamento (ainda que não definitivo), o que pode ser visto, por exemplo, na exclamação “como é bom...”

MOMENTO 7

13”01”

Radialista: “Parece que o Dr. Ronaldo tem uma observação a fazer”

Dr. Ronaldo (Médico-psiquiatra): “Olha, essa situação, é uma situação em que novamente é uma situação que os olhos de adulto veem aquilo que não existe. Um menino, quando está brincando com uma boneca, ele tá somente dando os primeiros passos na direção do desenvolvimento do seu papel de pai, ele está aprendendo como ser pai, assim como as meninas aprendem como ser mãe, brincando de boneca [a mãe levanta a cabeça sorrindo e diz: “Tá vendo só!”].

O taxista balança a cabeça expressando contrariedade: “ah, não sei não.”

Radialista: “Mas, Ronaldo, e se o menino não gosta de futebol, essas coisas de menino e os pais ainda insistem e colocam o menino no judô, o que o senhor acha?”

Médico-psiquiatra: “Não é colocando um menino mais sensível no judô que se vai evitar que ele seja homossexual [a mãe escuta atenta e leva o indicador à boca]. Um menino mais sensível não quer dizer que necessariamente ele vá ser homossexual [a mãe fecha os olhos e concorda, balançando a cabeça].

E, muitas vezes, os pais confundem tentando buscar esportes mais agressivos, que são considerados masculinos, quando na realidade isso não vai evitar que ele seja homossexual. E assim como outras situações mais delicadas de vida não vão promovê-lo pra homossexualidade [a mãe ouve boquiaberta e gesticula dizendo: “ta aí!"]. Eu acho que as crianças têm que ser aceitas pelos seus pais e respeitadas tais quais elas são, se são mais sensíveis, se são mais singulares na forma de ser, e isso deve ser preservado e incentivado para que ela possa ter a sua expressão total enquanto ser humano” [a mãe rói as unhas enquanto escuta].

Na fala do profissional, identificamos o tema da sensibilidade associado à figura menino, o que implica, de acordo com o senso comum, o atributo de uma característica feminina ao masculino. Mais uma vez, encontramos os esportes do futebol e do judô, constituintes do percurso temático-figurativo da masculinidade, figurando, dessa vez, como “moldes” da identidade masculina, ou melhor, como instrumentos de correção: os pais acreditam que, incentivando seus filhos (meninos mais sensíveis) a praticar esses esportes estarão lhes garantindo a exposição necessária ao universo masculino, fazendo com que, “de tabela” eles adquiram a identidade masculina hegemônica e, desse modo, se afastem da homossexualidade. Nesse trecho, temos, mais uma vez, a manifestação do imaginário em torno da homossexualidade, que a compreende como algo adquirido, inclusive por meio da exposição a gostos, valores, discursos, comportamentos, enfim, referências que denotem o universo homossexual.

Quando a mãe escuta o médico dizer que “(...) situações mais delicadas de vida não vão promovê-lo pra homossexualidade”, ela exclama, “Tá aí!”, percebemos que ela, de certa forma, se trai, reafirmando o valor que a heterossexualidade tem para ela e a expectativa de que seu filho seja heterossexual, embora ela acredite que tenha razões para pensar o contrário.

MOMENTO 8

21”06”

Radialista: Bom, ouvintes, estamos recebendo também o psicólogo Luiz Amadeu Bragante. Bom dia, Luiz Amadeu. [O psicólogo responde: Bom dia] Luiz Amadeu, essa mãe, a D. Clélia, que deve estar aflita, né, o que o senhor diria pra ela, que recebeu um chamado da escola porque foi encontrada uma boneca na mochila do seu filho?”.

Psicólogo: “Olha, se ela tá muito aflita, a primeira coisa que eu diria é pra ela não ficar tão aflita. Ela não tá de frente de um problema, ela tá de frente pra um menino que tá brincando com uma boneca, isso não é sinal de doença, isso não é sinal de pecado, isso é uma coisa que toda criança faz. Pra ele tanto faz se é boneca, se é carrinho, se é bola, ele está brincando com alguma coisa. É, isso não é grande problema. Se eu fosse Dona Clélia, é Clélia? Ou é Célia? [A mãe diz: “É Clélia Maria”]. Ah, dona Clélia, desculpa dona Clélia. Oh, D. Clélia, eu, se fosse a senhora, iria com muita calma, porque a escola também deve estar assustada, porque a escola não sabe o que fazer, e provavelmente, a escola vai tá muito nervosa, muito agitada, ela vai achar que a culpa é da escola. Então, D. Clélia, a senhora vai lá e cuida dele [ela concorda aflita]; é o seu filho. E, se depois, com o tempo, aparecer alguma coisa que ele talvez seja homossexual, isso não é um grande problema, isso não é nem um pequeno problema, isto é uma coisa da vida, e que a senhora vai ter que lidar com isso. Não é por isso que a senhora vai amar menos [ela balança a cabeça, concordando e diz: “É verdade”] ou mais o seu filho, tá bom?”. [Ela agradece a fala do profissional].

Mãe: “Ah, que programa bom, né. Mauro Maurício, eu sempre acompanhei a carreira desse moço. Muito bom, muito bom mesmo [a trilha sonora fica mais animada e o carro surge subindo uma ladeira e aparecendo aos poucos na tela]. A gente aprende.

Mãe: Quanto que é a corrida?

Taxista: Quero dizer uma coisinha pra senhora. É o seguinte, eu queria me desculpar por ter demorado tanto e depois, eu aprendi muito com a sua história, sabe. E que se eu tivesse assim, uma das minhas filhas né, fosse, como a senhora diz, é homossexualizada, não é? [A mãe corrige: “Homossexual, Sr. Jevair”]. Então, foi isso que eu disse é, se ela fosse isso aí que a senhora falou, eu tenho certeza que eu e a minha esposa, a gente ia fazer assim, de tudo, né, das tripas o coração pra que ela fosse feliz, e continuasse tendo uma casa, uma família, sabe, pra que ela continuasse feliz né, e ... Bom, a corrida também não é nada.

Mãe: Obrigada. Deus lhe pague [beijando a testa do taxista].

Nesse momento final da narrativa, concomitante ao término do programa, cessa a exposição da mãe aos argumentos dos diversos profissionais que se pronunciaram na rádio. A fala desse último profissional, que se dirige diretamente a ela, dialogará com a sua subjetividade, pois abordará aquilo que, de fato, ela vive. O psicólogo, mais uma vez, reafirma a normalidade do acontecido, e isso se expressa na equiparação que ele faz entre figuras que dizem respeito ao universo infantil masculino e feminino, afirmando que não importa com o que se brinque – se com boneca, com bola ou com carrinho, por exemplo –,

que a criança está apenas brincando e que isso é normal. Ele aborda também a possibilidade de a criança vir a ser um homossexual, mas deixa claro que isso não configura um problema.

A escola, mais uma vez, aparece como um sujeito não competente no que diz respeito à temática da sexualidade (evidencia um não-saber), o que, nesse ponto, torna a instituição diferente da mãe, já que esta agora é dotada de um novo saber, adquirindo competência para avaliar a diversidade sexual e a identidade de gênero. A mesma situação parece se aplicar também ao taxista, como mostra seu diálogo final com a mãe. Mesmo que se expresse sem muita propriedade e titubeie ao se referir à homossexualidade (exatamente como fez a mãe quando lhe perguntou da possibilidade de ele ter uma filha homossexual), o taxista fala do seu novo posicionamento (agora mais compreensivo) e diz ter aprendido muito com a mãe ao longo do trajeto. A mãe, ao contrário, é bastante assertiva, nesse momento final, abordando a homossexualidade, sem se mostrar distante.

Verificamos, pois, que a mãe é, inicialmente, um sujeito atormentado e aflito em virtude do seu parco e errôneo saber em torno das questões referentes à sexualidade. A exposição aos vários posicionamentos emitidos pelas autoridades profissionais de diversas áreas: medicina, psicologia e educação, fará com que a mãe confronte o seu saber com o que é apresentado por esses destinadores-delegados do conhecimento científico, passando, assim, a destituir-se de suas crenças (um saber equivocado) para adquirir um novo (e “correto”) saber, que a libertará, enfim, dos sentimentos negativos (medo, aflição, timidez, culpa e vergonha, por exemplo) que ela manifesta ao longo da narrativa. Esse “novo saber” configura-se como uma nova competência³⁸: um poder e um saber-fazer que lhe permitem agir de outra forma em relação à possível homossexualidade do filho. A mãe experimenta, assim, paixões como alívio e felicidade, decorrentes da sua transformação: a passagem do saber equivocado (porque estereotipado, pertencente ao senso comum) ao saber *correto* (novo e imbuído de autoridade científica). Também o taxista passa por uma transformação, demonstrando, no final da narrativa, um posicionamento diferente do que havia assumido inicialmente. Percebemos, assim, que no embate entre o “velho” (senso comum) e o novo saber (moderno/científico), vence o último, na medida em que é dotado de valores positivos e de autoridade.

Do ponto de vista do enunciador e do enunciatário (respectivamente, autor e leitor implícitos), vemos entrar em ação um forte jogo persuasivo-discursivo que visa a

³⁸ Podemos dizer, nesse sentido, que o conhecimento científico funciona quase como o objeto mágico que, nos contos de fada, é dado ao sujeito de fazer por um outro sujeito para que ele adquira a competência necessária para passar à performance.

desestabilizar crenças estereotipadas, cristalizadas que o enunciatório poderia ter sobre a homossexualidade, de modo que ele as substitua por posições mais sólidas e atualizadas que falam em nome da ciência.

3. Retrato discursivo

3.1 . A heteronormatividade: esse destinador-manipulador

Para aprofundar nossa análise do discurso presente no vídeo “Boneca na mochila”, vamos partir do título da narrativa. Nele, temos a presença de duas figuras: boneca e mochila, a primeira recobrando o tema do feminino, ou melhor, da infância feminina e a segunda, o tema da vida escolar e também do segredo; afinal, entende-se que a boneca era trazida pela criança, de forma oculta, dentro da mochila.

O título assinala o problema que deflagra o conflito da narrativa: um menino foi pego com uma boneca. O garoto se entretinha com um objeto que socialmente não deveria interessar-lhe, pois a sociedade entende que bonecas são brinquedos destinados apenas a meninas. Desse modo, verificamos que a temática das relações de gênero se constitui como o centro da narrativa, apresentando, claramente, uma dicotomia entre dois posicionamentos discursivos/ideológicos: o que remete ao senso comum (axiologizado negativamente) e o que concerne ao saber científico (valorizado positivamente). As representações mais cristalizadas, integrantes da *doxa* (ou saber comum), se fazem ouvir pelas vozes dos personagens escola, mãe e taxista – verdadeiras metonímias da sociedade heteronormativa –, já as representações tomadas como legítimas (as do saber científico) se desenham a partir dos profissionais que falam no programa de rádio.

Lembramos que a heteronormatividade compreende o feminino e o masculino como identidades de gênero que correspondem “naturalmente” ao sexo biológico do indivíduo, ou seja, sexo e gênero seria um par determinado pela própria natureza. No entanto, mesmo defendendo a tese da relação natural sexo/gênero, a sociedade reconhece, ainda que de modo pouco consciente, que a identidade de gênero é adquirida, sobretudo, socialmente, haja vista os inúmeros mecanismos simbólicos, discursivos, culturais etc. construídos e utilizados para atribuir aos indivíduos do sexo feminino e do sexo masculino papéis distintos que apontam

para identidades também distintas: a identidade de gênero feminina para ela e a identidade de gênero masculina para ele. Além disso, a ideologia heteronormativa impõe a sexualidade “correta”: a heterossexualidade.

Essa tríade – sexo/gênero/orientação sexual – é concebida como algo indissociável na perspectiva heteronormativa, que é assumida pelos personagens que falam do lugar do saber comum. Vemos que, no nível narrativo do percurso gerativo de sentido, a ideologia heteronormativa atua como o destinador-manipulador que age sobre os sujeitos escola, mãe e taxista, manipulando-os, principalmente, por intimidação e também por tentação. A intimidação, conforme já expusemos neste trabalho, consiste no oferecimento de objetos-valor negativos ao destinatário para que ele realize a performance que dele se espera (no caso, a inerente ao contrato de heteronormatividade). A tentação, ao contrário, diz respeito ao oferecimento de objetos-valor positivos, que se crê desejados pelo sujeito, levando-o, portanto, a agir no sentido de se conjuntar com esses objetos.

O temor da mãe em ter um filho que diverge dos padrões heteronormativos deixa evidente a intimidação sobre ela exercida: ela receia a sanção (que sabe ser negativa), caso não cumpra o contrato estabelecido com a sociedade heteronormativa. Por outro lado, quando vemos o taxista falar do orgulho de um pai em ter um filho heterossexual, podemos detectar alguns valores inerentes a essa performance: a de saber-se “criador” de alguém afeito ao sucesso e ao prestígio (temas atrelados à figura do jogador de futebol/ Pelé) e ao poder (tema recoberto pela figura do presidente da república). Como podemos facilmente constatar, há aí uma manipulação por tentação, ou seja, o oferecimento de objetos-valor positivos, que se atrelam à imagem (também positiva) do sujeito heterossexual. Cientes de que devem estar em consonância com os valores do destinador-julgador maior (sociedade heteronormativa), escola, mãe e taxista reconhecem o objeto-valor filho homossexual como um anti-objeto, ou seja, como aquilo com o qual não desejam conjuntar-se, o que os leva a confrontá-lo, rejeitá-lo.

Já é sabido que o par sexo/gênero não é algo dado pela natureza. Na verdade, a sociedade nos educa a exercer determinados papéis de acordo com o sexo que temos. Isso pode ser visto desde a mais tenra infância, quando os pais, por exemplo, escolhem as roupas dos filhos, os brinquedos, as cores, de acordo com o sexo biológico. Há aí um claro “regimento”, que estabelece o que condiz e o que não condiz com meninos e meninas, e que ganha força também fora de casa: no ambiente escolar, nos brinquedos destinados ao

indivíduo de um e outro sexo, na literatura, nos filmes, nos desenhos animados etc. Comungar com aquilo que a sociedade estabelece como próprio de um gênero significa estar inserido na norma e, conseqüentemente, ser normal.

Vimos que a angústia da mãe resulta da constatação de que seu filho diverge de algumas normas impostas pela heteronormatividade. A criança, que é um menino, brinca com uma boneca, figura emblematicamente feminina e, portanto, proibida para os meninos. Por essa razão, o fato causa enorme desconforto não apenas à mãe, mas também à escola, a ponto de ser levado para um programa de rádio.

A partir daí, a mãe é confrontada com questões que dizem respeito à identidade de gênero e à orientação sexual, revelando nesse processo sua aflição e seus medos com relação à suposta homossexualidade do filho. Afinal, brincar de boneca não é o problema; o problema é o que isso comunica: uma distorção na relação sexo/gênero, geralmente, concebida como uma anomalia, chamada de homossexualidade. Devemos ter sempre em mente, no entanto, que o gênero se define e se constrói por meio de um conjunto complexo de valores, discursos, práticas e gestualidades.

Nesse sentido, é o novo saber que a mãe vai adquirindo, enquanto interage com o programa de rádio (competência), que lhe permitirá realizar a performance que fará dela um sujeito realizado, em conjunção com o objeto-valor filho “normal” (no sentido científico). Para que isso se torne possível, é preciso que ela rompa com o contrato da heteronormatividade, aderindo a outro sistema de valores e deixando, portanto, de ser intimidada pelo destinador-manipulador ideologia heteronormativa. É pelo fato de os seus antigos valores terem se convertido num não-saber ou num saber errôneo – lembremos da fala da mãe: “Ai, Deus, como é bom a gente escutar quem sabe, né, gente!” –, que ela terá condições de alterar o seu quadro de valores, axiologizando positivamente a diversidade sexual e, conseqüentemente, a performance do seu próprio filho de brincar com um objeto feminino. Constatamos, assim, a transformação do sujeito mãe: a sua passagem do estado de aflição (porque disjunta do objeto-valor filho “normal” na perspectiva do senso comum) para o alívio, decorrente da aquisição de um novo conhecimento, que lhe permite a conjunção com o objeto-valor filho “normal”.

Verificamos, desse modo, que os personagens profissionais atuam, no nível narrativo, como uma nova fonte de valores, como destinadores-manipuladores (delegados), sobretudo da ciência médica-psicológica. Esse destinador-manipulador maior fala do lugar da autoridade,

mostrando-se, portanto, superior ao sujeito “pais” e à ideologia heteronormativa na qual eles se inserem. Tem, pois, o poder de agir sobre eles (pais), manipulando-os por provocação, já que faz uma imagem negativa dos pais que não-sabem sobre a questão da diversidade sexual, o que fica evidente nas seguintes falas, atribuídas aos especialistas: “E muitas vezes os pais **confundem**, tentando buscar esportes mais agressivos, que são considerados masculinos, quando, na realidade, isso não vai evitar que ele seja homossexual”; “É importante ressaltar que não existe homossexualidade numa criança com essa idade, porém os pais **não sabem** disso.” (grifos nossos).

Fica claro, nesses enunciados, que os pais são sujeitos modalizados pelo não-saber, o que implica, conseqüentemente, a não competência, haja vista a desautorização da sua performance: tentar corrigir o comportamento dos filhos de forma a ajustá-los aos padrões heteronormativos. No nível subseqüente – o discursivo –, instaura-se, pois, o percurso temático-figurativo do desconhecimento e da ignorância, tomado, evidentemente, de forma negativa.

Convém apontarmos que o sujeito escola, que quer, mas não sabe – e por isso não pode – resolver o problema com o qual se depara, atua no nível discursivo como uma figura também inerente ao percurso temático-figurativo do desconhecimento e da ignorância: “(...) a escola também deve estar assustada, porque a escola **não sabe o que fazer**, e provavelmente, a escola vai tá muito nervosa, muito agitada, ela vai achar que a culpa é da escola” (grifos nossos). Uma vez modalizada pelo não-saber, a escola torna-se também um sujeito incompetente e, portanto, incapaz de realizar a performance que lhe caberia de solucionar o problema. Daí, a necessidade de recorrer a outras instâncias: a polícia, um programa de rádio.

Podemos dizer que, no final da narrativa, ocorre uma nova manipulação por provocação agora especificamente sobre a protagonista-mãe: insinua-se uma imagem desfavorável do sujeito-mãe (D. Clélia) para que ele se sinta no dever de alterá-la, como mostra a seguinte fala do psicólogo Luiz Amadeu Bragante: “Então D. Clélia, a senhora vai lá e cuida dele. É o seu filho”; “(...) não é por isso que a senhora vai amar menos ou mais o seu filho, tá bom?”; “Eu acho que as crianças têm que ser aceitas pelos seus pais e respeitadas tais quais elas são, se são mais sensíveis, se são mais singulares na forma de ser (...)”. Nesse caso, ocorre a provocação, porque a mãe é modalizada pelo dever (ser uma boa mãe), para reverter uma possível imagem (implícita) de uma mãe que não ama incondicionalmente seu filho. A obrigação advém do contrato imposto pela sociedade à figura materna (e que, nesse caso, se

sobrepõe à ciência), que implica, entre outras coisas, o amor irrestrito aos filhos. Nesse sentido, o sujeito mãe tende a realizar a performance de aceitar o filho como ele é, tendo em vista as sanções negativas inerentes à quebra desse “contrato materno”.

Os especialistas do programa de rádio agem cognitivamente sobre o sujeito mãe, alterando a sua passagem de um sistema de valores (o heteronormativo) para outro (oriundo do saber científico), o que a liberta de paixões como decepção, angústia, tristeza e aflição, decorrentes do seu saber não ter um filho “normal”: “(...) E se depois, com o tempo, aparecer alguma coisa que ele talvez seja homossexual, isso não é um grande problema, isso não é nem um pequeno problema, isto é uma coisa da vida (...)”. Nesse sentido, a possível homossexualidade do filho ganha, por meio da legitimidade científica, o viés de normalidade, deflagrando paixões positivas como bem-querer, amor, alívio e pondo fim ao sentimento de falta que existia quando a mãe se inscrevia no quadro de valores da heteronormatividade.

No nível discursivo, os temas do desconhecimento/ignorância opõem-se aos temas do conhecimento/saber científico. Articulando esses temas com a noção de formação discursiva (FD), cara à ADF³⁹, diremos que os primeiros pertencem à FD do senso comum e os segundos, à FD da ciência (médico-psicológica), axiologizadas, respectivamente, de forma negativa e positiva, como já foi dito. A passagem do sujeito mãe do desconhecimento/ignorância para o conhecimento é o que torna possível a sua realização: a de estar em conjunção com o objeto-valor filho “normal”. Nesse sentido, não é o filho que altera a sua performance; é a mãe que realiza um fazer: aceitar o filho como ele é, libertando-se das paixões decorrentes da falta.

Tendo em vista essa configuração narrativa e discursiva, acreditamos poder afirmar que, vista de outro prisma (o da ciência, tida como moderna e verdadeira), a heteronormatividade se constitui como um anti-destinador-manipulador, uma vez que ela age sobre os sujeitos mãe e escola (e taxista), impedindo-os de se conjuntarem com o objeto-valor filho/aluno normal. O prefixo anti não significa que se trata de algo definido à priori como negativo, servindo essa categoria apenas para marcar uma oposição. No caso do discurso em estudo, porém, não podemos deixar de identificar que há uma avaliação axiológica negativa sobre a ideologia heteronormativa.

³⁹ Nesse sentido, assumimos a contribuição de Fiorin (2006) que toma a noção de formação discursiva (FD) como um conjunto de temas e figuras que veicula uma dada visão de mundo (formação ideológica).

3.2. Sobre as condições de produção do discurso

No que diz respeito às condições de produção, primeiramente, devemos considerar que estamos lidando com um discurso pensado para a escola e veiculado por meio de um material cuja finalidade é didático-pedagógica. Ou seja, é levando em consideração esse contexto de comunicação que o enunciador irá projetar a imagem do seu enunciatário, a fim de comunicar-se com ele. Conforme sabemos, enunciador e o enunciatário são desdobramentos do sujeito da enunciação, que assumem os papéis de destinador e destinatário do objeto-discurso, implicando projeções, nesse objeto, de determinados valores, ideias, crenças etc. Diferentemente do vídeo *Medo de quê?*, *Boneca na mochila* não é uma animação, mas um episódio encenado por atores. A narrativa parece estar direcionada mais aos pais e à escola (professores, orientadores etc) do que propriamente aos alunos, até porque a protagonista é uma mãe que se dirige à escola do filho, esse último, por sua vez, só se torna conhecido por nós através da própria figura materna.

Assim, podemos dizer que o enunciador, ao construir seu discurso e nele projetar seus valores, fundamenta-se em um complexo jogo de imagens (PÊCHEUX, 1991), entre as quais se incluem, evidentemente, a imagem que ele tem do seu enunciatário e aquela que acredita que este possa ter dele (enunciador). Nesse sentido, tal como foi postulado por Bakhtin, todo enunciado é essencialmente dialógico. O dialogismo do discurso implica tanto o necessário atravessamento de um discurso por outros quanto a relação com o outro/enunciatário.

Nesse caso, estamos analisando um discurso que se veicula por meio de um contrato ficcional, mais precisamente através da linguagem cinematográfica. Por essa razão, é imprescindível que tenhamos em mente que toda a sua produção se dá de forma a comunicar algo ao espectador. Nada é gratuito. A cenografia, a caracterização dos personagens, o roteiro, a forma como o filme é dirigido, tudo isso objetiva comunicar os sentidos que produtores/enunciadores pretendem promover. Não sabemos e nem descreveremos todos eles, mas falaremos de alguns aspectos que pensamos ser importantes para a compreensão do discurso.

Logo no início do vídeo, como já observamos, por meio da técnica do *close*, uma mão coloca o telefone no gancho, o que nos permite inferir que provavelmente o conflito da narrativa se instaura por ali. O curto espaço de tempo que oculta a pessoa e o acontecimento que se comunicou por telefone deixa o espectador diante do suspense (ou da curiosidade), que

logo cessa, quando ele fica sabendo que se trata do telefonema da escola, solicitando a presença da mãe para tratar de um problema relacionado ao seu filho.

O aparelho telefônico é um modelo antigo, o que nos dá a primeira pista de que a narrativa se dá no passado. O modelo do táxi e o restante da cenografia nos confirmam essa hipótese, mostrando que, de fato, a história se localiza num tempo pretérito. A mãe e o taxista trajam roupas simples. Além disso, a linguagem que empregam e os conhecimentos que demonstram indicam pessoas humildes e até ingênuas. O cenário é urbano e tipicamente realista, ou seja, busca representar *aquilo que é*, como nos diz Martin (2003, p.63). Há, nesse sentido, uma maior proximidade da narrativa com o real, fato que se dá através da representação da própria realidade.

Com relação ao desempenho dos atores, observamos que a personagem principal, a mãe, verbal e fisicamente nos faz ter acesso a uma série de estados de alma que ela vive enquanto se defronta com o seu problema e com as diferentes perspectivas a respeito dele. Segundo Martin (2003, p.73), a direção dos atores pode conduzir a diferentes desempenhos; dentre os citados por ele, sublinhamos a concepção *frenética*, que “pressupõe uma expressão gestual e verbal propositalmente exagerada”.

Acreditamos que essa é a expressão que caracteriza a personagem-protagonista mãe e pensamos que a opção por essa forma de atuação se justifica pela necessidade de conferir expressividade aos estados passionais vividos pela personagem quando se encontra dentro do táxi. Desse modo, devido à restrição do espaço físico – a mãe não pode, por exemplo, caminhar de um lado para o outro para demonstrar sua angústia –, a gestualidade intensa torna-se fundamental para que as paixões/emoções que dominam a protagonista sejam comunicadas ao espectador. Assim, a personagem verbaliza intensamente, entrelaça os dedos na alça da bolsa, ajeita a bolsa no ombro diversas vezes, inclina-se para o rádio, leva a mão à boca, tapa o rosto, hesita etc. Os movimentos intensos e repetitivos nos fazem ter acesso ao seu evidente estado de aflição.

Em contraposição à mãe, temos o desempenho dos atores que representam os psicólogos, o médico e também a educadora. Estes, encerrados no estúdio do programa de rádio, mostram-nos um desempenho mais contido – ou *estático*, conforme Martin (2003, p. 73). De acordo com o autor, no caso desse tipo de desempenho, “o acento recai sobre o peso físico do ator, sua *presença* (grifo do original)”. Se a mãe gesticula e se encontra em estado “frenético”, em constante movimento, os personagens que representam os profissionais são

contidos, “estáticos”, mais sóbrios, enfim. Por meio de dois espaços distintos – o do carro e o do estúdio –, instauram-se dois personagens diferentes, um tomado pela paixão/emoção e o outro (os profissionais) conduzido pela razão. A dicotomia não para por aí: a mãe traça roupa simples, evidenciando ser humilde, enquanto os profissionais vestem ternos e roupas mais clássicas; as falas dela são constantemente entrecortadas por “picos” de sentimento, remetendo a um pensamento que parece inseguro, até mesmo desajustado, ao passo que a fala deles é contínua e regulada, exprimindo um pensamento elaborado. Não é difícil inferir que essa configuração do plano de expressão: gestualidade intensa vs pouca gestualidade; fala difusa vs fala linear correspondem, no plano de conteúdo, à oposição que se instaura entre o desconhecimento e o conhecimento, em torno da qual se dá a transformação principal da narrativa.

Com relação à forma como os fatos são narrados, verificamos que a câmera funciona como o olho de um narrador onisciente: aquele narrador que não intervém naquilo que é narrado, mas que tudo sabe e tudo vê. Assim, o que se revela ao leitor são as imagens que a câmera mostra e o som que capta, o que colabora para a criação de um efeito de realidade. Essa espécie de “ocultação do narrador” no narrado, em proveito da ação da câmera, dinamiza a trama e contribui para que a relação entre enunciador e enunciatário se dê como se não houvesse uma instância produtora por trás daquilo que é dito, o que faz parecer que as coisas são assim como descritas (captadas pela câmera). No entanto, de acordo com Leitte (1993, p. 62), “a câmera não é neutra. No cinema não há um registro sem controle, mas, pelo contrário, existe alguém por trás dela que seleciona e combina, pela montagem, as imagens a mostrar”.

Desse modo, mesmo em se tratando de um discurso ficcional, não podemos deixar de considerar que a escolha de recursos expressivos para construir o efeito de realidade, a forma como os personagens são caracterizados e como os espaços são construídos, veiculam uma determinada visão de mundo, haja vista a projeção de dois lugares ideologicamente concebidos como opostos, a FD do senso comum e a FD da ciência (médica-psiquiátrica). Nesse sentido, o que se quer é desautorizar os conhecimentos do senso comum – trazidos pela *vox populi* – mostrando-os como reduzidos e equivocados, e valorizar os da ciência – trazidos pela voz dos especialistas – que são tomados como mais complexos e elaborados, o que nos levaria a crer, em última análise, que os primeiros são mentirosos (ou ilusórios) e os segundos, verdadeiros. O espectador, podemos facilmente presumir, seria aquele que provavelmente compartilha os mesmos valores heteronormativos do senso comum. Assim, é possível que também ele tenha os seus conhecimentos confrontados pelos da narrativa,

podendo até mesmo alterar o seu quadro de valores, como fez a protagonista-mãe, caso creia nos valores que ali são construídos.

Não podemos deixar de comentar, nesse sentido, a visada argumentativa constituinte do contrato que se dá entre enunciador/enunciatário. Ainda que se trate de uma argumentação, atenuada pelo contrato ficcional, ela existe, pois sabemos que, inerentes a essa situação de comunicação, encontram-se o (querer) fazer-saber e o fazer-fazer, que passam, naturalmente, pelo fazer-crer. A esse respeito, destacamos o papel das paixões para a promoção da persuasão no discurso em foco. Nesse sentido, consideramos que, além de ser concernentes à caracterização dos personagens (em especial da mãe), as paixões/emoções têm uma visada altamente argumentativa, colaborando para o processo de captação do espectador/enunciatário. Nesse sentido, como nos mostra Galinari (2007, p.222), as emoções se tornam argumentáveis e “destináveis estrategicamente a um ‘afloramento’ nas subjetividades do auditório”.

Em outras palavras: o discurso manifestado na narrativa pressupõe um enunciatário que partilha os valores e a ideologia heteronormativa; caso contrário, nem mesmo se justificaria a produção dos vídeos. Isso coloca o enunciador na posição de quem sabe e, mais do que isso, de quem possui um saber autorizado e legítimo, em contraposição ao enunciatário, que não sabe, e/ou tem o seu saber desautorizado. Acreditamos que o contrato ficcional e os recursos de apagamento da instância enunciativa contribuem para que se amenize essa relação de forças inerente à própria visada discursiva de fazer-saber e fazer-fazer, o que se dá, sobretudo, por meio do fazer-crer, como já foi dito.

Desse modo, as escolhas discursivas e visuais que compõem a narrativa fílmica se dão de forma a promover uma relação identitária com o enunciatário, fato imprescindível para que ele venha a aderir ao novo contrato que lhe é proposto. Supomos ainda que esse processo ocorre por meio do acionamento de certas paixões/emoções do espectador/enunciatário, estratégia por meio da qual o discurso se inscreve num universo de crenças próprio da instância receptora. Pensemos, por exemplo, na escolha da personagem mãe (já que poderia ser também o pai). A partir do momento em que a câmera vai-nos permitindo visualizar a personagem, levando-nos a conhecer suas características físicas e psicológicas, além de nos comunicar o seu papel social, ela vai fazendo com que a personagem adentre um quadro de referências já conhecido, levando-nos a reconhecê-la e a ter empatia com ela.

Aliás, a escolha da figura materna é bastante significativa na história. A mãe é, sem sombra de dúvida, uma personagem mais passional do que o pai, por exemplo, do ponto de vista do nosso imaginário social, que é acionado pelo discurso. As discursividades produzidas em torno da maternidade nos mostram a mãe como uma figura portadora de atributos, como ser protetora, amorosa, corajosa, preocupada, afetiva. Ser mãe significa ainda cumprir um contrato social que institui, obrigatoriamente, o amor irrestrito ao filho. Lembremo-nos das próprias elaborações da psicanálise, que compreende filho e mãe como seres indissociáveis na perspectiva do bebê, tornando a figura materna algo central no processo do desenvolvimento psíquico do ser humano. Nesse sentido, é fácil perceber que, em nossa cultura, a figura da mãe é superestimada e altamente significada por meio de atributos passionais (coragem, amor, afetividade). É essa rede de memória, voltada para as representações da maternidade e, mais precisamente, para o universo de crenças partilhadas em torno dessa figura, que se quer acionar quando se elege a mãe como personagem principal da narrativa. Colocando-se nesse quadro de valores, o receptor/enunciatário tenderá a identificar-se com mãe, uma vez que reconhecerá toda a “positividade” que a constitui no imaginário sócio-discursivo.

É importante que também nos atentemos para a evidente humildade e simplicidade da personagem, o que acentua ainda mais sua carga patêmica. Trata-se de atributos que, de acordo com o nosso universo psicossociocultural, tendem a despertar sentimentos, como compaixão, dó e bem-querer, o que reitera a nossa hipótese da possível filiação identitária do receptor/enunciatário à personagem mãe. Outro personagem patêmico é o menino, que não aparece em momento algum da história, mas que as falas da mãe nos dão a conhecer: um menino excluído (sempre sozinho), pobrezinho e coitadinho, conforme verbaliza a mãe. O tema da exclusão nos revela uma criança vitimada; os adjetivos “pobrezinho” e “coitadinho” acionam a representação de uma criança inferiorizada.

Essa imagem extremamente negativa se choca com a representação da infância que se faz presente no nosso imaginário sócio-discursivo, no qual concebemos as crianças como sujeitos que devem ser felizes, assistidos e protegidos. Assim, o menino da história provavelmente despertará paixões como dó, compaixão e até indignação, tendo em vista tratar-se de uma imagem sofrida da infância. Nesse sentido, há um evidente apelo às crenças do enunciatário em torno do imaginário da criança, levando-o a se posicionar no lugar ético em que se torna premente a reparação da situação relatada. A dimensão patêmica é, então, amplificada, o que nos revela o quanto ela significa no discurso em questão, caracterizando-o como um “discurso apaixonado”.

Quanto ao personagem escola, que se revela temerosa e também aflita, ela pode despertar sentimentos como indignação e até revolta, chegando mesmo a ser tomada como culpada pelo sofrimento da mãe e do filho. Na crença partilhada pela sociedade, a escola é uma instituição detentora do saber e também do fazer-saber, sendo, além disso, modalizada pelo poder, já que está autorizada a agir. Nesse sentido, a escola da narrativa afasta-se bastante dessa imagem, na medida em que, diante do problema, não sabe como agir, delegando essa responsabilidade a outras instâncias. Por fim, identificamos também um tratamento hiperbólico da situação que deflagra a narrativa (a ponto de o problema ser levado para um programa de rádio). Assim, a dimensão acentuada que o acontecimento com a criança ganha permite-nos inferir que existe a intencionalidade de ampliar a tensão gerada pelo problema. Se a situação não se mostrasse tão grave, não se justificaria a intensidade do sofrimento da mãe, o que minaria o próprio conflito narrativo.

Verificamos, assim, que essas muitas formas de semiotizar os afetos relacionam-se, de forma privilegiada, com a visada do discurso, qual seja, ser ele mesmo um discurso apaixonado, com o objetivo de tocar os estados de alma do público a que se destina. Apesar de não podermos garantir em que medida isso tocará o espectador (real), não podemos ignorar que essa intencionalidade encontra-se marcada na materialidade discursiva. Espera-se que o destinatário do discurso se insira nesse contrato de comunicação, valendo-se das paixões e dos valores axiológicos a elas associados. Galinari (2007, p. 225) afirma que “se na interação argumentativa, o *ethos* pode ser associado à instância de produção do discurso, o *pathos* vai conduzir nossa atenção para o *auditório*, isto é, para a instância (real ou imaginária) de recepção, incluindo aí as suas suscetibilidades emocionais”.

Conforme procuramos demonstrar, estamos diante de um discurso altamente passional, o que reforça a nossa tese de que o “peso” do discurso recai fortemente sobre o enunciatário/espectador. A ausência de um narrador explícito e a opção pelo diálogo entre os personagens mãe e taxista, em grande parte da narrativa, contribuem para minimizar também a instância enunciativa, o que dificulta a apreensão de um *éthos* consistente do enunciador, fato que parece implicá-lo bem menos na trama discursiva. Isso, no entanto, como sabemos, é apenas um efeito de sentido, já que os valores veiculados no/pelo discurso são de responsabilidade do enunciador e, portanto, ele está apenas diluído na trama do texto.

Diante desse quadro, percebemos as paixões como constituintes das características dos personagens, atribuindo-lhes estados psicológicos. Vimos também que elas são construídas de

forma a tocar e a despertar paixões equivalentes no enunciatário/espectador, levando-o a estabelecer uma relação identitária com a personagem central, mãe. Destacamos ainda o valor axiológico subjacente aos estados de alma dos personagens: há paixões positivas e negativas. Essas últimas são as que dominam a mãe quando no início da narrativa: medo, aflição, receio, angústia; as paixões positivas, por sua vez, são decorrentes da transformação do sujeito mãe, sua passagem de um saber equivocado para um saber legitimado, tomado como “verdadeiro”, o que a leva ao alívio, felicidade e bem-querer. Esse quadro axiológico, no qual se assentam as paixões do discurso em foco, aponta, mais uma vez, para a disforia da heteronormatividade e para a euforia da diversidade de gênero.

Do lado oposto à profusão de sentimentos, encontram-se as figuras dos profissionais, que revestem o tema da autoridade científica. Sóbrios, eles encarnam o saber verdadeiro e a razão, contribuindo, dessa forma, para pôr fim à aflição vivida pela mãe. Instaura-se, assim, a dicotomia emoção/razão, ignorância/conhecimento, numa referência clara a um pressuposto filosófico há muito inaugurado na História: a superioridade da razão quando comparada à emoção, fato que colabora para a relação de autoridade que se instaura, no vídeo, entre a mãe, a escola e o taxista, detentores de um saber comum, e os profissionais, detentores de um saber científico e verdadeiro (por isso, de maior autoridade).

Os percursos temáticos e figurativos, de acordo com as reflexões de Lara & Matte (2009, p. 70), a partir da leitura que fazem de Courtés (1979, p.130-131), constituem um aglomerado de temas e figuras que são repartidos numa variedade de grupos e subgrupos, no interior de uma dada cultura, e que “chamam” uns aos outros. Nessa perspectiva, são os percursos temáticos e figurativos que permitem a veiculação de determinados valores e visões de mundo no discurso, levando Fiorin (2005) a aproximá-los da noção de formação discursiva (quadro da AD), como já foi mostrado.

Desse modo, quando se institui no discurso a FD do senso comum, encontramos temas e figuras como a estereotipia das identidades de gênero (haja vista a descrição da identidade de gênero masculina atrelada às figuras do futebol e do judô); a coerção/proibição da homossexualidade (que culmina inclusive com a repressão policial); e a falta de cultura (ligada à ignorância e ao desconhecimento).

Além disso, quando pensamos no senso comum, não deixamos de associá-lo a características como desqualificado, popular, reducionista, estereotipado, acrítico, simplista,

ingênuo e rudimentar⁴⁰. Assim, fica evidente que não se trata de uma imagem positiva. Por outro lado, a FD da ciência (médico-psiquiátrica) aponta para um lugar de prestígio social, sendo a ela agregada atributos como: qualificada, moderna, verdadeira, especializada, crítica, formal e dinâmica.

Verificamos, desse modo, que estamos lidando com um discurso cuja configuração nos aponta claramente para o estabelecimento de uma dicotomia, para o conflito entre dois posicionamentos discursivos-ideológicos que divergem entre si. Essa polaridade do discurso pode ser apreendida, já no nível narrativo, quando nele verificamos a passagem da mãe de um estado para outro: de possuidora de um saber errôneo, equivocado a detentora de um saber correto.

É importante destacar a presença da instituição psiquiátrica na trama discursiva. No discurso em estudo, fica evidente que a legitimidade da diversidade de gênero é atingida a partir do momento em que ela se faz existir por meio de uma voz de autoridade, no caso, a científica. Lembramos que, embora a psicologia/psiquiatria não tenha tido o objetivo de estigmatizar os homossexuais, ela acabou favorecendo esse processo, ao considerar (em tempos passados) a homossexualidade como um distúrbio do desenvolvimento (ou seja, uma doença). Somente em 1999, o Conselho Federal de Psicologia retirou a homossexualidade dessa categoria (conforme resolução CFP 001/1999), atendendo ao que já havia sido estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1993, quando a homossexualidade deixou de fazer parte do rol de doenças internacionais, conforme já foi apontado neste trabalho.

Essa resignificação é fundamental para que se altere, de forma positiva, a imagem dos homossexuais. Daí, a justificativa para que tenhamos um discurso que se autoriza a partir desse lugar institucional. Atualmente, a psicologia/psiquiatria concebe a homossexualidade como parte das potencialidades sexuais humanas, o que a inscreve num quadro de normalidade, ao lado da própria heterossexualidade⁴¹.

É, portanto, com base na legitimidade e na autoridade atribuídas à psicologia/psiquiatria, que se promove, em grande parte, a normalização da homossexualidade no discurso em foco, ou seja, a ideia de doença/desvio é substituída pela de algo relativo à

⁴⁰ No caso do vídeo em foco, poderíamos falar também de um conhecimento antiquado, que não tem mais lugar na sociedade moderna, que não tem razão de ser no momento atual (em função até da evolução da ciência), o que é mostrado pelos objetos antigos (o telefone, o táxi) que ajudam a compor o cenário.

⁴¹ Conforme apresentado no laudo técnico do kit produzido pela ECOS. Vide anexo B.

natureza humana. Uma vez inserida no escopo da normalidade, a homossexualidade torna-se aceitável.

Quanto à homofobia, o tema perpassa o discurso, porém de forma pouco explícita, já que ele está subjacente às falas e aos comportamentos dos personagens escola, mãe e taxista, representantes da *vox populi*, do senso comum. Os lexemas “boiola”, “bicha” e “sapatão”, que acionam imagens negativas acerca da homossexualidade, são utilizados pela mãe e pelo taxista em suas falas para se referirem aos indivíduos homossexuais do sexo masculino e do sexo feminino. Essa referência, atualmente reconhecida como pejorativa, já aponta para uma representação da homofobia. Essa forma de designar os homossexuais exprime aversão e deixa evidente o distanciamento que os personagens estabelecem entre si e a homossexualidade.

À semelhança do que ocorre na narrativa *Medo de quê?*, identificamos a constituição de um percurso, por meio do qual as paixões se marcam no discurso. Porém, no caso do vídeo *Boneca na mochila*, percebemos algumas paixões que não se fazem presentes, pelo menos, não explicitamente, em *Medo de quê?*, por exemplo, o sentimento de pena em relação ao filho e também o de felicidade, decorrente da reparação de uma (possível) falta por meio da aquisição de um saber. As paixões dó e compaixão (lembramos que a mãe de Boneca na mochila se refere ao filho como *pobrezinho* e *coitadinho*) revelam-nos o sentimento de bem-querer ao filho, mostrando-nos o conflito vivido pela mãe que, deparando-se com a possibilidade de ter um filho homossexual, não o culpa, evitando sancioná-lo negativamente.

Além disso, quando a mãe chega à escola, já tendo alterado o seu quadro de valores com relação à heteronormatividade, ela se mostra resoluta, corajosa e também feliz, porque sabe da normalidade da sua criança. Já a mãe da narrativa *Medo de quê?* exprime paixões que revelam, além da evidente decepção com o filho, um certo sentimento de malquerença (pelo menos em parte da narrativa), haja vista o fato de ela evitar o filho. Embora nas cenas finais possamos falar em superação do estado de falta que se instaurou no sujeito-mãe quando ela soube da homossexualidade do filho, não é possível dizer que ela vivencia a paixão da alegria, da felicidade, mas, antes, que se conforma, que se resigna.

Trata-se, nesse sentido, de duas formas distintas de inscrever a paixão no discurso. Em *Boneca na mochila* é o destinator-manipulador heteronormatividade o grande causador da angústia da mãe, a ponto de isso se reverter quando ela assume outro quadro de valores: o da ciência. No vídeo *Medo de quê?*, certamente podemos e devemos pressupor que a perturbação

da mãe decorre da existência prévia e tácita de um contrato de heteronormatividade com o filho, que o rompe, justificando, assim, a hostilidade inicial da mãe, que se transforma, finalmente, em resignação ou tolerância. Nesse caso, podemos dizer que ela é modalizada pelo não-poder-não fazer da obediência (aceitar a homossexualidade do filho, tendo em vista o cumprimento do contrato de mãe), e, ao mesmo tempo, pelo não-querer-fazer, que remete à má vontade ou nolição (BARROS, 2002, p. 53).

Outro diferencial é que, no caso de *Medo de quê?*, o filho já se assumiu homossexual, enquanto em *Boneca na mochila*, isso se configura apenas como uma possibilidade futura. Isso mostra que *Medo de quê?* se dirige mais diretamente ao jovem, já que descreve a trajetória de um garoto em direção à plena assunção de sua identidade homossexual, enquanto *Boneca na mochila*, como já afirmamos, parece voltar-se, prioritariamente, para a desconstrução dos “mitos” que cercam a homossexualidade e as questões relativas à identidade de gênero, implicando também pais, professores, orientadores etc. Um e outro, no entanto, têm como objetivo maior mostrar a homossexualidade como algo normal e, ao mesmo tempo, contestar atitudes homofóbicas (*Medo de quê?* de forma mais direta do que *Boneca na mochila*).

Voltando às paixões negativas apreendidas nos vídeos, podemos dizer que elas decorrem, sobretudo, do fato de a homossexualidade não se encontrar no quadro de valores do sujeito-mãe. A perturbação que toma conta da mente e do corpo da protagonista de *Boneca na mochila*, mostrando-nos a intensidade dos estados de alma vividos por ela, remete-nos à representação psicologizante da homofobia, muito semelhante à que se encontra na origem da criação do termo. O medo da homossexualidade (a ponto de a mãe não conseguir verbalizar a palavra) é algo inconsciente, fruto até mesmo da ignorância. Vejamos o conceito de fobia, tal como ele se apresenta no dicionário de psicanálise:

Termo derivado do grego phobos e utilizado na língua francesa como um sufixo, para designar o pavor de um sujeito em relação a um objeto, ser vivo ou uma situação. Tal como utilizado em psiquiatria por volta de 1870, como substantivo o termo designa uma neurose cujo sintoma central é o pavor contínuo e imotivado que afeta o sujeito frente a um ser vivo, um objeto ou uma situação, que, em si mesmos, não apresentam nenhum perigo real (...). (ROUDINESCO, 1998, p. 243).

Conforme podemos observar, a mãe (assim como a escola e, indiretamente, o taxista) mostra-se dominada pelo temor diante da situação vivida pelo menino que traz a boneca na

mochila. A relação corpo (emoção) e paixão que ela revela, ao longo de sua trajetória até a escola, sugere mesmo uma fobia: um pavor ou um medo incontrolado que se evidencia diante da possibilidade de que seu filho seja um homossexual. Nesse sentido, recorrendo ao nosso repertório cultural, não é difícil chegar à ideia de doença (neurose), o que reforça o viés psicologizante dessa representação da homofobia.

Por outro lado, quando verificamos que a escola é praticamente personificada no discurso, ganhando atributos humanos como medo, culpa e aflição, somos conduzidos a nos afastar da ideia de doença, para buscar outra forma de compreensão da homofobia. Nesse sentido, fica patente que o medo, presente na homofobia, não é algo que se dá em virtude de um problema psicológico (phobia), mas sim do desconhecimento, ou do conhecimento “errado” acerca da homossexualidade e da diversidade de gênero. A homofobia é, portanto, um fator social (porque não começa no indivíduo), podendo, assim, afetar também a escola enquanto instituição.

1. Sinopse



Figura 7 – Imagem da cena do filme Encontrando Bianca

“Encontrando Bianca” é um vídeo curto, de 4min, que narra, através do testemunho do próprio personagem (narrador-protagonista), o processo de identificação de um garoto, José Ricardo, com o universo feminino, o que o leva a assumir-se como Bianca. O jovem encontra resistências no ambiente escolar, principalmente a hostilidade dos colegas, e no familiar, pois seus pais demoram a aceitar sua identidade feminina. Apesar de alguns obstáculos inerentes a esse processo de transformação do corpo e da identidade, a jovem⁴²

se mostra resolvida com a escolha que fez, tornando-se um sujeito realizado porque em conjunção com a identidade de gênero feminina.

2. Descrição e análise da narrativa

Momento 1

0’01”

No início da narrativa, é apresentada ao espectador uma cédula de identidade, focalizando o rosto de um indivíduo do sexo masculino. Paulatinamente, os traços do rosto do jovem vão sendo transformados, revelando um rosto cada vez mais próximo dos caracteres femininos: as sobrancelhas ficam mais finas e arqueadas; os olhos, mais destacados; a boca, levemente colorida. Em seguida, é introduzida em *off* a voz de um(a) narrador(a)-protagonista

⁴² Como se verá, ao logo da análise, nos referiremos à identidade travesti, utilizando formas de designação feminina. Essa escolha se deve ao fato de estarmos respeitando a forma como esses sujeitos se sentem, se veem e se apresentam. Nesse sentido, filiamo-nos a autores como Bento (2006) e Jayme (2001) que, ao se referirem a essas identidades, levam em conta o aspecto subjetivo da identidade e não a morfologia sexual. Se assim não procedermos, inviabilizaremos a própria análise da narrativa, cujo foco está justamente no processo de disjunção da identidade masculina para a conjunção com a identidade feminina, que é obtida através da transformação do corpo, da performance de gênero e, conseqüentemente, do próprio nome.

que, como tal, fala de si mesmo(a), da sua história. O enquadramento dado à cédula de identidade, de modo que ela ocupe toda a tela, faz com que o objeto pareça fixo e até mesmo frio, real. Porém, essa aparente objetividade da imagem é rompida, quando vemos a fotografia do garoto sendo transformada, movendo-se naquele plano inicialmente estático e rompendo, então, com aquele aparente efeito de objetividade. Cria-se, assim, um tom metafórico, que imprime ao texto o sentido da progressão temporal na qual se dá a transformação do indivíduo da cédula de identidade.

Somos, então, apresentados a um novo plano, no qual vemos um pé sobre uma bola de futebol num local semelhante a uma quadra. A imagem se abre, em seguida, mostrando tratar-se de um jogo entre colegas. Nos bancos da arquibancada, alguns jovens assistem à partida. Um deles é Bianca, a portadora do documento de identidade, que passa a narrar sua história.

Quando eu nasci, meu pai e minha mãe me deram o nome de José Ricardo. É o nome de um grande jogador de futebol, artilheiro em um campeonato que eu não me lembro qual. E o sonho do meu pai, era que eu fosse jogador de futebol. Eu jogava bem, sabia driblar, mas era complicado que quando eu errava um lance sempre sobrava uma piadinha a mais pra mim. Não tinha jeito. Eu continuo gostando de futebol, mas hoje prefiro ficar na torcida, adoro assistir uma partida bem jogada.

Nesse trecho inicial, somos apresentados ao passado da narradora-protagonista. O marco temporal referente ao pretérito pode ser facilmente identificado por meio dos verbos “nasci”, “eram”, “jogava”, etc. e também no uso do advérbio *quando*, que nesse caso serve para introduzir a narrativa, indicando que a circunstância de tempo é anterior ao tempo presente. Assim, fica claro para o espectador que a narradora fala num tempo que corresponde ao agora (momento da enunciação), referindo-se, no entanto, a um tempo passado. A narradora-protagonista (Bianca) nos conta do seu nascimento e nos apresenta o seu nome de batismo, José Ricardo, inspirado no nome de um famoso jogador de futebol. Já nesse ato, evidencia-se a expectativa do pai em relação ao filho: que ele se inscreva no universo da masculinidade, inerente à figura do futebol: “O sonho do meu pai era que eu fosse jogador de futebol”. Identificamos aí o tema da nomeação/identificação que se atrela, imediatamente, ao gênero/papel social masculino. O sujeito se torna, então, modalizado pelo dever-fazer (prescrição), ou seja, dever-jogar futebol, esporte tipicamente masculino, enquadrando-se na perspectiva heteronormativa.

É importante destacar que, junto à figura do futebol, o tema da masculinidade agrega valores socialmente reconhecidos: o sucesso e o prestígio são alguns deles. Lembremos que o nome escolhido pelo pai de José Ricardo diz respeito a um jogador emblemático (artilheiro de um campeonato). A figura do artilheiro não é convocada para o discurso em vão. O artilheiro é o jogador que faz mais gols em uma competição; ele se torna, assim, necessariamente um destaque entre os jogadores do time. De acordo com Neto (2010, p. 70), mais do que um rei, um jogador, ao fazer um gol, encarna a representação de um semideus. Nesse sentido, o artilheiro é uma figura heróica, que representa o tema do poder, também constituinte das representações da masculinidade. Ao falar sobre o ato fazer gol, Neto (2010) descreve esse feito por meio de determinadas paixões, tais como amor, felicidade e esperança, acrescentando também a magia e a onipotência, temas remetem, novamente, ao percurso temático-figurativo do poder.

Esse quadro torna evidente a grande expectativa social – e também passional – que o pai cria em relação ao filho, ao lhe dar o nome de um jogador bem sucedido e artilheiro. Além de lhe delegar a identidade de gênero masculina, o pai espera do filho uma performance muito bem sucedida, que lhe confira *status* e poder. Essa forma de significar a masculinidade se insere na própria história das relações de gênero, na trilha da qual a figura masculina foi sendo engendrada através dos atributos da força, da virilidade e também do poder. Esses aspectos apontavam – e ainda apontam – para uma performance de gênero legítima e, por isso, prestigiada.

De fato, José Ricardo mostrava-se um sujeito competente para a performance de jogar futebol: ele tinha um bom desempenho e sabia driblar. Apesar disso, em alguma medida, ele destoava do grupo, pois, quando errava, sempre sobrava uma piadinha *a mais*. No tempo atual, o momento da enunciação da narradora-protagonista, somos informados de que o jovem deixou de jogar, apesar de ainda gostar de futebol: “Eu continuo gostando de futebol, mas hoje prefiro ficar na torcida; adoro assistir uma partida bem jogada”.

Esse fragmento introdutório da narrativa se instaura, pois, em dois tempos: o presente (tempo da narração) e o pretérito. A transformação de José Ricardo, que se deu ao longo desse tempo, pode ser já vislumbrada na sua passagem de jogador de futebol (passado) para não jogador de futebol (presente), o que nos permite apreender a principal transformação vivida pelo sujeito: o seu afastamento (disjunção) da identidade masculina e a sua conjunção com a identidade feminina.

Eu me lembro do primeiro dia em que fui à escola de unhas pintadas de vermelho. Zoaram tanto comigo que eu não fui à escola no dia seguinte: inventei pra minha mãe que eu estava com gripe. Mas não tinha como, aquelas roupas de menino, aquele cabelo, não tinham nada a ver comigo. Me sinto bem assim como sou hoje, sendo chamada pelo nome da minha atriz preferida, Bianca. Quem me vê hoje, pode achar que tudo foi fácil, mas não foi não, sofri muito preconceito, e demorou muito para as pessoas começarem a me aceitar. Meu pai e minha mãe ficaram sem falar comigo quase um ano. Demorou um pouco, mas acabaram entendendo que eu me sentia mulher, e que continuava sendo a filha deles, sendo a Bianca.

Nesse segundo momento, verificamos, de forma mais evidente, o processo de identificação com o gênero feminino vivido pelo sujeito José Ricardo, hoje Bianca. Ela pintou as unhas de vermelho, mostrando-se, além disso, descontente com o *aquele cabelo e com aquelas roupas de menino*. A forma de se referir ao cabelo e às roupas masculinas, através dos pronomes demonstrativos *aquele, aquelas*, já nos aponta para a distância que o sujeito estabelece na sua relação com os objetos designativos da masculinidade, revelando-nos um afastamento identitário. Assim, a masculinidade (inerente àquele cabelo e àquelas roupas de menino) torna-se um anti-objeto, algo do qual o sujeito deseja tornar-se disjuncto; por outro lado, as unhas vermelhas, figura que recobre o tema da feminilidade, mostra-nos que a identidade de gênero feminina se torna um objeto-valor desejável; modalizado pelo querer-ser.

Esse contexto explica a construção da personagem que, a essa altura da narrativa, já conhecemos: uma jovem de cabelos negros e compridos, que se veste, se porta e se identifica com o gênero feminino. Essa identidade é confirmada a partir do momento em que a jovem se diz Bianca, elegendo para si o nome de sua atriz preferida.

Conforme pudemos observar, a principal transformação narrativa diz respeito ao processo de identificação do sujeito, anteriormente José Ricardo, com o gênero feminino. Se destacarmos alguns enunciados, verificaremos de forma mais pontual como isso se mostra no texto: Em “**Quando eu nasci meus pais me deram o nome de José Ricardo**” temos um enunciado de estado. Como nos diz Fiorin (1997, p.21), enunciados de estados “são os que estabelecem uma relação de junção (disjunção ou conjunção) entre um sujeito e um objeto”. Verificamos aí o sujeito, José Ricardo, em conjunção com o objeto-valor identidade masculina, subjacente ao nome que, além de ser masculino, diz respeito também a um jogador

de futebol. **“Eu me lembro do primeiro dia em que fui à escola de unhas pintadas de vermelho (...) Mas não tinha como, aquelas roupas de menino, aquele cabelo, não tinham nada a ver comigo”**. Aqui identificamos um enunciado de fazer, por meio do qual verificamos a passagem do sujeito de um estado para o outro: o processo de aquisição de caracteres femininos e de minimização dos masculinos. Por fim, temos um novo enunciado de estado conjuntivo: **“Me sinto bem assim como sou hoje, sendo chamada pelo nome da minha atriz preferida, Bianca”**.

Em suma: nesse ponto da narrativa, verificamos que o sujeito se encontra em conjunção com o objeto-valor por ele desejado e valorizado: a identidade feminina; ele se torna Bianca. Cabe destacar que, assim como o pai estabeleceu uma identidade e um papel social para o filho, dando-lhe o nome de um reconhecido jogador de futebol, o sujeito Bianca confere a si mesma também o nome de uma personalidade. Assim, a referência à identidade torna-se também imbuída de um valor passional: a *admiração*, a *afeição*, o que nos dá vistas à face subjetiva da identidade de gênero. Nesse sentido, podemos perceber que a construção identitária deixa de ser determinada pela obrigatoriedade (dever-fazer), para se inscrever-se na ordem do desejo (querer-fazer).

Porém, conforme relata a personagem, estar em conjunção com a identidade feminina não foi algo fácil. O fazer performativo do sujeito (Bianca) foi avaliado pelos colegas de escola e pelos pais (destinadores-julgadores delegados da sociedade heteronormativa) – que, confrontando-o com o sistema de valores do destinador-manipulador (também a sociedade heteronormativa⁴³) – o sancionam negativamente, quer zombando, quer ignorando ou hostilizando esse sujeito. Em suma: a sanção imposta à Bianca implica que esse sujeito não agiu em conformidade com os valores que os destinadores-julgadores representam, burlando o próprio contrato estabelecido como o destinador-manipulador sociedade, que implica a aceitação dos valores heteronormativos no que diz respeito à identidade de gênero.

⁴³ Lembremos que destinador-manipulador e destinador-julgador podem (ou não) coincidir. No caso do vídeo em foco, há essa coincidência no sentido de que aquele que estabelece um contrato (heteronormativo) com o sujeito é a mesma instância que julga sua performance em conformidade ou não com esse contrato.

Eu deveria usar o banheiro feminino, mas geralmente não me deixam, por que não? Se eu me sinto mulher. Aliás, esse lance de banheiro já deveria estar superado. Às vezes não me chamam de Bianca, apesar de saberem que eu quero ser tratada assim. Me tratam pelo nome que está no diário de classe, será que é tão complicado simplesmente anotar outro nome ao lado do que está na chamada? Mas alguns professores e professoras já entenderam que eu sou Bianca. Eu sou diferente da maioria, mas pensando bem, todo mundo é diferente de todo mundo, cada um tem seu jeito, seus gostos, cada um tem uma maneira diferente de viver a vida.

Continuamos aqui a verificar o percurso da sanção imposta ao sujeito Bianca. As figuras do banheiro masculino e feminino revestem o tema do regramento social de gênero. Trata-se da representação de uma das formas de controle estabelecidas pela sociedade para determinar o feminino e o masculino. Bianca, mesmo se sentindo e se apresentando como mulher, não pode usar o banheiro feminino, pois o destinador-manipulador sociedade não atribui legitimidade à sua identidade feminina. Bianca parece, mas não é uma garota de fato, na perspectiva dos valores hegemônicos da sociedade.

Vemos aí o pressuposto clássico da heteronormatividade, que é a associação “natural” sexo/gênero, ou seja, o gênero é definido (e considerado legítimo) se de acordo com a morfologia do sexo (biológico), como já mencionamos. Nesse sentido, Bianca estaria em desacordo com uma prescrição social de gênero, sendo sancionada por isso: tem o uso do banheiro feminino interdito.

O nome pelo qual o sujeito é reconhecido também nos aponta para mais uma forma de controle social de gênero. Alguns professores e professoras, sujeitos portadores dos valores heteronormativos, insistem em chamar Bianca pelo seu nome de nascimento (José Ricardo), negando-se, nessa atitude, a conferir legitimidade à identidade feminina que ela adotou, ao assumir, inclusive, um outro nome condizente com a forma como se vê e como quer ser identificada. O nome de batismo, considerado legítimo pela sociedade, via de regra, identifica o sexo do sujeito. Nesse sentido, ao negar o nome social de Bianca, esses sujeitos professores/professoras atuam também como destinadores-julgadores-delegados, que nada mais fazem do que vigiar e reproduzir os valores hegemônicos resguardados pela sociedade, os pautados na heteronormatividade: eles negam a identidade de Bianca, afirmada por meio

da adoção de um novo nome, cerceando, assim, a sua individualidade/identidade e atrelando-a a seu sexo biológico.

MOMENTO 4

2'36"

Eu gosto de estudar e sou boa aluna, fiquei só uma vez de recuperação. Mas tem dias em que vir para a escola é um castigo, tem horas que eu fico com medo de ser agredida; uma vez quase me bateram, diziam que gente como eu não deveriam estar aqui, às vezes eu acho que não vou conseguir acabar a escola. Eu quero me formar e poder trabalhar, eu quero ser professora, mas como vou conseguir ensinar os outros se eu não estudar? Tem muita gente que me apóia aqui na escola, inclusive professores e professoras e são essas pessoas que me ajudam a ter a força de continuar estudando, de continuar vivendo a minha vida do jeito que eu quero, respeitando e lutando para ser respeitada, sendo quem eu sou, Bianca, é, Bianca!

Nesse fragmento, notamos que a narradora-protagonista constrói uma imagem positiva de si no que se refere à instituição escolar. Bianca diz que gosta de estudar, que é boa aluna e que só ficou de recuperação uma vez, ou seja, ela tenta comprovar que corresponde às expectativas da escola – e, por isso, também às da sociedade –, mostrando-se bem sucedida nas práticas escolares. Porém, mesmo em consonância com o sistema educacional, ela não deixa de enfrentar problemas nesse espaço, que não valida inteiramente a sua performance feminina. Figuras como *castigo*, *agredir* e *bater*, que configuram o percurso temático-figurativo da hostilidade escolar (homofobia), ilustram, no nível narrativo, a sanção (nesse caso, cognitiva e pragmática) sofrida por Bianca: “dizem que gente como eu não deveria estar aqui”. Sobre esse enunciado, convém observar dois aspectos: o primeiro é a impessoalidade (sujeito indeterminado *eles*), o que oculta a responsabilidade da escola e, ao mesmo tempo, cria um efeito de generalidade (*dizem* pode corresponder aos alunos, professores, funcionários, diretor etc.). O segundo aspecto é a referência “gente como eu”, o que mostra evidentemente a diferença estabelecida entre Bianca e os demais sujeitos, fato que realça ainda mais a sua singularidade no contexto escolar. É justamente a singularidade de Bianca (sua performance de gênero fora do padrão hegemônico) que resulta na sua exclusão: ela não deveria estar ali.

Mesmo diante dos obstáculos que encontra na escola, o sujeito não altera o seu fazer, recebendo, inclusive, ajuda de algumas pessoas que – não se incluindo no genérico “eles”

anteriormente utilizado – “dão força” para que o sujeito Bianca continue sua performance de agir como mulher: “muita gente que me apóia aqui na escola, inclusive alguns professores e professoras”. Essas pessoas que colaboram com o fazer de Bianca atuam como adjuvantes, na medida em que “auxiliam para a realização do programa narrativo pelo sujeito” (GREIMAS & COURTÉS, 1979, p. 15).

Podemos verificar aí o percurso da resistência de Bianca, que se mostra mais evidente quando ela diz “ (...) continuar estudando, (...) continuar vivendo a minha vida do jeito que eu quero, respeitando e lutando para ser respeitada”. O verbo “continuar” é um marcador de pressuposição que aponta para algo que já acontecia no passado e que ainda acontece no tempo atual, sugerindo aqui também uma projeção para o futuro. O emprego do gerúndio, que denota ação durativa, também ajuda a inscrever no texto o efeito de duração e de permanência da performance feminina do sujeito Bianca, mostrando-nos o seu agir no sentido de não ceder à manipulação por intimidação que a sociedade heteronormativa e a escola exercem sobre ela. Destacamos, além disso, que Bianca se revela um sujeito ético, em consonância com um valor social (porque respeita) e também um sujeito político (porque luta). A figura “lutar” está relacionada aqui à busca/conquista de direitos, e não à luta corporal. Conforme podemos observar, a construção da personagem nos deixa apreender, de modo geral, uma imagem positiva.

No final da narrativa, fica evidente que Bianca é um sujeito realizado, em conjunção com o objeto-valor identidade de gênero feminina, não obstante os percalços que encontrou – e ainda encontra – nesse percurso. Importa frisarmos ainda que, apesar de a performance de Bianca não permitir que ela usufrua de todos os valores e prerrogativas garantidas à identidade de gênero feminina, ela confere ao sujeito um ajuste com o seu próprio estado de alma (o sentir-se), o que permite sua realização como mulher.

Assim, percebemos que, no discurso, a identidade de gênero é significada de duas formas: uma concernente ao espaço externo ao sujeito (social) e a outra, ao interno (individual). A primeira diz respeito às coerções sociais, que estabelecem um gênero/papel social e obrigam o indivíduo a se ajustar à dupla sexo/gênero; a segunda se refere ao modo como o sujeito se vê, se percebe e deseja ser visto, ou seja, trata-se da dimensão subjetiva da identidade de gênero – a que concerne ao discurso que se manifesta na narrativa. Nesse sentido, vemos um duplo movimento no fazer de Bianca: ela procura ajustar sua subjetividade ao seu corpo e, ao mesmo tempo, tenta fazer com que a sua performance seja validada

socialmente. Em outras palavras: além de se sentir e de se ver feminina, ela também deseja ser vista/reconhecida (e respeitada) pela sociedade como tal.

3. Retrato discursivo

3.1. A vivência “trans” e a transgressão da “ordem natural”

Esse discurso aborda o tema da transgenericidade, evidente na representação do sujeito da narrativa, Bianca. Transgênero diz respeito a toda identidade de gênero que se expressa através de características referentes ao sexo oposto. São exemplos: as travestis, as/os transexuais, as *drag queens*, dentre outros. O termo é complexo porque abrange um leque enorme de possibilidades de vivência “trans”, incluindo desde os sujeitos que se sentem como pertencentes a outra identidade de gênero (e que transformam o corpo, o discurso e as atitudes para alcançar a performance de gênero desejada), até aqueles que não incorporam integralmente essa identidade, fazendo uso dela em determinadas ocasiões.

Cumprir destacar que, embora os casos de transgenericidade sejam vistos como algo que concerne aos indivíduos do sexo masculino, trata-se de uma prática concernente também aos indivíduos do sexo feminino, bem menos reconhecidos e abordados. Enfim, as experiências “trans” são múltiplas e encerrá-las em conceitos fixos tem sido uma tarefa não só difícil, mas também objeto de contestação. Para as finalidades deste trabalho, é importante apenas reter a ideia de que o conceito de transgênero aponta para uma abertura histórica no que diz respeito à construção das identidades de gênero, comprovando, cada vez mais, que a oposição entre masculino e feminino não abriga todas as formas de construção identitária.

Conforme já dissemos, a representação dos transgêneros não é positiva na nossa sociedade. Lembremos dos dados da pesquisa desenvolvida pela Fundação Perseu Abramo, apresentados no Capítulo 1, que deixam evidente o quadro de exclusão, especialmente das identidades travestis; colocadas, desde muito cedo, à margem da escola, da família e também da assistência social. Além disso, cumpre destacar o apagamento dessa temática no próprio meio acadêmico, onde ainda sobressaem as pesquisas em torno da homossexualidade masculina e da homossexualidade feminina, nessa ordem. Soma-se a isso o fato de os estudos sobre as/os transexuais terem sido preferencialmente abordados pelas ciências médicas e

psicológicas. Para Bento (2006, p.69-70), isso reforça a patologização dessas identidades, ainda pouco estudadas pelo viés sociológico.

A razão de as identidades “trans” perturbarem os valores sociais mais do que as outras identidades homossexuais se deve, muito provavelmente, ao fato de elas transgredirem, além de uma norma social, o próprio corpo, lugar primeiro de controle da norma. Lembremos que a heteronormatividade regula tanto o papel social, quando os discursos, os gestos e, certamente, a corporalidade. Isso pode ser facilmente identificado quando verificamos que o grau de estigma e violência social se torna menor à medida que o indivíduo homossexual se apresenta mais consonante com a sua identidade de gênero. Isso quer dizer que, quanto mais o corpo/os gestos se encontram condizentes com o sistema masculino *versus* feminino, mais ele se mostra inserido no conjunto de valores heteronormativos (ou, se não inserido, pelo menos tolerado) e, por isso, tende a ser mais bem aceito. Isso ocorre, de acordo com Bento (2006, p.90), porque

o sistema binário dos gêneros produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha, o sexo e que todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói as sexualidades e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais.

Nesse sentido, uma vez identificado como pertencente morfologicamente a um sexo, o indivíduo ganha da sociedade um estatuto, masculino ou feminino. Isso pode ser observado, na narrativa em foco, quando vemos, na primeira cena, uma cédula de identidade, com a foto do seu portador: um jovem do sexo masculino. A figura do documento recobre o tema da identidade civil, ao qual se atrela também o da legitimidade, que, nesse texto/discurso, integra o percurso temático-figurativo da identidade masculina, aquela em que o indivíduo (do sexo masculino) deve investir-se desde cedo. Fica claro, logo que se inicia o vídeo, que identificar alguém socialmente (e isso ocorre assim que o pai dá nome ao filho), implica conferir-lhe uma identidade de gênero, no caso de José Ricardo, a masculina. Assim, fica significada no discurso a relação natural sexo/gênero, que é o princípio da heteronormatividade.

Porém, vimos que Bianca, civilmente reconhecida como alguém do sexo masculino, apresenta-se como um sujeito em desconformidade com a masculinidade, primeiramente por não se sentir pertencente a esse gênero; em segundo lugar, pelo fato de a sociedade não identificar nela a “genuína” masculinidade. Como vimos, já quando José Ricardo era pequeno

e jogava futebol, sobravam piadinhas *a mais* para ele. Ou seja, desde cedo, reconhecia-se que ele destoava dos padrões prescritos pela sociedade para um indivíduo do sexo masculino, possivelmente por algum trejeito ou comportamento mais típico do gênero feminino. Essa transgressão será ainda mais evidente quando José Ricardo transformar-se em Bianca, assumindo plenamente atributos femininos, marcados na sua gestualidade e na sua corporalidade: ele(a) pinta as unhas, deixa o cabelo crescer, se traça e se porta como uma garota. As figuras unhas, cabelo e roupas constituem o percurso temático-figurativo da aquisição da feminilidade.

Vimos que a transformação vivida pelo sujeito se dá justamente através da passagem da masculinidade para a feminilidade. Porém, a masculinidade, do ponto de vista dos valores do destinador-julgador pais e escola, representa a conformidade com a norma, uma vez que biologicamente Bianca tem o sexo masculino. Diante da sua performance, que implica ruptura com a norma, Bianca será sancionada negativamente. Isso se evidenciará na hostilidade vivida no contexto escolar e na resistência dos pais, que, a princípio, não aceitam a escolha do filho de assumir a identidade feminina.

Bianca manifesta o sentimento de medo diante da hostilidade que por vezes sofre na escola. O medo, como sabemos, é uma paixão. Barros (s/d)⁴⁴, citando Fiorin (1992), explica que, para o autor, há dois tipos de medo: o “medo dissuasório” que faz com que o indivíduo incorpore determinadas normas temendo a sanção imposta caso não se adéque a elas; e o medo do outro, o medo das ações, das privações que esse outro possa vir a causar.

O medo não impede Bianca de prosseguir na sua performance de feminilidade. Trata-se, pois, aqui, do medo do outro, das sanções que esse outro possa aplicar-lhe. Isso significa que a prescrição heteronormativa não encontra muito respaldo no conjunto de valores assumido por Bianca, pois ela não receia ser diferente, mesmo sabendo que há uma normatividade que lhe impõe determinada conduta de gênero. Ela afirma: “Eu sou diferente da maioria, mas pensando bem, todo mundo é diferente de todo mundo, cada um tem seu jeito, seus gostos, cada um tem uma maneira diferente de viver a vida”. Identificamos aqui o tema da afirmação da diferença, instaurado na clara oposição entre o “eu” e a “maioria”.

⁴⁴ BARROS, D.L.P. **A construção discursiva dos discursos intolerantes.** Disponível em: <[http://www.diversitas.fflch.usp.br/files/Texto%20Profa.%20Diana%20Luz%20Pessoa%20de%20Barros%20\(1\).pdf](http://www.diversitas.fflch.usp.br/files/Texto%20Profa.%20Diana%20Luz%20Pessoa%20de%20Barros%20(1).pdf)>. Acesso em: 01/04/2013.

Essa distinção entre os dois tipos de medo – o “medo dissuasório” e o medo do outro – faz parecer que se trata de dois fenômenos absolutamente distintos, como se a norma fosse algo separado dos sujeitos. Porém, é imprescindível lembrar que a hostilidade dos colegas e dos outros agentes escolares decorre da falta que neles se instaura em virtude da quebra de contrato de Bianca com a heteronormatividade. Esse fato mostra que esses sujeitos são sobredeterminados pelo conjunto de valores heteronormativos. É essa discrepância em relação aos valores que deflagra o conflito entre Bianca e os destinadores-julgadores (sujeitos hostis).

3.2. Travestis e Transexuais

Recorrentemente tratamos travestis e transexuais de maneira indistinta. Porém, é preciso deixar claro que essas noções não são totalmente equivalentes, tanto assim que a segunda ainda se inclui na categoria de doença (seria um caso patológico), e a primeira, não – de acordo com a perspectiva médica, que apresentaremos a seguir.

A primeira questão que devemos considerar é que, quando falamos de travestis e transexuais, referimo-nos a indivíduos de determinado sexo biológico que se identificam com a identidade de gênero do sexo oposto. Tanto travestis quanto transexuais demonstram o enorme desejo de forjar o próprio corpo para ajustá-lo à identidade de gênero almejada, o que implica uma série de processos de mudança não apenas do corpo, mas também do comportamento. Os/as transexuais, além de desejar ter um corpo em consonância com a sua subjetividade (que é referente ao sexo oposto), tendem a desenvolver um quadro de angústia e aflição em decorrência do grande “abismo” entre o sexo biológico e o pertencimento identitário, razão pela qual muitos(as) buscam a cirurgia de correção do sexo. Assim, a transexualidade é considerada uma anomalia cerebral que faz com que a imagem que o indivíduo tem de si seja destoante da sua morfologia sexual. Ou, como nos diz Bento (2006, p. 44), “‘transexualismos’ é a nomenclatura oficial usada para definir as pessoas que vivem em contradição entre corpo e subjetividade”.

Definir os limites que demarcam todas as possibilidades de transgeneridade é algo extremamente difícil e até mesmo problemático, especialmente se abraçarmos a tese da diversidade de gêneros, que nos leva a compreender que a identidade deve corresponder à subjetividade do indivíduo, o que a torna extremamente aberta a múltiplas formas de *ser*.

Porém, para compreender melhor o discurso com o qual estamos trabalhando, que procura criar uma representação da transgeneridade, convém conhecer a forma como transexuais e travestis são significados, uma vez que se trata de representações que tendem a ser acionadas pela narradora- protagonista.

De acordo com o que apreendemos nas literaturas sobre esse tema, pudemos verificar que o grande divisor de águas entre a identidade travesti e a transexual seria o desejo e/ou a ocorrência da cirurgia de correção do sexo. Porém, Bento (2006, p. 44) afirma que nem todos os (as) transexuais desejam a cirurgia. Segundo a autora, para alguns indivíduos, o tratamento hormonal e outras formas de transformação do corpo já são suficientes para garantir a identidade. Assim, para Bento, a cirurgia não seria uma condição *sine qua non* para que se trate de um caso de transexualidade. O ponto de vista da autora diverge, nesse sentido, da perspectiva médica⁴⁵, pois, de acordo com o médico Luiz Salvador, membro do Conselho Federal de Medicina, os transexuais são aqueles indivíduos que apresentam um antagonismo profundo entre sexo e mente, desejando, portanto, necessariamente, redefinir seu sexo. Esse aspecto distinguiria, de certa forma, transexualismo e travestismo, tornando-se um fator primordial para que se proceda ou não a cirurgia.

A transexualidade, incluída na categoria de doença pelo Conselho Federal de Medicina, é definida como sendo uma *disforia neurodiscordante de gênero*; daí a justificativa para a intervenção médica; já o travestismo não é concebido e nem tratado como doença. Além disso, enquanto os indivíduos transexuais exprimem enorme aversão pelo seu sexo biológico, travestis podem não ver nenhum problema em conviver com a ambiguidade entre o sexo biológico e a identidade de gênero, chegando mesmo a expressar orgulho do próprio sexo e vendo-o também como fonte de prazer.

Segundo Bento (2006, p.50), a cirurgia de transgenitalização nos indivíduos do sexo feminino “consiste na histerectomia, mastectomia e na construção do pênis”, o primeiro procedimento diz respeito à retirada do aparelho reprodutor e o segundo, à remoção dos seios.

⁴⁵ Segundo Luiz Salvador, membro do Conselho Federal de Medicina, distinguir transexuais de travestis é algo muito complexo. Por essa razão, os candidatos à cirurgia de transgenitalização são acompanhados por uma equipe de múltiplos profissionais pelo período de dois anos, tendo em vista a precisão do diagnóstico. Para o médico, os transexuais apresentam um antagonismo profundo entre sexo e mente, desejando, portanto, redefinir seu sexo, a fim de ajustá-lo à imagem que têm de si. A busca de um corpo cada vez mais consoante com a subjetividade caracteriza os transexuais. O travestismo, por outro lado, não necessariamente diz respeito a indivíduos que têm rejeição pelo seu sexo, podendo estes, inclusive, se arrependerem depois, caso se submetam à cirurgia de correção.

Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=966&sid=9>>. Acesso em: 03 de julho de 2013.

Segundo a autora, as técnicas de construção do pênis ainda são muito precárias e geralmente incorrem em alguns problemas que podem até mesmo levar à morte do pênis (dos tecidos). Por essa razão, é comum os transexuais masculinos (mulheres que se sentem homens) optarem, frequentemente, apenas pela histerectomia e pela mastectomia. Quanto ao processo de transgenitalização nos indivíduos do sexo masculino, este consiste na “produção da vagina e de plásticas para a produção dos pequenos e grandes lábios. A produção da vagina é realizada mediante aproveitamento dos tecidos externos do pênis para revestir as paredes da nova vagina” (BENTO, 2006, p. 50).

Após o procedimento cirúrgico, o próximo passo dado pelos/as transexuais na direção da legitimidade da sua identidade de gênero é a busca do reconhecimento civil, ou seja, a mudança de documentos. Ambos os processos, o cirúrgico e o jurídico não são fáceis, como nos assevera a autora. As/os candidados(as) à cirurgia devem passar por um longo processo que envolve entrevistas, avaliações médicas e psiquiátricas, realização de exames, sessões de psicoterapia, tudo isso tendo em vista a formulação do diagnóstico médico que autoriza ou não a cirurgia e o tratamento hormonal. Já a mudança de documento, geralmente passa pelo constrangimento e pela burocracia. No que diz respeito à identidade civil, as travestis encontram um problema ainda maior. Elas tendem a enfrentar mais obstáculos para conseguir alterar seus documentos pelo fato de não terem se submetido à cirurgia, o que praticamente as obriga a portar um documento cuja imagem e cujo nome destoam da imagem/identidade de gênero que, de fato, esses indivíduos apresentam. Esse fato revela o quanto a heteronormatividade embasa nossas definições de gênero, pois, conforme podemos averiguar, a condição para a mudança de documentos é o ajuste sexo biológico/gênero, quer dizer, a correspondência “natural” estabelecida pelos valores heteronormativos.

Quanto à nossa personagem, Bianca, sabemos tratar-se de uma travesti, conforme informam os idealizadores do vídeo, a ECOS. Num documento expedido por essa ONG, no qual se apresenta e se discrimina o conteúdo do kit “Escola Sem Homofobia”, encontramos a síntese do vídeo *Encontrando Bianca* e a definição da personagem como sendo uma travesti, razão que nos leva a buscar conhecer melhor essa identidade de gênero.

3.3. Travesti – a construção da identidade através do corpo

A transfiguração de um rosto masculino em um rosto feminino na cédula de identidade, a saída da quadra de futebol para a arquibancada, a pintura das unhas de vermelho, a mudança do cabelo e das roupas e a adoção de um nome feminino são elementos que ilustram a transformação vivida pelo sujeito Bianca no seu percurso de conjunção com a identidade feminina, conforme já demonstramos.

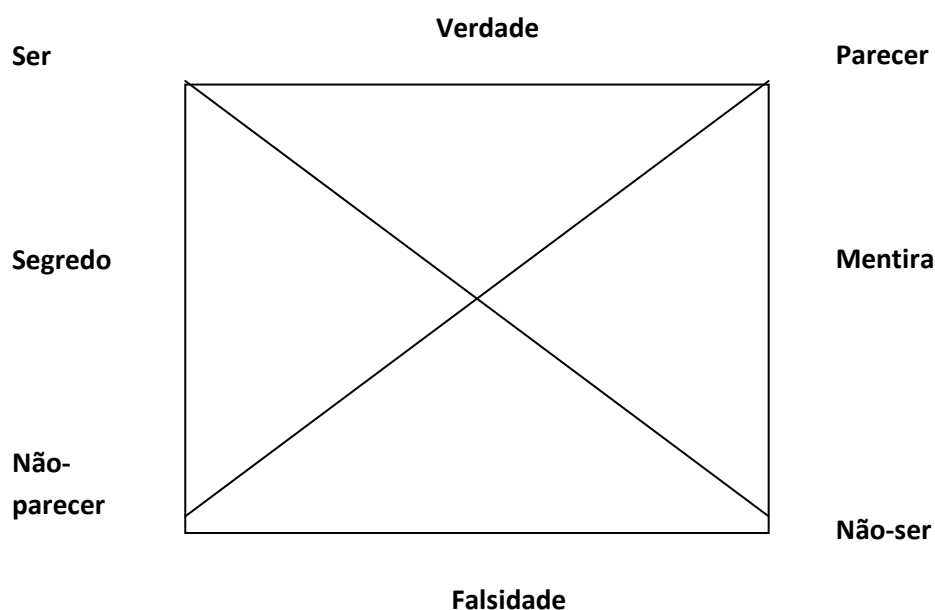
A passagem do sujeito do estado da disjunção para a conjunção com a identidade feminina (operada pelo mesmo ator – Bianca – agora na condição de sujeito de fazer) concretiza-se, no nível discursivo, em dois percursos temático-figurativos que se opõem entre si: o da masculinidade e o da feminilidade. As figuras que nos revelam esse segundo percurso são aquelas que remetem, de certa forma, ao campo semântico do corpo (unhas, cabelos e roupas), o que nos mostra o quanto a construção dessa identidade passa pela corporalidade. Já o percurso da sanção (nível narrativo), que se revela, principalmente, por meio do percurso temático-figurativo da homofobia (nível discursivo), comprova como a temática da reversibilidade de gênero é axiologizada negativamente na perspectiva dos valores heteronormativos.

Esse quadro em que o discurso se configura permite-nos, em última análise, apreender duas concepções diferentes para a identidade de gênero: a construída no bojo da cultura heteronormativa, que compreende sexo/identidade de gênero e orientação sexual como elementos indissociáveis e dados pela natureza; e a que concebe a identidade de gênero como uma construção social e histórica que, conforme afirma Bento (2006, p.78), produz efeitos sobre os corpos e as subjetividades. Sob esse último prisma, verifica-se, pois, que gênero, diferentemente do sexo biológico, não é uma obra da natureza, mas sim uma construção social. Esse fato leva os estudiosos a reconhecerem a pluralidade das identidades de gênero, passando, assim, a conceber gênero e subjetividade fora do tripé clássico da heteronormatividade (sexo/gênero/orientação sexual). Essa concepção se encontra nos estudos sobre gênero, sobretudo nos que foram desenvolvidos ao longo da década de 1990 (BENTO, 2006, p.73), cujas teses foram incorporadas ao que temos chamado hoje de “diversidade de gêneros”. A partir dessa segunda perspectiva, que é a que vemos na narrativa, a identidade de gênero deve corresponder à subjetividade e não à morfologia sexual, o que autoriza as mais diversificadas performances de gênero.

Nesse sentido, o tema da subjetividade se torna central na narrativa, percorrendo todo o texto. Observemos, por exemplo, a forma como o enredo nos é narrado: através de uma personagem (narradora e também protagonista), que nos conta a sua história (memória) referente ao processo de identificação com o gênero feminino. Além disso, a forma como o texto é construído contribui ainda mais para a construção desse efeito de subjetividade. Isso é especialmente evidente no desdobramento da pessoa que assume o discurso do ponto de vista construído pela narrativa: ela transita pelo papel de autor (efeito de autoria próprio de quem conta as próprias memórias); de narrador-protagonista (o que torna o ponto de vista também subjetivo) e ainda de enunciador (é, de certa forma, ela mesma a fonte de valores veiculados no texto). Essa simulação de um indivíduo que toma a palavra e que ainda fala de si e de seus valores mostra o quanto o tema da subjetividade é significado no discurso em estudo.

Esse efeito de subjetividade se mantém no próprio plano de expressão (verbal) por meio das escolhas estilísticas que Bianca faz quando enuncia. Por exemplo, no final da narrativa ela diz: “(...) **sendo quem eu sou, Bianca, é Bianca**” (grifos nossos). Nesse enunciado, identificamos uma amplificação do “eu”, que se revela no verbo “ser” no gerúndio (ideia de continuidade) e, em seguida, no presente do indicativo (presente durativo): “sou”, mais o aposto (Bianca), que é uma forma de nomeação do próprio eu que enuncia, e por fim, a reiteração (é Bianca). Como se vê, há uma espécie de acumulação do “eu” que reforça o tom individualizante/subjetivo, o que nos remete ao tema da afirmação da identidade que se dá por meio da autoidentificação.

Por fim, no âmbito das modalidades veridictórias, podemos identificar as categorias *ser versus parecer* que sustentam o texto. Vejamos sua disposição no quadrado semiótico, conforme proposto por Greimas & Courtés (s.d, p. 488).



Nesse sentido, se fôssemos observar a partir da perspectiva heteronormativa, que não legitima a identidade feminina de Bianca, teríamos algo do tipo, Bianca *parece* (mulher) mas *não é*, o que constituiria uma mentira, algo não desejável e, portanto, negativo, tendo em vista os valores da ideologia heteronormativa. Porém, o discurso em estudo procura justamente atribuir valor positivo ao aspecto subjetivo da identidade de gênero, de modo que o sujeito Bianca chega ao fim da narrativa *parecendo e sendo* mulher (pelo menos do seu ponto de vista, que é o que importa, afinal), o que aponta para o eixo da verdade no quadrado semiótico. Podemos dizer, assim, que, em várias instâncias (níveis, categorias) a subjetividade atravessa o texto, constituindo-se como seu elemento dorsal.

A imagem positiva de Bianca, construída no/pelo discurso, diverge sobremaneira da imagem da identidade travesti, de acordo com os valores da sociedade heteronormativa. Como já expusemos, essa é a identidade mais estigmatizada no escopo das identidades homossexuais, não raramente sendo relacionada à prostituição, à promiscuidade e remetendo também a um indivíduo “afetado”. Nesse sentido, fica patente que há, no vídeo em foco, um apagamento da imagem estigmatizada, que se dá, especialmente, por meio das características positivas atribuídas à personagem: um sujeito que é bom aluno, que respeita e que luta. Esse investimento de valores positivos na representação da homossexualidade corresponde ao mesmo processo que identificamos nos vídeos *Medo de quê?* e *Boneca na mochila* (e que consideramos, como explicaremos mais adiante, um processo de “re-apresentação” da homossexualidade). Trata-se, de modo geral, da atribuição de valores axiologicamente

positivos para os sujeitos que divergem dos padrões heteronormativos, inscrevendo-os, assim, na desejada normalidade e tornando-os elementos eufóricos do/no discurso.

3.3.1. Um corpo que significa

Pudemos verificar, na narrativa, que a identidade travesti relaciona-se, de modo indissociável, à conquista do corpo que comunica a identidade de gênero desejada. Isso se mostra claramente no processo de minimização da masculinidade e na aquisição da feminilidade pelo sujeito Bianca. Nesse sentido, o corpo se torna um elemento central no processo de construção identitária do gênero travesti; o que se mostra em sintonia com as pesquisas sobre essa questão, que, via de regra, apontam para a busca do corpo perfeito, conseguido através de tratamentos hormonais, de cirurgias estéticas, da vestimenta e da gestualidade.

A identidade, como sabemos, é algo social, ou seja, construímos nossas identidades de acordo com as relações sociais que estabelecemos. Daí a relação identidade e papel social, por exemplo. Porém, é inegável que a identidade articula-se à subjetividade, que mostra a forma como o sujeito quer ser visto, ainda que ele não esteja muito consciente disso. Assim, a construção da identidade se dá numa via de mão dupla entre o individual e o social. Conforme explica Maheirie (2002, p. 35):

Sendo corpo e consciência, ao mesmo tempo, o sujeito é objetividade (pois é corpo) e subjetividade (pois é consciência), não podendo ser reduzido a nenhuma destas duas dimensões. O Eu, ou a identidade, ou a especificidade do sujeito, aparece como produto das relações do corpo e da consciência com o mundo, consequência da relação dialética entre objetividade e subjetividade no contexto social.

Quando voltamos nossa atenção para o título do vídeo: *Encontrando Bianca*, detectamos justamente essa dimensão da identidade. Vejamos: o verbo no gerúndio *Encontrando*, descreve uma ação processual, que se refere à transformação do sujeito José Ricardo em Bianca, ou seja, a disjunção com a identidade de gênero masculina para a conjunção com a identidade de gênero feminina. Esse processo se dá primeiramente com o próprio sujeito, que não se identifica com o gênero masculino (nega aquele cabelo e aquelas

roupas de menino) e passa a investir na identidade feminina (pintando as unhas, usando roupas femininas, etc.). Isso quer dizer que o processo de encontrar Bianca refere-se primeiramente ao próprio sujeito (que encontra a si mesmo) e que, concomitantemente, revela-se para o outro. Assim, a conquista do corpo é uma realização do sujeito, que o ajusta à sua subjetividade, mas faz também ajustes com a sociedade, enquadrando-se em um gênero/papel social que, na verdade, preexiste a esse enquadramento.

Percebemos, pois, que a conquista do corpo “perfeito” relaciona-se estritamente com a construção identitária da travesti, revelando-nos tanto a subjetividade do sujeito, a consciência que ele tem de si mesmo, quanto a relação do sujeito com o mundo, a forma como ele quer ser percebido pela sociedade. Esse fato aponta para a clara articulação corpo/identidade no que tange especialmente aos(às) travestis e transexuais.

Autores como Garcia (2008) e Jayme (2001) demonstram, em seus trabalhos, o quanto o corpo se mostra fundamental no processo de construção da identidade travesti. O termo “montar-se” é largamente utilizado por esses sujeitos para se referir à sua transformação corporal, cujo objetivo é a conquista de um corpo cada vez mais feminino. Esse processo, como foi dito, se dá por meio do uso de roupas femininas e de maquiagem, da realização de tratamentos hormonais, de cirurgias estéticas, de cuidados com os cabelos etc. É importante salientar que a duração da montagem é um elemento utilizado pelas próprias travestis para definir diferentes tipos de transgêneros: *24 horas* define as travestis; *para sempre*, as transexuais; *dia-noite*, as transformistas e, *às vezes*, drag-queens (JAYME, 2001, p. 81). É claro que esse aspecto não fixa nunca os limites entre uma e outra identidade, mas não deixa de realçar que o corpo se torna praticamente a própria identidade. Ou, como afirma Jayme (2001, p.81), “Talvez seja a ação mais importante [o montar-se] porque através dela há uma redefinição e exibição das performances de gênero e, daí, a construção e reconstrução também das identidades”.

O resultado é o que Garcia (2008) percebe como uma hiper-feminilidade e uma super-sensualidade das travestis. Mostrar-se mais feminina e mais sensual foi um anseio revelado por praticamente todas as travestis entrevistadas pelo autor. Nessa perspectiva, quando descreve essas identidades utilizando os prefixos hiper- e super-, que denotam excesso, abundância, ele aponta para um tipo de feminilidade que, de certa maneira, diverge da performance feminina inerente ao padrão heteronormativo.

Outro aspecto ainda relacionado ao corpo, revelado tanto no trabalho de Garcia (2008) quanto no de Jayme (2001), é a constante disciplinarização ou controle por que passam as travestis para que a performance de feminilidade se realize. Nesse sentido, o corpo é submetido a cuidados quase diários na tentativa de “apagar”, o máximo possível, os traços de masculinidade. Assim, os pêlos devem ser retirados, a voz deve ser controlada para parecer menos rouca e masculinizada, o pênis deve ser escondido (“mala encubada”), as sobrancelhas precisam manter-se finas e a postura do corpo deve garantir uma gestualidade também feminina; tudo para que uma imagem de mulher sobressaia no corpo, que é naturalmente masculino. Logo, o corpo é a interface entre o sujeito e a sociedade: além de satisfazer a própria subjetividade, precisa ser reconhecido pela sociedade. Como diz Jayme (2001, p. 98), o corpo-significante é “nos termos de Giddens, um sistema-ação vinculado à experiência, à vivência cotidiana e a formulação da identidade pessoal e de uma nova subjetividade que mostra (através do controle do corpo) o que significa”.

3.4. Travesti, prostituição e exclusão social

Ficou patente, nas pesquisas consultadas sobre as identidades de gênero travesti, a estreita relação travesti/prostituição, confirmando parte do imaginário social a respeito de indivíduos desse gênero, geralmente concebidos como extremamente sexualizados e promíscuos. A respeito dessa questão cabe destacar duas coisas: 1) essa relação (travesti/prostituição) não diz respeito à realidade de todas as travestis; 2) por mais que possa parecer um caminho “natural” a seguir, tal realidade se explica pelo sério quadro de exclusão e abandono a que muitas delas são submetidas quando resolvem assumir permanentemente a identidade feminina. Nesse sentido, a prostituição se torna uma possibilidade “atraente”, por viabilizar, além de recursos financeiros, a socialização e o maior contato com outras travestis.

Fato é que a relação travesti/prostituição mostra o quanto a imagem ou a representação das travestis é construída a partir da imagem do próprio sexo. Tratar-se-ia, porém, de um sexo diferente daquele previsto pela heteronormatividade, que se dá no interior de uma relação monogâmica e heterossexual. O fato de se associarem as travestis à hiper-sexualidade e à super-sensualidade aponta para uma performance sexual que passa longe da prática “higienizada” que se estabeleceu no século XVIII (FOUCAULT, 1999). Fora dos limites do sexo “saudável”, elas são vistas também como imorais e portadoras de doenças sexualmente

transmissíveis, especialmente a Aids. O mais importante a se observar é que essa relação travesti/sexo “sujo” e imoral, que parece se construir naturalmente, é fruto de um forte sistema de exclusão, ainda muito pouco denunciado. Essa realidade colabora para que as travestis sejam vistas como objetos sexuais disponíveis, fato que explica o elevado número de abusos sexuais que elas sofrem, inclusive no interior das próprias instituições escolares.

No discurso em análise, fica evidente que a personagem Bianca diverge bastante dessa representação mais pautada no senso comum e que foi historicamente construída acerca das travestis. Isso se deve ao fato de estarmos lidando (neste e nos demais vídeos) com um contradiscurso, ou seja, com pronunciamentos discursivos que procuram justamente desestabilizar e desautorizar a rede de já-ditos que os precede no que tange à homossexualidade e identidade de gênero. Assim, a tônica do discurso recai sobre a construção de uma imagem positiva das identidades de gênero e das homossexualidades, com o intuito de tornar esses personagens legítimos também na perspectiva do enunciatário. Daí Bianca ser boa aluna, tirar boas notas e ainda querer ser professora, o que a torna um sujeito em conjunção não somente com as práticas, mas também com o mérito escolar.

É relevante verificar que a representação do ideal meritocrático, inerente à constituição da personagem Bianca, acaba por minimizar uma face da realidade escolar que já foi longamente denunciada, especialmente a partir das reflexões de Bourdieu (1998)⁴⁶. O autor observou que fatores como gênero, condição socioeconômica, etnia, relações familiares etc. interferem, de forma bastante expressiva, no sucesso ou no insucesso escolar. O ideal meritocrático, por sua vez, atribui o sucesso ou o insucesso ao indivíduo, à sua própria realização, afastando as variáveis sociais que incidem diretamente sobre o processo escolar.

Desse modo, se a perseverança de Bianca nos revela uma personagem que vive a sua identidade de forma resolvida e longe da imagem estigmatizada e, por isso, vitimizada das travestis, tal configuração discursiva, se não silencia, apaga boa parte da conflituosa história da relação travesti/escola⁴⁷, deixando de denunciar o real impacto da violência, que não é

⁴⁶ NOGUEIRA, Claudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice A sociologia da educação de Pierre bourdieu: limites e contribuições. *Educação e sociedade*, ano XXIII, n.78, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf>>. Acesso em: 13/06/ 2013.

⁴⁷ O impacto das ações coercitivas promovidas na/pela escola é tão grande que, para se ter uma ideia, apenas no ano de 2012, uma tese de doutorado foi defendida por uma travesti, Luma Andrade, autora do trabalho intitulado “Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa”, que foi defendido na Universidade Federal do Ceará. Segundo informações de Santos (2009), grande parte dos adolescentes travestis deixa a escola antes mesmo de concluir o ensino fundamental, fato que inegavelmente os torna vulneráveis ao mercado do sexo.

apenas simbólica, mas, muitas vezes, física e sexual. Esse ocultamento certamente se deve às próprias condições de produção do discurso, entre as quais, a finalidade que parece comum a todos os vídeos: a de valorizar as identidades homossexuais e a diversidade de gênero, renegando toda forma de discriminação (homofobia). Assim, a narrativa apresenta-nos um novo sentido, que rompe com a memória já construída e historicamente transmitida, apesar de ainda assim comunicá-la, já que esse é um pressuposto para que o discurso se torne inteligível.

Verificamos que esse discurso se assemelha ao dos dois outros vídeos já analisados, na medida em que busca construir uma imagem positiva da homossexualidade. A diferença maior reside no fato de que *Medo de quê?* e *Boneca na mochila* falam sobre a homossexualidade e o homossexual, enquanto, em *Encontrando Bianca*, a voz é dada ao próprio sujeito. A homofobia, por sua vez tangencia o discurso, integrando, em geral, o percurso da sanção (cognitiva e pragmática): o reconhecimento e o castigo atribuídos ao sujeito que não age em conformidade com os padrões heteronormativos que regulam a sociedade em geral. De outro ponto de vista, ela poderia também ser concebida como um antissujeito, porque funciona como um obstáculo que impede (tenta impedir) a conjunção do sujeito homossexual com o objeto-valor identidade e vivência homossexual. A ação do antissujeito, porém, não é suficiente para impedir a realização da performance do sujeito, que culmina com a conquista do objeto-valor.

Mais uma vez, a família e a escola são figuras que aparecem na teia discursiva incorporando o tema da repressão e do controle institucional heteronormativos, axiologizados negativamente. Essas duas figuras atuam discursivamente como espaços (lugares “privilegiados”), onde ocorre o conflito entre homossexualidades e heteronormatividade. Na sua condição de destinadores-delegados da sociedade (no nível narrativo), eles não apenas manipulam os sujeitos para que se comportem de acordo com os valores da heteronormatividade, mas também sancionam negativamente aqueles que não se encontram em conformidade com a norma.

1. Sinopse



O vídeo, que se estrutura, grosso modo, como uma narrativa em quadrinhos, conta, em terceira pessoa, a história de um garoto, Leonardo, que se muda de cidade e que, inicialmente, receia o fato de ter que deixar para trás sua história, sobretudo, o relacionamento com a namorada, Carla. A mudança, naturalmente, traz algumas implicações para a vida do jovem, que precisa adaptar-se à nova escola, fazer novos amigos e superar o medo de não gostar de alguém da forma como ele gostava de Carla. Leonardo

torna-se amigo de Mateus, um garoto homossexual que o ajuda na adaptação aos novos colegas e à nova cidade. É através dele que Leonardo conhece Rafael, primo do amigo que também estava prestes a se mudar para outra cidade. Os dois jovens conversam por muito tempo durante uma festa e, ao se despedir de Rafael, Leonardo se percebe atraído por ele, tal como se sentia em relação à antiga namorada. Após se sentir confuso por algum tempo, já que nunca havia passado por uma situação como essa, Leonardo se vê feliz diante da possibilidade de gostar tanto de meninas quanto de meninos.

2. Descrição e análise da narrativa

Momento 1

Este é Leonardo, e este é seu quarto, pelo menos por enquanto, pois Leonardo precisa se mudar, ele sempre morou na mesma casa e, de repente, vai ter que ir para outra cidade. Dentro dessas caixas, Leonardo está guardando suas coisas mais preciosas, seus discos, livros, fotos, mas a única coisa que ele realmente quer levar não pode ser guardada numa caixa. Leonardo precisa se separar de Carla, e isso o deixa muito triste; ele nunca tinha ficado com uma garota antes e agora que eles se encontraram, ele precisa ir para longe.

Leonardo tem medo de nunca mais gostar de alguém como gosta de Carla. Ele também tem medo de não conseguir encontrar novos amigos e não sabe nada sobre a escola em que irá estudar.

Como foi dito na sinopse, a narrativa é conduzida pela voz de um narrador em terceira pessoa que nos conta a história de Leonardo. O jovem está em seu quarto, rodeado de caixas, preparando suas coisas para a mudança. Evidentemente, Leonardo sente-se receoso diante da nova rotina que assumirá, o que implica conhecer novas pessoas, adaptar-se à nova escola e deixar para trás o seu relacionamento com Carla – a primeira garota com quem ele havia ficado e pela qual tinha muito afeto, conforme nos descreve o narrador.

Nesse início da narrativa verificamos que o personagem principal, Leonardo, é um sujeito que está prestes a passar por uma transformação, que o levará à disjunção com coisas antigas (a vida na antiga cidade, a escola, a namorada) e à conjunção com coisas novas. Por essa razão, ele está triste, sobretudo pela disjunção que se anuncia com o objeto-valor maior: a namorada Carla, como mostra o enunciado: “mas a única coisa que ele realmente quer levar não pode ser guardada numa caixa. Leonardo precisa se separar de Carla”. Isso quer dizer que ele pode levar objetos de menor valor (discos, livros etc) que, de certa forma, lhe permitirão resgatar o passado, mas o que o deixa mais triste é a privação do relacionamento amoroso com Carla, em função da mudança de cidade. O resultado, como nos deixa saber o narrador, é a insatisfação de um sujeito que, na sua relação com o Ov maior, é modalizado pelo querer, mas não pelo poder-ser (efeito passional relacionado à insatisfação).

Quando o diretor da escola apresentou Leonardo para sua nova turma, ele ficou envergonhado. Os alunos estavam fazendo um trabalho em grupo e não pareciam interessados em saber quem ele era. Ainda bem que apareceu o Mateus... Mateus foi muito legal com Leonardo e o chamou para entrar no seu grupo.

Mateus apresentou Leonardo aos seus amigos. Quanto mais Leonardo conhecia Mateus, mais gostava dele. Os dois foram descobrindo que tinham diversas coisas em comum, e o que parecia incrível, Mateus também colecionava discos de vinil. Enquanto Leonardo contava para o novo amigo sobre sua antiga escola e as coisas que tinha feito, Mateus apresentava para Leonardo a sua nova cidade, e, felizmente, Mateus conhecia muitos lugares e pessoas legais.

Ao começar sua rotina na nova escola, Leonardo sente vergonha, paixão que nos revela um sujeito inibido e tenso diante da novidade, algo que é atenuado quando Mateus o chama para entrar no seu grupo. A relação de amizade entre Mateus e Leonardo vai se solidificando com o passar do tempo. Isso pode ser verificado no uso da expressão adverbial *quanto mais ... mais*, que denota a ideia de acréscimo e também de intensidade. Verificamos que Mateus atua na narrativa como sujeito adjuvante, pois ajuda Leonardo a realizar as performances requeridas pela nova situação. Aqui já podemos vislumbrar um sujeito (Leonardo) relaxado, destituído das tensões advindas da insatisfação, da tristeza, do medo e da vergonha.

Um dia Leonardo estava andando na escola com Mateus, e alguns garotos começaram a apontar para eles e rir. Os garotos gritavam e ridicularizavam os dois, chamando-os de namoradinhos. Leonardo pensou em reagir, mas Mateus o impediu. Depois Mateus contou para Leonardo uma coisa que nunca tinha tido coragem de dizer para nenhum outro amigo: Mateus contou que era gay. A princípio Leonardo ficou chocado com a revelação de Mateus. Por que Mateus tinha demorado tanto para contar? Afinal, eles não eram amigos?

Depois Leonardo lembrou dos garotos no corredor, seus dedos apontados, e entendeu os motivos de Mateus. Percebeu que o amigo confiava nele. Leonardo teve vontade de fazer mais perguntas, mas ficou com vergonha. Acabou agindo como se nada tivesse acontecido, e os dois continuaram tão amigos quanto antes.

Se, nos trechos anteriores, os temas dominantes (nível discursivo) eram mudança e (re)adaptação, aqui, ao contrário, sobressaem os temas da homossexualidade e da homofobia. O primeiro se instaura quando Marcelo revela a Leonardo que é gay. Do ponto de vista veridictório, temos a passagem do segredo (ser e não parecer) à verdade (ser e parecer homossexual). O fato, porém, apesar de causar curiosidade em Leonardo, não é recebido com estranhamento. A curiosidade, lembremos, é uma paixão decorrente do querer-saber, o que pressupõe o desconhecimento. De modo contrário agem os outros garotos da escola que, ao verem Leonardo e Mateus juntos, expressam estados patêmicos de aversão e reprovação diante do “pressuposto” relacionamento homossexual dos dois. As figuras *zombar*, *apontar* e *ridicularizar* constituem o percurso temático-figurativo da hostilidade escolar (homofobia).

Com relação aos percursos narrativos que, mesmo quando não se apresentam de forma explícita na tessitura do texto, podem ser recuperados por pressuposição, podemos verificar que estamos diante do percurso (e do programa narrativo – PN – correspondente) da sanção. Leonardo e Mateus tiveram suas possíveis performances homossexuais julgadas e apreciadas de modo negativo pelos destinadores-julgadores colegas (delegados das instâncias maiores escola /sociedade). A sanção cognitiva se dá por meio do reconhecimento da (possível) relação homossexual do par; a pragmática pelos dedos em riste, pela zombaria e pela ridicularização (associadas, no nível discursivo, ao tema da homofobia).

Se os PNs se pressupõem, isso significa que houve antes PNs de manipulação, de atribuição de competência e de performance (aqui apenas imaginada). A manipulação advém, como ocorre nos outros vídeos, da ideologia heteronormativa. A competência, por sua vez, em consonância com os valores heteronormativos, decorreria da própria “natureza”, que determinaria a performance de gênero e também a orientação sexual dos indivíduos, implicando, dessa forma, um dever-fazer condizente com a heterossexualidade. Assim, quando os destinadores-julgadores acreditam que Leonardo e Marcelo são um casal homossexual, eles avaliam que os dois garotos encontram-se em desacordo com o quadro de valores no qual eles deveriam, obrigatoriamente, se inserir, o que resulta na sanção negativa.

Um dia, durante o recreio, Mateus convidou os colegas para a festa de despedida de um primo. Leonardo gostou da ideia, pois ainda não tinha ido a nenhuma festa desde que se mudara.

Quando Leonardo chegou na festa ficou um pouco tímido, pois não conhecia ninguém, além de Mateus. Mas logo Mateus apresentou Leonardo para seu primo Rafael. Mateus contou para Leonardo que Rafael também ia mudar de cidade, e que estava triste por deixar a escola e os amigos.

Leonardo achou engraçado quando se viu dando conselhos para Rafael. Rafael achou legal conhecer alguém que tinha acabado de passar por uma situação como a sua.

Vendo como Leonardo já tinha feito amigos e estava gostando de sua nova cidade, Rafael se sentiu mais confiante com a mudança e, pela primeira vez, pensou que coisas boas também poderiam surgir, que iria conhecer pessoas e lugares diferentes.

O fato é que os dois conversaram a noite inteira e gostaram muito um do outro. No fim da noite, Leonardo ficou triste, pensando que, no dia seguinte, Rafael iria se mudar. E quando foram se despedir, Leonardo sentiu uma coisa que nem ele mesmo esperava: depois de um longo abraço, ele teve vontade de beijar Rafael. Leonardo saiu da festa muito confuso, nessa noite. Leonardo não conseguiu dormir, tamanha sua surpresa. Será que ele era gay? Nunca tinha sentido vontade de ficar com um menino antes. Mas tinha gostado de Rafael e inegavelmente sentiu atração por ele. Mas e a Carla? Ele também tinha sentido a mesma coisa por ela... O que estava acontecendo?

Aqui percebemos que uma transformação importante se dá com o sujeito Leonardo. Se, a princípio, observamos o processo de construção da relação de amizade entre Leonardo e Rafael, logo em seguida, verificamos que Leonardo manifesta, além de afeto, desejo pelo novo amigo, sentindo atração sexual e vontade de beijá-lo. Temos aí, tanto na figura do beijo, quanto no tema da atração sexual, a constituição do percurso temático-figurativo da homoafetividade.

Esse acontecimento rompe, por completo, com a rotina até então vivenciada pelo personagem Leonardo, alterando seu estado de alma: ele fica confuso quando se vê tomado por tal sentimento. As noções de *acontecimento* e *rotina* (ou *exercício*) integram o quadro da semiótica tensiva, um dos desdobramentos mais recentes da semiótica dita *standard*. Sem a pretensão de nos aprofundarmos na vertente tensiva, diremos apenas que o acontecimento, segundo Zilberberg (2007), desestabiliza o previsível inscrito na rotina do sujeito, entrando no seu campo de presença de forma inesperada, abrupta e “tomando-o de assalto”. Em outras palavras, o acontecimento desestabiliza o sujeito, envolvendo-o em suas “malhas”.

É exatamente o que ocorre com Leonardo. O acontecimento de descobrir-se atraído por um indivíduo do mesmo sexo rompe com suas certezas de até então, entrando de maneira

inesperada, abrupta, no seu campo de presença e apreendendo-o. Relacionando essa questão com categorias do percurso gerativo, vemos um sujeito modalizado pelo querer, mas também pelo não saber (“nunca tinha sentido vontade de ficar com um menino antes (...) o que estava acontecendo?”), o que implica, no nível discursivo, o tema do desconhecimento de sua (de Leonardo) atração pelo mesmo sexo.

Momento 7

5’55”

No dia seguinte Leonardo mal conseguia prestar atenção na aula de matemática, pois estava cheio de dúvidas. Será que Mateus poderia ajudá-lo? Leonardo olhou para o lado e viu Bia, que também estava olhando para ele. Fazia tempo que os dois estavam numa troca de olhares animadora. Leonardo teve certeza de que se tivesse oportunidade também ficaria com a Bia. E foi copiando a lição de probabilidade que Leonardo teve um estalo.

Por que precisaria decidir entre ficar só com garotas ou só com garotos, Se ele se interessava pelos dois? E ele não era de se interessar por qualquer um, pelo contrário, era difícil ele querer ficar com alguém. Mas quando ele gostava, não importava se era garoto ou garota. E gostando dos dois, a probabilidade de encontrar alguém por que sentisse atração era quase cinquenta por cento maior. Tinha duas vezes mais chances de encontrar alguém.

O estado de alma alterado e em conflito de Leonardo, diante do acontecimento de descobrir-se atraído por Rafael, perdura até o dia seguinte. Esse estado tenso e irrequieto do sujeito se explica pelo confronto que se estabelece entre o saber ser heterossexual e a possibilidade de vir a ser homossexual.

No entanto, durante a aula de matemática, cuja lição era probabilidade, Leonardo se depara com uma forma de resolver o seu conflito: ele percebe que poderia gostar tanto de garotos quanto de garotas. A palavra “probabilidade” funciona, assim, no nível discursivo, como um conector de isotopias. De acordo com Lara & Matte (2009, p. 75), na trilha da semiótica greimasiana:

Conectores são lexemas ou sintagmas da instância da manifestação textual que podem ser lidos simultaneamente em dois (ou mais) planos isotópicos. Essa função é desempenhada, em geral, por metáforas e metonímias que, dessa forma, deixam de ser figuras de palavras para se tornarem figuras de discurso. Os conectores instalam, pois, leituras coexistentes e parcialmente concorrentes de uma mesma significação (grifos do original).

O lexema probabilidade, que inclusive dá título ao vídeo, funciona, assim, como um conector de isotopias, podendo ser lido, nesse caso, tanto na isotopia (ou no plano de leitura) da matemática, quanto na da orientação sexual. Na primeira, diz respeito à verificação da possibilidade de ocorrência de determinados fatos; já na segunda, refere-se à *possibilidade*, no sentido de ser legítimo ou permitido. Nesse sentido, no fim das contas, Leonardo se vê como um sujeito que, matematicamente, teria mais oportunidades de se realizar afetiva e sexualmente, pois suas chances (a probabilidade) de gostar de alguém são cinquenta por cento maiores, com relação à realidade de hétero e de homossexuais. A construção desse novo saber permite que o sujeito estabeleça outro contrato sexual: desta vez, com a bissexualidade, o que o destitui, assim, das paixões da dúvida e da aflição, vivenciadas anteriormente.

3. Retrato discursivo

3.1. A bissexualidade e as fissuras da identidade sexual

O vídeo *Probabilidade*, que, como foi dito, é narrado em terceira pessoa, é apresentado ao espectador por meio de uma série de imagens semelhantes a desenhos manualmente produzidos, o que o aproxima do gênero história em quadrinhos. As imagens são estáticas e o transcorrer das ações se dá através da sucessão entre uma imagem e outra, mostrando novos fatos que vão sendo relatados pelo narrador. Isso cria um efeito de distanciamento entre o narrador e o fato narrado (porque ele não é parte da história) e, conseqüentemente, de maior objetividade, o que o distingue dos vídeos *Encontrando Bianca* ou mesmo *Medo de quê?*. Com relação ao primeiro, vimos que se trata de um narrador que fala de si próprio, o que instaura um maior efeito de subjetividade. Já no segundo, a narração se dá especialmente por meio do lápis animado que escreve sozinho e que, por vezes, figura como um personagem. Esse fato, apesar de minimizar a presença de um narrador, permite-nos apreender uma participação significativa dele (lápis-narrador) naquilo que é narrado; ele atua, de certa forma, na própria narrativa, comprometendo-se com ela.

Em *Probabilidade*, o conflito narrativo, ao contrário do que possa parecer a princípio, não gira em torno da mudança de cidade vivida pelo personagem, mas, sim, do momento em que Leonardo se vê repentinamente atraído por um garoto, o que o faz cogitar a possibilidade de ser homossexual. Porém, percebendo que o seu desejo por garotas e por garotos é

praticamente igual, ele não se vê diante da obrigação de escolher entre um e outro, assumindo, portanto, a bissexualidade. Este é o tema central que pode ser percebido na ambiguidade que se instaura quando o sujeito do nível narrativo se vê diante de dois objetos-valor diferentes, mas igualmente desejáveis, ou seja, a atração pelo sexo feminino e também pelo sexo masculino: “Por que precisaria decidir entre ficar só com garotas ou só com garotos, se ele se interessava pelos dois?”.

Nesse sentido, o conflito vivido pelo sujeito decorre de um claro regramento social, que estabelece que o indivíduo deve inclinar-se para um ou outro sexo, preferencialmente, para o sexo oposto, assumindo, assim, aquilo que é preconizado e valorizado pela sociedade: a heterossexualidade. Quando Leonardo pergunta por que precisaria escolher, ele nos deixa apreender, claramente, a modalidade deôntica do dever, o que mostra um sujeito (sobre)determinado pela obrigatoriedade. Porém, o sujeito não se deixa manipular por esse quadro heteronormativo de valores, estabelecendo um contrato consigo mesmo que lhe permite escolher, simultaneamente, os dois objetos-valor, negando-se, pois, a restringir-se a apenas um deles. Esse novo contrato não é estabelecido com a heterossexualidade, nem tampouco com a homossexualidade, mas com a bissexualidade, que diz respeito a uma orientação afetiva e sexual que se esteia na dualidade.

Não é difícil perceber que a bissexualidade não se encontra em sintonia com a heteronormatividade. Aliás, a questão da não aceitação da bissexualidade é incorporada até mesmo no âmbito das homossexualidades: conforme já expusemos, quando falamos da homofobia e das identidades homossexuais, há uma visível resistência em se atribuir legitimidade às identidades bissexuais no circuito LGBT.

É significativo observar que, enquanto a heterossexualidade e a homossexualidade já alcançaram o “*status*” de identidade, a bissexualidade, apesar de fazer parte da chamada “sopa de letrinhas” LGBT, que se refere às identidades homossexuais – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) –, não encontra o mesmo reconhecimento no interior da comunidade gay.

O não reconhecimento na esfera das próprias homossexualidades apenas faz reverberar o não reconhecimento social como um todo. Isso se mostra de forma contundente nas escassas pesquisas sobre a bissexualidade, inclusive a masculina, como revela Seffner (2003, p. 22), em sua tese de doutorado. O autor observa que existe uma representação social negativa dos bissexuais, frequentemente associada à prostituição, à promiscuidade e também à transmissão

de doenças sexualmente transmissíveis. A esse respeito, cabe destacar que a imagem da promiscuidade é claramente contra-argumentada por meio do próprio sujeito da narrativa sobre o qual o narrador diz: “E ele não era de se interessar por qualquer um, pelo contrário, era difícil ele querer ficar com alguém”.

Não é muito difícil compreender porque isso se dá. Conforme já mencionamos, nossa sociedade se construiu sobre os valores heteronormativos que foram instituídos já na história das relações de gênero. A partir daí, estabeleceu-se o par masculino/feminino, com os seus papéis e sexualidades muito bem determinados. Também sob a perspectiva heteronormativa foi prescrita uma sexualidade que deve ser “unidirecionada”. Nessa perspectiva, a ideia de uma sexualidade bipartida passa a ser vista como algo anormal e, por isso, não aceitável.

Isso pode ser visto de forma bem contundente na psicanálise, como mostra Seffner (2003), a partir da leitura que faz de Freud:

Com relação ao comportamento dos invertidos, Freud esboça uma pequena classificação. Os invertidos absolutos seriam aqueles que elegem como objeto sexual exclusivo indivíduos do próprio sexo. Os invertidos afigênicos, ou hermafroditas psicossociais, tanto podem ter objetos sexuais do próprio sexo como do sexo oposto. E finalmente podemos ter os invertidos ocasionais, em que a influência de certas condições exteriores seria a responsável pela adoção de objetos sexuais do mesmo sexo, obtendo com ele satisfação através de relações sexuais. (SEFFNER, 2003, p.47).

Segundo o autor, apesar de a psicanálise ter concebido a bissexualidade como um processo natural do desenvolvimento da sexualidade, ela não deixou de reafirmar a ideia de uma libido única e essencialmente masculina ou feminina (SEFFNER, 2003, p.48). Assim, podemos observar que as elaborações em torno da sexualidade foram feitas a partir de um padrão já previamente estabelecido, que é a heterossexualidade, tida como o princípio da normalidade. Desse modo, todos os outros comportamentos afetivos e sexuais que não se ajustavam a ela foram classificados, de algum modo, como desvio.

O imaginário social reproduz essa realidade, senão tratando a bissexualidade como doença, concebendo-a, principalmente, como perversão, imoralidade e indecência. Fato é que estabelecemos historicamente uma sexualidade que, como sustentou Freud, deveria eleger um único objeto de desejo. Além disso, como vimos em Foucault (1998), construímos ao longo da história eficientes formas de controle e regramento do sexo, que se manifestam, por exemplo, na legitimidade da relação monogâmica, respaldada na fidelidade.

Nesse processo, diferentes modos de controle do sexo foram estabelecidos, mostrando-nos o desenvolvimento de uma “moral sexual”. No âmbito do cristianismo, que teve grande influência sobre o comportamento sexual da sociedade ocidental, um conjunto de critérios foi determinado, de modo a reger o sexo. São exemplos: o estabelecimento do casamento como pré-requisito para a vida sexual, a instituição da monogamia, da fidelidade e a separação entre sexo e desejo (sexo = reprodução). Essa moral cristã ajudou a criar um conjunto normativo para a prática sexual, de modo que tudo aquilo que nele não se encaixasse, como a homossexualidade, por exemplo, fosse considerado perversão, pecado, luxúria, abominação etc.

O importante, porém, é que nessa história não somente a heterossexualidade foi estabelecida, mas também uma forma correta de ser heterossexual. Atualmente, apesar de a nossa conjuntura social já ter construído outras formas de regular o sexo, ainda nos alimentamos muito do que historicamente se consolidou: a relação monogâmica e a fidelidade, por exemplo, continuam sendo muito valorizadas em nossa sociedade. Essas noções foram incorporadas não apenas ao papel sexual, mas também ao social. Ser monogâmico e fiel é estar inserido num certo domínio ético/sexual. Esse pressuposto, embora seja um emblema da heteronormatividade, não se restringe apenas às relações heterossexuais. Isso explica a resistência que bissexuais encontram mesmo no âmbito LGBT, resistência que se dá geralmente sob o argumento de que os bissexuais são inconstantes, infiéis e/ou homossexuais não assumidos.

Nesse raciocínio que o trabalho de Seffner (2003) aponta, podemos verificar claramente uma forma de controle sobre a sexualidade, muito semelhante, aliás, ao que se estabeleceu na esfera da heteronormatividade. Além de a inconstância e a infidelidade serem axiologizadas de modo negativo, estabelece-se aqui uma forte relação entre sexo e identidade. Ser homossexual pressupostamente não assumido é uma razão (ou uma das razões) para que o bissexual não tenha a sua performance validada. E isso se confirma nas crenças sociais. Edith Modesto, criadora do Grupo de Pais de Homossexuais⁴⁸, afirmou em entrevista que orienta os

⁴⁸ O grupo foi criado, em 1997. Edith Modesto é escritora, professora universitária, terapeuta especialista em diversidade sexual e autora de vários livros sobre a questão da homossexualidade, em especial no que tange à relação entre os pais e seus filhos homossexuais. O GPH é o primeiro grupo destinado a pais de homossexuais e sua atuação tem sido amplamente reconhecida. O grupo é fechado (exclusivo para pais) e mantém total sigilo com relação àquilo que é exposto nas reuniões. Atualmente, além dos encontros periódicos que acontecem na casa da fundadora e presidente, o GPH atua também através da internet e já conta com cerca de 200 mães associadas. Informações disponíveis em: <<http://www.gph.org.br/>>. Acesso em: 21/08/2013. A mencionada entrevista ocorreu no Programa Marília Gabriela, em 05/06/2007. O vídeo encontra-se disponível no site do próprio GPH: <http://www.gph.org.br/midiaTV_mariliaGabriela.asp> .

filhos homossexuais a se declararem bissexuais quando encontram grande resistência junto aos pais. A estratégia mostra-se eficiente, pois as mães (que geralmente são o foco) revelam-se menos tensas diante dessa informação.

A explicação para isso, no entender de Modesto, está no fato de as mães acreditarem que a bissexualidade é uma “fase”, um “momento” homossexual que passará, o que as torna um pouco mais conformadas. Esse tempo seria útil, no entender da entrevistada, porque ajudaria a mãe a ir paulatinamente trabalhando a possibilidade de vir a ter um filho homossexual. Ora, não é difícil reconhecer, diante do que foi exposto, que a figura materna compreende a bissexualidade como um “terreno neutro”, aquilo que não condiz com a heterossexualidade, mas que também não é homossexualidade, o que confirma nossa hipótese a respeito do controle sexual estabelecido pela relação sexo/identidade.

Moral, na concepção de Foucault (1998, p. 26), é “um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc.”. Nesse sentido, a moral é uma convenção social, uma norma que se quer partilhada por todos e que atua também (e talvez principalmente) sobre a sexualidade. Se a relação identidade de gênero/sexo parece existir como uma forma de controle das práticas sexuais, ela constitui-se como uma engrenagem da moral sexual, o que explica o fato de a bissexualidade ser vista como uma prática sexual inadequada, ou apenas como uma prática sexual. Daí a bissexualidade ser articulada à ideia de promiscuidade, prazer, sexo do futuro e comportamento sexual (SANTOS FILHO, 2008). Logo, tratar-se-ia de uma vivência da sexualidade afastada da afetividade, que é mais um princípio da moral sexual.

Porém, são inegáveis os esforços, inclusive teóricos, empreendidos no sentido de inserir os bissexuais no âmbito da norma. Isso se revela na própria inclusão da bissexualidade na sigla LGBT. Esse quadro nos permite verificar a maior abrangência da própria moral sexual, do próprio conjunto de normas que regra o sexo. Trazer a bissexualidade para o lugar da identidade, conferindo a ela a necessária autoridade diante dos valores que regem as práticas sexuais, significa retirar-lhe o rótulo de “sexo desregrado”, tornando a performance e os sujeitos que a realizam em consonância com a norma.

Para isso, torna-se necessário abraçar a noção de identidade (pós-moderna), tal como foi formulada por Hall (2006), ou seja, considerar que as identidades são instáveis e flutuantes, sem a essência fixa que se estabeleceu no mundo moderno, no qual a identidade

era praticamente igual a *um* papel social. Assim, de acordo com o pensamento pós-moderno, a bissexualidade encontra o seu espaço para ser, pois se torna possível o processo de identificação e de desidentificação com um e outro sexo, com uma e outra identidade de gênero, hétero ou homossexual. Cabe observar que a prática continua sendo a mesma – a performance de um indivíduo que sente atração (afetiva e sexual) igualmente por sujeitos do sexo feminino e do sexo masculino –, porém, o sistema normativo é que altera a sua percepção com relação a essa prática, trazendo-a para os limites da normalidade. Esse fato evidencia o quanto a questão das identidades – e também da sexualidade – é uma construção histórica e não um *já-dado* pela natureza.

O vídeo analisado situa-se nessa nova perspectiva ideológica (os novos saberes em torno da sexualidade), procurando mostrar a bissexualidade como algo normal, e por isso, aceitável pela sociedade. Para fazê-lo, conforme constatamos, o discurso procura afastar os valores negativos que foram atribuídos à bissexualidade, tais como a ideia de inconstância e de sexo desregrado. Como apontamos, na narrativa verifica-se, de forma explícita, um contradiscurso que vai nesse sentido: o de desautorizar a imagem de promiscuidade que foi (é ainda) tradicionalmente associada aos bissexuais.

Desse modo, também aqui vemos um duplo movimento do discurso: a conhecida tensão entre o velho e o novo. Ao mesmo tempo em que a inserção da prática bissexual é colocada no âmbito da norma (o fato novo), verifica-se que isso é feito a partir de pré-requisitos que não são tão novos assim. Em outras palavras, a bissexualidade é inserida dentro de uma moral sexual já historicamente construída e legitimada: a que articula desejo, afetividade e fidelidade. É a partir daí que se atribui valor positivo à prática bissexual, fato imprescindível para que se dê a ela o “*status*” de algo normal. Isso não seria possível, porém, sem que o quadro social e histórico abrisse espaço para essa perspectiva discursiva/enunciativa. Todo o contexto de transformações sociais e históricas que propiciaram questionamentos em torno das identidades e da sexualidade torna-se um pano de fundo para a emergência desse novo discurso.

Assim, como disse Pêcheux (2006, p. 56), “(...) só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes [de memórias] e trajetos [sociais] (...)”. Nesse sentido, o discurso em foco nos mostra, naquilo que enuncia, um quadro social que o sustenta com o seu conjunto de valores, valores esses que incluem a diversidade sexual e de identidade de gênero. Como vimos, trata-se de valores marcados pela

positividade no discurso, o que permite a inserção (ou, pelo menos, uma aproximação maior) da bissexualidade no escopo da norma, conforme buscamos mostrar.

1. Sinopse



O vídeo narra o conflito vivido por duas garotas, Aninha e Vã, que foram fotografadas enquanto estiveram juntas numa festa. As fotos foram motivo de estranhamento entre os colegas, que reproduziram as imagens na internet e as expuseram também na parede do corredor da escola, como uma forma de “denunciar” o relacionamento afetivo das duas jovens. Aninha comunica à parceira o que aconteceu, demonstrando-se angustiada diante do fato. Mesmo sofrendo com a evidente coerção escolar, principalmente,

no que se refere à atitude dos estudantes, as duas garotas assumem para si e publicamente o relacionamento homossexual, mostrando-se realizadas com ele.

2. Descrição e análise da narrativa

Como o vídeo tem a duração de apenas 3’59”, optamos por reproduzir, primeiramente, a narrativa na íntegra para, em seguida, proceder à análise.

Aninha: [No banheiro da escola] Envia uma mensagem de celular com o seguinte conteúdo: me ligue urgente.

Vã: [Na quadra da escola] Oi, Aninha, onde você tá?

Aninha: Vã, aconteceu uma coisa horrível, alguém tirou uma foto da gente na festa e colocou na internet!

Vã: Não acredito!

Aninha: E ainda por cima colocaram uma foto na parede do corredor. Tá todo mundo vendo. Tô morrendo de vergonha. Vem correndo pro banheiro.

Vã: Mas quem fez isso?

Aninha: Não importa.

Vã: A gente tava tão feliz aquele dia, foi tão legal. Eu sei que eu gosto de você.

Aninha: Eu também gosto muito de você.

Vã: O que a gente faz agora?

Aninha: Não sei.

Vã: Vamos enfrentar essa barra juntas?

Aninha: Vamos

Vã: Quer namorar comigo?

Aninha: Acho que a gente já tá namorando.

No início da narrativa, verificamos um sujeito em estado de tensão, haja vista a própria paixão lexicalizada no discurso: a vergonha que o sujeito Aninha exprime. Logo à frente, ficamos sabendo que esse sentimento resulta do fato de a garota ter descoberto fotos dela com a parceira expostas na internet e no corredor da escola. As fotografias registram o relacionamento entre as duas jovens durante uma festa.

Percebemos, então, que, no nível narrativo, a história já se inicia com a sanção. Aninha e Vã tiveram suas performances apreciadas pelos destinatários-julgadores-delegados alunos – que, assim como no vídeo *Probabilidade*, são porta-vozes dos valores heteronormativos do destinador-manipulador escola/sociedade – e foram sancionadas negativamente, pois o fazer delas não corresponde à performance inerente ao contrato com a heteronormatividade, que estabelece, dentre outras coisas, o comportamento heterossexual, conforme já demonstramos várias vezes ao longo deste trabalho.

As fotos reproduzidas na internet e no corredor da escola são utilizadas como uma forma de garantir a publicidade do acontecimento, servindo de instrumento de “denúncia” da homossexualidade das duas garotas. Os destinatários-julgadores-delegados (um grupo de colegas) objetivam expor publicamente o “mau comportamento” de Aninha e Vã, como uma

forma de puni-las, pois sabem que a conduta fora da norma gerará a aversão de todos os demais colegas e, conseqüentemente, a vexação do casal. O sentimento de vergonha que o sujeito Aninha manifesta deixa claro que isso realmente aconteceu.

A vergonha, conforme vimos, é uma das formas de controle normativo que existem na sociedade. Essa paixão revela que o próprio sujeito avaliou o seu fazer por meio de um quadro de valores que ele sente que precisa compartilhar (do contrário não sentiria vergonha), interpretando, então, a sua performance como negativa e, por isso, depreciando-se, o que resulta e/ou se manifesta na vergonha. Nesse sentido, cabe observar a existência de um duplo programa narrativo da sanção: o que concerne aos destinatários-julgadores (que expõem as fotos) e o que se refere ao próprio sujeito, o que nos permite falar também em “autossanção”.

Aninha, durante a conversa que tem ao celular com Vã, encontra o apoio da parceira. No enunciado: “A gente tava tão feliz aquele dia, foi tão legal. Eu sei que eu gosto de você”, podemos verificar o estado de conjunção das duas garotas com a felicidade, encontrada no relacionamento que mantinham. Aninha, ao ouvir isso da parceira, sente-se de certa forma confortada, declarando o mesmo sentimento. Passa, assim, da tensão ao relaxamento.

Quando Vã propõe a Aninha que elas enfrentem a situação: “vamos enfrentar essa barra juntas?”, podemos verificar uma transformação que se dá na narrativa, especialmente com relação ao sujeito Aninha. A garota, que, até então, estava no banheiro (espaço relacionado ao segredo), sentindo-se amedrontada com o que aconteceu e solicitando a presença de Vã (“vem correndo pro banheiro”), após a proposta de enfrentarem juntas a situação, sai do banheiro e vai sozinha ao encontro de Vã (no espaço relacionado, aqui, à revelação da verdade). Podemos dizer que a proposta da parceira é um programa de uso, para que Aninha realize o programa de base: assumir, plenamente, a homossexualidade.

O trajeto de Aninha é, evidentemente, marcado pelos olhares de reprovação (homofobia), que substituem os dedos em riste do vídeo *Probabilidade* ou ainda as “cabeças vigilantes”, figurativizadas como grandes olhos vermelhos, em *Medo de quê?*. No plano de expressão sonora, ouvimos disparos de uma máquina fotográfica que parecem sincronizados com os olhares, como se cada um deles representasse a vigília e a punição que o registro e a exposição das imagens evidenciaram.

A passagem da garota pelo corredor e sua descida pelas escadas do edifício escolar são, assim, acompanhadas por diversos alunos e por uma funcionária (faxineira): todos a

perseguem com olhares e gestos de indignação. Ao descer as escadas, Aninha chega a um *hall*, espaço mais amplo e aberto, onde encontra sua parceira e a abraça. Sobre esse aspecto, é importante observar que a construção do espaço, no plano de expressão, parece comunicar a transformação narrativa do plano de conteúdo. Quando Aninha está no banheiro e enquanto caminha assustada e acuada pelos olhares aos quais ela não pode se furtar, porque tem que percorrer o corredor e as escadas, vemos um sujeito oprimido, inserido num espaço fechado e estreito. Quando ela, enfim, chega até Vã e a abraça, conjuntando-se com a parceira, o que temos é um sujeito no espaço aberto (e público).

Podemos, portanto, constatar que a passagem do espaço fechado/estrito para o espaço aberto/amplo (plano de expressão), corresponde à saída da opressão para a libertação (plano de conteúdo). A sensação de liberdade (e relaxamento) advém da inauguração de um novo contrato que as garotas estabelecem consigo mesmas: o de assumir publicamente sua homossexualidade, que, como elas próprias dizem, proporciona(va)-lhes felicidade. Aninha e Vã reconhecem para si (“Acho que a gente já tá namorando”) e para os outros o relacionamento homossexual, tornando-se, assim, sujeitos realizados, em plena conjunção com esse “novo” objeto-valor.

A forma como as duas garotas são punidas, ou seja, tendo sua relação exposta ao público remete-nos a diversas histórias da/sobre a punição. Podemos lembrar, por exemplo, as mulheres que eram queimadas em locais públicos, acusadas de bruxaria, no período medieval. A condenação diante da sociedade tinha pelo menos três funções: atestava o poder da instituição (nesse caso, a igreja); servia de exemplo para os que assistiam (manipulando-os, desse modo, por intimidação) e também veiculava sensações de controle e segurança (mostrando que as instituições estavam atentas àquilo que perturbava a ordem estabelecida).

Podemos verificar algo parecido na narrativa em foco. O tema da exposição pública, somado à figura da câmera, inscrevem-se no percurso temático-figurativo do controle (vigília e punição) social heteronormativos. Trata-se, no entanto, de uma forma de controle e punição que não é estabelecida pela instituição. Em outras palavras: quando se fala em acordo com a heteronormatividade, não se aborda uma prescrição legal, mas um controle moral, a partir do qual a sanção se torna possível. Porém, é inegável que a representação do espaço escolar não deixa de nos comunicar uma forma de controle institucional da heteronormatividade.

Verificamos, nessa narrativa, que o percurso temático-figurativo do controle social da homossexualidade se dá de forma semelhante ao que identificamos no vídeo *Medo de quê?*,

no qual o tema da coerção social exercida sobre a homossexualidade se agrega ao tema da exposição pública. Lembremo-nos, por exemplo, de Marcelo e seu namorado cercados pelos olhares enfurecidos na praça (as cabeças que eram grandes olhos vermelhos), ou ainda do casal que foi expulso do saguão do aeroporto. O espaço externo se torna um lugar evidentemente avesso à homossexualidade, e isso se efetiva por meio dos próprios agentes sociais que manipulam e julgam em nome da heteronormatividade.

Como vimos, *Torpedo* é, sobretudo, uma narrativa de sanção. E é através dela que o tema da homofobia (e o tema correlato da homossexualidade – aqui feminina) se inscreve, como ocorre também nos outros vídeos analisados: a constatação de uma performance não condizente com os valores heteronormativos conduz à sanção negativa, que se manifesta de múltiplas formas, especialmente, aquelas ligadas aos estados afetivos (medo, vergonha etc). Nesta narrativa, a homofobia se dá estreitamente associada ao percurso temático-figurativo do controle social, como já foi mencionado. Ainda conforme expusemos, esse percurso, por meio do (sub)tema da disciplina, associa-se, no nível narrativo, também à manipulação (além da sanção), haja vista o fato de que *tornar público* tem como função, entre outras, a de “dar o exemplo”, intimidando os demais sujeitos para que se mantenham obedientes à norma.

A disciplinarização é uma face conhecida do controle normativo, atuando de forma a ordenar as práticas humanas e inseri-las na forma correta (e, geralmente, também útil) de ser. Foucault, que, em *Vigiar e punir* (2012, p. 142) estuda mais de perto a construção de mecanismos, especialmente institucionais, de controle dos indivíduos, mostra que a disciplina se dá através de espaços complexos, que são “ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos”.

O conflito vivido por Ana, a princípio acuada no banheiro, depois oprimida pelos corredores, até sua chegada ao *hall*, é muito significativo porque nos revela justamente como o controle da norma se dá através da disciplina, operada pelo próprio espaço, no caso, o escolar. Nesse sentido, não se torna necessária a presença de um “agente” representativo da norma, pois o próprio espaço institucional leva todos os que nele se encontram a ser responsáveis por ela, legitimando-a e zelando pelo seu cumprimento, na condição de destinadores-delegados do sistema.

A escola é um lugar onde a homossexualidade é interdita, como ocorre em outros espaços públicos (o saguão do aeroporto, a praça, a rua), mostrando como todo o corpo social atua de modo a controlar (impedir) que a homossexualidade adentre esses lugares. Assim,

temos uma representação da homofobia que nos revela algo importante: a elaboração de “novas” formas de eliminar os sujeitos homossexuais da vida pública, algo que se dá, sobretudo, por meio da repressão e do controle disciplinar. Aqui não se trata tanto da privação ou da violência física, por exemplo, mas do estabelecimento de uma moral sexual, o que leva os sujeitos a se empenharem para se ajustar – e também para ajustar os outros – à heteronormatividade. O desvio da norma gera sentimentos desagradáveis, como a vergonha, desvelando como o próprio sujeito exerce controle sobre si mesmo.

Assim, o que se observa é a existência do controle normativo sem que se saiba precisamente quem o opera. A homofobia aqui (a exemplo do que ocorre nos vídeos *Medo de quê?*, *Encontrando Bianca* e *Probabilidade*) é inerente à moral sexual historicamente construída, que estabelece comportamentos e sexualidades tidos como corretos, que são impostos a partir de uma série de práticas e discursos regidos pela heteronormatividade. Talvez possamos dizer que essa imagem da homofobia relaciona-se à definição de “heterossexualidade compulsória”, que seria uma espécie de instituição política da heterossexualidade, o que a torna mais legítima e aparentemente obrigatória. Através de todo esse aparato social, opera-se um verdadeiro controle da própria consciência do indivíduo, como a vergonha expressa por Aninha nos deixa apreender.

O fim da narrativa nos revela um sujeito em conjunção com o objeto-valor relacionamento homossexual, que se dá através da resistência que as duas garotas demonstram frente à ideologia heteronormativa dominante: elas vão “enfrentar juntas”. Assim, elas não apenas demonstram que rompem com a heteronormatividade, como também reconhecem, no seu fazer interpretativo, a superioridade desse acordo social (em termos de legitimidade). Afinal, a resistência pressupõe uma relação de conflito de forças. Os sujeitos Aninha e Vã, portanto, inauguram um novo contrato (com a homossexualidade) que, na ótica de ambas, é axiologizado positivamente, porque a ele se agrega a felicidade. Nesse sentido, podemos dizer que o desejo (o querer individual) se sobrepõe à obrigação (ao dever social).

3. Retrato discursivo

3.1. A homossexualidade feminina e a transgressão da norma sexual

No discurso em foco, temos a representação da homossexualidade feminina, marcada positivamente, uma vez que é através da aquisição do objeto-valor relacionamento homossexual que os sujeitos da narrativa (Aninha e Vã) se tornam realizados. Vimos também que se trata de uma narrativa predominantemente construída a partir do percurso da sanção, articulado, no nível discursivo, a temas como controle, vigilância e punição, o que nos permite identificar o percurso temático-figurativo da submissão à moral sexual.

Nesse quadro, a homofobia se dá como uma forma de manutenção da ordem heteronormativa, especialmente por meio da disciplina e do controle que ocorrem no espaço escolar, onde os agentes atuam como destinadores-delegados da heteronormatividade. A publicidade que é dada ao relacionamento das garotas, de forma vexatória, mostra-nos a apreciação negativa (a sanção), à qual elas foram submetidas por romperem um contrato tacitamente estabelecido e legitimado: o da heteronormatividade.

A representação da homossexualidade feminina nos leva a refletir sobre a construção da própria identidade de gênero feminina, ou seja, o papel social atribuído aos indivíduos do sexo feminino, no âmbito de uma sociedade cujos valores são heteronormativos. Em linhas gerais, a ideologia heteronormativa é uma visão de mundo construída em torno das relações de gênero por meio da qual os papéis masculino e feminino são previamente estabelecidos e hierarquizados: o masculino é considerado superior ao feminino, e isso se mostra de diversas formas no decorrer da história.

A forma mais evidente de exercício de poder do masculino sobre o feminino é o controle ao qual a mulher foi submetida, o que pode ser observado na sua limitação (ainda hoje existente) ao espaço doméstico; no controle da sua sexualidade e até mesmo da sua aparência. Nahoum-Grappe (1991) mostra que a beleza ou a feiúra poderia traçar o destino de uma mulher nos século XIX, o que, de certo modo, ainda persiste. Em meio a esse processo, a feminilidade foi associada à beleza corporal, à aparência física e à sexualidade, aqui entendida como a possibilidade de a mulher ser um objeto desejável sexualmente. Embora essa

representação não seja recente (muito antes pelo contrário), ela se mantém, ainda com muita força na atualidade.

A heteronormatividade, como foi dito, estabeleceu a feminilidade e a masculinidade, submetendo, nesse sentido, também o homem a uma forma de ser (identidade de gênero) legítima. A ele cabe ser racional, forte, viril e comedido emocionalmente. Nahoum-Grappe (1991, p.129), abordando as representações do masculino no século XIX, afirma que os homens deveriam ter domínio de si e do próprio do corpo, mantendo uma posição ativa. Tagarelar, rir despropositadamente, mexer-se demais etc. eram ações condizentes apenas com a feminilidade.

É importante observar que, embora a heteronormatividade seja uma ideologia das relações de gênero, agindo, portanto, sobre os indivíduos do sexo feminino e do sexo masculino, o homem foi colocado numa posição socialmente privilegiada. Nesse sentido, se consideramos que tanto homens quanto mulheres estão sob o jugo da heteronormatividade, não podemos perder de vista que a mulher encontra-se ainda abaixo do homem, sofrendo uma dupla dominação, se assim se pode dizer. O resultado é a desigual distribuição de poderes e privilégios, de acordo com o gênero, questão que, não obstante o progresso em todos os domínios, ainda não perdeu o fôlego.

A compreensão da homossexualidade feminina só se dá mediante o reconhecimento dessa história das relações de gênero. É na trilha dela que verificamos o porquê de a homossexualidade feminina ter sido primeiramente desconhecida e, depois, pouco ou nada validada. Isso se comprova nos dados de pesquisas sobre gênero e homossexualidade, que são unânimes em afirmar a invisibilidade – ou pouca visibilidade – conferida à homossexualidade feminina. Se voltarmos nossa atenção para os próprios vídeos analisados, que se destinam à construção de uma imagem positiva da homossexualidade e ao combate à homofobia, é fácil notar uma representatividade majoritariamente masculina.

Em outras palavras: mesmo quando se pensa em homossexualidade, a hegemonia masculina é evidente. Assim, é plausível dizer que, se a homossexualidade é um “desvio da norma” para eles, mais ainda o será para elas. Se eles encontram-se distantes do pleno reconhecimento social, a distância delas é ainda maior. No entanto, quando pensamos nos crimes de ódio, cujas vítimas são predominantemente masculinas, somos levados a crer que eles são mais vítimas de preconceito do que elas; visão equivocada se levarmos em conta que elas, muitas vezes, não chegam sequer a encontrar espaço para a vivência homossexual. Nesse

caso, o que podemos constatar é que existe um maior controle e regramento social sobre a homossexualidade feminina, o que acaba por relegá-la ao lugar da invisibilidade.

A história nos mostra que a construção dos papéis feminino e masculino se deu, principalmente, por meio do olhar masculino. A representação da mulher atrelada a atributos como beleza, corpo e sexualidade (sob a ótica masculina) revela uma descrição quase objetal da identidade/papel feminino. Essa representação se tornou tão legítima que as próprias mulheres passaram a avaliar sua performance de feminilidade a partir desses padrões, legitimando-se na medida em que se encontram em consonância com eles.

A homossexualidade feminina nos coloca diante da vivência da sexualidade descolada da figura masculina. Assim, se a revolução sexual, que marcou o feminismo da década de 1960, já quebrava paradigmas porque colocava a mulher como dona do seu corpo e do seu desejo, a homossexualidade feminina revela a existência do sexo sem a presença masculina. Isso é muito significativo, pois mostra como, ao longo da história, o sexo foi, via de regra, associado ao homem e não à mulher. Se o homem foi significado pela virilidade, associada ao sexo e considerada um atributo da própria natureza, a mulher foi (e é ainda, em grande medida) vista como um ser “frio” (frígido), como o agente passivo na relação sexual, pautada pelo desempenho (ativo) masculino.

Em outras palavras: a história da sexualidade mostra que o nosso imaginário em torno do sexo (no bojo da heteronormatividade) foi construído a partir do próprio sexo biológico, da existência da morfologia sexual feminina e masculina. O órgão sexual masculino foi relacionado à potência: é a representação do falo, símbolo de poder e porta de entrada da sexualidade. No âmbito da psicanálise, por exemplo, admite-se que a sexualidade infantil se dá a partir do reconhecimento de se ter ou não um falo (pênis). Considerando esse retrato histórico, verificamos claramente que, se a sexualidade feminina existiu, ela se deu colada à sexualidade masculina, o que não ocorre(u) com eles, que tiveram sua sexualidade legitimada, inclusive quando se tratava de uma relação sexual com o parceiro do mesmo sexo, como comprova a já comentada situação da Grécia Antiga.

Essa larga produção histórica, que se converte em saberes, construiu a nossa memória cognitivo-discursiva (para usarmos um termo de MOIRAND, 2007) e também explica a forma como naturalizamos as relações de gênero. Nesse sentido, a homossexualidade feminina, além de apontar para uma performance de gênero que destoa de um padrão

(pré)estabelecido, incomoda (e, por isso, deve ficar oculta)⁴⁹, porque, de certa forma, atesta a própria sexualidade feminina: a mulher como autora do próprio sexo e como um ser que sente e que dá prazer. Nos novos contornos que a história da sexualidade vai assumindo, apesar dos grandes avanços, ainda tomamos, em larga medida, a sexualidade masculina como uma sexualidade superior à feminina, e, por isso, também, mais mostrada.

Na trilha da ADF, sabemos que os lugares e os papéis que assumimos impõem restrições, que se mostram, por exemplo, nos apagamentos, nos silenciamentos e nas fissuras que as práticas discursivas nos revelam. A homossexualidade e outras formas de vivência sexual consideradas desviantes parecem existir desde sempre na história da humanidade, porém, ficavam restritas aos não ditos, ao não reconhecimento e, assim, à ininteligibilidade, provavelmente a forma mais eficaz de controle normativo.

Nesse sentido, o discurso que se manifesta em *Torpedo* parece fazer falar muito mais por aquilo que silencia do que pelo que diz, de fato. Primeiro porque, como já foi assinalado, trata-se da única representação da homossexualidade feminina no conjunto dos cinco vídeos analisados; segundo, porque temos nele uma representação da homossexualidade feminina atrelada a uma ideia, digamos, hegemônica da feminilidade. Ou seja, as personagens são sujeitos em total consonância com as “regras da feminilidade”. Isso não deixa de indicar o controle ideológico que permeia o discurso.

Nesse sentido, vale a pena retomar o posicionamento de autores como Nunan (2003), que destacam o quanto a questão do preconceito e da intolerância homossexual é marcada por variáveis sociais, como raça, situação socioeconômica, escolaridade, gênero e, podemos mesmo acrescentar, estética. Um rápido olhar sobre os personagens gays das telenovelas permite verificar essa realidade: gays são sempre jovens (como se indivíduos idosos não pudessem ser gays), majoritariamente do sexo masculino e, via de regra, engraçados⁵⁰. Assim, para que a homossexualidade possa falar, é necessário que ela se invista de determinados pressupostos que configuram uma atmosfera de legitimidade. Isso explica o fato de os traços considerados desviantes, tais como a efeminização exagerada do homem – que indicam, além de uma identidade sexual não autorizada, uma performance de gênero destoante dos padrões

⁴⁹ Haja vista as capas de revista, entre elas, a *Caras* (set. 2013), trazendo fotos relacionadas ao casamento da cantora Daniela Mercury com a jornalista Malu Verçosa. De qualquer forma, por mais “chocantes” ou “incomôdas” que fossem para o público em geral, essas fotos já acenam em direção a uma maior visibilidade conferida à homossexualidade feminina no contexto brasileiro atual.

⁵⁰ Exemplos disso são os personagens gays das telenovelas brasileiras, como, por exemplo, o vilão Félix da novela “Amor à vida” e o mordomo Crô de “Fina estampa”.

heteronormativos –, serem mais controlados (associados, por exemplo, ao fazer rir na mídia televisiva) e mesmo, muitas vezes, apagados, como é o caso dos sujeitos femininos homossexuais que incorporam uma performance de gênero mais masculinizada, a face mais estigmatizada da homossexualidade feminina.

Nesse sentido, vale a pena destacar o pensamento de Foucault (2007), quando ele fala da constituição de um dispositivo da sexualidade, definido como:

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo (FOUCAULT, 2007, p. 244).

Dispositivo, nesse sentido, é o controle normativo por meio do qual as práticas e os discursos se dão, revelando-se não apenas pelo que se diz e se mostra, mas também (e talvez principalmente) por meio daquilo que não se mostra e nem se diz. Trata-se, em última análise, de um jogo de relações de poder, da configuração de uma racionalidade, de uma organização por meio das quais o discurso e suas práticas se dão.

Assim, mesmo se constituindo como um contradiscurso, o discurso revelado no vídeo *Torpedo* deixa escapar (pelas fissuras) o processo de incorporação da norma (hegemônica), por meio da qual se dá o controle das possibilidades de emergência do novo, da construção de novos sentidos e de novos paradigmas. Afinal, a história da sexualidade foi construída a partir da primazia do masculino e não foi diferente com a história da homossexualidade.

CAPÍTULO 5

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Resta-nos agora interpretar os resultados obtidos por meio das análises. Nesse sentido, retomaremos, em grande medida, coisas já ditas com o intuito de melhor sistematizá-las. Apresentaremos o “esquema narrativo” que sustenta o conjunto de textos fílmicos, mostrando as principais formas de significação que a homofobia assumiu nos discursos investigados e como isso se relaciona com a questão da homossexualidade. Em seguida articularemos essas reflexões com a noção de representações sociais (MOSCOVICI, 2012), com a finalidade de apontar os principais tipos de homofobia que identificamos no discurso. Feito isso, buscaremos demonstrar que a gama de sentidos que a palavra homofobia vem assumindo, bem como a sua valorização negativa acabam por constituir um “dispositivo discursivo” (FOUCAULT, 1999), por meio do qual se instaura um novo quadro de racionalidade, ou seja, um novo conjunto de saberes. Através desse novo panorama de significação da homofobia assistimos não somente à sua representação social e discursiva, mas também ao processo de re-apresentação da homossexualidade.

5.1. Emoções e homofobia

A análise das narrativas revelou sujeitos que, em princípio, encontram-se manipulados pela sociedade heteronormativa, que os leva a querer e/ou a dever agir segundo os valores desse destinador-manipulador maior. Nesse sentido, fica pressuposta a existência de um contrato tácito entre os sujeitos e a heteronormatividade. Cabe observar, nesse caso, que o PN de competência, enquanto programa de uso para a performance (programa de base) da “ação” heterossexual, parece ser instaurado pela própria natureza (é ela que dota os sujeitos do saber/poder ser heterossexual). Porém, conforme já expusemos, o gênero e a sexualidade são construções históricas.

Os destinadores-julgadores pais, amigos, escola (delegados do sistema – lembremos que a sociedade heteronormativa é também o destinador-julgador maior das performances sexuais e de gênero dos sujeitos), ao identificar que os sujeitos agem conforme o contrato estabelecido com o destinador-manipulador, os sancionam positivamente: ostentam orgulho, mostram-se amigos, aceitam nos grupos etc. Verificamos, porém, que os sujeitos das narrativas, num determinado momento, rompem com a heteronormatividade, por não compartilhar mais os valores a ela inerentes, fato que os leva a alterar a própria performance, seja assumindo a homossexualidade, seja aceitando a bissexualidade, seja, enfim, adotando uma performance de gênero não condizente com o sexo biológico.

O resultado, como vimos, é a sanção negativa desses sujeitos que realizam performances em flagrante desacordo com os valores do destinador-manipulador. Pudemos verificar variadas formas de sanção, sendo que a manifestação de estados passionais negativos, como a reprovação e a hostilidade, foi recorrente nas narrativas. É no percurso da sanção que pudemos verificar como a temática da homofobia é significada no discurso, sendo ela, no nível narrativo, uma espécie de antissujeito⁵¹ na medida em que realiza um fazer contrário ao do sujeito, tentando impedi-lo de entrar em conjunção com o objeto-valor desejado.

Lembrando que, para a semiótica, as narrativas se desdobram polemicamente; se tomarmos agora não o ponto de vista do(s) sujeito(s)-protagonista(s), mas o dos demais personagens, podemos dizer que pais, amigos e escola procuram, além de sancionar os sujeitos que quebram o contrato com a sociedade heteronormativa, reparar a falta que neles se instaura, agindo de modo a alterar o fazer do sujeito “desviante” para reconduzi-lo à performance anterior. A falta, nesse caso, advém da expectativa inerente ao contrato com a heteronormatividade, que garantiria filhos e alunos heterossexuais e com performances de gênero correspondentes ao sexo biológico.

Segundo Barros (2002, p. 64), “na espera fiduciária, o sujeito do estado mantém com o sujeito do fazer uma relação fundamentada na confiança”, porém, ainda de acordo com a autora, na maior parte das vezes esse contrato existe apenas no imaginário do sujeito de estado, de modo que nem sempre o sujeito de fazer se sente na obrigação de cumpri-lo. O resultado dessa quebra de expectativa é não apenas a insatisfação do sujeito de estado – que

⁵¹ O antissujeito tanto pode ser aquele que disputa com o sujeito um mesmo objeto-valor, quanto aquele que empreende “um *fazer* que se opõe frontalmente àquele desejado pelo outro actante” (cf. TATIT, 2002, 193-194; grifo do original)

modalizado pelo /querer-ser/ em conflito com o /saber-não-ser/, vê-se diante da impossibilidade de se conjuntar com um filho, amigo ou aluno que se pauta pelos valores heteronormativos –, mas também – e talvez principalmente – a decepção, que resulta na perda de confiança no outro (pela quebra do contrato simulado).

É claro que a insatisfação e/ou a decepção podem ser prolongar em novos efeitos passionais, como a mágoa que perdura ou a resignação. Nesse último caso, o percurso passional se interrompe, não havendo lugar para o programa de liquidação da falta. Do contrário, emerge a malevolência, ou seja, o querer e o poder fazer mal ao outro (entendido como “ofensor”, na medida em que não cumpriu aquilo que dele se espera). Diante desse quadro, temos a instauração de um sujeito de fazer pronto para ajustar as contas com o “ofensor” por meio de uma espécie de PN de vingança, cujas formas mais brandas são a zombaria, os olhares de reprovação, os dedos em riste, o castigo físico (a surra, a morte) ou a expulsão do espaço público.

Porém, conforme pudemos observar nas análises, os protagonistas das narrativas mostram-se resistentes e resolutos na sua performance de ter uma identidade de gênero e uma orientação sexual divergentes da heteronormatividade, ainda que vários obstáculos se interponham no seu caminho. Essa configuração narrativa permite verificar que a homossexualidade e a diversidade de gênero são axiologizadas positivamente em todas as narrativas analisadas. Essa constatação é reforçada quando verificamos que os personagens são construídos dentro do que podemos chamar de “escopo da norma”: eles são bons filhos, bons alunos etc. No caso de *Boneca na Mochila*, o sujeito filho, em princípio fora dos padrões heteronormativos, tem sua situação alterada a partir do agir da própria mãe, que mudando o seu quadro de valores, por meio da aquisição de um novo saber, passa a não reconhecer o filho como um possível problema, conjuntando-se, dessa forma, com o objeto-valor “filho normal”.

É patente, nessas narrativas, a construção discursiva de uma imagem da homossexualidade e da diversidade de gênero que vai na contramão do discurso da história acerca das identidades homossexuais e das performances de gênero não atreladas aos princípios heteronormativos. Conforme vimos, historicamente os homossexuais foram (são ainda) vistos como indivíduos fora da norma, tratados como doentes, pervertidos, imorais, pecadores, transgressores etc. Essas imagens negativas foram incorporadas ao nosso

imaginário social/discursivo, fato que explica o sentimento de aversão com relação aos homossexuais que se verifica em grande parte das pessoas, como já foi discutido.

Assim, ao apresentar uma imagem da homossexualidade e de performances de gênero que divergem da heteronormatividade, o discurso dos vídeos torna-se um contradiscurso, uma vez que nele desenha-se uma tomada de posição frente à questão da homossexualidade e da diversidade de gênero que evidencia um claro enfrentamento ideológico. Nesse sentido, observamos que esse contradiscurso, que se insere num contexto social e histórico específico no qual assistimos ao processo de construção da legitimidade homossexual, não deixa de retratar também a tensão de valores e de sentidos, próprias dos momentos de transformação social.

Retomemos as considerações de Orlandi (1988), já colocadas neste trabalho. Segundo a autora, existem sentidos parafrásticos e polissêmicos, os primeiros reiteram os já-ditos e os segundos, assinalam para as rupturas e os deslocamentos em relação a esse dizer garantido e sedimentado. Sabemos, porém, que o sentido para existir precisa ser partilhado, e isso só é possível quando ele se ancora numa memória, numa rede de dizeres anteriores. Isso significa que nenhum sentido é (ou pode ser) totalmente novo, sob pena de simplesmente não ser compreendido, não ser “alcançado” pela interpretação do interlocutor. Por essa razão, mesmo os sentidos polissêmicos, que apontam para o novo, constroem-se a partir de um equilíbrio entre os velhos e os novos ditos.

Isso pode ser evidenciado no discurso das narrativas fílmicas, quando vemos a construção do novo (representações mais amplas – porém sem perder o viés negativo original – da homofobia e re-apresentações positivas da homossexualidade e da diversidade sexual) fundamentar-se, em larga medida, no já-dito. Vejamos, por exemplo, a representação das instituições família e escola, que podem ser tomadas, sem receio, como figuras que recobrem o tema da tradição. Considerando apenas a imagem da família, evocada em todos os vídeos, verificamos que se trata de uma representação atrelada à família biparental (aquela que tem a presença da figura do pai e da mãe) e cujos valores são, indiscutivelmente, heteronormativos: lembremos das expectativas do pai de Marcelo com relação ao futuro do filho. Esse modelo de família assenta-se no patriarcalismo e é um emblema histórico da ideologia heteronormativa. A figura do pai, tal como é construída no ideal da família tradicional, associa-se aos temas da autoridade, do poder e também da heterossexualidade. Como pudemos ver, essa representação ajuda a inscrever um quadro de “normalidade” para os

sujeitos das narrativas, haja vista a legitimidade da instituição familiar (tradicional) diante da sociedade.

Verificamos igualmente, como já foi mencionado, que os personagens são construídos a partir de valores tidos como bons e/ou corretos: eles são bons alunos, dotados de bons valores, e suas performances incluem-se nas expectativas sociais, a não ser pela sua orientação sexual divergente. Nesse sentido, podemos dizer que os personagens das narrativas são não apenas eufóricos, mas também investidos de normalidade, enquadrando-se, dessa forma, no paradigma de legitimidade.

Quanto à homofobia, ela resulta da quebra de contrato com a heteronormatividade, que, por sua vez, caracteriza-se como um conjunto de valores sociais e históricos que constitui os sujeitos, impondo-lhes uma determinada performance (heterossexual). Enquanto a heteronormatividade pode ser apreendida também no percurso do destinador-manipulador, a homofobia se revela, especialmente, no percurso da sanção (embora reconheçamos que ela implica também, por um outro prisma, uma nova manipulação por intimidação, como já foi dito). Essa separação entre heteronormatividade e homofobia, que se mostra no próprio processo de construção de sentido dos textos fílmicos, explica a possibilidade da existência concomitante da heteronormatividade e da homossexualidade, como já ocorreu, por exemplo, na Grécia Antiga.

Ainda sobre a sanção, vimos que ela se dá por meio dos destinadores-julgadores pais, escola e colegas, delegados da sociedade, que, avaliando a performance dos sujeitos em desacordo com o contrato heteronormativo, os sancionam negativamente. Foi especialmente por meio das paixões que a homofobia foi significada no discurso, haja vista a profusão (e a sucessão) de estados passionais com as quais nos deparamos ao longo das análises.

Como já foi dito, os sujeitos (intolerantes/homofóbicos), ao se tornarem insatisfeitos e/ou decepcionados com o outro (o “ofensor”, na sua perspectiva), podem experimentar, na sequência do percurso passional, o sentimento de falta e partir para a liquidação dessa falta, por meio de um PN de vingança. (BARROS, 2002, p. 67).

O sujeito de estado torna-se, portanto, competente para o fazer, isto é, instaurado pelo querer-fazer e pelo poder-fazer. O querer fazer mal a alguém tem, assim, a possibilidade (poder-fazer) de transformar-se em vingança ou revolta. O poder-fazer é a forma de o sujeito ofendido auto-afirmar-se, graças à possibilidade de destruição do ofensor.

No caso da vingança, o sujeito “ofendido” assume, pois, o papel de destinador-julgador e sanciona negativamente o “ofensor”⁵², que “não cumpriu o esperado ou que exerceu um fazer contrário e prejudicial aos seus [do ofendido] projetos” (BARROS, 2002, p. 67). Porém, pode ocorrer de a insatisfação e/ou a decepção se prolongarem em novos efeitos passionais, como a mágoa que perdura ou a resignação, não desencadeando as sequências programáticas decorrentes do sentimento de falta, conforme já expusemos.

Essas duas possibilidades nos conduzem a duas formas de representação da homofobia. A primeira delas aponta para um sujeito cuja insatisfação e/ou decepção leva(m) ao malquerer, que culmina na hostilidade, na agressividade ou em outra forma de ofensa para com o outro; a segunda diz respeito ao sentir e não necessariamente ao agir, o que nos permite postular um sujeito homofóbico que sofre e que se mostra até mesmo passivo.

Essa segunda forma de homofobia é a que tende a ocorrer especialmente no interior das relações familiares. Uma explicação possível para isso seria o fato de que, no âmbito familiar, existe a relação de parentesco, o que significa que ali os sujeitos constroem determinados contratos que se baseiam, especialmente, em relações afetivas. A proximidade afetiva, nesse sentido, leva o sujeito de estado (pais decepcionados e/ou frustrados) a se sentir (afetiva e moralmente) impedido de malquerer o(a) filho(a), haja vista o contrato primeiro de amor irrestrito para com ele(a), ou seja, o benquerer. Assim, as ações mais recorrentes são o silêncio (os pais de Bianca, por exemplo, ficam um ano sem falar com ela), a negligência e a indiferença. Trata-se, obviamente, de formas e manifestações da homofobia que não se relacionam com a violência física, mas, antes, com uma espécie de violência psicológica que, no caso, afeta também o sujeito homofóbico. Temos, pois, aqui uma imagem mais subjetiva da homofobia e um sujeito homofóbico mais passivo.

Já no que tange à primeira forma de homofobia, constatamos, além da presença de paixões como a rejeição, um sujeito de estado que emerge como um sujeito de fazer, agindo no sentido de reparar a falta instaurada por aquele que é considerado um não cumpridor do contrato com a sociedade heteronormativa. Nesse caso, o sujeito procura resguardar uma

⁵² É importante lembrar aqui que um mesmo ator (do nível discursivo) pode assumir diferentes papéis actanciais no nível narrativo ou, ao contrário, que um mesmo papel actancial pode ser exercido por diferentes atores.

espécie de sentimento de coletividade, atribuído à sociedade em geral, que ele supõe (porque socialmente estabelecido) dever ser heterossexual. Temos aqui o fenômeno descrito por Barros (s/d), no qual se observa que o sujeito intolerante manifesta dois tipos de paixões: as de malquerença em relação ao diferente e as de benquerença em relação aos iguais (que precisam ser resguardados) – como ocorre, de certa maneira, também no caso descrito acima. O tipo de contrato estabelecido entre o sujeito intolerante e o sujeito vítima da intolerância pode, então, explicar as formas de manifestação da homofobia, que nesse quadro, se mostram geralmente nas agressões físicas e verbais, o que inclui também vexação e a humilhação. Em todos esses casos, vemos claramente o percurso da ação do sujeito de fazer, que atua no sentido de liquidar a falta (falta do Ov e/ou falta de confiança no outro) que se instaurou.

A explicação para esse tipo de homofobia, que faz querer (fazer) mal ao outro, reside justamente na expectativa socialmente construída, que faz crer que o sistema heteronormativo corresponde à normalidade e à naturalidade. Assim, uma sociedade com homossexuais seria anormal, antinatural, no entender do sujeito intolerante. O homossexual torna-se, então, mais do que diferente, um sujeito ameaçador: uma vez distinto do grupo que tem o benquerer do intolerante, nenhum vínculo afetivo lhe resta, o que “autorizaria” uma sucessão de atitudes e práticas que podem resultar inclusive na sua morte. Essa imagem da homofobia, na qual vemos se desenhar claramente a hostilidade contra o diferente, é mais conhecida. Está também mais relacionada à questão identitária, revelando, nitidamente, sua “face” social, ao contrário do primeiro tipo, que, por ser mais velado, parece (apenas parece) afetar menos a sociedade.

Vejamos, a seguir, as principais paixões identificadas no discurso em estudo, que constituem os efeitos passionais decorrentes da quebra de contrato com a heteronormatividade. Cumpre observar que as paixões manifestadas pelos sujeitos intolerantes têm razões distintas das que são experimentadas pelas vítimas da intolerância. No que diz respeito a essas últimas, observamos que as paixões decorrem não propriamente da sua não aceitação da homossexualidade (quebra de contrato com a heteronormatividade), mas do saber não-ser aquilo que pais/amigos/escolas esperam. Melhor dito, essas paixões se referem à avaliação que o sujeito vítima da intolerância faz de si mesmo em relação àqueles que ama, ao passo que as paixões dos sujeitos intolerantes decorrem necessariamente da apreciação que eles fazem do outro (o homossexual, o bissexual etc) diante da heteronormatividade.

Quadro 3 - Principais efeitos de sentido passionais decorrentes da homofobia.

<p>Paixões sentidas pelo sujeito intolerante (pais e/ou colegas e/ou escola)</p>	<p>Tristeza Vergonha Decepção Constrangimento Aflição Raiva Frustração Medo Angústia Repulsa</p>	<p>Tristeza Medo Constrangimento Vergonha Humilhação</p>	<p>Paixões sentidas pelo sujeito vítima da intolerância</p>
---	--	--	--

Embora, conforme dissemos, não trabalhemos com a questão da tensividade no discurso, sabemos que as paixões podem ser mais bem abordadas por esse viés teórico. Barros (2005, p. 49), por exemplo, observa que as paixões, no nível discursivo, são aspectualizadas pela intensidade ou pela extensidade do tempo, do espaço e/ou do ator/sujeito. Para nós, porém, basta saber que os estados passionais podem ser pontuais (resultantes de um único arranjo modal, como é o caso do medo, paixão do não-querer-ser), como podem também prolongar-se (caso da mágoa) ou provocar o desdobramento de outras paixões, que se organizam e se sucedem, portanto, em um percurso, como Greimas (1990) tão bem demonstrou no seu estudo sobre a cólera.

Sabemos que as paixões também são axiologizadas de forma positiva (amor, felicidade etc) ou negativa (ódio, rancor etc). As paixões ditas negativas tendem a indicar o estado de disjunção do sujeito e as positivas, o estado de conjunção. Dizemos “tendem”, porque, no fim das contas, é a configuração do texto/discurso como um todo que nos dirá quais são, de fato, os elemento eufórico(s) e disfórico(s); eles não são dados *a priori*.

No discurso em estudo, as paixões, tal como foram listadas no quadro 2, são todas negativas, inclusive porque alteram o estado dos sujeitos – tanto os pais e colegas, por exemplo, quanto os próprios sujeitos considerados transgressores – tornando-os tensos e, no mínimo, insatisfeitos. Por outro lado, vimos, nos textos fílmicos analisados, que, quando o sujeito assume, da fato, sua “diferença” sexual, os demais sujeitos, em geral, acabam por aceitá-lo tal como é ou a se conformar (experimentando, por exemplo, a paixão da resignação). Isso pode ser observado, mais claramente, em *Medo de quê?* e *Boneca na mochila*, por meio das personagens mais “apaixonadas”, que são as mães. No primeiro vídeo,

temos ainda as figuras do melhor amigo e do pai de Marcelo; no segundo, a do taxista. Todos esses personagens passam por uma transformação que diz respeito à mudança – ou, pelo menos, à revisão – do seu quadro inicial de valores. Se, a princípio, eles se mostram consonantes com os valores heteronormativos, razão pela qual demonstravam aversão à homossexualidade, no fim das narrativas, eles saem do estado tenso das paixões negativas (repulsa, aversão, medo) para o estado relaxado das paixões positivas (resignação, conformação): os pais de Marcelo o cumprimentam juntamente com o namorado; o amigo de Marcelo reata a amizade com ele; a mãe do garoto de *Boneca na Mochila* muda seus valores, passando a ver o filho como um sujeito normal. Em *Bianca*, depois de algum tempo sem falar com ela, os pais acabam por aceitar sua nova condição. Isso quer dizer que, nas narrativas estudadas, todos esses sujeitos passam do estado de não aceitação para o de aceitação (ou, ao menos, de tolerância) da homossexualidade/diversidade de performance de gênero. Porém, é preciso destacar que esse processo não se dá da mesma forma (nem no mesmo grau) com todos eles, haja vista as próprias emoções e paixões expressas por esses sujeitos. Quer dizer, da conformação até a felicidade verifica-se a constituição de um claro processo (gradativo) de aceitação.

Importa-nos destacar, nesse caso, que o sujeito “desviantes”, quando se descobre e se assume como não condizente com os valores da sociedade heteronormativa, não muda sua conduta e seus valores; quem o faz são os outros sujeitos (pais, amigos etc), que passam, então, a se orientar por um novo sistema de valores, como se houvessem sofrido uma nova manipulação de um antidestinador-manipulador que, portanto, encarna valores contrários ao do destinador-manipular sociedade (heteronormativa). Poderíamos pensar, então, que eles se automanipulam para alterar o quadro de insatisfação no qual se encontram, diante da impossibilidade de mudar a performance do outro. Daí resultam paixões como resignação, amor, felicidade e segurança, todas positivas do ponto de vista axiológico. De certa forma, o contrato com a heteronormatividade é contraposto a outro(s) contrato(s), por exemplo, o da maternidade/paternidade, que pressupõe o amor ao filho acima de qualquer circunstância. Assim, o querer-bem ao sujeito se sobrepõe ao bem-querer da norma.

No nível discursivo, constatamos que a homofobia aparece significada, especialmente, em dois percursos temático-figurativos: o da violência física e o da violência simbólica. Na verdade, o discurso é atravessado por uma rede de percursos temático-figurativos, como o da correção da homossexualidade, o da estereotipia da masculinidade, o da ignorância/desconhecimento etc. Porém, acreditamos que é possível agregar todos eles nos

dois percursos citados. Temas como vexação, humilhação, vigilância e policiamento constituem o percurso da violência simbólica; já as figuras da morte, da agressão e o tema da hostilidade agregam-se ao percurso da violência física. A reiteração de traços desses percursos responde pela coerência do discurso e permite apreendê-los de um outro ângulo: o da isotopia (tomada aqui como um plano de leitura).

Conforme já foi dito, é, sobretudo, por meio dos percursos temático-figurativos que os valores, as representações, as ideologias, enfim, se inscrevem no discurso (que é social) e migram para o texto (que é individual). Assim, os dois percursos temático-figurativos destacados podem ser tomados como “fragmentos” de dizeres sociais acerca da homofobia. Levando isso em consideração, reforçamos a ideia de que o discurso em estudo não enuncia sozinho e nem é origem do que nele se diz; na verdade ele enuncia a partir de formações discursivas e ideológicas elaboradas no seio da história e incorporadas à sociedade.

Sob esse aspecto o discurso veiculado nos textos fílmicos examinados aponta para um dado relevante: o de que a construção de uma imagem ou representação da homofobia não se relaciona apenas à violência física, sobretudo à morte (assassinato) de homossexuais, conforme por um tempo se estabeleceu no nosso imaginário sócio-discursivo. Lembremos da distinção entre preconceito e homofobia, por exemplo, que encontramos em alguns trabalhos consultados e que ainda se fazem presentes em muitos discursos, inclusive no de defesa do homossexual.

Nesse quadro, a ideia de homofobia atrelava-se à ideia da agressão, do crime movido pelo ódio, o que estabelecia fronteiras entre o preconceito, a intolerância e a homofobia propriamente dita. Quando verificamos, porém, que a homofobia se atrela, em grande medida, às paixões, que inclusive podem nem ser dirigidas conscientemente ao sujeito que rompe com a heteronormatividade, percebemos que a homofobia vai além da agressão e/ou do assassinato de homossexuais. Isso vai ao encontro de diferentes acepções de homofobia que encontramos na literatura acadêmica, mostrando-nos um claro processo de evolução semântica da palavra (e da noção correspondente) que passa a significar mais do que já significou outrora. Assim, podemos dizer que identificamos, no discurso em análise, um certo embaralhamento das fronteiras que distinguiam noções como preconceito, intolerância e homofobia, fazendo com que todas elas pareçam convergir para uma mesma coisa: a homofobia.

Outro aspecto a ser observado é que, conforme vimos, a palavra “homofobia” foi criada para se referir a um quadro psicológico: o do pânico ou do medo que alguns indivíduos

apresentavam diante do homossexual. Vimos que ela foi sendo levada para outros campos semânticos, passando a designar especialmente os indivíduos que agridem os homossexuais, em função da não aceitação da homossexualidade. Dito isso, é possível considerar que a primeira imagem da homofobia relacionava-se a uma representação mais psicologizante, chegando mesmo a ter contornos que a definiam como doença; já a segunda, revela-nos uma imagem mais sociológica, a partir da qual a homofobia é vista como a não aceitação da diferença, o que resulta em um claro conflito identitário. Essa última é a imagem mais comumente conhecida.

É preciso destacar, no entanto, que à medida que a homofobia nos é apresentada por meio de uma série de paixões, e não somente da raiva e/ou do ódio, por exemplo, ocorrem, no discurso em foco, diferentes “gradações” ou possibilidades de a homofobia existir. Assim, a tristeza e a decepção dos pais são manifestações da homofobia, bem como a hostilidade dos colegas, e não apenas a violência física. Tudo indica tratar-se de representações diferentes de um mesmo “objeto”. Os pais de indivíduos homossexuais se entristecem porque se veem, de certa forma, na obrigação de ter filhos inscritos na heteronormatividade. Os sentimentos de vergonha e de constrangimento revelam claramente o poder coercitivo da heteronormatividade. Sob esse aspecto, como já foi dito, a homofobia se mostra atrelada ao campo das paixões, da subjetividade, ou seja, assemelha-se ao sentido que a palavra tinha quando foi criada, referindo-se ao estado psicológico (negativo) de um indivíduo diante da homossexualidade. O sentido da palavra, nesse caso, volta a comunicar-se com a sua memória, exprimindo algo diferente da violência física.

Essa questão perpassa o discurso dos vídeos, mas de forma um pouco distinta. Se quando se deu a criação do termo homofobia, ele designava um quadro psicológico, conotando mesmo a ideia de doença, como foi dito, isso, de modo geral, não pode ser observado nas representações que apreendemos. Como vimos, os sujeitos pais e amigos cessam o quadro de insatisfação quando mudam o seu quadro de valores, ou seja, sua perspectiva ideológica. Desse modo, mesmo a representação mais “apaixonada” da homofobia insere-se, no fim das contas, numa perspectiva mais sociológica do que psicologizante, o que nos levaria a propor uma representação psicossocial da homofobia. Trata-se de um claro processo de resignificação do termo, e por isso mesmo, da construção de um novo saber acerca da homofobia, o que, aliás, confirma o fato que apontamos quando abordamos as novas formas de designação desse termo na literatura especializada.

Essa representação psicossocial explica os muitos casos de não aceitação da homossexualidade pelos próprios sujeitos homossexuais. Esses sujeitos, ao se verem diferentes daquilo que a norma, ou melhor, os valores heteronormativos hegemônicos preconizam, sentem-se receosos, demonstrando medo e aversão diante dos seus próprios sentimentos e desejos, o que leva a um quadro de angústia e aflição.

Esse deslocamento de sentido, afastando o termo homofobia da ideia de patologia, mostra-nos os contornos sociais e até mesmo políticos que ele vem ganhando, o que nos leva a insistir na relação entre a construção discursiva da homofobia e o processo de legitimidade da homossexualidade e da diversidade de gênero. Essa construção das imagens ou representações da homossexualidade e da homofobia pela via social torna-se talvez a única forma de enfrentar a ideologia hegemônica que, no seu escopo, não concebe a homossexualidade e a diversidade de gênero como legítimas.

5.2. A representação da homofobia e a re-apresentação da homossexualidade

Propusemo-nos, no presente trabalho, a identificar e analisar as representações da homofobia e da homossexualidade que se projetam no discurso materializado nos textos filmicos do chamado kit “Escola Sem Homofobia”. Feito o exame discursivo de cada vídeo e discutidos os resultados a que chegamos no conjunto das análises, tentaremos agora demarcar mais claramente essas representações, mesmo que já as tenhamos abordado no próprio processo de análise.

Antes, porém, retomaremos o conceito de representação, já apresentado na parte teórico-metodológica. Isso porque, como se trata de um conceito muito utilizado na análise do discurso e em áreas afins, ele pode ser tomado de diferentes formas. Nesse sentido, queremos precisar a noção de representação que estamos utilizando, no caso a de Moscovici, e justificar nossa opção de empregá-la neste trabalho.

Em primeiro lugar, apoiamo-nos em Moscovici porque acreditamos que suas reflexões ajudam a explicar o fenômeno discursivo com o qual trabalhamos. Além disso, é praticamente consensual o fato de que esse autor é responsável pela introdução do conceito de representações sociais no âmbito da psicologia social, a partir de questões levantadas por autores, como Durkheim, Piaget, Vygostky, dentre outros. Suas elaborações em torno dessa

noção são amplamente conhecidas e difundidas, mostrando-se relevantes para a compreensão de diversos fenômenos sociais, inclusive no domínio que nos interessa aqui: o dos estudos do texto/do discurso.

Quando falamos em representações sociais, via de regra, somos tomados pela ideia de coletividade, isto é, associamos essa noção àquilo que é de todos. A leitura de Moscovici (2012), no entanto, não nos permite chegar a essa conclusão ou somente a essa conclusão. O próprio autor afirma preferir falar em “representações sociais” ao invés de “representações coletivas”, justamente para não reforçar a ideia de algo que se refere a uma totalidade. Podemos dizer que representações são sociais porque não são individuais, ou seja, não são construções de um sujeito apenas; são elaborações que permeiam as relações constituídas na/pela sociedade. O autor constata que, na nossa vida social, nomeamos, classificamos e valorizamos objetos, pessoas, acontecimentos, teorias etc., ou seja, representamos. Existem, é verdade, representações que são coletivas, dizendo respeito a ideias e crenças que são gerais, tal como acontece com os estereótipos, mas essa característica não define todas as representações.

A respeito da importância das representações, Moscovici (2012) afirma que todos os nossos sistemas perceptivos e cognitivos estão ajustados às representações, a convenções (porque as representações convencionalizam) que acabam por categorizar e conferir uma forma aos objetos, tornando-os compreensíveis, partilháveis e, acrescentamos, inteligíveis. Ainda de acordo com o autor: “Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhes são impostos por suas representações, linguagem ou cultura (...) nós organizamos nosso pensamento de acordo com um sistema que está condicionado.” (MOSCOVICI, 2012, p. 35). Nesse sentido, a formação da própria consciência resulta das representações sociais. Assim, como podemos observar, as representações, na perspectiva do referido autor, têm uma dimensão bem ampla, fazendo mesmo parte do pensamento humano e de todas as formas de interação entre os homens.

Nessa perspectiva, as representações são pontes que se estabelecem entre os indivíduos, promovendo e reproduzindo as relações sociais. Em outras palavras: elas comunicam e permitem a comunicação. Moscovici (2012, p. 58) diz ainda que as representações tornam familiares os objetos, as teorias, as pessoas e até os acontecimentos, uma vez que os inserem numa ordem conhecida, já construída. É importante atentarmos para o fato de que, quando o autor usa o termo *familiar*, não está se referindo necessariamente a

algo positivo, agradável, como pode parecer à primeira vista; *familiar*, nesse caso, quer dizer reconhecível. Assim, os sentidos evocados pelas representações podem ser positivos ou negativos. E isso, no nosso entender, está estritamente relacionado às condições de produção do discurso e à questão da ideologia.

Outro aspecto que convém destacar é que as representações, no entender do autor, são dinâmicas, isto é, elas se movem no interior das relações sociais, podendo, desse modo, ser criadas, desaparecer, ser mais ou menos recorrentes, mais ou menos presentes em nossa sociedade. Moscovici (2012, p. 47) ilustra esse fato, dizendo que, se a palavra “neurótico” fosse banida dos dicionários, junto com ela seriam também banidos nossos julgamentos e sentimentos com relação a determinados tipos de pessoas. Isso ocorre porque à palavra neurótico associam-se diversas imagens, inclusive, e talvez principalmente, a de doença mental.

Quando o autor descreve o modo como as representações se constituem, ele fala em dois processos: a ancoragem e a objetivação – dos quais já falamos na parte teórico-metodológica, razão pela qual os abordaremos de forma mais sucinta, no intuito apenas de retomá-los. A ancoragem é o procedimento que consiste em colocar algo estranho diante de um paradigma já familiar. Nesse sentido, “no momento em que determinado objeto ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, adquire características dessa categoria e é reajustado para que se enquadre nela” (MOSCOVICI, 2012, p. 61). Assim, sintetiza o autor, ancorar é classificar e dar nome a alguma coisa.

Moscovici observa ainda que aquilo que é anônimo, quer dizer, que não foi classificado, nomeado, não é sequer comunicável e, conseqüentemente, associado a outras imagens. A ancoragem, nesse sentido, é primordial; mais que isso, é o requisito primeiro do/no processo de constituição das representações sociais. Além disso, ela é o alicerce para que o segundo procedimento se realize: a objetivação que, em linhas gerais, consiste em figurativizar, atribuir um corpo, uma imagem concreta a um conceito. Nas palavras do autor, “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem, um objeto ou coisa” (MOSCOVICI, 2012, p. 71). No seu entender:

Uma vez que a sociedade tenha aceito (sic) tal paradigma ou núcleo figurativo, ela acha fácil falar sobre tudo o que se relacione com esse paradigma e devido a essa facilidade as palavras que se referem a esse paradigma são usadas mais frequentemente. Surgem, então, fórmulas e clichês que o sintetizam e imagens, que eram antes distintas, aglomeram-se ao seu redor. (MOSCOVICI, 2012, p.66).

O conceito de representações sociais adquire, tal como pudemos observar na exposição acima, uma enorme abrangência, de modo que ele se torna bastante complexo. As reflexões de Moscovici nos permitem estabelecer uma relação entre representações e significados, a exemplo das palavras dicionarizadas. Sabemos, porém, que não podemos nos ater apenas a essa interpretação.

Quando o autor descreve o que são as representações, ele usa palavras como *significar*, *categorizar*, *nomear*, *descrever* e até *comunicar*. Essas são noções que praticamente constituem o dorso dos estudos linguísticos. Os próprios procedimentos descritos pelo autor para demonstrar como as representações se formam podem ser relacionados com duas noções desenvolvidas no âmbito dos estudos semióticos: a ancoragem estaria para a tematização, assim como a objetivação estaria para a figurativização.

Segundo Fiorin (1989), temas são categorias, cuja função é organizar e classificar, enquanto figuras são elementos que remetem ao mundo natural, sendo que a toda figura agrega-se necessariamente um ou mais temas, assim como ocorre com a objetivação, que consiste em figurativizar, dar um “corpo concreto” a um conceito.

Isso posto, poderíamos dizer que os temas e as figuras são as próprias representações sociais? Se sim, estaremos reduzindo o conceito de representações a questões que já foram amplamente apresentadas nos estudos sobre significação de modo geral. Há de existir algo mais que as representações comuniquem que não a relação entre determinada coisa e o significado evocado por ela. Seriam, então, as representações a relação coisa + significado + valor atribuído?

Acreditamos que essa última posição estaria mais perto do que diz Moscovici (2012), quando apresenta a definição e a descrição do que seriam as representações sociais. Representações remetem a significados que são construídos socialmente, que são partilhados por determinado grupo e que são imbuídos de valores, valores esses que dizem respeito a critérios, tais como verdadeiro ou falso, certo ou errado, belo ou feio, agradável ou

desagradável. É por essa razão que, conforme o autor, é sempre diante das representações que julgamos se determinados objetos são normais ou anormais, por exemplo.

Cabe-nos, então, perguntar: esses valores são fixos, presos aos significados, às representações? Ora, podemos responder, sem medo de errar, que não, até porque se assim fosse, não teríamos alteração na ordem das relações sociais e muito menos na ordem do discurso. É nesse ponto que acreditamos que as contribuições desenvolvidas no escopo da análise do discurso somam muito aos estudos que se dedicam às representações sociais.

No âmbito da análise do discurso, é em Charaudeau (2006) que encontramos, mais frequentemente, referências à noção de representações sociais. O autor aborda o desenvolvimento do conceito nas ciências humanas, na antropologia social e na psicologia social e mostra a sua produtividade nos estudos discursivos. Apresentando um posicionamento sobre as representações que converge com o pensamento de Moscovici, Charaudeau compreende que as representações constroem o real, o que se dá por meio de “imagens mentais transpostas em discursos ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, [...] incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real” (CHARAUDEAU, 2006, p. 47).

Ainda de acordo com esse autor, os discursos se inscrevem e/ou acionam um quadro de representações que, por sua vez, funcionam como norma de referência para as trocas discursivas. Observamos, desse modo, que as representações são algo mais abrangente do que a relação coisa/significado e também parecem ir além do discurso. As representações, que chegam a ser tomadas como a realidade, interferem no modo como as coisas são concebidas, sentidas e transmitidas (MOSCOVICI, 2012, p.173). Assim, além de definir, de conceituar as coisas, elas também funcionam como uma espécie de orientação normativa, ou seja, têm um caráter prescritivo. O autor chega, inclusive, a dizer que elas podem provocar alterações psíquicas/emocionais e comportamentais, fato que pudemos observar ao longo das análises das narrativas.

Sobre as funções das representações, uma delas, como já foi dito, é tornar algo inteligível, comunicar. Moscovici (2012, p.168) observa que “(...) as pessoas aceitam, acima de tudo, aqueles fatos ou percebem aqueles comportamentos que confirmam suas crenças habituais”. Nessa perspectiva, colocamos aquilo que é novo em confronto com o que já se encontra pronto em nossos paradigmas. Quanto mais o novo se encontra em sintonia com tais paradigmas, mais chance há de a novidade ser incorporada à nossa consciência. Nessa linha

de raciocínio, devemos considerar que as representações, além de existir na sociedade e nos constituir, podem funcionar também como estratégias argumentativas, como elementos que favorecem a intencionalidade da comunicação. Nesse caso, é importante observar por que determinada representação é convocada por determinado(s) discurso(s).

Por último, convém abordar, ainda que de modo breve, as diferenças entre representações e estereótipos, uma vez que esses dois conceitos muitas vezes são confundidos. As representações sociais dizem respeito a formas de significar coisas, objetos, pessoas, acontecimentos etc., inserindo-os num paradigma que os torna inteligíveis. Esse processo é algo social. Os estereótipos também são construções sociais e também nos revelam como coisas, pessoas, eventos, etc. são significados, mas não são exatamente o mesmo que as representações.

De acordo com Amossy & Pierrot (2005, p. 30), a palavra *estereótipo* relaciona-se à tipografia, referindo-se aos tipos que eram fixos e que se mantinham para as próximas tiragens que seriam impressas. Daí derivaria a noção de estereótipo como uma ideia rígida, fixa, fechada. Articulando essa noção com os estudos discursivos, as autoras entendem que os estereótipos se relacionam à noção de “pré-construído”, tendo a ver, portanto, com a questão da memória. Assim, no entender de Amossy & Pierrot (2005), os estereótipos são imagens fixas compartilhadas por uma coletividade. Eles podem ser concebidos como sentidos cristalizados e, por isso mesmo, portadores de uma memória também coletiva. As representações, ao que tudo indica, sendo inerentes ao pensamento e à comunicação humana, não dizem, porém, respeito apenas aos sentidos cristalizados e fixos, como é o caso dos estereótipos. Desse modo, podemos dizer que todo estereótipo é uma representação, mas nem toda representação é um estereótipo.

Feitas essas considerações, torna-se mais fácil compreender as imagens da homofobia e da homossexualidade que encontramos no discurso em análise. As imagens e os sentimentos associados a esses dois conceitos são as representações construídas sobre eles; algumas são estereotipadas, outras não. Como vimos, as representações nomeiam e evocam sentidos e sentimentos. Isso ficou claro no exame das narrativas, no qual percebemos imagens, valores e sentimentos relacionados aos homossexuais/homossexualidade e à homofobia/sujeitos homofóbicos e vítimas da homofobia. Retomemos, pois, essa questão.

Começamos abordando a construção da identidade homossexual. Verificamos que os vídeos trabalham majoritariamente com a representação da homossexualidade masculina.

Apenas um vídeo traz personagens homossexuais femininos: *Torpedo*. Esse fato não deixa de ser relevante, pois mostra o que as literaturas acerca das relações de gênero e também as que abordam a homossexualidade nos revelaram: o apagamento do gênero feminino e a maior visibilidade/superioridade conferida ao masculino. Como já expusemos, essa é uma realidade construída pela ideologia heteronormativa que se reproduz inclusive nos discursos e comportamentos sobre os homossexuais.

Vimos desenhar-se no discurso, especialmente em *Medo de quê?* e *Probabilidade*, uma imagem da homossexualidade masculina que se distancia da feminilidade, representação que, como vimos, é mais estigmatizada. No caso da identidade travesti, que se reveste da identidade feminina, sua imagem se torna positiva, no vídeo, porque ela é construída em relação a outros valores que nos são familiares e positivos – lembremos que Bianca é boa aluna (tira boas notas), interessa-se pela educação (quer ser professora) e apresenta, em linhas gerais, um caráter ético. Ora, a imagem da masculinidade, a do bom aluno e a do sujeito ético colaboram, sem sombra de dúvidas, para a configuração de um *éthos* positivo para a homossexualidade. O que isso nos revela em termos da relação discurso/sociedade?

As representações, que são formas de pensamento da sociedade, não são estáticas, conforme vimos na trilha de Moscovici. Elas também não dizem respeito apenas àquilo que é positivo; há representações axiologizadas positivamente e outras, negativamente. Podemos citar como exemplo de representação positiva a meritocracia, que evoca sentidos como sucesso, superação, realização individual e recompensa. Porém, ela também se relaciona com competitividade, exclusão e desigualdade, que tendem a ser valorizadas negativamente. Assim, o que determina o valor é a perspectiva ideológica adotada, e não a coisa em si.

Isso significa que as representações tornam-se positivas ou negativas dependendo da circunstância na qual se inscrevem e, principalmente, da orientação discursiva que assumem. Parece-nos, pois, evidente que uma representação negativa precisa ser colocada diante de um paradigma positivo para que se altere e tenha os sentidos e sentimentos por ela evocados também alterados. É o que vemos acontecer com a homossexualidade, historicamente construída de forma negativa, e que, por isso, desperta sentimentos também negativos, tais como aversão, repulsa, medo, nojo etc. Os discursos que procuram inaugurar uma nova história para a homossexualidade (como o que se materializa nos vídeos do kit “Escola Sem Homofobia”) mostram que isso vem ocorrendo, justamente por meio da atribuição de novas

características e valores positivos (o que acaba por configurar um novo *éthos*) à homossexualidade.

No que tange à construção dos personagens das narrativas, constatamos que eles correspondem a mais previsível normalidade no que diz respeito à imagem do jovem escolar, excetuando o fato de serem homossexuais. São corajosos, bons filhos, bons alunos, sociáveis e autoconfiantes, pois, ainda que possam ter alguns conflitos no início, acabam por vivenciar a experiência homossexual de forma resoluto e até feliz – com exceção do vídeo *Boneca na mochila* que aborda mais a relação dos pais e da escola com a homossexualidade do que a possível homossexualidade da criança.

Essa imagem dos indivíduos homossexuais difere muito daquela que historicamente se construiu. A representação histórica, que associa a homossexualidade à doença, ao pecado, à transgressão, enfim, é responsável pela apresentação dos homossexuais como indivíduos fracos, super-sexualizados, de caráter duvidoso, sensíveis, solitários ou de poucos amigos, marginalizados e promíscuos. São essas características que Moreno (2002), ao estudar a representação da homossexualidade no cinema brasileiro, encontra. O autor observa que os personagens homossexuais são, na sua grande maioria, periféricos, e quando centrais, geralmente representam as “bichas afetadas”; os “garotos de programa”; “os drogados”; “os doentes mentais”; os “subempregados”; os “frágeis”.

Como se vê, essas são representações que podem facilmente ser apreendidas no nosso imaginário sócio-discursivo, fato que comprova o quanto elas fazem parte do nosso cotidiano. Em todas elas, verificamos a homossexualidade agregada a sentidos e também sentimentos negativos, o que a coloca como algo estranho, diferente e anormal. Assim, não podemos dizer que não existia uma representação da homossexualidade, mas, sim, que se trata de uma representação majoritariamente negativa. Isso se explica pelo forte poder do discurso hegemônico (heteronormativo), a partir do qual se deu a escrita da história da homossexualidade.

Como é possível alterar esse quadro? Pelo que pudemos verificar no discurso projetado nos vídeos e também nas literaturas que ancoram teoricamente este trabalho, através da construção de novos sentidos. Daí a importância das políticas de ação afirmativa, por exemplo. Conforme expusemos mais acima, as representações ancoram as coisas, os fatos etc. num determinado quadro de referências, tornando-os conhecíveis. Uma vez incorporadas, as representações passaram a ser elas mesmas paradigmas com os quais serão confrontados

outros tipos de conhecimentos. Assim, faz-se necessário mais do que negar, desautorizar os valores negativos, apresentar novas imagens, investidas de novos valores.

Ou, como menciona Barros (s/d)⁵³, numa de suas reflexões sobre os discursos intolerantes: é preciso que se elaborem discursos com estratégias, temas e valores que sejam contrários aos que se mostram nos argumentos dos intolerantes. Nesse sentido, afirma a autora, “os contratos deverão ser os de multilinguismo, de mistura, de mestiçagem, de diversidade sexual, de diálogo com as diferenças, de pluralidade religiosa”. À medida que estabelecemos esses novos contratos, ou seja, que apresentamos um novo quadro de valores para as questões da homossexualidade, do racismo, do sexismo, do preconceito linguístico, etc., alteramos a imagem (geralmente negativa) que é acionada, construindo uma outra – positiva –, o que permite a aceitação e propicia, conseqüentemente, as sanções positivas e as paixões benevolentes.

As novas imagens construídas em torno da homossexualidade, investidas de valores positivos, permitem-nos considerar que estamos diante não apenas de sua representação, mas, mais do que isso, de sua “re-representação”, pois uma vasta construção histórica já nos confrontou com uma representação da homossexualidade imbuída de valores negativos. Isso é feito, no contradiscurso dos vídeos, por meio da aproximação da homossexualidade de uma série de imagens e valores que nos são familiares e que concebemos como positivos, conforme já foi citado.

Além disso, é preciso considerar que novas significações foram, ao longo do tempo, agregando-se ao termo *homossexualidade*. Esse lexema teve, pois, seu campo semântico aumentado, ou melhor, redefinido. Nesse sentido, a homossexualidade, no discurso dos vídeos, é articulada a noções como direito, normalidade e legitimidade. O relacionamento homossexual foi, inclusive, associado, em alguns vídeos, a representações do amor romântico (o que conflita totalmente com a imagem de promiscuidade), da fidelidade e mesmo da monogamia, ou seja, ele foi inscrito em um quadro de valores que socialmente ainda é superestimado, remetendo a valores éticos e também estéticos (ele é correto, é belo).

Fica, assim, evidente que o discurso construído em torno da homossexualidade e do homossexual, nos textos fílmicos analisados, aponta para a elaboração de novos sentidos, bem como para o deslocamento e/ou o apagamento de já-ditos que se inscrevem na memória

⁵³ Vide nota 44.

discursiva. Trata-se, desse modo, do que chamamos de construção de um novo paradigma para a homossexualidade. Assim, retomando o que dissemos mais acima, podemos considerar que se trata da re-apresentação da homossexualidade (e do homossexual), ou seja, da sua apresentação de outro modo, diferente da forma como historicamente ela foi concebida. Moscovici (2012, p. 56) define a re-apresentação do seguinte modo:

(...) o ato de re-apresentar é um meio de transferir o que nos perturba, o que ameaça nosso universo (...). A transferência é efetivada pela separação de conceitos e percepções normalmente interligados e pela sua colocação em um contexto onde o incomum se tornam comum, onde o desconhecido pode ser incluído em uma categoria conhecida.

É justamente esse quadro que observamos com relação à homossexualidade: as significações positivas e os sentimentos agradáveis a ela associados mostram-nos claramente a sua colocação em um novo paradigma, em um novo contexto. Esse processo é fundamental para que se altere a forma como a homossexualidade é concebida socialmente (majoritariamente de forma negativa); é a partir dele que será possível a formação de novas consciências, sentimentos e atitudes em relação à homossexualidade. Conforme afirma Moscovici (2012, p.56): “quando a alteridade é jogada sobre nós na forma de algo que ‘não é exatamente’ como deveria ser, nós instintivamente a rejeitamos porque ela ameaça a ordem estabelecida”. Ou seja, não é que a homossexualidade não existisse; pelo contrário, é o fato de ela ter existido como algo que, além de diferente, era considerado errado, que fez com que ela fosse rechaçada, negada de diversas formas. Quando ela é equiparada àquilo que valorizamos positivamente, ela se torna re-conhecida, conhecida sob um novo prisma, dessa vez, inerente à normatividade.

A homofobia, por sua vez, também é ressignificada, mas sem perder o viés negativo que sempre se atrelou a ela. A palavra, cuja origem denota medo do homossexual, descreve algo que seria um fenômeno psicológico, isto é, uma manifestação de medo e receio irracional, pouco ou nada controlado pelo indivíduo. Porém, como visto, o sentido do termo não ficou restrito a essa dimensão psicologizante, passando por um verdadeiro processo de construção de novas significações, que podem ser especialmente apreendidas nas literaturas acadêmicas que abordam a questão, na elaboração de políticas públicas, no âmbito jurídico e até mesmo no domínio da medicina.

Assim, fica-nos evidente que estamos diante de uma rede bastante densa de significados sobre a homofobia, o que nos mostra que o tema tem estado em pauta. Não se pode dizer, nesse sentido, que a homofobia está sendo silenciada, por exemplo. Esse fato é muito relevante para os estudos discursivos, pois, como podemos ver nas reflexões desenvolvidas, de forma privilegiada, no âmbito da ADF, uma das formas de controle e de exercício do poder se dá por meio da linguagem (materializada em discurso), ou seja, do estabelecimento daquilo que deve (não deve) e pode (não pode) ser dito, questão que se inscreve na própria definição de formação discursiva, na acepção pechêutiana.

Nesse sentido, não dizer, apagar ou silenciar são fortes mecanismos de controle discursivo, relevando-nos aqueles que detêm o poder da palavra – e, por isso, significam – e aqueles que não. É também por essa razão que o discurso se torna um palco de conflitos, um lugar de disputas ideológicas, como o nosso objeto de estudo mostra tão claramente. É esse fato que nos leva a sustentar a estreita (e talvez indissociável) relação entre as elaborações de novas significações para o termo homofobia e o crescente processo de visibilidade e de legitimidade da homossexualidade. De acordo com o que já vimos afirmando, se não se alterasse a imagem da homossexualidade (o que é inerente à sua própria legitimidade), muito provavelmente a homofobia ficaria em segundo plano, relegada ao espaço do não dito ou do silenciado.

Isso explica, por exemplo, o fato de atualmente determinados textos publicitários e humorísticos, por exemplo, ser chamados de homofóbicos, algo que não se observava há algum tempo, quando homofobia significava apenas agressão física, geralmente seguida de morte. Também podem ser chamados de homofóbicas determinadas condutas médicas (pressupor a “cura” da homossexualidade, por exemplo) e até mesmo pesquisas científicas que tomam como referência o padrão de normalidade da heterossexualidade, reforçando a legitimidade da identidade e do comportamento heterossexual. Nesse sentido, fica evidente que a homofobia é mais do que a descrição de um fenômeno; ela é também uma espécie de mecanismo de vigília social, pois seu valor é negativo – ela é quase um anti-objeto –, o que leva os indivíduos, em geral, a um grande esforço para se tornarem disjuntos dela. Assim, a homofobia se revela uma verdadeira construção social, um “dispositivo discursivo” que nos mostra a construção de um novo conhecimento, de um novo saber. E, conforme já foi há muito dito, saber é poder.

Vejamos, pois, as representações da homofobia que verificamos em nossa análise, e, em seguida, falemos do que essas imagens comunicam sobre o nosso contexto social no que diz respeito à(s) homossexualidade(s).

5.3. Homofobia: da categoria de doença à categoria política

Uma primeira observação que podemos fazer é que o medo da homossexualidade não se restringe apenas ao indivíduo supostamente heterossexual, podendo revelar-se também no sujeito homossexual, que nega a própria homossexualidade por considerá-la um desvio da norma socialmente estabelecida, conforme já expusemos. A palavra medo, de imediato, refere-se a um estado passional, à iminência de um perigo/ameaça, que pode ser real ou não. Essa primeira significação remete a uma certa passividade do indivíduo que sente o medo. Trata-se, então, de uma acepção da homofobia diferente daquela com a qual nos deparamos cotidianamente; que é a que se refere à violência, no geral física, contra um indivíduo homossexual. Essa é, sem dúvida, a imagem mais recorrente nas mídias jornalísticas e, por isso, temos tendência a acreditar que se trata da noção mais incorporada ao senso comum.

Foi no âmbito das paixões que a homofobia foi mais representada no discurso dos vídeos. Trata-se de paixões negativas, tais como a raiva, o medo, a antipatia, a aversão, a repulsa, a vergonha, o constrangimento, a indiferença, entre outras. Essas paixões expressaram-se, via de regra, por meio de atitudes, de gestos e do corpo dos personagens, aspecto que Lara e Matte (2009) associam às emoções, entendidas por elas como sinais físicos das paixões. Lembremo-nos, nesse sentido, da mãe de Marcelo (*Medo de quê?*), que gesticula e tem a face avermelhada quando é confrontada com a possível homossexualidade do filho, revelando-nos o intenso desconforto que o fato lhe causa. A mãe de *Boneca na mochila* também exprime gestualmente suas paixões, levando a mão à boca, movendo o corpo intensamente, demonstrando a angústia que vive enquanto percorre o caminho até a escola do filho. Essas paixões, que resultam da frustração dos pais que desejam ter filhos heterossexuais – de acordo com o contrato que a sociedade estabelece com os seus integrantes, pautado, no caso, na/pela ideologia heteronormativa – caracterizam e descrevem a homofobia no discurso investigado. Verificamos, assim, que a homofobia pertence à ordem das paixões/emoções e corresponde àquilo que não é agradável.

Essa foi a forma em que a homofobia se revelou especialmente no âmbito da família. Além das paixões axiologicamente negativas, verificamos também os temas do silenciamento e da negligência, o que nos levou a falar em alienação familiar. Aqui a homofobia se mostra como uma manifestação praticamente inconsciente. Não se trata, pois, de uma imagem muito diferente daquela que se associa ao significado primeiro da palavra: o medo (irracional) relativo ao indivíduo homossexual e à homossexualidade.

Nesse sentido, podemos dizer que essa representação da homofobia evoca noções como doença e perturbação. Lembremos que “fobia” é um jargão da psicologia utilizado para descrever determinadas patologias, comumente associadas ao medo intenso, à repulsa e à ansiedade. O sujeito homofóbico, nessa perspectiva, mais do que um sujeito hostil, é também um sujeito vítima da homofobia. Ele não é necessariamente aquele que age, chegando a mostrar-se mesmo passivo, como vimos. Lembremo-nos da atitude distante e recolhida da mãe de Marcelo em *Medo de quê?*; da inércia da escola ou mesmo da inquietação e do sofrimento demonstrados por D. Clélia, em *Boneca na mochila*.

Essa forma da homofobia nos revela um sujeito que expressa um não querer bem em relação à homossexualidade, mas não necessariamente uma malquerença em relação ao homossexual. O preconceito, referindo-se a um julgamento negativo, pouco ou nada submetido à razão, poderia ser enquadrado nesse tipo de homofobia. Esse quadro remete à noção de **homofobia irracional**⁵⁴, que encontramos em Borrillo (2010, p. 24), também chamada de **homofobia internalizada**. Nos dizeres do autor, essa seria a primeira forma de violência contra homossexuais. Os sentimentos de medo, receio, aversão, repulsa diante da homossexualidade, apesar de parecerem pueris, se dariam em razão da forte cultura heterossexual que se consolidou historicamente.

Por sua vez, os percursos temático-figurativos da hostilidade e da violência física, nos quais se inclui o tema do assassinato, apareceram, nos vídeos, de modo a significar a homofobia que se mostra no espaço externo, geralmente público. É a que vimos ocorrer no espaço escolar, especialmente em *Probabilidade*, *Torpedo* e *Encontrando Bianca*. O tema do assassinato, no entanto, aparece apenas em *Medo de quê?*. Nesses vídeos pudemos verificar manifestações da homofobia que são mais conhecidas: as que concebem o indivíduo homofóbico como aquele que expressa clara aversão aos homossexuais e à homossexualidade,

⁵⁴ Ver classificações da homofobia na tabela 1, apresentada no Capítulo 2.

geralmente de modo violento. Aqui aparecem a malquerença e a sua culminância em atitudes de violência, como xingar, ridicularizar, hostilizar, ameaçar e até mesmo agredir fisicamente.

Embora decorra das mesmas razões (a cultura heteronormativa), essa forma de homofobia se mostra diferente, na medida em que o sujeito homofóbico é ativo, igualmente frustrado/decepcionado na sua expectativa de garantir a hegemonia heterossexual (assim como ocorre na dita homofobia internalizada), porém expressando paixões do malquerer. Esses indivíduos acreditam-se guardiões da norma; eles são os destinadores-delegados, por excelência, da ideologia heteronormativa, o que os faz se sentirem na posição de dever e poder-fazer (mal ao outro). Podemos dizer que essa representação da homofobia relaciona-se com o heterossexismo, que se define como

(...) a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. Todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização. (BORRILLO, 2010, p. 31).

Nesse sentido, para além do sentimento de frustração e/ou decepção que se encontra, por exemplo, nos pais (que desejariam ter filhos inscritos na heteronormatividade), podemos observar aqui a clara defesa da heterossexualidade, tomada como uma identidade superior, que garante a existência da humanidade e a continuidade da sociedade. Investidos desse saber, que ganhou sua autoridade ao longo da história da exclusão da homossexualidade, os sujeitos homofóbicos sentem-se defensores de uma verdadeira coletividade: a família, o bairro, a sociedade, a nação, a humanidade. O contrato, nesse sentido, ganha uma dimensão bastante ampla, uma vez que esses sujeitos se creem, como foi dito, guardiões da cultura heteronormativa.

Aqui vemos desenhar-se um claro conflito identitário: o homofóbico estabelece uma rígida distinção entre o eu (heterossexual) e o outro (homossexual). O sujeito intolerante identifica a identidade heterossexual como a única possível, não apenas para ele, como também para toda a coletividade. Nesse sentido, outras possibilidades identitárias são vistas como verdadeiras ameaças à ordem estabelecida; daí a necessidade de eliminá-las, de segregá-las, de apagá-las do quadro social. Os crimes de ódio se enquadrariam nesse tipo de homofobia. Nesse caso, o homofóbico não apenas expressa aversão com relação à homossexualidade, como também se sente profundamente ameaçado por ela, pela diferença

expressa no/pelo outro. Pautado no imaginário coletivamente partilhado, que prega a heterossexualidade como a única forma de vivência social e sexual possível, o intolerante filia-se a uma comunidade heteronormativa.

Lembremos a noção de comunidade de Bauman (1998), já apresentada neste trabalho. A partir das reflexões do autor, entendemos que comunidade não se refere somente a indivíduos que vivem em grupo, mas também ao sentimento de identificação, de solidariedade e de proteção. Trata-se de uma relação que é estabelecida subjetivamente, na qual o sujeito se filia, inclusive afetivamente, aos outros considerados seus iguais. Essa é uma forma de homofobia que não admite a diferença e defende um ideal de homogeneidade heterossexual. Podemos, nesse sentido, dizer que se trata de uma **homofobia heterossexista**. Esse nome é bastante arriscado; afinal, a homofobia pressupõe, necessariamente, a negação da homossexualidade e a defesa da heterossexualidade. Porém, apenas para estabelecermos uma diferença mais clara entre esse tipo de homofobia e as demais, adotamos esse nome. Com ele queremos enfatizar o desejo de segregação e de eliminação da homossexualidade, numa proposta mesmo de “higienização” social – partindo do pressuposto de que os homossexuais seriam a sujeira, aquilo que é errado, que deve ser aniquilado. Aqui, identificamos, além das crenças, discursos e valores homofóbicos, as condutas, mais especificamente, ações homofóbicas; que se expressam, sobretudo, através da violência.

É importante frisar que a homofobia não se revela apenas na evidente hostilidade, mas, também, em outros mecanismos de vigilância e de punição socialmente instaurados. Os olhos vigilantes de espanto ou curiosidade, a “denúncia” pública da homossexualidade (como ocorre no vídeo *Torpedo*) também revestem o tema da segregação, estabelecendo claros limites entre a heterossexualidade e a homossexualidade. Essa forma de homofobia, embora aparentemente sutil, é também muito agressiva. Conforme vimos mais claramente na narrativa de *Torpedo*, o indivíduo, ao ser confrontado com a própria homossexualidade de uma forma vexatória, pela qual se evidencia a reprovação social, tende a se autossancionar, apreciando negativamente sua própria performance homossexual. Nesse sentido, o estranhamento social também se mostra como uma forma de homofobia, explicando, inclusive, a pouca aparição de casais homossexuais em lugares públicos. De forma pouco consciente, os indivíduos estranham a homossexualidade, cuidando para que ela não se torne parte da vida coletiva.

Retomemos a exposição, feita na Introdução deste trabalho, sobre a intolerância. Ali vimos que a sociedade tende a lutar contra aquilo que lhe parece diferente e, mais que isso,

ameaçador. Observada ao longo da história, a intolerância se mostra a partir do claro embate entre as diferenças. O estranho não é somente o diferente; ele é também a diferença que ameaça, que perturba uma ordem estabelecida, que abala a sensação de segurança; por isso ele precisa ser controlado, “mantido à parte”, como afirma Bauman (1998). No vídeo *Torpedo*, isso fica evidente, especialmente na coerção inicial que os olhares de estranhamento exercem sobre o sujeito Aninha. Essa é uma forma de hostilidade um tanto quanto sorrateira, porque o indivíduo intolerante tende a legitimar sua conduta, não se vendo, em geral, como homofóbico: ele apenas “aprecia” negativamente aquilo que se mostra como errado, como ameaça à norma estabelecida.

Nesse caso, os indivíduos atuam como verdadeiros vigias da normatividade, dos comportamentos e hábitos socialmente legítimos. O conjunto de normas, que pertence a toda sociedade, compele os sujeitos a desejá-las e também a resguardá-las. A homofobia aqui está no controle social, nas proibições impostas, tacitamente, pelos atores sociais, sem que se trate de uma disposição legal, por exemplo. É o conjunto de regras compartilhadas que funcionam como um mecanismo de repressão da homossexualidade, agindo até mesmo sobre o próprio homossexual. A mecânica da homofobia, nessa situação, está na restrição dos lugares de existência da homossexualidade. Admite-se que ela exista, porém em espaços específicos, geralmente o privado. Isso explica o posicionamento de pessoas que reconhecem os homossexuais, mas que acreditam que as manifestações públicas de afeto são uma afronta à sociedade. Chamaremos esse tipo de homofobia de **homofobia social**. Nela reconhecemos mais a força dos valores sociais, que procuram eliminar a homossexualidade da cena pública.

Por fim, podemos falar numa dimensão institucional da homofobia. Pudemos vê-la na cena que descreve a expulsão do casal homossexual do saguão do aeroporto (*Medo de quê?*); na chamada da polícia para resolver o caso de duas crianças que foram pegas no banheiro (*Boneca na Mochila*); no tratamento que Bianca recebia de alguns professores que insistiam em chamá-la pelo nome masculino (*Encontrando Bianca*). Em todos esses exemplos, verificamos a presença do tema do controle institucional, ou seja, sujeitos intolerantes investidos de uma autoridade a eles atribuída por determinada instituição, no caso, a policial e a escolar.

Esse tipo de homofobia revela as formas de as instituições reprimirem a homossexualidade. Aqui inclui todo tratamento diferenciado que é conferido ao homossexual, seja em atendimento médico, seja em questões jurídicas ou policiais. A **homofobia**

institucional pode ser percebida, por exemplo, nos entraves colocados, especialmente no âmbito legislativo, para a equiparação de direitos entre hétero e homossexuais; na burocracia enfrentada por travestis e transexuais que tentam alterar o documento de identidade; nas diferentes (melhores) prerrogativas atribuídas aos casais não homossexuais no que diz respeito à adoção de crianças (e outras burocracias relacionadas à conjugabilidade); no interior das instituições militares, em que indivíduos homossexuais são recorrentemente perseguidos dentro da própria corporação; no ambiente profissional, no qual os homossexuais, geralmente, encontram maiores dificuldades de promoção etc.

Nesse sentido, a escola representada nos vídeos analisados mostra-se como uma instituição extremamente homofóbica. A homofobia, além de se revelar nas atitudes dos discentes, está também no comportamento de professores e no silenciamento da própria instituição. Nesse quadro, podemos reconhecer duas formas diferentes de manifestação da homofobia na perspectiva da instituição escolar, conforme as narrativas nos deixaram apreender: uma delas mostra a escola como um sujeito passivo, quase totalmente inerte, a não ser pelo fato de ter chamado a polícia e enviado um fax ao programa de rádio, a fim de solicitar ajuda para lidar com a questão de uma possível homossexualidade entre alunos. Nesse sentido, a escola é um sujeito de fazer (homofóbico) apenas virtualizado (modalizado por um querer e/ou dever fazer), mas não atualizado (poder e/ou saber fazer) para resolver o problema que vivencia, demandando o auxílio de adjuvantes (o programa de rádio, a polícia). A homofobia, nessa perspectiva, se mostra como fruto da ignorância, do não saber da escola a respeito da legitimidade da diversidade sexual. A outra imagem da homofobia escolar que podemos verificar é a que se manifesta na “autorizada” hostilidade dos alunos para com os indivíduos homossexuais. Aqui a instituição, na sua condição de destinador-julgador (delegado), avalia e sanciona negativamente o sujeito homossexual. Desse modo, podemos dizer que temos acesso tanto a um tipo de homofobia, que se assemelha à irracional, motivada pela ignorância, pelo desconhecimento, quanto à **homofobia social**, aquela que procura reforçar a heterossexualidade através da restrição do acesso a certos espaços e privilégios.

Diante disso, acreditamos ser possível afirmar que essas representações da homofobia se inscrevem em lugares discursivos diferentes e, por isso, são atravessadas por valores diferentes. Na primeira (**a irracional ou internalizada**), a homofobia, que se assemelha a uma doença, é algo que acomete o indivíduo homofóbico que, inclusive, sofre. Desse modo, o sentido conferido ao termo está mais para uma dimensão volitiva, de modo que podemos falar num viés mais subjetivo da homofobia. Já as outras três (**a homofobia heterossexista, a**

homofobia social e a homofobia institucional), apesar de comungarem com a primeira, mostram-nos a dimensão deôntica, aquilo que deve não ser, que é interdito, proibido. Haja vista a própria orientação discursiva, que enfatiza justamente o valor axiologicamente negativo da homofobia.

Em suma, vemos que, no discurso dos vídeos analisados, enquanto a homofobia alarga seus sentidos, mas permanece atrelada a valores negativos (e, por isso, indesejáveis), a homossexualidade sai da não norma para a norma. Trata-se, como dissemos, da construção de um novo paradigma para a homossexualidade, desta vez positivo – haja vista a sua re- apresentação. Tal realidade só se torna possível porque, inerente a esse processo, ocorre a construção de novos saberes, fundamentais para que se dê a inserção na norma.

5.3.1. “O que não é regulado (...) não possui eira nem beira, nem lei. Nem verbo também”⁵⁵

Como sabemos, norma é sinônimo de poder. Pressuposto primeiro da legitimidade, a norma torna os sujeitos conjuntos com uma série de valores sociais reconhecidamente positivos, dentre eles o sentimento de pertença. Sabemos também que a construção da norma se dá na dinâmica das relações sociais, de modo que a sua alteração ou até mesmo sua eliminação pressupõe(m), no mínimo, o interesse social.

Uma andorinha só não faz verão... e isso vale para o estabelecimento das normas no âmbito da sociedade. Elas, na verdade, espraiam-se por uma diversidade de contratos, revelando-nos desde as normas que são acordos sociais, até aquelas que são prerrogativas legais. Fato é que, somente pela via do poder, torna-se possível estabelecer aquilo que se refere à norma e também aquilo que se refere à não norma.

Como destaca Foucault (2007), o poder não é uma coisa que alguém detém, em algum lugar específico, tal como um objeto. Para o autor, o poder encontra-se espraiado pela sociedade, podendo ocorrer inclusive nos movimentos de resistência. Em suas reflexões Foucault (2007) observa que, melhor do que falar em poder, é falar em relações de poder, justamente porque se trata de um conflito de forças e não de uma relação unidirecional, na qual o detentor do poder subjuga os demais. Nas palavras do autor:

⁵⁵ Excerto extraído de: FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: vontade de verdade. 1999, p.10.

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. (FOUCAULT, p. 248).

Desse modo, conforme nos orienta Foucault, devemos procurar conhecer como o poder encontra suas condições de exercício. Acreditamos que esse ponto de vista valida a hipótese, mencionada mais acima, de que a re-apresentação da homossexualidade – no sentido de uma inversão de valores – está relacionada à representação da homofobia – que se amplia, mas se mantém negativa – no discurso dos vídeos. Ousamos dizer ainda que estamos diante de um verdadeiro “dispositivo discursivo”, um instrumento necessário para que se possa exercer o poder.

Dispositivo, como já dissemos na trilha foucaultiana, é algo heterogêneo que, como tal, advém de diversos lugares discursivos. Inscrito em um jogo de poder, o dispositivo traz inerente a ele configurações de saber. Como afirma Foucault (2007, p. 246), “é isto o dispositivo, estratégias de relações de forças sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.”. As representações da homofobia que se encontram dissipadas por formações discursivas que vão desde a médica-psiquiátrica até a ética-moral, passando pela política, mostram-se, no nosso entender, como um dispositivo discursivo por meio do qual se instauram outros/novos saberes. Desse modo, acaba por instituir-se um “novo quadro de racionalidade”, como diz Foucault.

Isso certamente não poderia ter ocorrido sem que a questão correlata da homossexualidade tivesse ganhado contornos mais políticos. Os movimentos reivindicatórios, a maior organização política, a instituição de organismos civis homossexuais, a criação de inúmeras ONGs e as diversas conquistas adquiridas no âmbito judiciário são alguns exemplos que apontam para a dimensão política e cidadã que a homossexualidade tomou. Para se ter uma ideia, o poder judiciário está, há mais de dez anos, reconhecendo direitos dos indivíduos LGBT:

Desde o ano de 2001 são deferidas às uniões homoafetivas direitos no âmbito do Direito das Famílias e das Sucessões, entre eles direitos previdenciários, pensão por morte e inclusão em plano de saúde. Também se contam às dezenas decisões assegurando direito à meação, direito real de habitação, direito à herança bem como ao exercício da inventariança. Do mesmo modo, é assegurada a adoção e a

habilitação conjunta do casal. Inclusive o Superior Tribunal de Justiça já acolheu mais de 40 demandas⁵⁶

Além disso, devemos citar a criação do “Programa Brasil Sem Homofobia”, cujo objetivo central é afirmar a cidadania homossexual e propor ações de combate à discriminação. É importante observar que, se a homossexualidade tem ganhado essa dimensão política, por meio da qual se torna possível afirmar a sua legitimidade, isso também interfere na questão da homofobia, haja vista o projeto de lei que tem como objetivo a sua criminalização (o PLC 122, já mencionada). Esse processo acontece no âmbito do legislativo, que tem o poder de especificar os critérios que configuram determinadas práticas como crime e de estabelecer formas de punição. Ora, não é difícil verificar, ao longo da História, que os mecanismos de vigilância e de punição (o que inclui a criminalização, seja ela qual for) são evidências do mecanismo de disciplinarização do corpo social. Ou seja, é uma forma evidente de exercício do poder.

Verificamos que a noção de homofobia ampliou seu escopo e manteve a axiologização negativa, seja porque pressupõe uma doença (e a homossexualidade já não o é), seja porque pressupõe um desvio de conduta, seja ainda porque pressupõe uma prática criminosa. Isso nos coloca diante de um quadro significativo, por meio do qual, ocorre uma espécie de alternância de lugares: a homossexualidade adentra a norma, enquanto a homofobia passa, definitivamente, para a não norma. Não temos como negar que tal processo só se mostra possível por meio do exercício do poder, que por sua vez, se dá de diversas formas e em diversos lugares. Como diz Foucault (2007), o poder é capilar.

Falar em poder e em exercício de poder pelas identidades homossexuais pode parecer, num primeiro momento, estranho. Principalmente porque não raramente compreende-se o poder como algo ruim, uma forma de dominação, de subjugar o outro, geralmente, desfavorecido. Porém, na trilha foucaultiana, compreendemos que o poder não é algo que está com alguém, um ser ou uma instituição; ele é algo que se exercita e, por isso, revela-se também nos processos de resistência, como foi dito. Resistir às formas de dominação é uma maneira de mover o poder.

As representações da homofobia que encontramos nos vídeos analisados e que são construções de (novos) saberes, mostram-nos o discurso funcionando como um mecanismo

⁵⁶ Fonte: “Estatuto da Diversidade Sexual: exposição de motivos”. Vide nota 32.

ideológico. Como vimos com Moscovici (2012), as representações constituem o próprio pensamento; elas ajudam a elaborar a própria consciência. Nessa mesma direção, diz Bakhtin (2006, p.34), “a consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social”.

Esse mecanismo ideológico faz parte de uma conjuntura sócio-histórica muito mais ampla, na qual observamos a construção de novas concepções para a sexualidade humana, para as relações e as identidades de gênero. Isso se mostra, discursivamente, na superação da suposta naturalidade da relação sexo/gênero/orientação sexual, historicamente construída, de modo que esses três elementos passam a ser vistos sob o prisma da (inter)subjetividade humana e não mais da “natureza”. É a partir desse processo histórico que podemos compreender a “ascensão” da homofobia, a construção de um dispositivo discursivo, que provavelmente faz parte do conjunto de novas práticas discursivas produzidas em torno do sexo, agora mais compatíveis com os sujeitos moventes da pós-modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Provisoriamente não cantaremos o amor, que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos. Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços, (...), o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos, o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas, cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte. Depois morreremos de medo e sobre os nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas. (Congresso Internacional do Medo, de Carlos Drummond de Andrade)

A fala de Drummond sintetiza, com bastante clareza e profundidade, o atual contexto social e histórico em que temos vivido. Vivemos um tempo medroso. Isso pode ser constatado, especialmente, quando refletimos sobre a intolerância. Nesse processo, deparamo-nos com diversos tipos de medo: o medo do negro, o medo do médico estrangeiro, o medo das cotas, o medo da galera do “rolezinho”, o medo do beijo gay, o medo do imigrante etc.

Trata-se sempre do medo do outro: do outro que é diferente, singular, estranho. E esse outro se torna cada vez mais próximo, rompendo o cordão que estabelecia claramente as fronteiras de existência e de convivência entre as diferenças. A diferença traz instabilidade, a diferença quebra a previsibilidade, a diferença amedronta. O medo nos revela a resistência diante outro e o desejo de demarcar os lugares próprios de cada um. Esses lugares, no entanto, não são neutros; eles evidenciam sempre uma disputa de poder, ou melhor, formas de controle e de dominação.

A atmosfera de medo pode ser identificada nos diversos discursos intolerantes que presenciamos, quase que cotidianamente, dentro e fora das mídias. Nesse sentido, verificamos que o medo de que se fala aqui é algo social, e não apenas uma experiência atrelada à nossa subjetividade; ele é histórico, cultural. Ele escamoteia as relações de poder e os mecanismos de dominação, fazendo parecer que os nossos receios diante do outro, do diferente, são naturais. Afinal, o medo nos parece algo bem instintivo. Assim, não questionamos o porquê dos nossos medos, apenas os legitimamos.

Que a homossexualidade (ainda) amedronta nossa sociedade – apesar das mudanças e dos avanços observados –, isso é algo muito fácil de perceber. Os discursos de aversão, com a sua gama não muito variada de argumentos, mostram-nos quão poderosa é a herança que a história de exclusão sofrida pelos homossexuais nos deixou. Assim, passamos a conceber a homossexualidade como um sério problema: problema que diz respeito ao gênero, ao sexo e ao corpo, o que justifica a alcunha de anormal e anti-natural conferida aos homossexuais. Estabelecemos o corpo correto, o sexo correto, a gestualidade correta; e eliminamos tudo aquilo que não se enquadra nos nossos padrões de correção e normalidade. Porém, como vimos, normal e anormal são categorias plásticas, apesar de simularem ser construtos rígidos e fixos.

Criamos historicamente um regime de coerção e de exclusão, que existe, na verdade, desde que se inaugurou a história das relações de gênero. Somos inseridos e inserimo-nos na heteronormatividade e tomamos como verdade, praticamente indiscutível, todos os valores que subjazem a essa ideologia. O resultado é o quadro de segregação, a naturalização da violência simbólica e física, a “natural” dominação dos corpos, a “natural” restrição dos afetos.

É fundamental observar que nossas concepções de identidade, relações de gênero, família e sexualidade, na perspectiva dos valores heteronormativos, se consolidaram a partir da crença na pressuposta naturalidade que embasaria essas relações. Trata-se de uma percepção fenomênica da realidade, para usarmos o termo de Fiorin (2006, p.29), quando ele define a ideologia. Percepção fenomênica é a mais superficial (e imediata) que a ideologia fornece daquilo que ela significa, sem que o sujeito atinja “a essência da ordem social”.

As ideologias fundadas sobre o natural privilegiam aquilo que pode ser observado na natureza, sendo os pressupostos naturais utilizados para a compreensão e a explicação do mundo. Não se trata, obviamente, de uma ideia imparcial, como possa vir a parecer, razão pela qual ela fundamentou muitos discursos de dominação. Basta lembrarmos Hitler, com a sua concepção da supremacia da raça ariana e da pureza do sangue germânico, atestada pelo cientificismo da época, de base naturalista. Foi também durante esse período que se deu o extermínio de milhares de homossexuais. Assim, “em torno da aptidão reprodutiva, a ideologia nazista organiza a condenação biológica e moral dos comportamentos homossexuais” (BORRILLO, 2010, p. 85). Em tempos ainda mais pretéritos, já ocorria a estigmatização dos negros, considerados uma raça naturalmente inferior, e a da mulher, que

no contexto do mundo antigo grego era concebida como um indivíduo por natureza destituído da razão (o que a impedia de ser dona de si), devendo, por isso, subordinar-se ao homem, um ser naturalmente racional e superior.

Como se pode observar, o diagnóstico da natural diferença biológica foi utilizado para o exercício do poder: a “natureza” autorizava a destituição de direitos e até a destituição da vida, fazendo mesmo com que negros, mulheres e homossexuais assumissem e legitimassem sua condição “naturalmente” inferior e desprivilegiada.

Pertencer ou não à natureza; eis aí uma questão que, por mais que pareça objetiva, passa pela subjetividade, pelos valores sociais. Um exemplo disso é a própria validação da relação homossexual entre os gregos e os romanos: no longínquo passado, tratava-se de algo normal e inclusive superestimado, porém, regulado por permissões e por restrições culturalmente estabelecidas. Se a relação sexual entre dois homens era permitida, o desvio da conduta determinada para cada gênero não era; assim, a efeminização masculina era descrita com grande repúdio, conforme observou Foucault, que cita Sêneca, no contexto romano:

A paixão doentia de cantar e dançar enche a alma de nossos efeminados; ondular os cabelos, tornar a voz suficientemente tênue para igualar à carícia das vozes femininas, rivalizar com as mulheres através da lassidão de atitudes, estudar-se em perquirições muito obscenas, eis o ideal de nossos adolescentes ... Enfraquecidos e enervados desde o nascimento, eles assim permanecem, sempre prontos a atacar o pudor dos outros sem se ocupar com o seu próprio. (FOUCAULT, 1998, p. 21)

Podemos observar que os papéis masculino e feminino, para além da relação homossexual, eram vistos como dados pela natureza, razão pela qual a efeminização era descrita com grande desprezo. Afastar-se da virilidade era abdicar da masculinidade, estabelecida já no próprio nascimento. Nesse sentido, fica evidente como, mesmo num contexto onde a relação homossexual parecia naturalizada, existia um considerável controle social, inerente à própria moral sexual.

As narrativas em torno da homossexualidade, via de regra, atestando o caráter desviante dos homossexuais, certamente povoam e respondem pelo nosso imaginário acerca da homossexualidade. Elas não advêm apenas do discurso religioso, mas também dos discursos médico, jurídico, psiquiátrico e até mesmo político, conforme pontuamos ao longo do trabalho. Esse amálgama de discursos constitui e é constituído pela heteronormatividade, ideologia das relações de gênero que pauta as nossas relações sociais. É esse denso corpo de

“verdade”, “naturalidade” e “normalidade” que torna os valores inerentes a essa ideologia tão superestimados e tão resistentes à mudança. É essa resistência que detectamos sempre que nos vemos diante do preconceito ou de qualquer outra forma de discriminação contra os homossexuais.

Focalizando agora nosso objeto de estudo, podemos lembrar os embates que ocorreram por ocasião da discussão do Kit “Escola Sem Homofobia”. Ainda que o conjunto de materiais não tenha se tornado totalmente conhecido pela sociedade, os vídeos produzidos foram considerados por muitos como verdadeiras afrontas à ordem social, à estabelecida heteronormatividade. Motivo: os vídeos retratavam a homossexualidade de forma positiva, tornando-se, portanto, uma ameaçadora propaganda do comportamento homossexual. O efeito “indutor da homossexualidade”, porque as narrativas tornavam as homossexualidades visíveis (mais do que a homofobia), foi logo verificado, questionado e combatido, o que provavelmente justifica o veto ao kit.

Não nos cabe apreciar o material do ponto de vista da sua qualidade, falar da sua eficácia ou não eficácia com relação à educação para a diversidade sexual e o combate à homofobia. Desejamos apenas destacar a atmosfera não só de repúdio, mas também de pânico, de medo, que a temática da homossexualidade gerou, como nos deixa supor, por exemplo, o discurso do deputado Jair Bolsonaro (ANEXO F) que, na época, se pronunciou a respeito do kit.

Do pronunciamento do deputado, destacamos os seguintes dizeres:

Atenção, pais de alunos de sete, oito, nove e dez anos, da rede pública, atenção pais: os seus filhos vão receber no ano que vem, na escola, um kit, esse kit tem o título *Combate à Homofobia*, mas na verdade, é um estímulo ao homossexualismo, é um incentivo à promiscuidade. Ou seja, nesse kit contêm DVDs com duas historinhas, que seu filho de sete, o teu filho de sete anos, vai assistir o ano que vem, se nós aqui não tomarmos uma providência agora. (...). Dá nojo! Esses gays, lésbicas, querem que nós, a maioria, entubemos como exemplo de comportamento a sua promiscuidade. Isso é uma coisa extremamente feia. Eu não acho não, o presidente da câmara tem que tomar uma providencia no tocante a esse assunto, que nós não podemos nos submeter ao escárnio da sociedade. Esse kit pra seis mil escolas, pra crianças de sete a doze anos, ser distribuído o ano que vem em todas as escolas públicas do Brasil. Isso é uma vergonha, comissão de direitos humanos não, comissão ... não vou dizer pra não ser advertido no meu discurso, não, não. Eu vou poupar um adjetivo pra essa comissão (...).

É um tema que não me agrada falar, homossexual. Eu realmente assumo o que eu falei na TV câmara: se um garoto tem um desvio de conduta, logo de jovem, ele tem que ser redirecionado pro caminho certo, nem que seja com umas palmadas. Me acusam de ser violento, mas não sou promíscuo, não sou um canalha com as famílias brasileiras! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O discurso de Bolsonaro nos permite verificar claramente a sua assumida aversão aos sujeitos homossexuais. São diversos índices linguísticos/discursivos que evidenciam a apreciação negativa do deputado, no que diz respeito à temática da homossexualidade. Bolsonaro se refere aos vídeos como *historinhas* e como *filmetes*. O diminutivo, nesse caso, revela o claro teor pejorativo dos termos utilizados, imprimindo ao discurso um tom de deboche compatível com o de um enunciador que desqualifica o objeto a que se refere (a homossexualidade/os homossexuais), mantendo-se distante e assumindo uma posição de superioridade. As histórias, no entender do deputado, seriam “um estímulo ao homossexualismo (...), um incentivo à promiscuidade”, daí se tratar de uma verdadeira ameaça social. O alerta aos pais, a insistente ênfase na idade das crianças que receberiam o material – algo que ocorre muitas vezes ao longo do texto –, atua como um claro elemento patêmico: “Atenção, pais de alunos de sete, oito, nove e dez anos, da rede pública, atenção pais”. Há aí um evidente apelo emocional: o alerta persistente, enfático, deixa pressupor uma atmosfera de ameaça generalizada, da qual o deputado quer nos proteger.

As palavras *nojo* e *asco* lexicalizam no discurso as paixões negativas, malevolentes, que o enunciador exprime em relação à homossexualidade. Elas nos descrevem estados passionais que se manifestam fisiologicamente, revelando-nos mesmo uma manifestação bastante subjetiva da aversão. As paixões negativas, como sabemos, decorrem de uma falta instaurada no sujeito de estado, no caso, ela advém da quebra de expectativa diante do contrato socialmente validado com a heteronormatividade. Isso se mostra ainda na separação que o enunciador faz de hétero e homossexuais e que se revela nas categorias de pessoa: “nós” (inclui o sujeito + uma coletividade de iguais, os heterossexuais); “eles” (remete a uma coletividade de diferentes, os homossexuais), e na demarcação da “maioria” (os heterossexuais), que instaura também a “minoridade” (os homossexuais). A intensidade do estado passional de Bolsonaro é marcada também nas hesitações – “Comissão dos direitos Humanos não, comissão ... não vou dizer pra não ser advertido no meu discurso, não, não” –, que expressam, além do desprezo, o desconforto emocional que o enunciador vive enquanto se pronuncia.

A fala de Bolsonaro faz coro a um discurso ainda recorrente na sociedade, não obstante os avanços já alcançados com relação à legitimidade homossexual. Apenas para ilustrar, selecionamos alguns comentários que se seguiram no canal em que o vídeo do deputado foi postado. Ali os leitores mostraram o seu posicionamento a respeito do assunto. Estes foram alguns dos dizeres:



Kit Gay nas escolas públic

www.youtube.com/watch?v=gNJKLCPtT4

PaunoCudosComunistas Há 2 anos
Hey! Teachers! Leave them kids alone! We don't need no "diversity"!

Lynda Furuya Há 2 anos
O INCENTIVO À PROMISCUIDADE A GENTE VÊ TODO DIA NA TV!!!! ou vai toma no cu!
! de verdade FALANDO QUE OS GAYS VÃO DEVASTAR A HUMANIDADE ?? E O PIOR É GENTE QUE CURTE O COMENTÁRIO!!!! homofobia é crime e da cadeia!!! Não é porque voce nao concorda com o programa que voce pode fia uma MERDA dessa!!! Da onde dessa sua mente fechada e inescrupulosa de bosta vocês tiraram que por que não são "diferentes" são melhores que os outros que seus pontos de vista estão certos ??? REFERENTE À QUEM?

comafango Há 2 anos
Nao existe homofobia, preconceito ou outra coisa que inventam por ai. Eh puramente defesa da raça humana. Temos ai o filme planeta dos macacos mostrando como seria um mundo onde macacos dominam e como seriamos tratados. Precisamos lutar contra isso. NAO, nao sao os macacos nossos adversarios num futuro e sim os GAYS, que podem devastar toda historia da humanidade Se alguem quer viver num planeta cheio de gente diferenciada, entao que se aliste na nave Enterprise e va conhecer outros mundos

Abraão Silva Há um ano
Kit gay e uma grande furada ainda bem que não rolou

matuzzza Há 11 mês
AINDA TEM GENTE DE CARÁTER NO CONGRESSO

corjala2 Há 2 anos
Romanos 1.26-27 diz (Por causa disso, os entregou Deus a paixões infames; porque ate as mulheres mudaram o modo natural de suas relações intimas por outro, contrario a natureza; Semelhantemente os homens também deixando o contato natural da mulher se inflamaram mutuamente em sua sensualidade, cometendo torpeza, homens com homens e recebendo em si mesmos a merecida punição de seu erro).

Windows taskbar: e, Internet Explorer, Google Chrome, Word, Firefox, Edge, File Explorer, Task View, Network, Volume, Bluetooth, Airplane Mode, Location, Signal, POR 08:21, PTB2 06/02/2014

Não é difícil verificar que os enunciados reproduzidos acima expressam total aversão, e até mesmo ódio, contra os homossexuais. Esse tipo de comentário foi praticamente unanimidade dentre os diversos postados. Os argumentos que evidenciam o posicionamento ideológico dos sujeitos destacados obedecem a um padrão que é bastante regular nos discursos de intolerância contra os homossexuais. Via de regra, esses discursos ancoram-se: 1) no campo discursivo religioso (FD cristã), quando afirmam que Deus criou o homem e a mulher, com seus respectivos e inalteráveis papéis, o que inclui a relação conjugal e a procriação; 2) no campo discursivo científico (FD médico-psiquiátrica), quando consideram que a natureza teria estabelecido macho e fêmea, sendo outras situações tomadas como anormalidade, o que poderia, inclusive, levar à extinção dos seres humanos; 3) na FD jurídico-moral, por meio da qual julgam que a homossexualidade fere a ordem social, devendo, por isso, ser punida e/ou corrigida. É importante destacar que, embora os argumentos não sejam exatamente os mesmos, podemos identificar uma certa semelhança que

os unifica: trata-se do controle sexual. Em todos os comentários – e isso é uma constante nos discursos da intolerância à homossexualidade –, observamos que os sujeitos avaliam/sancionam a performance sexual inerente à homossexualidade, concebendo-a como um comportamento desregrado: é promiscuidade, vergonha, imoralidade.

A questão é que, quando falamos em heterossexualidade, estamos diante de algo tão normal, tão naturalmente estabelecido, que a concebemos mais como um papel social (correto) do que como um papel sexual. O mesmo não ocorre com relação à homossexualidade, tida como o sexo errado, que ameaça as famílias e até mesmo a humanidade. Esse medo do sexo, ou melhor, do sexo que não se enquadra no padrão heterossexual, monogâmico e genital, revela o quanto os discursos de coerção da sexualidade nos constituem. Assim, o que verificamos nos comentários da internet é a atuação dos mecanismos de repressão sexual:

De modo geral, entende-se por repressão sexual o sistema de normas, regras, leis e valores explícitos que uma sociedade estabelece no tocante a permissões e proibições nas práticas sexuais genitais (mesmo porque um dos aspectos profundos da repressão está justamente em não admitir a sexualidade infantil e não genital). Essas regras, normas, leis e valores são definidos explicitamente pela religião, pela moral, pelo direito e, no caso de nossa sociedade, pela ciência também. (CHAUÍ, 1984, p.77)

Ainda de acordo com Chauí (1984), a normalidade sexual, após a forte intervenção da igreja católica, dizia respeito à relação sexo/procriação. Desse modo, todas as práticas que destoavam dessa função foram reprimidas: “(...) masturbação ou onanismo, homossexualismo, masculino e feminino (ou sodomia), sexo oral (felácio, cunilíngua), sexo anal, coito interrompido, poluição sem penetração (voyeurismo)” (CHAUÍ, 1984, p. 78). Esses mecanismos de repressão são fortemente legitimados até os dias atuais, e podem ser encontrados em diversas formas de saber, não mais restritas ao domínio religioso.

Os temas da promiscuidade e da imoralidade, que percorrem o discurso do deputado e dos espectadores do vídeo, permitem constatar o quanto a homofobia se relaciona com o controle da sexualidade. Sabemos, porém, que esse controle é algo que se dá ao longo da história e que ele é apenas uma face da heteronormatividade, que não se resume às formas de coerção do sexo. De todo modo, é essa vasta memória – que está na forma como concebemos as relações de gênero, os papéis sociais atribuídos ao masculino e ao feminino, a sexualidade, o corpo e os afetos – que responde pelo quadro de intolerância para com os homossexuais.

Esse recorte dos discursos intolerantes que acabamos de destacar e de descrever mostra o quanto a ideologia hegemônica é imperiosa. Os contradiscursos que promovem a homossexualidade, tentando enquadrá-la na ordem social, chocam-se com esse conjunto de valores tão solidamente estabelecido. O resultado desse “embate” é, no mínimo, a manifestação de paixões negativas, que exprimem a intolerância. Como vimos, as narrativas dos vídeos apresentam a homossexualidade sob outro prisma, marcado pela positividade. Esse novo sentido, que não se encontra no horizonte de expectativas de uma sociedade heteronormativa, revela-se um sério desvio da ordem do discurso, das normas sociais.

Isso ocorre porque esse contradiscurso rompe com os limites estabelecidos pela cadeia de discursos anteriormente estabelecida. Essa memória, que atua como uma espécie de *polícia discursiva* – termo usado por Foucault (2012, p. 34) – impõe-se aos sujeitos, delimitando os discursos verdadeiros (e, por isso, legítimos) e os não verdadeiros (e, por isso, ilegítimos). É por acreditar que está do lado da verdade que o sujeito intolerante/homofóbico não se vê como tal, conforme podemos constatar no nono comentário apresentado. Ao ancorar-se na legitimidade que é inerente à heteronormatividade, o sujeito intolerante não apenas não se vê como tal, mas ainda entende-se guardião da normatividade; ele julga assegurar o próprio bem e o de toda uma coletividade: “Não existe homofobia, preconceito ou outra coisa que inventam por aí. É puramente defesa da raça humana” (9º comentário).

Conforme sabemos, na trilha das reflexões de Foucault (2012, p.17), a vontade de verdade, que é uma das formas de controle do discurso, exerce “uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”. Nesse sentido, não é de se estranhar que haja atitudes de negação diante da construção de um novo posicionamento ideológico: o da diversidade sexual. Quando falamos da heteronormatividade, falamos de um conjunto de ideias que circulam há milênios e que se impregnam em praticamente todas as nossas formas de saber. Assim, a heteronormatividade pode ser mesmo tomada como uma forma de racionalidade, reforçada por um sistema bastante denso de discursos, símbolos e práticas sociais.

Vimos que o contradiscurso veiculado por meio dos vídeos busca construir um novo saber, uma nova forma de significar a homossexualidade que conflita o tempo todo com as formas passadas, evidenciando discursivamente um conflito social, uma disputa de poder. É nesse quadro que vemos ocorrer a institucionalização da homofobia; institucionalizar, aqui, diz respeito à colocação de algo na ordem do discurso, como preconizou Foucault (1999).

Para elucidar nosso ponto de vista, é válido relembrar o pensamento do autor quando ele fala da sexualidade. Segundo Foucault, a sexualidade despontou no século XVII, ou seja, nesse período houve a sua institucionalização: o homem começou a pensar a sua sexualidade. Isso não significa, obviamente, que o sexo não existisse antes desse marco temporal. É, porém, nesse momento que se identifica a formulação de discursos acerca da sexualidade humana, o que o autor considera tratar-se de um novo poder-saber-prazer. Em outras palavras, o que marca a institucionalização da sexualidade é a “colocação do sexo em discurso” (FOUCAULT, 1999). Esse fato acabará por criar uma nova forma de controle para o prazer nas práticas cotidianas; é a polícia do sexo, a “necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (FOUCAULT, 1999, p.28)

Assim, parece-nos plausível afirmar que estamos diante do processo de institucionalização da homofobia. Com isso queremos dizer que ela foi (e está) sendo (re)significada discursivamente, ajudando, nesse sentido, a configurar uma nova verdade acerca dela própria, dos homossexuais e da homossexualidade, conforme a análise dos vídeos nos permitiu apreender. Por ser marcada discursivamente pela negatividade, a homofobia se mostra como algo indesejável, não deixando, desse modo, de se apresentar como um elemento a ser reprimido. Os novos saberes construídos em torno da homofobia assinalam uma proibição; assim, a homofobia (anti-objeto) interdita os dizeres e as práticas sociais até então tidas como consoantes à norma (ou, pelo menos, não flagrantemente destoantes dela). Nesse ponto, vale a pena estabelecer outro paralelo com Foucault: o autor entende que no século XVII, quando se evidencia o forte controle do sexo, a repressão começa a atuar justamente no nível da linguagem: interditando a circulação do discurso sobre o sexo regulava-se a sua própria prática. Nesse sentido, evita-se, pelo controle da moral religiosa, principalmente, até mesmo pronunciar a palavra *sexo*, como uma forma de manter a ameaça do sexo distante, já que a palavra era condenada e, acrescentamos, condenatória.

A institucionalização da homofobia traz com ela novas regras de conduta social, que se mostram inclusive no controle da própria enunciação acerca da homossexualidade e dos homossexuais. Quem nunca presenciou, nas mídias eletrônicas⁵⁷, o policiamento e a repressão, em especial de personalidades públicas, que são aplaudidas ou vaiadas de acordo com o que suas atitudes e/ou discursos dizem da homossexualidade? A cantora Daniela

⁵⁷ Sobre a cantora Daniela Mercury: <<http://igay.ig.com.br/2013-09-08/daniela-mercury-beija-mulher-malucosa-na-parada-gay-de-salvador.html>>. Acesso em: 30/12/2013.

Sobre a cantora Joelma: <<http://www.jb.com.br/heloisa-tolipan/noticias/2012/08/03/caso-joelma-a-cantora-perdeu-fas-depois-da-acusacao-de-homofobia/>>. Acesso em: 30/12/2013.

Mercury foi recentemente aclamada por assumir seu relacionamento homossexual e convocada para edição do ano 2013 da Parada do Orgulho Gay de Salvador; já a cantora Joelma foi alvo de inúmeros comentários nas redes sociais e na mídia porque teria dito a um fã homossexual que a homossexualidade poderia ser curada. De modo parecido, Claudia Leite foi vaiada quando afirmou que seu filho não se tornaria homossexual porque seria bem educado; e o pastor evangélico e Deputado Marco Feliciano, eleito, em março de 2013, para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados Federais, teve sua atuação acompanhada por inúmeros protestos que diziam: “Fora Feliciano”, tendo em vista suas conhecidas declarações polêmicas e controversas acerca de temas como direitos dos homossexuais.

Outro exemplo: a campanha publicitária de roupa íntima da marca Lupo⁵⁸, protagonizada pelo jogador de futebol Neymar, foi acusada de promover o preconceito contra homossexuais. O fato se deu porque o vídeo mostrava o jogador numa loja que vendia produtos da marca. Quando se tratava de cliente feminina, o jogador aparecia atrás do balcão, de meia ou cueca (que são os produtos) e se exibia para a compradora. Quando, porém, o comprador do sexo masculino aparece, Neymar “sai de fininho”. A repercussão sobre a campanha publicitária foi tão grande que a empresa expediu um comunicado oficial alegando que não há menção à sexualidade do cliente masculino.

Por fim, destacamos o tão esperado e comentado beijo gay da última novela global, “Amor à vida”. O público acompanhou a atuação de Mateus Solano, que interpretou o carismático vilão, Félix, e aguardou ansioso o desfecho da novela. A pressão e a expectativa do público, que entende o beijo como uma forma de legitimar a relação homossexual, foi atendida pela rede Globo que assim se pronunciou sobre o tão esperado acontecimento: “Toda cena de novela é consequência da história, responde a uma necessidade dramaturgica e reflete o momento da sociedade. O beijo entre Félix e Niko selou uma relação que foi construída com muito carinho pelos dois personagens. Foi, portanto, o desdobramento dramaturgico natural dessa trama”⁵⁹.

Como se vê, se, de um lado, nos deparamos com a intolerância e com a forte resistência – Feliciano e Bolsonaro não deixaram de lamentar e de alertar para o perigo que a

⁵⁸ Reportagem sobre a marca Lupo disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2013/05/lupo-diz-que-comercial-com-neymar-de-cueca-nao-promove-preconceito.html>>. Acesso em: 30/12/2013.

⁵⁹ Matéria disponível em: <<http://f5.folha.uol.com.br/televisao/2014/01/1405920-atendendo-ao-apelo-de-publico-globo-encerra-amor-a-vida-com-beijo-gay-entre-felix-e-niko.shtml>>. Acesso em: 01/02/2014.

cena do “beijo gay” representou para a família – por outro, não podemos negar que é notório o avanço da visibilidade e da legitimidade homossexual, em termos políticos e midiáticos. Como sabemos, mídia e sociedade comunicam-se de forma bem estreita. Nesse sentido, as inúmeras e sequenciais representações da homossexualidade, por exemplo, na televisão, nada mais fazem do que comunicar um quadro social. Nesse sentido, os fatos cotidianos que acabamos de mencionar (e que se somam a tantos outros) permitem constatar que definitivamente a homossexualidade está em pauta e ocupando, cada vez mais, o centro das relações sociais.

Como falamos no início do trabalho, a intolerância parece fazer parte da história da humanidade, demarcando sempre as diferenças e os mecanismos de coerção relativos aos diferentes. A intolerância existe através de procedimentos institucionais, no sentido mais estrito do termo, e também através de discursos, saberes, crenças enfim. É a firme convicção de estar de posse da verdade que faz com que o intolerante acredite estar promovendo o bem. De todo modo, conhecendo as formas como certos tipos de intolerância se tornam possíveis ou impossíveis (legítimas e não legítimas), verificamos que se trata sempre de uma construção, de um conjunto de ideias socialmente partilhadas. É pela ideologia, e portanto, na trilha do discurso – ponto de encontro entre o linguístico e o ideológico – que a intolerância se reproduz e se legitima. Assim, o seu combate é possível também por essa via.

É preciso criar novos contratos, como propõe Barros (s/d) em seu artigo sobre a intolerância. Sabemos, porém, que esses novos contratos sociais não são instituídos tão rapidamente: eles são fruto, na verdade, de uma (outra) vasta construção ideológica que os legitima. Romper com a força da ideologia dominante é uma tarefa lenta e árdua, possível através da construção de novas significações que, no entanto, precisam ancorar-se no paradigma já construído dos sujeitos, num equilíbrio “quase perfeito” entre os novos e os velhos sentidos.

Assim, o enfrentamento ideológico se torna viável somente em decorrência de alguns fatores: 1) não se trata de uma vontade individual; é o quadro social e histórico que mobiliza a sociedade em direção a novos sentidos (perspectivas ideológicas); 2) trata-se de um fenômeno dialógico, pois as mudanças sociais acarretam mudanças ideológicas, e a ideologia só se torna parte da organização social quando as estruturas sociais se reorganizam. Isso significa que a ideologia (dominante), embora pareça rígida e imperiosa, não é algo imutável. Como sabemos, a alteração da nossa visão de mundo advém da alteração da nossa racionalidade, o

que implica a elaboração de novas formas de estar e agir na sociedade. Trata-se, em última análise, da produção e da distribuição do conhecimento: novos saberes, novas “verdades” que precisam ser partilhadas, novas relações afetivas que precisam ser estabelecidas. Ou, como tão belamente diz Ortega y Gasset (1971):

Que um ou vários homens inventem uma nova ideia ou um novo sentimento não faz alterar o cariz da história, o tom dos tempos, como a cor do Atlântico não muda porque um pintor de marinhas limpa nele o seu pincel carregado de vermelho. Mas se, de súbito, uma massa ingente de homens adota aquela ideia e vibra com aquele sentimento, então a ária da história, a face dos tempos tingem-se de um novo colorido (...).

É com esse sentimento de esperança que encerramos este trabalho. Desejosos de somar aos outros tantos/as homens e mulheres – muitos citados aqui – que se esforçam para a construção de uma sociedade realmente justa e livre. Livre de uma opressão historicamente estabelecida e ideologicamente naturalizada. Esperamos somar à “massa ingente”, que adota outra ideia, outro sentimento, ambos pautados na defesa da vida e da dignidade humana. Homofobia mata, e essa morte, que pode ser física ou simbólica, tem a nossa participação cada vez que negligenciamos ou aceitamos a violência empreendida contra homossexuais. Como dissemos, essa violência é psicológica, é social, está nos discursos, nas crenças que elaboramos, em toda uma vasta construção que encerra o outro (diferente de mim) num regime de exceção. Consentimos com essa violência. Financiamos a opressão, a destituição de direitos, a destituição da vida, a destituição dos corpos, dos desejos, dos afetos, sob o ignorante pretexto de defesa de um papel social e sexual correto, belo e útil. Não colaboremos com isso. Eduquemos a nós mesmos para que a sociedade se reedueque, de modo que ela preze o que temos de mais humano: a vida.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **O riso e o risível na história do pensamento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/FGV, 1999.
- ANDRADE, C. D. de **Obra completa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar, 1967, p.105.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.
- BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARROS, D. L. P. de. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.
- _____. **Teoria Semiótica do Texto**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- _____. **O discurso intolerante: primeiros estudos**. Disponível em: <<http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/node/2185>>. Acesso em: 03/05/2011.
- _____. **A construção discursiva do discurso intolerante**. Disponível em: <[http://diversitas.fflch.usp.br/files/Texto%20Profa.%20Diana%20Luz%20Pessoa%20de%20Barros%20\(1\).pdf](http://diversitas.fflch.usp.br/files/Texto%20Profa.%20Diana%20Luz%20Pessoa%20de%20Barros%20(1).pdf)>. Acesso em: 03/08/2013.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 02/06/2011.
- BRASIL. Presidência da República (Secretaria Especial dos Direitos Humanos). **Texto-Base da conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais – Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais**, 2007.
- CALAZANS, G. Prevenção ao HIV/Aids, estigmatização e vulnerabilidade. In: VENTURI, G.; BOKANY, V.(orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 141-153.

CARRARA, Sérgio; LACERDA, Paula. Viver sob ameaça: preconceito, discriminação e violência homofóbica no Brasil. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 73-87.

CHARAUDEAU, P. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. (orgs.). **As emoções no discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. v. 2, p. 23-56.

DESCARTES, R. (1649). **As paixões da alma**. Coleção grandes obras do pensamento universal. São Paulo: Escala, 2006.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: ROJO, R.; CORDEIRO, G. S. (Trad. e Org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004. p. 71-91.

ELSTER, J. Racionalité, émotions et nomes sociales. In: PAPERMAN, P.; RUWEN, O (dirs.). **La couleur des pensés: sentiments, emotions, intentions**. Paris: EHESS, 1995. p. 175-196.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no movimento LGBT brasileiro. In. **Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud e Sociedad**, n.3, 2009, p. 54-81.

FIORIN, J. L. **O regime de 1964: discurso e ideologia**. São Paulo: Atual, 1989.

_____. A noção de texto em Semiótica. **Organon**, v.9, p.163-173, 1995.

_____. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. Três questões sobre a relação entre expressão e conteúdo. **Itinerários**, número especial, p.77-89, 2003.

_____. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. **Tensão e significação**. São Paulo: Discurso Editorial, Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GALLINARI, M. As emoções no processo argumentativo. In: MACHADO, I.; MENEZES, W.; MENDES, E.(orgs.), *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 221-239.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. **Semiótica das paixões**: dos estados de coisas aos estados de alma. São Paulo: Cultrix, 1990.

GUADANINI, S. M. **Designação: das categorias da língua às categorias do discurso**. 2010, 216f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JAYME, J. G. **Travestis, Transformistas, Drag queens, Transexuais: personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa**. 2001. [s/n]. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2001.

LARA, G. M. P. **A imagem da língua portuguesa no discurso de sujeitos escolarizados e não escolarizados**. 1999. 290f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

_____. **O que dizem da língua os que ensinam a língua: uma análise semiótica do discurso do professor de português**. Campo Grande: Ed.UFMS, 2004.

LARA, G. M. P.; MATTE, A. C. F. **Ensaio de semiótica**: aprendendo com o texto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. de. **Jornalismo e Homofobia no Brasil**: mapeamento e reflexões. São Paulo: Intermeios, 2012.

LE GOFF, J. As raízes medievais da intolerância. In: **A intolerância**: Foro Internacional sobre a intolerância. UNESCO, 27 mar. 1997/La Sorbonne, 28 mar. 1997. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000. p.37-41.

LEITE, L. C. de M. **O foco narrativo**: (ou a polêmica em torno da ilusão). 6. ed. Ed. Editora Ática.

LEITE, M. Q. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 17-29.

LEONEL, V. Lesbofobia. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 89-96.

LIMA, H. **Na tessitura do processo penal**: a argumentação no tribunal do júri. 2006. 186f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

_____. Patemização: emoções e linguagem. In: MACHADO, I. L.; MENEZES, W.; MENDES, E. (orgs.). **As emoções no discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p.140-149.

LUZ, R. dos S.. A intersecção dos conjuntos: gays, lésbicas negras em confrontos com as hegemonias e sub-hegemonias. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 119-129.

MACRAE, E. **Movimentos sociais e os direitos de cidadania dos homossexuais**. Artigo disponível em: <<http://www.giesp.ffch.ufba.br/Textos%20Edward%20Digitalizados/17.pdf>>. Acesso em: 03/12/2012.

MACHADO, M. D. C. *et al.* A temática da diversidade sexual no debate científico nacional. In: MACHADO, M. D. C.; PICCOLO, F. D. (orgs.). **Religiões e Homossexualidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 191-210.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.

MARI, H. **Os lugares do sentido**. Belo Horizonte: UFMG/FALE/NAPq, 1991.

MARTIN, M. **A linguagem cinematográfica**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MATOS, O. C. F. Construção e desaparecimento do herói: uma questão de identidade nacional. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia, USP, São Paulo, 5 (1-2), p. 83-90, 1994. (Editado em junho de 1995).

MAZIÈRE, F. **A análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

MENDES, E. **Contribuições ao estudo do conceito de ficcionalidade e de suas configurações discursivas**. 2004. 267f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MODESTO, E. **Homossexualidade, Preconceito e Intolerância: análise semiótica de depoimentos**. 2010. [s.n]. Tese (Doutorado em semiótica e linguística geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOIRAND, S. Discours, mémoires et contextes: à propos du fonctionnement de l'allusion dans la presse. **CORELA, Cognition, Représentation, Langage**, revue en ligne: [<http://edel.univ-poitiers.fr/corela/document.php?id=1636>], 2007. Acesso em: 03/02/2024.

MORATO, E. F. **Do conteúdo à expressão: uma análise semiótica dos textos pictóricos de Mestre Ataíde**. 2008. 117f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MORENO, A. **A personagem homossexual no cinema brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte, Niterói: Ed. UFF, 2002.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF/UNESCO, 2005. p. 19-31.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

NAHOUM-GRAPE, V. A mulher bela. In: DYBY, G.; PERROT, M. (orgs.). **História das mulheres no ocidente**. São Paulo: Ed. Afrontamento, 1991.

NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobias em discursos evangélicos conservadores. In: **Revista Latinoamericana** – Sexualidad, Salud y Sociedad, n. 2, 2009, p. 121-161.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**. [on-line], ano XXIII, n,78, abril/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf>>. Acesso em: 13/06/2013.

NUNAN, A. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Discurso e Leitura**. São Paulo/Campinas: Cortez/Ed. UNICAMP, 1988.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORTEGA Y GASSET, J. **Que é filosofia?** Rio de Janeiro: Ibero-Americano, 1971.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990.

PEDRO, R. C.. **O preconceito no discurso gay**. 2006, 86f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

PERES, W. S. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

PIETROFORTE, A. V. **Semiótica visual: os percursos do olhar**. São Paulo: Contexto, 2004.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

PROPP, V. **Morfologia do conto maravilhoso**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

RICOEUR, P. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: **A intolerância: foro Internacional sobre a intolerância**. UNESCO, 27 mar. 1997/La Sorbonne, 28 mar. 1997. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000. p. 20-23.

RODRIGUES, J. Direitos humanos e diversidade sexual: uma agenda em construção. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 23-37.

ROUDINESCO, E. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

SANTOS FILHO, I. I. A prática bissexual masculina comentada. Artigo apresentado no **III Seminário de língua portuguesa e ensino e I Colóquio de linguística, discurso e identidade**, maio 2008, Ilhéus, BA. Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/selipeanais/anais/ismarinacio.pdf>>. Acesso: 05/09/2013.

SCHNAPPER, D. A neutralidade religiosa do Estado, instituição de tolerância. In: **A intolerância: Foro Internacional sobre a intolerância**. UNESCO, 27 mar. 1997/La Sorbonne, 28 mar. 1997. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000. p. 143-147.

SEFFNER, F. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. 2003. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

SILVA, F. M. da. Enunciação e leitura. In: **Revista Letras**, n.70, p. 283-293, set/dez de 2006.

SIMPSON, K. Travestis: entre a atração e a aversão. In: In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 109-117.

STEARNS, P. N. **História da Sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2010.

TATIT, L. A abordagem do texto. In: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística I: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 187-209.

TEIXEIRA, L. Achados e perdidos: uma análise semiótica de cartazes de cinema. In: LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (orgs.). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. v. 1. p. 169-198.

VAINFAS, R. **Trópicos dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VELOSO, W. dos R. O regramento sexual no pensamento agostiniano: alguns apontamentos. In: I Encontro Nacional de Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo / VIII Jornada de História Antiga, 2009, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. UERJ, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/praticas-discursivas/artigos/regramento.pdf>>. Acesso em: 10/03/2011.

VENTURI, G.; BOKANY, V. Foco na homofobia: a coleta e análise de dados. In: _____. (orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, pp.11-22.

ZAMBRANO, E. Transexuais: identidade e cidadania. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 97-107.

Filmografia:

Medo de quê? Ecos – Comunicação em sexualidade. Jah Produções. São Paulo – SP, 2011, 18min.

Boneca na mochila. Direção: Reginaldo Bianco. Produtora ECOS – Comunicação em sexualidade. São Paulo – SP, 1997, 27 min.

Encontrando Bianca. Direção: Daniel Chaia. Produção de Ecos – Comunicação em sexualidade. São Paulo – SP, 2011, 3min.

Probabilidade. ECOS – Comunicação em sexualidade. São Paulo – SP, 2011, 7min.

Torpedo ECOS – Comunicação em sexualidade. São Paulo – SP, 2011, 4 min.

Endereço eletrônico para acesso dos vídeos:

Medo de quê? < <http://www.youtube.com/watch?v=cIoeUqBxhi0>>

Boneca na mochila < <http://www.youtube.com/watch?v=xGRTa7BPWy4>>

Encontrando Bianca <<http://www.youtube.com/watch?v=FV8iSXYFMOg>>

Probabilidade <<http://www.youtube.com/watch?v=tKFzCaD7L1U>>

Torpedo <<http://www.youtube.com/watch?v=9q9nZUFB4ow>>

ANEXO A

Nota Oficial sobre o Projeto Escola Sem Homofobia

Diante de fatos e notícias sobre o Kit de Materiais Educativos do Projeto Escola Sem Homofobia, vimos a público informar de que se trata o material.

O que é o Projeto Escola Sem Homofobia?

O Projeto Escola Sem Homofobia, apoiado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD), tem como objetivo “contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia pelo Ministério da Educação, através de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro”. Uma análise de situação justificando o projeto e suas atividades se encontra ao final deste documento.

O Projeto foi planejado e executado em parceria entre a rede internacional Global Alliance for LGBT Education – GALE; a organização não governamental Pathfinder do Brasil; a ECOS – Comunicação em Sexualidade; a Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva; e a ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Todas as etapas de seu planejamento e execução foram amplamente discutidas e acompanhadas de perto pelo MEC/SECAD.

Produtos do Projeto Escola Sem Homofobia

O Projeto teve dois produtos específicos, a fim de alcançar o objetivo acima mencionado:

1) Um conjunto de recomendações elaborado para a orientação da revisão, formulação e implementação de políticas públicas que enfoquem a questão da homofobia nos processos gerenciais e técnicos do sistema educacional público brasileiro, que se baseou nos resultados de duas atividades:

a) A realização de 5 seminários, um em cada região do país, com a participação de profissionais de educação, gestores e representantes da sociedade civil, para obter um perfil da situação da homofobia na escola, a partir da realidade cotidiana dos envolvidos.

b) A realização de uma pesquisa qualitativa sobre homofobia na comunidade escolar em 11 capitais das 5 regiões do país, envolvendo 1406 participantes, entre secretários(as) de saúde, gestores(as) de escolas, professores(as), estudantes e outros integrantes das comunidades escolares. A metodologia da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp.

2) A incorporação e institucionalização de uma estratégia de comunicação para trabalhar a homossexualidade de forma mais consistente e justa em contextos educativos e que repercuta nos valores culturais atuais. A estratégia compreende:

a) Criação de um kit de material educativo abordando aspectos da homo-lesbo- transfobia no ambiente escolar, direcionado para gestores(as), educadores(as) e estudantes.

b) Capacitação de técnicos(as) da educação e de representantes do movimento LGBT de todos os estados do país para a utilização apropriada do kit junto à comunidade escolar.

Kit de material educativo Escola sem Homofobia

O material se destina à formação dos/das professores(as) em geral, dando a eles subsídios para trabalharem os temas no ensino médio.

Trata-se de um conjunto de instrumentos didático-pedagógicos que visam à desconstrução de imagens estereotipadas sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e para o convívio democrático com a diferença, contribuindo para:

☐ Alterar concepções didáticas, pedagógicas e curriculares, rotinas escolares e formas de convívio social que funcionam para manter dispositivos pedagógicos de gênero e sexualidade que alimentam a homofobia. ☐ Promover reflexões, interpretações, análises e críticas acerca de algumas noções que frequentemente habitam as escolas com tal “naturalidade” ou que se naturalizam de tal modo que se tornam quase imperceptíveis, no que se refere não apenas aos conteúdos disciplinares como às interações cotidianas que ocorrem nessa instituição. ☐ Desenvolver a criticidade infanto-juvenil relativamente a posturas e atos que transgridam o artigo V do Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. ☐ Divulgar e estimular o respeito aos direitos humanos e às leis contra a discriminação em seus diversos âmbitos ☐ Cumprir as diretrizes do MEC; da SECAD; do Programa Brasil sem Homofobia; da Agenda Afirmativa para Gays e outros HSH e Agenda Afirmativa para Travestis do Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DST entre Gays, HSH e Travestis; dos Parâmetros Curriculares Nacionais; do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT; do Programa Nacional de Direitos Humanos III; das deliberações da 1ª Conferência Nacional de Educação; do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; e outras.

O kit é composto de: - um caderno - uma série de seis boletins (Boleshs) - três audiovisuais com seus respectivos guias - um cartaz - cartas de apresentação para o/a gestor(a) e para o/a educador(a).

Segue um resumo dos materiais do kit:

CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA – peça-chave do kit, articula com os outros componentes (DVDs/audiovisuais, guias que acompanham os DVDs/audiovisuais, boletins). Traz conteúdos teóricos, conceitos básicos e sugestões de dinâmicas/oficinas práticas para o/a educador(a) trabalhar o tema da homofobia em sala de aula/na escola/na comunidade escolar visando a reflexão, compreensão, confronto e eliminação da homofobia no ambiente escolar. As propostas de dinâmicas contidas no caderno têm interface com os DVDs/audiovisuais e boletins.

BOLETINS ESCOLA SEM HOMOFOBIA (BOLESHS) - série de 6 boletins, destinados às/aos estudantes cada um abordando um assunto relacionado ao tema da sexualidade, diversidade sexual e homofobia. Trazem conteúdos que contribuem para a compreensão da sexualidade como construção histórica e cultural; para saber diferenciar sexualidade e sexo; para reconhecer quando valores pessoais contribuem ou não para a manutenção dos mecanismos da discriminação a partir da reprodução dos estereótipos; para agir de modo solidário em relação às pessoas independente de sua orientação sexual, raça, religião, condição social, classe social, deficiência (física, motora, intelectual, sensorial); para perceber e corrigir situações de agressão velada e aberta em relação a pessoas LGBT.

AUDIOVISUAIS: a) DVD Boneca na Mochila (Versão em LIBRAS) Ficção que promove a reflexão crítica sobre como as expectativas de gênero propagadas na sociedade influenciam a educação formal e informal de crianças, através de situações que, se não aconteceram em alguma escola, com certeza já foram vivenciadas por famílias no mesmo contexto ou em outros. Ao longo do audiovisual, são apresentados momentos que revelam o quanto de preconceito existe em relação às pessoas não heterossexuais. Baseado em história verídica, mostra um motorista de táxi que conduz uma mulher afrita chamada a comparecer à escola onde seu filho estuda, apenas porque o flagraram com uma boneca na mochila. Durante o caminho, casualmente, o rádio do táxi está sintonizando um programa sobre homossexualidade que, além de noticiar o fato que se passa na escola onde estuda o menino em questão, promove um debate com especialistas em educação e em psicologia, a respeito do assunto.

b) DVD Medo de quê? Desenho animado que promove uma reflexão crítica sobre como as expectativas que a sociedade tem em relação ao gênero influenciam a vivência de cada pessoa com seus desejos, mostrando o cotidiano de personagens comuns na vida real. O formato desenho animado, sem falas, facilita sua exibição para pessoas de diferentes contextos culturais, independente do nível de alfabetização dos/das espectadores(as). Marcelo, o personagem principal, é um garoto que, como tantos outros, tem sonhos, desejos e planos. Seus pais, seu amigo João e a comunidade onde vive mostram expectativas em relação a ele que não são diferentes das que a sociedade tem a respeito dos meninos. Porém nem sempre os desejos de Marcelo correspondem ao que as pessoas esperam dele. Mas quais são mesmo os desejos de Marcelo? Essa questão gera medo, tanto em Marcelo quanto nas pessoas que o cercam. Medo de quê? Em geral, as pessoas têm medo daquilo que não conhecem bem. Assim, muitas vezes alimentam preconceitos que se manifestam nas mais variadas formas de discriminação. A homofobia é uma delas.

c) Audiovisual Torpedo Audiovisual que reúne três histórias que acontecem no ambiente escolar: Torpedo; Encontrando Bianca e Probabilidade. Torpedo - animação com fotos, que apresenta questões sobre a lesbianidade através da história do início do namoro entre duas garotas que estudam na mesma escola: Ana Paula e Vanessa. Ana Paula estava na aula de informática quando deparou toda a turma vendo na internet fotos dela e de Vanessa numa festa, que haviam sido divulgadas por alguém para a escola toda. A partir daí, as duas se questionam sobre como as pessoas irão reagir a isso e sobre que atitude devem tomar. Após algumas especulações, decidem se encontrar no pátio na hora do intervalo. Lá, assertivamente, assumem sua relação afetiva num abraço carinhoso assistido por todos. Encontrando Bianca - por meio de uma narrativa ficcional em primeira pessoa, num tom confessional e sem autocomiseração, como num diário íntimo, José Ricardo/Bianca revela a descoberta e a busca de sua identidade de travesti. Sempre narrada em

tempo presente, acompanhamos a trajetória de Bianca e os dilemas de sua convivência dentro do ambiente escolar: sua tendência a se aproximar e se identificar com o universo das meninas; as primeiras vezes em que, em sua casa, se vestiu de mulher; a primeira vez em que foi para a escola com as unhas pintadas, cada vez assumindo mais, no ambiente escolar, sua identidade de travesti; a dificuldade de ser chamada pelo nome (Bianca) com o qual se identifica; os problemas por não conseguir utilizar, sem constrangimentos, tanto o banheiro feminino quanto o masculino; as ameaças e agressões de um lado e os poucos apoios de outro. Probabilidade - com tom leve e bem-humorado, o narrador conta a história de Leonardo, Carla, Mateus e Rafael. Leonardo namora Carla e fica triste quando sua família muda de cidade. Na nova escola, Leonardo é bem recebido por Mateus, que se torna um grande amigo. Mas ele só compreende por que a galera fazia comentários homofóbicos a respeito dele e de Mateus quando este lhe diz ser gay. Um dia, Mateus convida Leonardo para a festa de despedida de um primo, Rafael, que também está de mudança. Durante a festa, Leonardo conversa com Rafael e, depois da despedida, fica refletindo sobre a atração sexual que sentiu pelo novo amigo que partia. Inicialmente sentiu-se confuso, porque também se sentia atraído por mulheres, mas ficou aliviado quando começou a aceitar sua bissexualidade.

d) CARTAZ E CARTAS PARA GESTORA/R E EDUCADORAS/R – o cartaz tem a finalidade de divulgar o projeto para a escola e para a comunidade escolar e as cartas apresentam o kit para o/a gestor(a) e educadores(as), respectivamente.

Capacitação Escola sem Homofobia

Segundo elemento da estratégia, a capacitação teve por objetivo habilitar um grupo de pessoas a atuar como multiplicadoras na compreensão dos conceitos principais e na utilização do kit de material educativo do projeto ESH, como instrumento para contribuir para a erradicação da homofobia no ambiente escolar.

Foram realizadas seis capacitações com cerca de 200 profissionais da educação de todos os estados no uso dos materiais – três em São Paulo e três em Salvador nos meses de agosto e setembro de 2010. Estes/estas profissionais serão multiplicadores(as), responsáveis por capacitar outros(as) profissionais da educação no âmbito local.

A metodologia empregada nas capacitações foi participativa e incorporou técnicas de educomunicação, além de discussões em grupo, troca de experiências. Utilizou técnicas e conteúdos teóricos presentes no Caderno Escola sem Homofobia e incorporou os outros elementos do kit (DVDs/audiovisuais, guias que acompanham os DVDs/audiovisuais, boletins).

Pesquisa qualitativa do projeto Escola sem Homofobia

Foi realizada uma pesquisa qualitativa com o objetivo de conhecer a percepção das autoridades educacionais, equipe docente, funcionários/as e estudantes da rede pública de ensino, sobre a situação da homofobia no ambiente escolar, para dar subsídios ao programa Brasil sem Homofobia. A pesquisa foi realizada em 11 capitais das 5 regiões do país e incluiu em cada capital quatro escolas da rede municipal e estadual. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo MEC/SECAD. A metodologia do projeto de pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP em 15 de julho de 2008. De acordo à Resolução 196/96 do Conselho Nacional

de Saúde, o Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) foi assinado por todos(as) os(as) participantes em entrevistas em profundidade e grupos focais. Todos/a os/as estudantes menores de 18 anos tiveram assinado o TCLE pelos pais ou responsáveis legais. Um total de 1406 participantes de entrevistas e grupos focais que incluíram Secretários/as Municipal e Estadual de educação, diretores/as de escola, coordenadores/as pedagógicos, educadores, outros funcionários como guardas, merendeiras e estudantes de escolas públicas. Os principais resultados da pesquisa mostraram que existe homofobia na escola e houve consenso de que as atitudes e práticas de discriminação e violência trazem consequências sérias para os e as estudantes, que vão desde tristeza, depressão, baixa na autoestima, queda no rendimento escolar, evasão escolar e até casos de suicídio foram relatados. A pesquisa também mostrou que embora exista uma política de educação sexual, na opinião de estudantes e de educadores, não há educação sexual de maneira sistemática na escola e não se abordam as diversidades sexuais. Entre os motivos apontados está a falta compreensão sobre a homossexualidade, a falta de preparo de educadores/as sobre o tema sexualidade e diversidades sexuais, o preconceito que existe na escola sobre o tema, o temor da reação das famílias e a falta de materiais para trabalhar o tema. Os resultados mostraram também uma invisibilidade da população LGBT na escola, houve consenso de que há mais gays que lésbicas na escola e que travestis e transexuais não estão na escola. As recomendações feitas incluíram realizar cursos de capacitação para educadores/as sobre o tema e disponibilizar nas escolas materiais que permitam acabar com a homofobia na escola.

6

Posição atual quanto ao kit Escola sem Homofobia

Os materiais que compõem o kit estão com o Ministério da Educação, especificamente a Coordenação-Geral de Educação e Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), aguardando o parecer final e aprovação. Uma vez aprovados, o compromisso assumido pela SECAD é de imprimir/copiar e distribuir kits para 6.000 escolas.

Os materiais estarão disponíveis para divulgação somente após a aprovação pela SECAD, quando então a ECOS pretende disponibilizá-los para download no seu site (www.ecos.org.br) e sites parceiros.

Assinam esta Nota Oficial:

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, bissexuais Travestis e Transexuais

Pathfinder do Brasil.

ECOS - Comunicação em Sexualidade

Reprolatina - Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva

Situação-problema que justifica a realização do Projeto Escola Sem Homofobia

Estudos publicados nos últimos cinco anos vêm demonstrando e confirmando cada vez mais o quão a homo-lesbo-transfobia (medo ou ódio irracionalmente às pessoas LGBT) permeia a sociedade brasileira e está presente nas escolas. A pesquisa intitulada “Juventudes e Sexualidade”, realizada pela Unesco no ano 2000 e publicada em 2004, foi aplicada em 241 escolas públicas e privadas em 14

capitais brasileiras. Segundo resultados da pesquisa, 39,6% dos estudantes masculinos não gostariam de ter um colega de classe homossexual, 35,2% dos pais não gostariam que seus filhos tivessem um colega de classe homossexual, e 60% dos professores afirmaram não ter conhecimento o suficiente para lidar com a questão da homossexualidade na sala de aula.

O estudo "Revelando Tramas, Descobrimos Segredos: Violência e Convivência nas Escolas", publicado em 2009 pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, baseada em uma amostra de 10 mil estudantes e 1.500 professores(as) do Distrito Federal, e apontou que 63,1% dos entrevistados alegaram já ter visto pessoas que são (ou são tidas como) homossexuais sofrerem preconceito; mais da metade dos/das professores(as) afirmam já ter presenciado cenas discriminatórias contra homossexuais nas escolas; e 44,4% dos meninos e 15% das meninas afirmaram que não gostariam de ter colega homossexual na sala de aula.

A pesquisa "Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar" realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, e também publicada em 2009, baseou-se em uma amostra nacional de 18,5 mil alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários, e revelou que 87,3% dos entrevistados têm preconceito com relação à orientação sexual.

A Fundação Perseu Abramo publicou em 2009 a pesquisa "Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais", que indicou que 92% da população reconheceram que existe preconceito contra LGBT e que 28% reconheceram e declarou o próprio preconceito contra pessoas LGBT, percentual este cinco vezes maior que o preconceito contra negros e idosos, também identificado pela Fundação.

Essas diversas e conceituadas fontes não deixam dúvidas de que há muito a ser feito para diminuir a homo-lesbo-transfobia, e uma das instituições que mais podem influenciar positivamente nesse processo é a escola. Muito trabalho já vem sendo feito nessa área e é importante destacar as recomendações aprovadas na Conferência Nacional de Educação Básica em relação à diversidade sexual, dentre as quais citamos:

☒ Evitar discriminações de gênero e diversidade sexual em livros didáticos e paradidáticos utilizados nas escolas; ☒ Ter programas de formação inicial e continuada em sexualidade e diversidade; ☒ Promover a cultura do reconhecimento da diversidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual no cotidiano escolar; ☒ Evitar o uso de linguagem sexista, homofóbica e discriminatória em material didático-pedagógico; ☒ Inserir os estudos de gênero e diversidade sexual no currículo das licenciaturas. A Conferência Nacional LGBT (2008) aprovou 561 recomendações para políticas públicas para pessoas LGBT em diversas áreas, as quais foram sistematizadas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, lançado em 14 de maio de 2009. O Plano prevê quinze ações a serem executadas pelo Ministério da Educação e é uma importante ferramenta para a promoção da inclusão e do respeito à diversidade nas escolas. A Conferência Nacional de Educação (2010), no seu Eixo Temático VI, aprovou mais de 20 recomendações relativos a gênero e diversidade sexual. As pesquisas citadas nesse texto podem ser consultadas em <http://www.abglt.org.br/port/pesquisas.php>.

Disponível em: < <http://www.ecos.org.br/projetos/esh/notaoficial.pdf> >. Acesso em: 18/05/2013

ANEXO B

PARECER

PROJETO “ESCOLA SEM HOMOFOBIA”

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na escola, a Psicologia apresenta-se como articuladora e facilitadora dos processos de ensino-aprendizagem a partir da compreensão de diferentes aspectos, que vão desde o desenvolvimento humano, dos processos cognitivos, da relação professor-aluno, das relações interpessoais intra-escolares, até o âmbito das políticas públicas.

De forma geral, a Psicologia - ciência e profissão - tem evidenciado esforços no sentido de contribuir para a emancipação humana, não somente através de suas intervenções cotidianas, mas também na produção científica de conhecimento que respalde o entendimento dos processos psíquicos com base em uma concepção promotora do desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos nos diversos meios sociais.

O ambiente escolar é o espaço da sociedade em que a criança e o adolescente aprendem o conteúdo formal – conhecimentos sobre português, matemática, história, geografia, raciocínio lógico-matemático, entre outros – e, juntamente com a família, também o conteúdo informal – valores e regras de convívio nas relações humanas.

Este conteúdo informalmente aprendido no contexto escolar tem importância de tal magnitude que se pode dizer, em muitos casos, que tem maior influência sobre o rumo que toma a vida do jovem do que o conteúdo formalmente aprendido. Esta percepção leva à necessidade de a escola tomar também para si a responsabilidade sobre os valores e regras ensinados e aprendidos naquele espaço.

Ao educar os estudantes para viverem em sociedade, como agentes críticos, instrumentalizando-os com conhecimentos e habilidades necessárias para fazerem leituras autônomas da realidade, a escola contribui para a construção de uma sociedade mais democrática e solidária. Dessa forma, é de fundamental importância que, ao propiciar de forma sistemática o acesso ao saber historicamente acumulado e necessário à compreensão da prática social na qual o estudante se insere, a escola o faça trazendo para a sala de aula as questões do cotidiano de forma a desvelar o currículo oculto, expresso nas necessidades biopsicossocioculturais que emergem nas relações de ensino-aprendizagem e que não são previstas no currículo formal, com a finalidade de aprimorar a capacidade de diálogo, de análise, de tomada de decisões, a elaboração de propostas de ações coletivas.

O Conselho Federal de Psicologia defende a escola como um serviço público importante. Tempo e espaço que devem ser dedicados à formação e ao fortalecimento ético e social dos estudantes. Lugar onde se construam formas de investigação crítica que dignifiquem o diálogo significativo, a atividade humana. Local que ensine o discurso da associação pública e da responsabilidade social (Giroux, 19971). Pensar, opinar, escutar pontos de vistas diferentes, comparar posturas, posições e soluções

são maneiras de desenvolver o pensamento crítico e os valores importantes para um ambiente democrático. É neste contexto que defendemos a discussão dos temas propostos no Projeto Escola Sem Homofobia.

Relações humanas e humanizadoras precisam ser construídas, não surgem espontaneamente. O estabelecimento de relações recíprocas de respeito, cooperação e solidariedade exigem o esforço coletivo da comunidade escolar. De acordo com pesquisas e documentários expostos todos os dias na mídia, o grau de intolerância e violência tem crescido bastante. A escola é um espaço de reprodução dos valores da sociedade na qual está inserida. É na escola que as crianças e adolescentes demonstram o que aprenderam quando estão fora dela, ao passo que também levam para além dos muros escolares o que nela aprenderam.

Professores e alunos podem aprender a ser intolerantes e preconceituosos, como também podem exercer atitudes democráticas e a inclusão, construindo nova realidade social, marcada pela cooperação mútua e solidária, pela defesa da paz social. Deste modo, cabe destacar que historicamente a questão da violência no contexto educacional extrapola as relações entre os membros do corpo discente e se manifesta em diferentes perspectivas: na relação professor-aluno, professor-direção, direção-funcionários, funcionários-professores, professores-professores, dentre outras que conjugam os diversos atores sociais citados, nos exercícios de seus papéis profissionais.

A discussão principal sobre o tema refere-se à necessidade de tratar preconceitos e discriminações que refletem uma violência (verbal, simbólica) reverberando nos espaços de convivência escolar e manifestando-se principalmente na necessidade de adequar a todos e todas num modelo idealizado sócio-culturalmente. Modelo este que tem como prerrogativa comportamentos considerados normais ou saudáveis: o aluno exemplar (disciplinado, que aprende rápido), o aluno limpo (higienizado, sem doenças), o aluno educado (que sempre diz obrigado e por favor), o aluno com família que segue configuração única (com pai e mãe casados e sem problemas conjugais), dentre outras.

Ressaltamos a experiência com a temática das entidades que elaboraram, executaram e apoiam o material a ser veiculado pelo Ministério da Educação (MEC). Tal projeto foi financiado pelo MEC e executado em parceria entre a Pathfinder do Brasil; a Reprolatina - Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva; e a ECOS - Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana (São Paulo-SP); com o apoio da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); da GALE – Global Alliance for LGBT Education; e da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT do Congresso Nacional.

Enfatizamos que a homossexualidade não é doença, distúrbio, ou mesmo perversão, de acordo com a Resolução CFP nº 001/1999, amparada pela decisão da Organização Mundial de Saúde (OMS), que em 1990 retirou a homossexualidade da lista de doenças expostas na Classificação Internacional de Doenças (CID). A homossexualidade expressa nas diversas identidades de gênero e orientações sexuais compõe parte das possibilidades sexuais do humano, que também inclui a heterossexualidade.

Compreendemos que a matriz da homofobia está no reflexo político da marginalização sócio-histórica dos brasileiros ao direito pleno à informação e à educação, que por sua vez se reflete na dificuldade dos pais, mães, educadores e estudantes em compreender e lidar com o

desenvolvimento da sexualidade do outro. Deste modo, o projeto “Escola Sem Homofobia” auxiliará na compreensão, mediação e intervenção nessas lacunas, por meio das capacitações e orientações oferecidas aos educadores, com base em materiais de referência construídos e respaldados de forma técnica-pedagógica pelos seus organizadores, a partir da realidade brasileira.

A seriedade e ética com que essas organizações desenvolveram a pesquisa sobre o tema contribuirão para que uma rede social ampla (autoridades educacionais, educadores, alunos, familiares e comunidades), com atividades de intervenção direta em todo o país, atue em conciliação com uma demanda sócio-educacional emergente no enfrentamento da violência e preconceito imposto pela homofobia. Os materiais de subsídio para a capacitação têm respaldo previsto na discussão e intervenção concreta enquanto tema transversal da educação, até o momento, carente de ações amplas que abordem a diversidade sexual no espaço escolar.

ANÁLISE TÉCNICA

Os materiais apresentados para o Projeto Escola Sem Homofobia estão adequados às faixas etárias e de desenvolvimento afetivo-cognitivo a que se destinam, com linguagem contemporânea e de acordo com a problemática enfrentada na escola na atualidade: a produção de agressões físicas ou psicológicas de pessoas ou grupos que são intimidados e/ou coagidos pelos poucos recursos de defesa apresentados em alguns momentos, ambientes e situações. O fenômeno da violência escolar é marcado com maior índice e frequência pela homofobia, entre outras formas de violências, o que justifica abordar o tema de forma comprometida, possibilitando o enfrentamento nos espaços que promovem torturas, em especial as de âmbito pedagógico e psicossociológicos.

É notório o cuidado didático-pedagógico e qualidade visual com que foi criado e desenvolvido todo o conjunto educacional apresentado no kit – vídeos, livretos, cartilhas, boletins com temas específicos e panfletos. Trata-se de uma produção densa, cuidadosa, bem articulada, com recurso de acessibilidade e dinâmicas para pessoas com deficiência visual e auditiva. Representa material de vanguarda, pois são instrumentos de capacitação e formação continuada para o próprio professor, no sentido de referendar políticas educacionais e de saúde adotadas em âmbito nacional. O Kit reforça a atenção e cuidado com os temas transversais da educação nas relações de ensino-aprendizagem, como no caso do respeito à diversidade sexual.

O material convida o educador a voltar-se para o compromisso ético das competências profissionais, na luta e enfrentamento do sofrimento de adolescentes Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros, com proposta de intervenção prática para a redução de problemas diante do alto índice de agressões registradas nas pesquisas prévias. O Kit aborda aspectos psicológicos e pedagógicos, de modo a facilitar as discussões e a apreensão de novos conhecimentos por parte do professor, privilegiando o modelo participativo- dialógico junto ao corpo docente. Tal metodologia didática é fundamental para garantir que os alunos e alunas em diferentes momentos do seu desenvolvimento possam interagir com o conteúdo de maneira singular, trazendo à tona os questionamentos próprios do seu entendimento da realidade e, em seguida, convida-os a avançar para novas formas de conhecimento sobre o tema.

Além disso, é fruto de construção coletiva envolvendo a parceria de diversas organizações sociais que há muito vêm trabalhando para a superação da homofobia e do preconceito. O material do Projeto Escola Sem Homofobia é marcado por uma concepção epistemológica de compreensão dos

indivíduos a partir das suas relações sociais, minimizando o fator biológico e explicações naturalizantes. Tal enfoque é extremamente importante e bem-vindo, pois provoca o enfrentamento necessário nas discussões acerca da constituição da subjetividade humana, desconstruindo concepções higienistas, geneticistas, hormonais e reprodutivistas que são divulgadas no âmbito de algumas religiões, pela mídia e pelo senso comum.

Compreender a construção da subjetividade a partir das relações sociais possibilita ressignificar o entendimento dos dois conceitos-chaves que envolvem a discussão da homofobia: a identidade de gênero e a orientação sexual. Tais conceitos estão bem fundamentados e explicados com clareza no material do referido Projeto.

Cabe destacar que o material também fornece atenção especial à categoria gênero, que é fundante da subjetividade, também desconstruindo sua concepção biologizante-naturalista. Trata-se de uma contribuição inédita no âmbito das políticas públicas de educação para o enfrentamento do sexismo e da violência de gênero, ainda tão marcados na sociedade brasileira.

Assim, as contribuições da Psicologia para a construção de uma escola sem homofobia, e outras formas de preconceito e violência, são trazidas ao abordar a forma como se dá o processo de aprendizagem de gênero, situando o contexto escolar como determinante para esta construção humana. Desta forma, o material alerta para a complexidade da construção da identidade, inclusive sexual, que não pode ser reduzida às explicações ambientais e genéticas.

Acerca da polêmica criada sobre o material, em especial os vídeos, e a possibilidade de influenciar a orientação sexual dos demais alunos, a partir dos conceitos centrais e cientificamente históricos da Psicologia, entendemos que o material não induz o corpo discente e mesmo docente à prática da homossexualidade. Pelo contrário, possibilita que professores e alunos trabalhem o tema diferenciando o que é da ordem da heterossexualidade e da homossexualidade.

Com a aprendizagem do respeito à identidade e à orientação sexual do outro, do que é diferente e por vezes considerado minoria - principal objetivo do projeto, em consonância com uma educação para a de tolerância, paz, solidariedade e colaboração - fortalece-se uma educação inclusiva, já que as diferenças são constitutivas nas diversas sociedades, contextos sociais e culturas.

SAF SUL, Quadra 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sl. 104 – CEP 70070-600 - Brasília/DF Home
Page: www.pol.org.br Fone: (61) 2109-0100 Fax: (61) 2109-0150 E-mail: federal@pol.org.br

Disponível em:
http://www.ecos.org.br/projetos/esh/PARECER_ProjetoEscolaSemHomofobia.pdf.
21/06/2013.

ANEXO C

25/05/2011 18h45 - Atualizado em 25/05/2011 18h47

'Estão atacando sem conhecê-lo', diz coordenadora do kit anti-homofobia

'Negociar kit por causa do Palocci é uma vergonha', diz Helena Franco. Ela afirma que homofobia vai continuar sendo praticada nas escolas.

Paulo GuilhermeDo G1, em São Paulo



A decisão da presidente Dilma Rousseff em suspender o projeto do Ministério da Educação de distribuir nas escolas públicas o kit educacional anti-homofobia foi recebido com indignação por uma das responsáveis pela elaboração do material, Maria Helena Franco, coordenadora do projeto Escola sem homofobia, elaborado pela Ecos - Comunicação em Sexualidade. “É um absurdo! As pessoas não viram o material e estão atacando sem conhecer o kit”, destacou Maria Helena. “Nossa esperança é que ainda voltem atrás.”

saiba mais

- **Dilma Rousseff manda suspender kit anti-homofobia, diz ministro**
- **Comissão convida Fernando Haddad para explicar 'kit anti-homofobia'**
- **'Sou obrigado a elogiar a Dilma', diz Bolsonaro sobre suspensão de kit**
- **'Vai ter mais exclusão e violência', diz líder de ONG sobre suspensão de kit**

Ela vê interferências políticas no assunto que devia ser estritamente educacional. “O tema é de extrema importância para a educação e quem está decidindo sobre é a bancada evangélica do Congresso! Negociar o kit politicamente no caso envolvendo o (ministro da Casa Civil Antonio) Palocci é uma vergonha”, afirma.

Mestre em ciências na área da saúde, ciclo de vida e sociedade pela Faculdade de Saúde Pública da USP, Maria Helena ressaltou a Constituição Federal que garante direitos iguais a todos, incluindo a população LGBT. “Trabalhamos durante muitos anos na criação de material educativo para que as

escolas possam trabalhar a sexualidade no sentido da promoção do direito. As escolas têm funcionários, diretoras, professores e pais gays. Todas essas pessoas em um momento ou outro são discriminadas. Isso afeta muita gente. Material vem para ensinar respeito, que todas as pessoas têm o mesmo direito de estar na escola. A perda é para o país todo. É importante se conviver e respeitar a diversidade. Se isso não entrar na escola, as pessoas vão continuar fazendo piadas, estigmatizando e discriminando.”

Maria Helena disse que o material composto por três vídeos institucionais e um caderno de apoio ao professor foi amplamente debatido pela sociedade e passou por várias “idas e vindas” com o MEC. O material é destinado ao ensino médio, para alunos com mais de 14 anos. Um dos vídeos, “Torpedo”, trata da bissexualidade ao relatar a história de duas alunas que se apaixonam e são discriminadas na escola. Outro vídeo, “Probabilidade”, mostram por meio de desenhos a questão da bissexualidade. O terceiro vídeo, “Encontrando Bianca”, narra a história de um travesti que é aluno de uma escola.

“O material é voltado para os professores promoverem a discussão do tema em sala de aula. Todo material educativo envolve muito vai e volta com o MEC. Não é algo fácil de ficar pronto de primeira. Houve muita discussão na época da elaboração do roteiro. Ficamos quase um ano discutindo. A sociedade foi para lá de ouvida. Uma vez o roteiro aprovado ele foi filmado”, explica.

A educadora desta que o kit tem como objetivo promover o respeito e a discussão sobre a diversidade sexual. “Ele traz conteúdo que subsidiem uma discussão livre de preconceito para que esse país seja um país que reconheça a diversidade”, salientou. “Lamentamos muito um governo tomar uma atitude dessa, principalmente a Dilma que teve apoio da comunidade LGBT para se eleger.”

Unesco aprova o kit

A Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura publicou um parecer favorável à distribuição em escolas da rede pública para alunos do ensino médio de kits informativos de combate à homofobia que fazem parte do projeto Escola sem homofobia, que conta com apoio do MEC. De acordo com o parecer da Unesco, assinado por Vincent Defourny, representante da entidade no Brasil, "os materiais do Projeto Escola sem Homofobia estão adequados às faixas etárias e de desenvolvimento afetivo-cognitivo a que se destinam". Diz ainda que este projeto se utiliza do espaço da escola para articulação de políticas públicas voltadas para adolescentes e jovens, fortalecendo e valorizando práticas do campo da promoção dos direitos sexuais e reprodutivos destas faixas etárias.

O documento conclui que o "o conjunto de materiais foi concebido como uma ferramenta para incentivar, desencadear e alimentar processos de formação continuada de profissionais de educação, tomando-se como referência as experiências que já vêm sendo implementadas no país de enfrentamento ao sofrimento de adolescentes, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros".

Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/estao-atacando-sem-conhece-lo-diz-coordenadora-do-kit-anti-homofobia.html>. Acesso em 02/04/2013.

ANEXO D

26/05/2011 17h18 - Atualizado em 26/05/2011 17h38

MEC cortou beijo em filme, diz coordenadora do kit anti-homofobia

Material pedagógico foi submetido à secretaria do Ministério da Educação. Criadores aguardam novo contato do MEC após Dilma barrar o kit.

Paulo GuilhermeDo G1, em São Paulo

[imprimir](#)



Cena do filme 'Torpedo', que compõe material que faria parte do kit anti-homofobia: em vez de beijo, garotas se abraçam ao final (Foto: Reprodução/YouTube)

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), órgão ligado ao Ministério da Educação, solicitou a retirada de uma cena de um beijo entre duas jovens no vídeo “Torpedo”, durante a produção do kit que estava sendo preparado para o programa “Escola sem homofobia. A presidente Dilma Rousseff suspendeu a produção e distribuição do material que seria entregue nas escolas para ajudar o professor de turmas do ensino médio (a partir de 15 anos) na orientação sobre como lidar com situações em que se evidencia o preconceito contra homossexuais. Segundo o ministro da Educação, Fernando Haddad, os vídeos do kit anti-homofobia poderão ser integralmente refeitos.

“Todo o material foi submetido à análise da Secad. O beijo entre as meninas foi vetado no vídeo ‘Torpedo’. Tudo foi feito com muito cuidado e amplamente discutido”, afirmou a socióloga Sylvia Cavin, fundadora da Ecos, responsável por desenvolver o material para o programa do MEC. O vídeo feito com sequência de fotos mostra duas estudantes adolescentes que se apaixonam e são discriminadas na escola. Elas se encontram no pátio e decidem assumir a relação na frente de todos os colegas. Elas se abraçam ao final. Não há beijo. Saiba mais

- **Governo não fará ‘propaganda de opção sexual’, diz Dilma sobre kit**
 - **Kit anti-homofobia poderá ser refeito, diz ministro da Educação**
-

Os outros dois vídeos, “Probabilidade”, feito com desenhos para ilustrar a história de um estudante e a descoberta de sua bissexualidade, e “Encontrando Bianca”, sobre os conflitos de um aluno transexual sobre o uso do banheiro masculino ou feminino na escola, não sofreram grandes mudanças após a filmagem, segundo a socióloga. Os três filmes vazaram na internet.

O **G1** teve acesso ao kit que foi preparado pela Ecos para o programa do MEC. Os três vídeos mencionados são reunidos em único DVD. Outros dois vídeos mais antigos, que já haviam sido produzidos anteriormente, fariam parte do kit do MEC: a animação “Medo de quê?” (2005) e o “Boneca na mochila” (1995). A orientação de como usar os vídeos nas propostas pedagógicas estão dentro do “Caderno do professor”, que acompanha o kit. O material está sob análise da Secad. Quem dá a palavra final, no entanto, é o Comitê de Publicação do MEC, que pode vetar ou sugerir novas alterações no vídeo.

O caderno foi distribuído a um grupo de multiplicadores no final do ano passado durante um processo de capacitação que faz parte do pacote do programa. O caderno está (ou estava) sob análise da Secad e, por não ter sido aprovado ainda, não tem nenhum logotipo que remeta ao MEC ou ao Governo Federal. Como não foi aprovado oficialmente, a direção da Ecos não permitiu ao **G1** fazer fotos do caderno.

O caderno do professor tem poucas ilustrações e é dividido em três partes. A primeira fala sobre os conceitos de gênero, diversidade sexual, homofobia e a luta pela cidadania LGBT. A segunda trata de retratos da homofobia na escola, mostrando pesquisas sobre o tema, como enfrentar a homofobia e de que maneira o tema aparece no currículo escolar. A terceira parte fala sobre diversidade sexual na escola, mostra ao professor temas que podem ser expostos e debatidos em sala de aula e sugere um projeto de política pedagógica dentro da escola contra a homofobia.

Segundo a Ecos, a ideia central, nessa parte, é a de mobilizar a comunidade escolar para que a diversidade seja contemplada com as devidas extensão e responsabilidade nos currículos e nas práticas escolares, enfrentando os desafios cotidianos relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero de estudantes, professores e toda a comunidade escolar. “Só com esta proposta a escola legitima o tema”, diz Sylvia. “Não adianta a iniciativa ficar só com o professor, é fundamental que a instituição assuma o projeto.”

Ela destaca ainda que, em vez de silenciar sobre práticas que acontecem nas escolas, é preciso trazer a discussão em sala de aula para as situações vividas no cotidiano escolar. Diante da suspensão do kit pela presidente Dilma, e da possibilidade de se refazer os vídeos criados sob a supervisão da Secad/MEC, a Ecos aguarda uma posição do MEC para saber o que fazer com todo o material produzido em três anos de trabalho.

DEM quer cobrar ressarcimento das despesas do MEC com o kit

O presidente nacional do DEM, senador José Agripino declarou nesta quinta-feira (26), na reunião da Executiva Nacional, que o partido vai propor ações judiciais com o objetivo de devolver à União os gastos correspondentes à elaboração e distribuição do kit anti-homofobia do Ministério

da Educação. "Vamos acionar o Ministério para que sejam devolvidos aos cofres públicos todo dinheiro gasto com material que a própria presidente Dilma mandou recolher por impropriedade", anunciou o senador.

O kit anti-homofobia é uma parte de um projeto do MEC que teve o orçamento total de R\$ 1,8 milhão aprovado por uma emenda parlamentar que inclui ainda a realização de seminários, capacitação de educadores e pesquisa sobre homofobia nas escolas.

Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/mec-cortou-beijo-em-filme-do-kit-anti-homofobia-diz-coordenadora.html>. Acesso em 04/03/2013.

ANEXO E

DILMA VETOU O KIT ANTI-HOMOFOBIA

16 de março de 2013 | 2h 05

O Estado de S.Paulo

A suspensão da distribuição do material criado para a prevenção de aids entre adolescentes não é a primeira do governo da presidente Dilma Rousseff.

Em maio de 2011, Dilma determinou o cancelamento da entrega de um kit de combate à homofobia, que seria composto por três vídeos e um guia de orientação aos professores, produzido pelos Ministérios da Saúde e da Educação.

Com duração de cinco minutos, os vídeos enfocariam transexualidade, bissexualidade e a relação entre duas meninas homossexuais.

A decisão do governo foi tomada após pressão da bancada evangélica no Congresso, que defendia que o material incentiva a homossexualidade em vez de prevenir a aids.

A polêmica repercutiu na campanha eleitoral para a Prefeitura de São Paulo, realizada no fim do ano passado, que teve o ex-ministro da Educação, Fernando Haddad, como candidato.

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,dilma-vetou-kit-anti-homofobia,1009372,0.htm>. Acesso em 10/03/2013

ANEXO F

TRANSCRIÇÃO

Pronunciamento do deputado federal Jair Bolsonaro sobre o Kit “Escola Sem Homofobia”. Câmara dos Deputados Federais. Sessão ordinária, pequeno expediente, em 30 de novembro de 2010⁶⁰.

Sr. Presidente, meus companheiros, eu quero tratar de um assunto aqui, que no meu entender, pra mim, em vinte anos de congresso, foi o maior escândalo que eu tomei conhecimento até hoje. Não tem nada a ver com corrupção, afinal de contas, isso é um tema, aí, corriqueiro nesse governo. Na semana passada, [ininteligível], reunidos na Comissão dos Direitos Humanos e Minorias, em conjunto com a Comissão de Educação, o presidente André Lázaro, o Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC, a galera, a platéia composta de cem por cento gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero. Essa turma toda reunida tomaram decisões que esta casa aqui não tá sabendo, até digo mais, a maioria dos integrantes da Comissão de Educação também não tá sabendo. Atenção, pais de alunos de sete, oito, nove e dez anos, da rede pública, atenção pais: os seus filhos vão receber no ano que vem, na escola, um kit. Esse kit tem o título *Combate à Homofobia*, mas na verdade, é um estímulo ao homossexualismo, é um incentivo à promiscuidade. Ou seja, nesse kit contêm DVDs com duas historinhas, que seu filho de sete, o teu filho de sete anos, vai assistir o ano que vem, se nós aqui não tomarmos uma providência agora. Primeira historinha, um garoto de mais ou menos quatorze anos, de nome Ricardo, vai no banheiro fazer pipi, olha pro lado, o coleguinha dele tá fazendo também; ele se apaixona por esse colega. Vocês tão ouvindo na galeria aí, isso tá nos jornais aqui da Câmara, aqui da semana passada. Pode ser o filho de vocês um dia. Se apaixona e daí ele resolve vencer o bullying e assumir sua homossexualidade. Isso os garotos de sete, oito, nove, dez anos vão assistir o ano que vem. Bem, daí pra frente a cena do filme: quando a professora o chama de Ricardo na sala de aula, ele se revolta, morde os beiços, com o seu trejeito e fala assim, e pronuncia: “Bianca, meu nome é Bianca”. E esse filme, no final, dá a seguinte lição de moral: esse comportamento do Ricardo ou da Bianca passa a ser um comportamento exemplar para os demais alunos. Depois tem outro filmete, das duas meninas lésbicas, também de aproximadamente 13 anos de idade, namorando. E a grande discussão dessa Comissão de Direitos Humanos e Minorias (me dá asco me referir a essa comissão) trata do beijo lésbico de duas meninas. Atenção pais, tua filha de sete, oito, nove, dez anos vai assistir o ano que vem esse filmete, que já está sendo licitado. E a grande discussão da nossa Comissão de

⁶⁰ Esta transcrição buscou ser o mais fiel possível à fala do deputado Jair Bolsonaro, mantendo, nesse sentido, os problemas gramaticais e o “tom” de informalidade do original.

Direitos Humanos e Minorias é a profundidade da língua que uma menina tinha que entrar na boca da outra menina. Dá pra continuar discutindo esse assunto? Dá nojo! Esses gays, lésbicas, querem que nós, a maioria, entubemos como exemplo de comportamento a sua promiscuidade. Isso é uma coisa extremamente feia. Eu não acho não, o presidente da Câmara tem que tomar uma providência no tocante a esse assunto, que nós não podemos nos submeter ao escárnio da sociedade. Esse kit pra seis mil escolas, pra crianças de sete a doze anos, ser distribuído o ano que vem em todas as escolas públicas do Brasil. Isso é uma vergonha! Comissão de Direitos Humanos não, comissão não vou dizer pra não ser advertido no meu discurso, não, não. Eu vou poupar um adjetivo pra essa comissão. Eles querem ainda, inclusive, me excluir da comissão. Querem me excluir da comissão, como sendo um elemento anti-democrático. Então essa história de homofobia é uma história de cobertura, para aliciar a garotada, especialmente o que eles acham que tem tendências homossexuais. Como tá aqui na pesquisa, publicada aqui, o número de garotos gays ou homossexuais ou meninas lésbicas. Repito, de sete, oito, nove e dez anos. Pelo amor de Deus, meus colegas que estão nos gabinetes, pelo amor de Deus! Daqui a pouco vem um cidadão aqui dizer que eu tô mentindo. Tá publicado aqui no jornal da Câmara, tá publicado aqui, no jornal *Correio Brasiliense*, tá publicado em vários outros jornais do Brasil o que ta acontecendo. Ontem eu gravei no programa da Luciana Gimenez. É um tema que não me agrada falar: homossexual. Eu realmente assumo o que eu falei na TV Câmara: se um garoto tem um desvio de conduta, logo de jovem, ele tem que ser redirecionado pro caminho certo, nem que seja com umas palmadas. Me acusam de ser violento, mas não sou promíscuo, não sou um canalha com as famílias brasileiras! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O vídeo do discurso do deputado pode ser acessado no seguinte endereço: <<http://www.youtube.com/watch?v=gNJKJLCPrT4>>. Acesso em 01/01/2014.